

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THERESA RACHEL MENDES DA SILVA RODRIGUES

**“EU SOU JOVEM RURAL E COMVAPEIRO”:** uma análise das  
**identidades de jovens trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da**  
**Usina COMVAP/Olho D’Água no município de União-PI.**

Teresina

2016

THERESA RACHEL MENDES DA SILVA RODRIGUES

“EU SOU JOVEM RURAL E COMVAPEIRO”: uma análise das identidades de jovens  
trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da Usina COMVAP/Olho D’água no  
município de União-PI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia. **Área de Concentração:** atores, processos e desigualdades sociais. **Linha de Pesquisa:** Territorialidades, Sustentabilidades, Ruralidades e Urbanidades.  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marlúcia Valéria da Silva

Teresina

2016

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

R696e Rodrigues, Theresa Rachel Mendes da Silva.  
“Eu sou jovem rural e comvapeiro”: uma análise das  
identidades de jovens trabalhadores assalariados rurais nos  
canaviais da Usina COMVAP/Olho D’água no município de  
União-PI / Theresa Rachel Mendes da Silva Rodrigues. – 2016.  
178 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade  
Federal do Piauí, Teresina, 2016.

Orientação: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marlúcia Valéria da Silva.

1. Trabalho Assalariado Rural. 2. Agronegócio. 3.  
Juventudes. 4. Identidades. I. Título.

CDD 341.6

THERESA RACHEL MENDES DA SILVA RODRIGUES

**“EU SOU JOVEM RURAL E COMVAPEIRO”: UMA ANÁLISE DAS IDENTIDADES  
DE JOVENS TRABALHADORES ASSALARIADOS RURAIS NOS CANAVIAIS DA  
USINA COMVAP/OLHO D’AGUA NO MUNICÍPIO DE UNIÃO-PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marlúcia Valéria da Silva

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Marlúcia Valéria da Silva (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI  
Presidente

---

Prof. Dr.<sup>o</sup>. Marcelo Saturnino da Silva  
Centro de Humanidades – Departamento de Educação/UEPB  
Examinador externo

---

Prof. Dr.<sup>o</sup>. Eriosvaldo Lima Barbosa  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia- UFPI  
Examinador interno

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Sueli Rodrigues de Sousa  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia– UFPI (suplente)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de **THERESA RACHEL MENDES DA SILVA RODRIGUES**, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Ao nono dia do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às quinze (15) horas, na Sala de Vídeo I, no Centro de Ciências Humanas e Letras da UFPI, reuniram-se em sessão pública os membros da banca examinadora da dissertação de **THERESA RACHEL MENDES DA SILVA RODRIGUES**, sob o título: **“EU SOU JOVEM RURAL E COMVAPEIRO”**: uma análise das identidades de jovens trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da Usina COMVAP/Olho D’Água no município de União – PI. A banca examinadora foi constituída pelos/as Professores/as Doutores/as **Marlúcia Valéria da Silva (presidente e orientadora)**, **Marcelo Saturnino da Silva (membro titular externo)**, **Eriosvaldo Lima Barbosa (membro titular interno)** e **Maria Sueli Rodrigues de Sousa (membro suplente)**. Iniciando os trabalhos o/a presidente Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Marlúcia Valéria da Silva** informou aos presentes, à candidata ao título de mestre e aos membros da banca examinadora, o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente e dos procedimentos a serem seguidos: até (30) trinta minutos para apresentação da dissertação pelo/a candidato/a, até (30) trinta minutos para cada arguidor/a e o mesmo tempo para resposta do/a candidato/a. Em seguida, o/a candidato/a foi convidado/a a fazer a exposição da dissertação no tempo que lhe foi concedido. Após a exposição, o/a presidente passou a palavra aos demais membros da banca para arguições. Na sequência, e após as respectivas respostas do/a candidato/a, o/a presidente da banca examinadora solicitou a retirada temporária do/as presentes para, em secreto, a banca deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem, a Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Marlúcia Valéria da Silva**, presidente da mesa e orientadora da aluna, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da banca examinadora de *aprovado, com recomendações de publicação da dissertação*. Após *completos* congratulações com o/a candidato e agradecimentos pela presença de todos/as, a sessão foi encerrada às \_\_\_: horas \_\_\_ minutos. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Teresina, 09 de agosto de 2016.

Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Marlúcia Valéria da Silva – PPGS/UFPI  
Presidente e Orientadora

x

Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva – UEPB  
Examinador Externo à Instituição

Prof. Dr. Eriosvaldo Lima Barbosa – PPGS/UFPI  
Examinador Interno

## AGRADECIMENTOS

Há muito que agradecer. Muitos foram os desafios, batalhas e alegrias durante o período do mestrado, os quais tornaram-se aprendizado para toda vida. Expresso minha gratidão:

Ao meu Pai Celestial pelo conforto e inspiração durante essa etapa desafiadora de minha vida;

Aos meus pais: Salomé e José pelos cuidados afetuosos, por permitirem que eu construísse uma relação com o campo e com meus ancestrais. E por sempre investirem na minha educação, acreditando no meu sucesso;

Ao meu esposo Wand Jorge e meu filho Rudáh, pelo apoio afetivo, espiritual e material, e por suportarem minhas ausências demonstrando paciência, afeto e companheirismo. Amo vocês!

À minha filha Maria Luíza, que no meu ventre dá sinais de que a vida é um processo constante de crescimento... Que venhas com saúde e abrilhante nossas vidas.

Aos meus sogros Graças e Chagas pelo apoio e cuidados com minha família enquanto investia nos estudos;

Aos meus irmãos: Mona-Lísia e Leonardo que sempre acreditaram que eu conseguiria. Valeu pelo apoio.

As minhas cunhadas Ana Paula e Edilene pela ajuda e força durante essa etapa de estudos.

A diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores/as Familiares de União-PI nas pessoas de Raimundo Gilo, Jailson, Gonçalves, Fernando, Cicero, Leide, Francilene, Francisca Freitas, Amparo, Fatinha, Alderico, Barbosa e, as funcionárias Santilha, Irene e Jesus pelo apoio e acolhida no tempo que estive com vocês trabalhando e após, durante as visitas ao campo de pesquisa. Expresso gratidão pelo apoio com transporte, local e informações valiosas para a execução desta pesquisa.

Ao Laurentino Martins (presidente atual do STRAAF-União) que primeiramente me conduziu aos canaviais da COMVAP/Olho D'água em 2013, para ajudá-lo no trabalho de visita de

campo nos canaviais da usina COMVAP e comvapinhas, e assim abrir meus olhos para ver a realidade dos trabalhadores assalariados da cana de açúcar.

A Antônio Saraiva, presidente do Sindicato dos/as Trabalhadores/as Assalariados/as Rurais da Regional União, Lagoa Alegre e Miguel Alves-PI, que auxiliou-me diretamente no campo de pesquisa, conduzindo-me pelos canaviais, apresentando pessoas, dando informações vitais para a construção dessa dissertação. Obrigada Saraiva!

Aos jovens assalariados rurais na cadeia produtiva da cana de açúcar no município de União-PI, que foram os sujeitos principais desta pesquisa, juntamente com suas famílias que abriram suas casas, atendendo ao convite de contribuírem com a pesquisa tratando sobre o trabalho que exercem, do seu cotidiano carregado de materialidades e subjetividades;

Aos assessores jurídicos e técnicos do STRAAF-União, Gustavo Amorim pelas caronas e conversas sobre o objeto de pesquisa, a Flávia Amorim pelas informações jurídicas sobre os trabalhadores assalariados, e Antônio José Pereira pelas informações sobre o município.

Aos demais entrevistados durante a pesquisa: ex- trabalhadores/as da COMVAP, e sindicalistas, e agricultores/as que contaram suas histórias e experiências com a chegada da COMVAP que ajudaram-me a aprimorar o olhar sobre o trabalho e a vida nos canaviais;

A professora Dr<sup>a</sup>. Valeria Silva por aceitar o desafio de orientar-me durante a pesquisa, com paciência e seriedade, acreditando que daria certo. E deu. Massa!

Ao professor Dr. Marcelo Saturnino (UEPB) pelas contribuições valiosas durante meu exame de qualificação, que com simplicidade e empatia atendeu minhas solicitações de textos e dúvidas. E também pelo esforço generoso de participar da banca de defesa.

Ao professor Dr. Eriosvaldo Barbosa (PPGS/UFPI) pelas contribuições no meu exame de qualificação, e por esboçar confiança na minha experiência e trajetória de trabalho com “as gentes” do campo.

Às minhas amigas-irmãs Naira Luan e Jesus Andrade, pelo apoio mútuo durante etapa do mestrado que foi para além da sala de aula, onde os laços de afeto foram se fortalecendo. Obrigada meninas!!

Aos colegas da 3ª Turma do Mestrado em Sociologia: Ione, Alencar, Thiago, Bruna, Edgar e Barroso, pelos risos, reflexões, críticas, e também incentivo;

À amiga Thayana Costa pelo incentivo constante, partilha de seus conhecimentos, da vida e das pessoas, e por aceitar o desafio de fazer a correção desta dissertação em tão pouco tempo. Ação de gente doida e do bem.

À Paula Masulo, superintendente regional do MTE-PI, pela receptividade, informações preciosas e material sobre a COMVAP/Olho D'água que muito contribuíram para refletir sobre sua história.

À Clarissa Santos, pelas informações sobre a COMVAP/Olho D'água e em atender as minhas solicitações urgentes. Valeu!

À Aparecida Milanez, pelo empréstimo de livros e conversas saudáveis sempre animadas sobre a arte de pesquisar;

A amiga Ianara Evangelista pelas conversas durante as caminhadas, na esquina de casa falando sobre o mestrado, dando gargalhadas de nossos desafios, enfim da vida.

À coordenação do Programa de Pós Graduação em Sociologia/UFPI nas pessoas do Professor Dr. Francisco Mesquita (coordenador) e a Professora Drª Mary Alves (Subcoordenadora);

Aos professores e professoras do PPGS, pela disponibilidade e compromisso em disseminar conhecimento: Francisco Junior, Samuel Pires, Eriosvaldo Barbosa, Ferdinand Cavalcante, Ana Beatriz Seraine, Suely Rodrigues e Dione Moraes.

À FAPEPI e à CAPES pelo auxílio financeiro concedido através da bolsa de estudo, por meio da qual possibilitou-me a dedicação integral à pesquisa.

Ao governo do estado do Piauí através da Secretaria de Educação (SEDUC-PI) por conceder-me licença para a realização do Mestrado.

À secretaria do PPGS/UFPI, nas pessoas de Andresson, que acompanhou e muito ajudou com informações e disponibilidade para atender durante esse período, e também Erico, que já no final dessa etapa veio somar com seu trabalho.

Aos amigos/as na FETAG-PI, especialmente a Adriana Cavalcanti, Amparo Brandão e Sandra Carvalho pelo acolhimento e incentivo durante as informações sobre o MSTTR e suas ações.

A amiga Yvanete Costa, pelo apoio, afeto e incentivo durante o mestrado, sempre socorrendo-me em momentos extremos...grata.

Aos amigos Yvan Costa e Maria das Neves pela torcida e apoio mesmo distantes. E ao Flavilton Mourão pela ajuda e soluções com meus velhos computadores e por todo auxílio.

As “bunitas”: Kelma Mourão, Leide Araújo, Carmem Souza, Amanda Wanderley e Juliane Cunha, pela torcida e apoio.

A todos e todas que contribuíram diretamente e indiretamente para que essa dissertação fosse construída e concluída. Meu muito obrigada.

## RESUMO

O estudo presente analisa o processo de constituição das identidades dos jovens assalariados rurais que se inserem no mercado de trabalho sucroalcooleiro na usina COMVAP/Olho D'água. O *locus* da pesquisa foi município de União-PI, onde está situada a referida usina, a qual se encontra em atividade por mais de três décadas na região. A hipótese desta pesquisa foi a de que nem todos os jovens assalariados rurais que se inserem no mercado de trabalho na cadeia produtiva da cana de açúcar, têm suas identidades modificadas totalmente, em decorrência do aumento da condição material adquirida com a venda de sua força de trabalho e o experimento de outras sociabilidades de trabalho. O segmento juvenil assalariado rural na cadeia produtiva da cana de açúcar carrega a herança do universo rural, o que faz uso no exercício do trabalho nos canaviais mantendo aspectos no seu modo de vida, que ainda é entendido como atraso em relação à liquidez da contemporaneidade. Entretanto, com o estreitamento das distâncias entre os espaços rural/urbano, outras mentalidades se manifestam entre os jovens que absorvem novos valores e despertam anseios próximos do modo de vida urbano. Assim, novas relações identitárias se reproduzem nas ruralidades, atravessando contextos específicos, como no caso dos sujeitos em questão, permeados de novas nuances e vivências também estimuladas pelo assalariamento. Não obstante, os processos identitários se verificam de maneira diferenciada, partem do trabalho que exercem nos canaviais, dos projetos de autonomia que nutrem e dos espaços de sociabilidades que transitam, acionando as identidades que lhes competem, ora jovem rural, ora jovem comvapeiro, mas sem perder a herança rural. Esta pesquisa é qualitativa e ancorada metodologicamente no aporte teórico marxista, na busca de conhecer o real dirimindo dúvidas e guiando a ação, numa perspectiva transformadora para discutir as categorias agronegócio e trabalho, que representam a base concreta-material do fenômeno pesquisado. Mas, por uma ótica que reconhece a produção de simbologias através das materialidades, a qual “não se deve entender os fatos sociais isoladamente ou abstraídos da influência política, econômica e cultural” (GIL, 1999, p. 40), pois, como verificado no campo de pesquisa, há uma necessidade de interpretar como as materialidades (o trabalho) determinam a construção das subjetividades dos jovens, principalmente ao acionar e negociar as suas identidades. Como recursos metodológicos fiz uso da observação participante realizada durante as visitas aos canaviais, análise de documentos, reportagens e falas dos sujeitos sobre a implantação e trajetória da cadeia produtiva da cana de açúcar no Piauí, através da usina COMVAP/Olho D'água, também do diário de campo para registro de conversas, lugares, números, informações e dados da geografia local. As entrevistas foram semi-estruturadas com o intuito de, através das falas, construir informações a serem interpretadas para responder as questões em pauta.

**Palavras-chave:** Trabalho assalariado rural. Agronegócio. Juventudes. Identidades.

## ABSTRACT

This study analyzes the process of constitution of the identities of young rural workers falling within the sugar cane labor market in agribusiness COMVAP/Olho D'água. The locus of the research was the city of União-PI, which is located said agribusiness, which is in operation for more than three decades in the region. The alleged this research was that not all rural workers young people who fall in the labor market in the productive chain of sugar cane, have their identities changed completely, due to the increase of the acquired material condition to the sale of its power work and experiment other sociabilities work. The rural wage youth segment in the production chain of sugar cane carries the heritage of the rural world, which makes use in the exercise of work in the cane fields while maintaining aspects of their way of life, which is still seen as lagging behind liquidity of contemporaneity. However, with the narrowing of the gap between the rural / urban spaces, other mindsets manifest among young people absorb new values and arouse desires close to the urban way of life. Thus, new identity relationships reproduce in ruralities across specific contexts, such as in the case of the subjects in question, permeated with new nuances and livings also stimulated by wage. Nevertheless, identity processes occur differently, depart of their work in the cane fields, the autonomy project that nourish and sociability spaces transiting, triggering the identities that concern them, now rural youth, now young comvapeiro but without losing the rural heritage. This research is qualitative and methodologically grounded in Marxist theoretical framework in the quest to know the real dispelling doubts and guiding the action in a changing perspective to discuss the agribusiness and job categories, which represent the base concrete-material researched phenomenon. But for an optical recognizing the production of symbologies through materialities, which "should not be understood social facts alone or abstracted from political, economic and cultural influence" (GIL, 1999, p. 40), because as seen in the field research there is a need to interpret as materialities (work) determine the construction of subjectivities of young people, especially when operating and negotiate their identities. As methodological resources, it was made use of participant observation conducted during visits to the cane fields, analysis of documents, reports and speeches of the subjects on the implementation and trajectory of the productive chain of sugar cane in Piauí, through agribusiness COMVAP/Olho D'água also field diary to record conversations, places, numbers, information and data of the local geography. The interviews were semi-structured in order to build through the speech information to be interpreted to answer such questions.

**Keywords:** Rural wage labor. Agribusiness. Youths. Identities.

## **LISTA DE FIGURAS**

- FIGURA 01 Imagem da Área de cultivo da cana de açúcar da COMVAP – 89
- FIGURA 02 Padrão do corte exigido pelas usinas – 119

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Produção Sucroalcooleira no Brasil – anos 2004 a 2009.....	71
TABELA 02	Produção e área de cultivo da cana de açúcar no Brasil – ano 2016.....	73
TABELA 03	Lavoura Temporária municipal- União-PI/ ano 2013.....	78
TABELA 04	Situação da moagem de cana de açúcar na COMVAP em 2002.....	89
TABELA 05	Número da produção da Safra 2009/COMVAP/Olho D´agua.....	90
TABELA 06	Comparativo da produção por safras COMVAP/Olho D´agua 2003-2015...90	
TABELA 07	População Jovem residente no município de União-PI/ ano de 2009-2010.....	102
TABELA 08	Fases da cultura da cana de açúcar.....	147

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	78
-----------	---	----

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

IMAGEM FOTOGRÁFICA 01	Contagem da quantidade de cana de açúcar por rua. Rachel Rodrigues. Canavial da empresa COMVAP/Olho D´água. Setembro, 2015.....118
IMAGEM FOTOGRÁFICA 02	Corte da cana de açúcar nas linhas ou ruas sendo arrumada. Rachel Rodrigues, Canavial da empresa COMVAP/Olho D´Água. Setembro, 2015.....118
IMAGEM FOTOGRÁFICA 03	Repositor energético usado pelos trabalhadores. Rachel Rodrigues, Setembro, 2015.....119
IMAGEM FOTOGRÁFICA 04	Repositor energético dissolvido no copo do trabalhador. Rachel Rodrigues, Setembro, 2015.....119
IMAGEM FOTOGRÁFICA 05	Banco de reserva de times no torneio dos assalariados 2015. STTAR, Setembro, 2015.....152
IMAGEM FOTOGRÁFICA 06	Entrega do troféu ao time campeão do torneio dos assalariados 2015. STTAR, dezembro, 2015.....152
IMAGEM FOTOGRAFICA 07	Momento do Almoço em barracas improvisadas. STTAR, Outubro, 2015.....153
IMAGEM FOTOGRAFICA 08	Momento do retorno para casa. STTAR, Outubro, 2015 .....153

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	Centro de Aperfeiçoamento Pessoal do Ensino Superior
CEPRO	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
COMVAP	COMVAP Açúcar e Álcool Ltda.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Conferência Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral do Trabalhador
CUT	Central Única de Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
FETAG-PI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Piauí
FETAR-PI	Federação dos/as Trabalhadores/as Assalariados Rurais do Piauí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAA	Instituto do Açúcar e Álcool
IDMH	Índice de Desenvolvimento Municipal Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PLANALSUCAR	Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Álcool
PT	Partido dos Trabalhadores
SEMAR	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
STRAAF União	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores/as Familiares de União-PI
STTAR União	Sindicato dos/as Trabalhadores/as Assalariados/as Rurais da Regional União, Lagoa Alegre e Miguel Alves-PI
UFPI	Universidade Federal do Piauí

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2. RURALIDADES, TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS .....</b>	<b>34</b>
2.1 AS ABORDAGENS TEÓRICAS NA ANÁLISE DAS RURALIDADES NO CONTEXTO BRASILEIRO .....	34
2.2 TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO - ALGUMAS CONCEPÇÕES .....	43
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR VERSUS AGRONEGÓCIO: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA .....	50
2.4 O ESTADO DO PIAUÍ: DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....	58
<b>3. COMPANHIA AGROINDUSTRIAL VALE DO PARNAÍBA AÇUCAR E ALCOOL LTDA – COMVAP: aspectos históricos e sociais .....</b>	<b>62</b>
3.1 O NEGÓCIO DA CANA DE AÇÚCAR .....	62
3.2 A PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO DO PIAUÍ.....	74
<b>3.2.1 Formação Sócio histórica do Município de União-PI.....</b>	<b>76</b>
<b>3.2.2 União-PI: Características fisiográficas, socioculturais, políticas e econômicas ..</b>	<b>77</b>
3.3 NEGÓCIO CANAVIEIRO NO PIAUÍ: A CHEGADA DA COMVAP EM TERRAS UNIONENSE.....	81
<b>3.3.1 Ocupação das terras pela COMVAP .....</b>	<b>88</b>
3.4 DE COMVAP A OLHO D´ÁGUA: AS TRANSFORMAÇÕES NO NEGÓCIO CANAVIEIRO PIAUIENSE .....	90
<b>4. JUVENTUDES, TRABALHO ASSALARIADO E IDENTIDADES .....</b>	<b>95</b>
4.1 CONCEITUANDO JUVENTUDES E JOVENS RURAIS .....	96
<b>4.1.1 Jovens e o trabalho sazonal na cadeia produtiva da cana de açúcar .....</b>	<b>102</b>
4.2 METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO: REFLEXOS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO.....	105
4.3 NO EITO DA CANA: CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NOS CANAVIAIS .....	117
<b>4.3.1. Jovens no eito da cana: “olho de liga” ser ou não ser? eis a questão. ....</b>	<b>128</b>
4.4 RESISTÊNCIA COTIDIANA: “ARMA DOS POBRES” .....	129

4.5 “JOVEM RURAL E COMVAPEIRO”: CONSTRUINDO IDENTIDADES A PARTIR DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NOS CANAVIAIS DA COMVAP/OLHO D’AGUA.....	137
4.5.1 Cultura, Identidade e Trabalho: projetando Comvapeiros.....	142
4.5.2 Ser Jovem, rural e assalariado na cadeia produtiva da cana de açúcar.....	145
4.5.3 Projetos de Autonomia de jovens “comvapeiros”.....	147
4.5.5 As marcas físicas e simbólicas de ser Jovem rural e Comvapeiro.....	154
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>164</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>172</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM JOVENS ASSALARIADOS RURAIS NOS CANAVIAIS – SAFRA 2015-2016 – INDIVIDUALERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>	
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM JOVENS ASSALARIADOS RURAIS NOS CANAVIAIS – SAFRA 2015-2016 –GRUPAL.....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>177</b>
<b>ANEXO A – MAPA DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS .....</b>	<b>178</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O mundo rural é um espaço de diversidade e complexidade. É um lugar diferenciado, repleto de saberes, experiências, vivências, referências identitárias e sujeitos que herdaram, de gerações que os precedem, modos peculiares de viver. Versar sobre o rural implica, portanto, reconhecer que existe uma gama de ruralidades construídas em tempos diferentes (BRANDEBURG, 2004), que devido a sua heterogeneidade e coexistência em um mesmo espaço sócio geográfico, dimensões várias estabelecem a complexidade de pesquisar tal universo em um só tempo.

O espaço rural em sua amplitude torna-se um campo vasto para estudos e pesquisas. Na academia, estudos se voltam para a compreensão da diversidade e fenômenos no campo brasileiro. Com o intuito de contribuir para a ampliação do conhecimento produzido sobre/no espaço rural, suas dinâmicas socioculturais e econômicas, é que esta pesquisa “Eu sou jovem rural e comvapeiro”: uma análise das identidades de jovens trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da usina COMVAP/Olho D’água no município de União-PI”, se apresenta tomando um recorte da realidade do segmento juvenil, em especial dos trabalhadores assalariados rurais na cadeia produtiva<sup>1</sup> da cana de açúcar piauiense, focando o processo constitutivo de suas identidades, face ao trabalho que exercem e da redefinição dos espaços de sociabilidades em que transitam. Faz-se uma análise social do objeto proposto, identificando-se as nuances e dinâmicas em curso, no contexto do agronegócio sucroalcooleiro, na região norte do estado do Piauí, onde se encontra instalada a maior agroindústria local do setor, a COMVAP/Olho D’água.

---

<sup>1</sup>“Cadeia produtiva é o “conjunto de atividades que se articulam progressivamente desde os insumos básicos até o produto final, incluindo distribuição e comercialização, constituindo-se em elos de uma corrente” (BRASIL, 2010, p. 01). Esse conceito abrange diferentes áreas do conhecimento como agronomia, zootecnia, geografia, administração e engenharia de produção, ciências sociais e econômicas. Existem variadas abordagens teórico-metodológicas a exemplo da Análise de *Filière*, cadeia de suprimentos (*Supply Chain*) e a cadeia produtiva global (*Global Commodity Chain*).

O conceito cadeia produtiva está ligado também à noção de *Agribusiness*. Esse termo se refere ao conjunto de todas as operações que englobam a produção e distribuição de insumos para a atividade rural, como armazenamento, processamento e distribuição de produtos e subprodutos agrícolas (Castro et al., 1998). Essa noção apareceu inicialmente na *Boston Conference on Distribution of Agricultural Products*, em 1955, e se consagrou com o livro – *A Concept of Agribusiness*, publicado em 1957, de autoria de Davis e Goldberg, vindo a ampliar as costumeiras análises estanques da atividade agropecuária (Castro et al., 1998). A concepção de cadeia produtiva remete também à Wallerstein e sua teoria do Sistema-Mundo (*World-System Theory*), sendo aprofundada por Gereffi na abordagem *Global Commodity Chains* (Araki, 2007), que proliferou em diversos estudos na década de 1980.” (LEÃO E VASCONCELOS, 2015, p.1234-1235). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n4/1984-0470-sausoc-24-04-01232.pdf>

A trajetória que se faz para realizar esta pesquisa é permeada de vivências, seja na dimensão pessoal, onde minhas raízes campestres datam de gerações, e na formação acadêmica, cursando disciplinas na graduação. Este foi o ponto de partida que me levou ao processo de construção deste estudo.

A experiência com o universo rural intensificou-se quando exerci a função de assessora sindical na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí, FETAG-PI<sup>2</sup>, entre os anos de 2007 a 2011, trabalhando diretamente com as juventudes rurais no Estado. No exercício da função desenvolvi projetos, atividades como o Festival Estadual da Juventude Rural (2ª edição), programas como o Consórcio Social da Juventude Rural e processos formativos político-sindical, no intuito de possibilitar o esclarecimento para as juventudes sobre a valorização do espaço rural, geração de trabalho e renda, a importância da formulação e implementação de políticas públicas tanto para o campo em geral como para o segmento juvenil, dentre outras temáticas e discussões.

Portanto, essa vivência conduziu-me a questionar e refletir sobre as realidades que se produzem em torno das juventudes, sejam elas do campo ou da cidade, mas principalmente do campo, que sofrem mazelas mais acentuadas no tocante ao acesso à educação de qualidade, geração de trabalho e renda, esporte e lazer.

Quando assessorei o Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais de União-PI, me relacionando diretamente com a categoria de assalariados rurais, principalmente os que trabalhavam nos canais do município, pude participar mais de perto da formulação e concretização de ações em prol dessa categoria, como acompanhando seus processos jurídicos, as assembleias da categoria, visitas ao campo de trabalho e participando de atividades culturais promovidas pela entidade que os representava naquele momento<sup>3</sup>, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares - STRAAF<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup>“Trata-se de uma entidade sindical de 2º grau filiada à CONTAG. Surge no cenário do Estado em 19/12/1970, a partir de uma articulação de 05 (cinco) sindicatos de trabalhadores rurais- Teresina, Amarante, Angical, Campo Maior e Monsenhor Gil. Somente na década de 1980, com abertura política no país, a FETAG-PI e os Sindicatos filiados passam a redefinir espaços e papéis incluindo novas temáticas na pauta do Movimento Sindical de Trabalhadores (as) Rurais MSTTR, antes não trabalhadas em virtude da conjuntura política nacional. Atualmente a FETAG-PI representa 224 Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados, possuindo capilaridade em todo o território piauiense. Está organizada em 16 pólos sindicais, com 1 coordenador e um suplente que representa a FETAG-PI nas regiões onde coordenam os trabalhos”. (<https://www.fetagpi.org.br/index.php?link=pagina&id=12>)

<sup>3</sup>Em junho de 2015, foi fundado o Sindicato dos/as Trabalhadores/as Assalariados Rurais, desvinculando a categoria assalariada rural do quadro da entidade sindical que representa os Trabalhadores/as Rurais e Agricultores/as Rurais. A sigla da entidade é provisória, sendo STAR, orientada pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores/as Rurais – MSTTR.

<sup>4</sup>Nova nomenclatura do Sindicato dos/as Trabalhadores/as Rurais que passa se chamar – Sindicato dos Trabalhadores, Agricultores/as Familiares – STRAAF. A razão da mudança de nomenclatura foi devido a retirada da categoria assalariada rural, a qual o STRAAF, não representa mais. Para efetivar essas

Em meio à essa vivência com os trabalhadores assalariados rurais da cadeia produtiva da cana de açúcar, observei o cotidiano, a forma como se expressam, que características os marcam, o denominam, como identificam uns aos outros (apelidos), e como se referiam ao trabalho nos canaviais – como pesado, mas necessário – e que uma parcela significativa desses trabalhadores era composta por jovens que mantinham um cotidiano de trabalho exaustivo. Essa realidade tornou-se uma preocupação constante durante minhas observações e reflexões sobre as questões que envolvem a juventude rural.

Observei de perto que os trabalhadores - tanto jovens como não jovens - transitavam entre dois lados, isto é, entre o espaço rural e a cidade, entre a agricultura familiar e a monocultura canavieira. Esse transitar se configura ou em mudança, para a periferia da cidade com o intuito de conseguir emprego de carteira assinada, ou em manutenção, facilitando o deslocamento para o trabalho nos canaviais. Aos que moram na zona rural – localidades, sítios, ou assentamentos – deslocam-se diariamente para o trabalho nos canaviais exigindo maiores sacrifícios a fim de manter um vínculo maior com a família e seu lugar de origem.

Em 2013, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União<sup>5</sup> em parceria com os Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teresina, e Sindicato de Trabalhadores Rurais de José de Freitas (que possuem uma parcela de trabalhadores nos canaviais) planejaram uma greve dos trabalhadores para fazer vigorar o acordo coletivo, o qual a empresa se recusou em dar qualquer outro benefício aos trabalhadores assalariados rurais empregados em seus canaviais, barrando a continuidade da negociação.

A greve não foi concretizada. Uma parcela de trabalhadores se manifestou para não levar à frente o indicativo de greve ou as reivindicações pelo cumprimento da hora “in tinere”, do fornecimento de água gelada no campo, aumento do piso salarial mais cesta básica mensal para firmar o acordo coletivo. Mas...Por quê? Essa questão que me indignava. Observei o conformismo e o discurso de alguns trabalhadores justificando a situação de que “é melhor tá empregado, do que sem nada”. Algumas questões fizeram-me refletir: Quais as condições de vida dos trabalhadores assalariados antes e durante o assalariamento na cadeia produtiva da cana? Como esclarecer para os trabalhadores sobre as condições e relações de trabalho estabelecidas? E os jovens reconhecem que são explorados? Por que desistem da agricultura

---

transformações foi realizada uma assembleia no dia 28/06/2015 para que fosse legitimado junto aos trabalhadores a fundação do Sindicato dos Trabalhadores/as Assalariados/as Rurais da Regional União, que representa trabalhadores e trabalhadoras assalariadas dos municípios de União, José de Freitas, Miguel Alves e Lagoa Alegre.

<sup>5</sup>Nomenclatura utilizada pelo sindicato até início de 2015, visto que, com a mudança estatutária da entidade sindical, uma nova nomenclatura foi adotada devido ao desmembramento dos/as trabalhadores/as assalariados/as rurais para fundarem um sindicato específico que represente a categoria.

familiar? Por que se submetem ao trabalho nos canaviais? Essas questões inicialmente instigaram a busca de respostas, à medida que mantinha aproximação com a realidade destes trabalhadores.

As respostas para essas questões busquei ao refletir sobre as formas de resistências cotidianas camponesas teorizada por Scott (1985;1990; 2002), Menezes (2002) e M. S. da Silva (2011), que apontam micro resistências, isto é, ações individuais que caracterizam essa oposição à exploração ao trabalho a que são submetidos, visto que uma porcentagem significativa dos trabalhadores não participa diretamente das ações coletivas de resistência, como paralisações e greves promovidas pelo sindicato.

A militância política sindical em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, na luta por melhoria nas condições de vida e implementação de políticas públicas e da vivência cotidiana com a realidade dos povos do campo muito influenciaram para minha decisão de estudar o cenário que se configura para os trabalhadores assalariados rurais em meio a expansão do agronegócio canavieiro, de tal forma a compreender como se processam as identidades dos jovens que estão inseridos neste mercado de trabalho, mais especificamente no local já apontado.

Entendo que estudar sobre a constituição das identidades dos jovens assalariados rurais da cadeia produtiva da cana de açúcar especificamente, envolve analisar o contexto relacional em que estão inseridos – rural e urbano –os quais são determinantes para posicioná-los sócio culturalmente e orientar suas representações e escolhas. Ao investigar sobre as identidades dos jovens, considero o trabalho como elemento central para essa análise, visto que levanta aspectos como racionalidade, responsabilidade, *status*, reconhecimento, dignidade, independência e realização pessoal, que compõem atributos nas identidades vinculadas ao mesmo, e ainda destacando variáveis importantes como classe, faixa etária, gênero, etnia e cultura.

Assim, à medida que os jovens negociam sua força de trabalho no agronegócio canavieiro para o exercício de funções como corte, adubo, plantio dentre outros, ocorre a garantia de remuneração que possibilita uma projeção de consumo maior, onde desenvolvem certos hábitos de vida peculiares aos valores e estilos de vida urbanos. Tal realidade, como observado, produz rebatimentos no campo relacional dos sujeitos e, por decorrência, em suas identidades.

Esses aspectos citados tornam-se ainda mais instigantes em meio as novas configurações que se efetivam no campo piauiense com a expansão e cultivo da monocultura pelo Estado, enquanto efeito do modelo de desenvolvimento que está sendo gestado. Neste

cenário da pesquisa elegi por objetivo geral delinear o processo de constituição das identidades dos jovens assalariados rurais que trabalham na cadeia produtiva da cana de açúcar na usina COMVAP/Olho D'água no município de União-PI.

Quanto aos objetivos específicos apresento os seguintes: 1) Configurar o histórico da usina COMVAP no município de União-Piauí, desde seu surgimento até os dias atuais; 2) Identificar a evolução do setor sucroalcooleiro piauiense a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho; 3) Analisar os espaços e condições de trabalho dos jovens assalariados rurais na cadeia produtiva da cana de açúcar; 4) Detalhar as características e ancoragens identitárias construídas e negociadas a partir da sua inserção na cadeia produtiva da cana de açúcar; 5) Identificar os projetos individuais que os jovens constituem para suas vidas a partir do trabalho assalariado e; 6) Constatar como as identidades são acionadas nos espaços de sociabilidades que transitam.

Para orientar a análise da questão principal da pesquisa, parto da hipótese de que os jovens assalariados rurais, ao se inserirem no mercado de trabalho na cadeia produtiva da cana de açúcar Unionense, acionam a identidade rural, reconhecendo que o trabalho desenvolvido nos canaviais é de cunho rural e que, para exercê-lo, o aprendizado ocasionado anteriormente no seio familiar muito contribui para o seu desempenho. Assim, os jovens que moram na periferia da cidade (ponta de rua), e os que moram na zona rural se reconhecem enquanto jovens trabalhadores rurais.

Esta condição apresentada interfere na forma como os jovens assalariados rurais que trabalham na usina COMVAP/Olho D'água se percebem e são percebidos, de tal maneira que, ao acionarem e negociarem suas identidades a partir do trabalho que exercem, dos projetos de autonomia que constroem e nos espaços de sociabilidade que transitam, mostram sua relação com o espaço rural.

Para apreender sobre essa proposição de maneira sistematizada e teórico-metodologicamente fundamentada, priorizo as categorias analíticas agronegócio, trabalho assalariado, juventude e identidades, as quais são aprofundadas de maneira a permitir a compreensão das metamorfoses e novas dinâmicas que se constroem no campo piauiense no tocante à inserção dos jovens no cenário da monocultura canavieira.

Assim, faço uma apresentação geral das diversas contribuições teóricas acerca de como se processam as transformações no espaço rural no cenário da atualidade no Brasil, mediante a intensa reestruturação do capitalismo contemporâneo, representado pela hegemonia industrial e urbana na metade do século XX, o qual se instala também no campo, estreitando e diversificando as relações entre os espaços rural/urbano.

Em seguida, transcorro mais detidamente sobre a expansão deste fenômeno, a partir dos paradigmas sobre território nas ciências sociais, como elucida Schneider (2009), onde reporto a discussão sobre desenvolvimento para retratar os impactos e efeitos gerados pelos modelos de desenvolvimento que predominam no campo e os projetos que os estabelecem, concretizando duas agriculturas – agricultura familiar e o agronegócio, vindo a resultar na geração de um intenso conflito social, direcionando os parâmetros do modelo econômico de desenvolvimento do sistema capitalista para o campo brasileiro. Ainda enfatizo sobre a modernização da agricultura no país, especificamente, no estado do Piauí, que resultou na configuração e expansão do agronegócio e dos impactos sobre a agricultura familiar.

Em segundo momento, discorro sobre a implantação da atividade canvieira no Brasil, apontando seu avanço, declínio e renascimento, visto que, em seguida reporto-me a produção da cana de açúcar no estado, destacando a implementação da primeira agroindústria canvieira do Piauí, a COMVAP/Olho D'água. É nesse momento que me detenho em apresentar a formação sócio-histórica do município de União, *locus* da pesquisa e suas características fisiográficas, socioculturais, políticas e econômicas.

Os passos seguintes, nesse segundo momento referem-se a instalação da usina COMVAP, representando o início da expansão da monocultura canvieira no Estado, onde volto no tempo com a ajuda de ex-trabalhadores/as e moradores/as expulsos/as das terras em que foi instalada a usina inicialmente para compreender e apresentar fatos que constituem a história dessa usina. Encerro esse momento tratando das transformações no negócio canvieiro no Estado com a compra da usina COMVAP pelo grupo pernambucano Olho D'água, que instala uma nova dinâmica na produção, relações e condições de trabalho nos canaviais piauiense nos moldes do agronegócio.

Em terceiro momento, atendo-me em discutir sobre as categorias juventudes, trabalho assalariado e identidades, na perspectiva de primeiramente tratar sobre a conceituação de juventudes (ABRAMO, 2005; CASTRO, 2009; M .V. SILVA, 2012), destacando as juventudes rurais, em especial, os jovens que trabalham nos canaviais da usina COMVAP, sujeitos principais desta pesquisa. Em seguida, trato sobre as mutações no mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva que perpassa desde mudanças objetivas do mundo do trabalho, precarização do trabalho e pressão por produtividade, até chegar à subjetividade dos trabalhadores, com a criação de novas necessidades, novas formas produtivas de trabalho, novas identidades e aprofundamento das desigualdades que refletem diretamente na cadeia produtiva da cana de açúcar.

As condições, relações e espaços de trabalho, constituem outro passo nesse terceiro momento da pesquisa, em que detalho sobre o cotidiano no eito da cana o processo do corte da matéria prima, a organização da produção diária, a convivência entre os trabalhadores e com os fiscais, discutindo os aspectos materiais e culturais do trabalho e como as transformações nesse universo se expandem no campo.

Partindo das falas dos ex-trabalhadores/as e dos jovens trabalhadores de hoje na usina atendo-me em tratar sobre as expressões de resistência em oposição a exploração e assujeitamento que passaram e passam esses sujeitos no cotidiano do eito. Busco apontar, nas vozes desses sujeitos, indicativos das possíveis estratégias e formas de resistência em meio a dominação e exploração de seus corpos e força de trabalho (SCOTT, 2002; SILVA, M. V., 2011; MENEZES, 2002) nos canaviais em busca de sustento.

O processo de constituição das identidades dos jovens pesquisados estabelecem a última categoria discutida. Após apresentar um cenário geral e local, e versar sobre trabalho e juventude, teorizo sobre as identidades, entendendo-as como relacionais e negociáveis, vinculadas também a condições sociais, materiais e simbólicas. Posteriormente a essa etapa, direciono a discussão para a construção dos seus projetos de autonomia/de vida – quais são? De onde se originam? E o que têm feito para concretizá-los? Por fim, busco interpretar os sentidos e significados da relação rural/urbano vivenciada pelos jovens ao construírem suas identidades, a partir do trabalho na COMVAP/Olho D'água, e como as negociam nos espaços de sociabilidades que transitam

Em meio as idas e vindas, entre o rural e o urbano dou destaque as situações de ausências e desigualdades sociais e materiais, as quais contribuem para a produção de estigmas, devido à condição de pobreza, averiguando se há a adoção de um comportamento e posição baseados no estilo de vida urbana, principalmente pelos jovens assalariados rurais que residem na cidade, e que relação mantêm com o campo, além do trabalho pesado e penoso exercido nos canaviais. Os jovens assalariados rurais, como as demais juventudes, de alguma maneira também se situam em meio ao cenário global de transformações, adaptando-se às condições que lhes são impostas, conforme encontrei no campo.

Estudos sobre a constituição das identidades juvenis no espaço rural, realizados por M. V. da Silva (2011), no Piauí, indicam a relevância de pesquisar sobre os processos sócio-culturais desencadeados por influência das mudanças político-econômicas de âmbito global que marcam o Estado, em decorrência da implantação e ampliação de grandes projetos econômicos de desenvolvimento no espaço rural, como o agronegócio da monocultura granífera que acontece no sudoeste e sul do Piauí.

Outro exemplo de pesquisa sobre constituição de identidades juvenis rurais, é a investigação realizada por Cavalcante (2014, p. 18), que faz uma abordagem do trânsito migratório de jovens para o setor da construção civil, buscando “compreender as identidades juvenis rurais na contemporaneidade a partir de processos sociais desencadeados pela migração ocorrida em contextos de relações locais/globais e pelas trocas rurais/urbanas”.

Essas pesquisas confirmam a necessidade de ampliar os estudos que visam compreender e interpretar a complexidade que envolve as relações sociais nos meios rural/urbano e de territorialidades diferenciadas como é o caso da realidade da agricultura familiar e da agricultura sucroalcooleira. À medida que a academia avança nas pesquisas sobre o agronegócio em outros contextos piauienses, e sobre os sujeitos que compõe o seu cenário, em especial os jovens, como a principal força de trabalho utilizada, manifesta-se a relevância de também adensar e ampliar as pesquisas sobre o agronegócio para/em outras paisagens, sujeitos e contextos, como proponho neste trabalho.

Do modo como compreendo a questão, pesquisar o cenário da cadeia produtiva da cana de açúcar na região norte do Piauí mostra-se como uma relevante forma de analisar os reflexos das transformações no mundo do trabalho, resultantes do agronegócio; realidade da internacionalização do capitalismo, que se expande redefinindo as relações não capitalistas, as quais alteram as condições de vida no campo, bem como as dimensões simbólicas partilhadas em tais espaços, interesse particular da pesquisa.

No que se refere aos sujeitos participantes da pesquisa, elegi os jovens assalariados rurais com faixa etária entre 18 a 29 anos<sup>6</sup>, que trabalharam nos canaviais da usina COMVAP/Olho D’água durante e após o período da safra da cana de açúcar de junho a dezembro de 2015, moradores da zona rural e/ou bairros periferia da cidade de União-PI, tendo em vista que até o presente momento não há pesquisas acadêmicas voltadas diretamente para a compreensão dos processos identitários que são produzidos junto a tal segmento pela dinâmica da agroindústria canavieira no Piauí.

De toda forma, os sujeitos principais da pesquisa, os jovens assalariados rurais, são entendidos como jovens rurais, independente do lugar que vivem – zona rural ou urbana – mas pela forma que se classificam.

Outros sujeitos são acionados durante a pesquisa para construção de informações como a direção do Sindicato dos/as Trabalhadores/as Assalariados/as Rurais da Regional de

---

<sup>6</sup>Ao trabalhar com a categoria social juventude, é importante frisar que cada sociedade pode adotar um conceito e definir idades diferentes para identificar a mesma, sendo que na pesquisa faço um recorte etário baseado no que fica definido pela Lei nº 12.852 de 05/08/2013 do Estatuto da Juventude brasileira, onde especifico a idade a partir de 18 anos devido ao ingresso formal no mercado de trabalho, de uma certa juventude.

União, Lagoa Alegre e Miguel Alves-PI – STTAR, e do STRAAF-União no que se refere a contratação de jovens para o trabalho nos canaviais, rotina de trabalho, onde moram, espaços de sociabilidades dentre outras questões, pois os mesmos foram o meio para se chegar até os jovens assalariados rurais nos canaviais.

A direção desses sindicatos forneceram o suporte de transporte e apoio para o livre acesso aos canaviais (COMVAP/Olho D'água e Comvapinhas), onde acompanhei os sindicalistas durante as visitas de campo transitando nos espaços necessários e nas atividades fora dos canaviais, como nas assembleias, reuniões e torneio de futebol para a categoria e outros ainda por serem identificados, com o intuito de observar e fazer contato com os jovens pesquisados, como também identificar outros possíveis sujeitos que pudessem contribuir para o aprofundamento da pesquisa.

O campo de pesquisa que delimito está no município de União, no estado do Piauí, localizado a 56 km da capital Teresina. A razão de escolha deste município para desenvolver a pesquisa, é devido ao fato deste sediar a única empresa do setor instalada no Piauí, e que a mesma contrata a maior quantidade de mão de obra para o trabalho nos canaviais sai do município em análise, seja para a COMVAP/Olho D'água, seja para as empresas terceirizadas que fornecem cana de açúcar, denominadas de Comvapinhas.

Tomo a COMVAP/Olho D'água – Companhia Agroindustrial do Vale do Parnaíba<sup>7</sup> Ltda. – a única usina de cana de açúcar do Piauí atualmente em funcionamento, como local específico de estudo dada sua relevância no negócio sucroalcooleiro. A época de sua implantação registra de 1979 no âmbito do programa Proálcool (1ª fase 1975-1979), recebendo apoio do governo estadual através da construção de estradas vicinais e ampliação da rede elétrica. O Grupo pernambucano Olho D'água adquiriu a COMVAP em 2002, a única usina de produção de álcool, açúcar e etanol do Piauí até o momento, imprimindo uma nova dinâmica à realidade local, conduzindo efetivamente ao agronegócio.

Familiarizada, de certa forma, com o universo social da pesquisa devido à minha experiência profissional, procurei fazer um percurso teórico metodológico que me fizesse repensar sobre minha leitura inicial do fenômeno, e refletir sobre os achados encontrados no caminho e entre as pedras deste caminho. Dessa forma, ao experienciar determinada realidade através da ótica de outros, fez-se necessário colocar entre parênteses as minhas suposições sobre ela, para poder captar a essência do fenômeno.

---

<sup>7</sup> O nome da usina COMVAP, após a fusão com o grupo Olho D'água teve mudança na sua nomenclatura, passando a se chamar: COMVAP açúcar e álcool LTDA.

Por conseguinte, pesquisar sempre é um desafio, e a inserção no campo de pesquisa foi uma aventura socioantropológica. Ouvir falar sobre algo, nos possibilita imaginar como seja o objeto descrito, falado; mas ver com seus próprios olhos pode se caracterizar uma outra dimensão. Foi assim quando em pleno mês de setembro de 2015, sob sol escaldante do “B-R-Ó-BRO”<sup>8</sup> piauiense adentrei os canaviais da empresa COMVAP/Olho D’água deparando-me com a realidade da rotina e condições de trabalho de trabalhadores jovens e não jovens durante o corte da cana de açúcar.

Foi neste ponto de partida que enveredei pelo “mar de cana” verde e queimada, com a perspectiva de reinaugurar meu olhar, visto que o objeto de estudo sempre pareceu-me tão próximo e familiar, mas enquanto pesquisadora precisei exercitar o estranhamento, fazer luzir o aspecto inédito do objeto, como afirma Da Matta (1978) ao explicar sobre o exercício do ofício de antropólogo, o qual requer a necessidade de “vestir a capa”, isto é, aprender a realizar a dupla tarefa de transformar o exótico no familiar e/ou transformar o familiar em exótico.

Essas transformações antropológicas citadas por Da Matta conduzem a um encontro, e nesse caso, é a direção ao ato de estranhar, percebendo nuances antes não observadas, e enxergar aspectos da vida, trabalho e identidades dos jovens assalariados rurais comvapeiros<sup>9</sup> do seu cotidiano.

As escolhas teóricas que fiz refletem nas questões metodológicas e no direcionamento do meu olhar para o campo de pesquisa, o que de fato condensa o sentido de que, para compreender a realidade social, parto da descrição dos aspectos objetivos para compreender os subjetivos, apontando a necessidade de combinar análises estruturais e processuais que enfatizem tanto a dimensão histórica dos processos sociais, como a compreensão subjetiva da atuação dos sujeitos no curso de uma atividade concreta.

Nessa perspectiva, conforme Boaventura Santos, a sociologia deve procurar superar “a oposição fictícia entre o objetivismo e subjetivismo, uma vez que a experiência das significações faz parte da significação total das experiências” (SANTOS, 1989, p.32), por essa vereda constituí a teia metodológica que norteia a pesquisa.

Os caminhos que trilhei conduziram-me a classificar esta pesquisa como qualitativa, na busca de compreender de maneira detalhada os sentidos e características situacionais observadas em campo e apresentadas pelos sujeitos, em consonância ao que Richardson

---

<sup>8</sup> Designação popular para referir-se aos meses mais quentes do ano no Piauí, correspondendo aos meses de setembro, outubro e novembro, chegando a uma temperatura média de 42 graus Celsius.

<sup>9</sup> Denominação de reconhecimento dos trabalhadores nos canaviais da agroindústria COMVAP/Olho D’água.

(2012) sugere acerca de tais estudos. Esta pesquisa é marcada por aspectos que demandam abordagem do campo sociológico, como também de alguns aspectos antropológicos, vez que destaca as especificidades de um “fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1987, p.55), de sua manifestação particular numa dada realidade. Busco construir na pesquisa o conhecimento partindo de uma realidade concreta dada e avançando no desvelamento de suas singularidades e particularidades. Significa dizer que, por mais que se conheça a realidade pesquisada, sempre há nuances a serem revistas com o anseio teórico, com um caráter diferente do que despertava a visão comum anterior sobre esta realidade.

Destarte, na busca de conhecer o real para dirimir dúvidas e guiar a ação numa perspectiva transformadora, escolhi o método marxista para orientar a interpretação da realidade de forma dinâmica e totalizante sobre o fenômeno investigado. Mas, por uma ótica que reconhece a produção de simbologias através das materialidades, “não se devendo entender os fatos sociais isoladamente ou abstraídos da influência política, econômica e cultural” (GIL, 1999 p. 40), pois, como verificado no campo de pesquisa, há uma necessidade de interpretar como as materialidades (o trabalho) determinam a construção das subjetividades dos jovens, principalmente ao acionar e negociar as suas identidades.

Ao tratar sobre a pesquisa qualitativa, Triviños (2008) baseia-se especificamente na fenomenologia e marxismo, apontando dois tipos de enfoque – os subjetivistas compreensivistas e os enfoques críticos-participativos com visão histórico-estrutural. O primeiro enfoque privilegia os aspectos conscienciais, subjetivos dos atores – percepções processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural, da realidade a-histórica, de relevância dos fenômenos pelos significados que eles têm para o sujeito que acomodam a metodologia compreensivistas. O segundo trata da dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer (através das percepções, reflexão e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos, com base no método marxista.

A utilização de técnicas investigativas empregadas na pesquisa são uma via de acesso para atingir os objetivos propostos da mesma, e denotam o lugar no qual se situa a pesquisadora. Fiz uso da revisão bibliográfica, análise documental e reportagens, observação participante, e entrevistas individual e grupal.

Quanto aos instrumentos da pesquisa, o uso do diário de campo foi imprescindível para registrar o cotidiano do estudo, das percepções, das inquietações dos sentidos e significados expressos pelos sujeitos na pesquisa, tanto dos jovens, quanto de outros sujeitos. Através deste instrumento de pesquisa, anotei as impressões que tive de determinado contexto

ou situação, comentários de informações extras fornecidas pela família, de dados dos censos, estatísticas, contatos para a realização das entrevistas, além de *insights* analíticos.

Registrei falas, nomes, lugares, paisagens, dinâmicas de trabalho e do campo, “escritos carregados de afeição” (BRANDÃO, 1982, p. 12), com o intuito de rememorar os momentos vivenciados junto ao/no campo de pesquisa com os sujeitos pesquisados e entrevistado, tornando-os fonte histórica que pode ser arquivados, e ainda usados como/para técnica de reconstrução histórica dos sujeitos em vários aspectos, exigindo uma postura disciplinada, e um grande esforço de memória e respeito aos sujeitos da pesquisa, evitando uma violência simbólica (WITHAKER, 2002).

Outros instrumentos vitais foram o gravador e a câmera fotográfica, ambos utilizados com a missão de também registrar as falas dos entrevistados e as imagens de situações avaliadas como relevantes para o processo de reflexão e interpretação das informações construídas. Conforme Peter Loizos (2003), o uso de fotos e de vídeo como método de pesquisa qualitativa, aborda três razões importantes: 1) o poder da imagem como registro, embora restrito; 2) a possibilidade de emprego da imagem na construção de dados primários; e 3) influência crescente da imagem no mundo que vivemos; assim propiciando uma leitura visual do contexto vigente.

Para o processo de construção das informações, utilizei a técnica da observação participante em tempo real, possibilitando verificar detalhes da situação (RICHARDSON, 2012, p. 216). Segundo Cicourel (1990) a importância da observação participante como um processo que mantém a presença do observador numa situação social é imensa, pois contribui para que este faça parte do contexto de observação ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este cenário. Seguindo esses parâmetros, adotei a observação participante para adentrar no cotidiano do trabalho nos canaviais, desde seu trajeto, relações entre os jovens trabalhadores, às condições de trabalho; e ainda por outros espaços de sociabilidade que frequentam em comum, como torneio de futebol dos assalariados rurais promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União-PI.

Contudo, expresso que mais observei do que participei destes contextos e momentos de sociabilidade com e entre jovens, por isso, o termo “observação observadora” (BARBOSA, 2006), se adequa bem ao exercício do olhar para o outro, ou outros realizado nesse processo. A exposição de Cardoso (1986) sobre a observação faz o indicativo da importância da pesquisadora valorizar a observação tanto quanto a participação, pois a observação antecede a condição para o contato que promove o afeto e a razão. Por isso, “observar, é contar, descrever e situar os fatos únicos e os cotidianos, construindo cadeias de significação”

(CARDOSO, 1986 p.103), e essa forma de observar sugere um investimento por parte da pesquisadora de seu próprio modo de olhar.

Para o entendimento da dinâmica aplicada para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, o contato com o campo (literalmente me refiro aos canaviais) foi o de abrir os olhos, onde pude utilizar como aparato de orientação o ato de olhar, ouvir e escrever, em que mais, de fato, vi e escrevi, já que a labuta nos canaviais pouco permitiu conversas. Mas foi com essa forma de adentrar inicialmente no universo do trabalho dos jovens, a qual também permitiu a ajuda de um ex-trabalhador, que consegui um contato para o segundo passo – as entrevistas.

Como uma parcela significativa das pesquisas sociais e qualitativas se baseiam na entrevista, e já que não existe uma forma ideal para interpretar os dados construídos a partir dela, fiz a escolha por essa técnica que muito acrescentou para gerar resultados e identificar pontos conflitivos e/ou divergentes na investigação.

A entrevista semiestruturada, de cunho tanto individual como grupal, foi uma técnica adequada para a construção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (SELLTIZ,1967, apud GIL, 1999). Essa técnica privilegiou a presença da pesquisadora, oferecendo todas as perspectivas possíveis para que o informante alcançasse a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 2008, p.146).

As entrevistas consistiram em um processo de interação social, de maneira a estabelecer uma relação dialógica, onde minha condição de ex-assessora no STRAAF, e a presença do informante muito contribuiu para a efetivação das mesmas. Os locais para a realização das entrevistas foram o sindicato (entrevista grupal), e as residências dos jovens na cidade ou no campo, nunca no local de trabalho, devido ao fato de os mesmos acharem que poderiam sofrer represálias por parte dos fiscais.

Ao realizar a entrevista com os jovens em casa, geralmente toda a família sentava para ouvir, e às vezes privando-os de sua liberdade de falar<sup>10</sup>, ou então fornecendo informações importantes, como sobre o lugar que moravam, razões dos próprios jovens estarem no trabalho nos canaviais e sobre suas ansiedades e desejos quanto ao futuro dos jovens. Essas informações foram de suma importância para o conhecimento da realidade do

---

<sup>10</sup>Quando ocorria a intromissão interrupta da família que dificultava a fala do jovem, algumas respostas eram dadas durante a conversa na despedida, na ausência da mãe para fazer outra coisa.

lugar que moram, das razões que os motivaram a enfrentarem o trabalho nos canaviais e perceber como o núcleo familiar funciona.

Um ponto que deve ser ressaltado no tocante às entrevistas principalmente com os jovens, é a quantidade de entrevistas individuais realizadas as quais totalizaram em seis, embora o número de jovens contatados foram vinte, onde estes estavam trabalhando no período da safra de 2015, sendo que nem todos estes se comprometeram em contribuir com a pesquisa. Outro fator que dificultou a realização das entrevistas foi a marcação do horário para a realização das mesmas pois a carga horária de trabalho tornou-se conflituosa com a assunção desses compromissos. Mas, com a ajuda do informante, consegui marcar entrevistas nos dias de folga desses jovens o que era uma vez por semana.

Contudo, a alternativa pela entrevista focal foi uma alternativa viável para reunir-me com os jovens, construir informações e propiciar um momento de integração. Então, sete outros jovens (não os que realizaram as entrevistas individuais) se propuseram a participar desse momento, onde fiz um roteiro com tópicos diretivos os quais orientavam as falas. Assim no total foram entrevistados treze jovens.

O fato de não entrevistar somente jovens moradores da zona rural, foi uma forma de poder perceber como a constituição das identidades – trabalhador rural e comvapeiro – se unem tanto para os jovens que residem na zona rural e urbana, visto que ambos afirmam serem trabalhadores rurais, mesmo vivendo em zonas diferentes.

As entrevistas da pesquisa foram realizadas com quatro grupos específicos: a) os jovens assalariados rurais que trabalham nos canaviais, em que realizei 06 entrevistas individuais e uma grupal, com a participação de 07 jovens; b) dirigentes do sindicato que os representa, em que efetivei 03 entrevistas; c) agricultores/as que vivenciaram o período de implantação da agroindústria COMVAP, em que foram 02 entrevistas; e d) homens e mulheres que trabalharam na COMVAP antes da sua compra pelo grupo Olho D'água, em que realizei 06 entrevistas.

As entrevistas realizadas com os jovens foram baseadas em um roteiro de perguntas, orientadas por tópicos específicos como: relação rural/urbano; definição de juventudes-ser jovem; relação com o trabalho da agricultura familiar e o trabalho assalariado; como se reconhecem, se identificam a partir do trabalho; projetos para o futuro e familiar; acesso à mídia e consumo; locais de sociabilidades.

Para a interpretação das informações de documentos, reportagens e das falas dos/as entrevistados/as faço uso da técnica análise de conteúdo com delineamento, com a intencionalidade de “trabalhar com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística

através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação” (CAREGNATO E MUTTI, 2006 p. 683-684), e ainda na busca do significado de materiais textuais, consistindo na interpretação teórica das categorias que emergem do material pesquisado, segundo Appolinário (2006).

Compreendo que para a concretização da pesquisa foi essencial a concordância dos participantes em colaborarem com a mesma, conforme Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde. Outra ressalva importante a ser mencionada durante o procedimento desta pesquisa é que a participação dos sujeitos esteve pautada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que, conforme orientação da Resolução citada, se fez necessário como condição de consentimento livre de colaboração com o trabalho; de tal forma a esclarecer aos sujeitos da pesquisa as condições, objetivos e demais aspectos desta pesquisa, dando-lhes liberdade para participar ou não da mesma e ainda retirarem-se da colaboração em qualquer tempo em que considerem como conveniente, sem sofrerem qualquer represália.

Os sujeitos dessa pesquisa foram identificados por nomes fictícios, com a intencionalidade de resguardar suas identidades, em caso de represálias futuras. Suas falas registradas nas análises estarão sempre reconhecidas.

É pelas orientações aqui expostas que o presente estudo se orienta, de modo a perseguir a consecução dos objetivos propostos, mas realçando a observação do bom proceder científico e respeitadora relação com o campo e os sujeitos da pesquisa.

## **2. RURALIDADES, TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

Ao analisar as ruralidades e territorialidades em suas complexidades, se faz necessário tratar das vertentes teóricas que vigoram no debate brasileiro, na perspectiva de conceituar e interpretar as transformações ocorridas no espaço rural e suas dinâmicas. Na minha compreensão as mudanças que ocorrem no campo refletem a dinâmica e desenvolvimento do capitalismo contemporâneo no Brasil e no mundo, implicando na modernização da agricultura de forma a contribuir para a disparidade entre os dois modelos de agricultura – agronegócio e agricultura familiar - em disputa no cenário atual; engendrando impactos particulares para o campo e os modos de vida partilhadas.

Neste momento inicial, trato sobre a importância da evolução das ruralidades como categoria sociológica, bem como das perspectivas teóricas que norteiam e justificam as complexidades e metamorfoses ocorridas no mundo rural, como: o novo rural ou o rurano, o rural como categoria social e o rural como espaço territorial. As territorialidades, é uma questão levantada nessa construção teórica enquanto dimensão analítica que também se relaciona com o mundo rural dando sustentação para abordar a questão do desenvolvimento.

Em seguida percorre a modernização da agricultura fundamentada em preceitos capitalista moderno focando os projetos de desenvolvimento no país e no estado, expressos nos avanços do agronegócio e a repercussão junto a agricultura familiar. Outro aspecto apreciado, é o relacionado com o agronegócio canavieiro/sulcrocroleiro no Brasil e suas repercussões em âmbito estadual e local.

### **2.1 AS ABORDAGENS TEÓRICAS NA ANÁLISE DAS RURALIDADES NO CONTEXTO BRASILEIRO**

O ritmo das mudanças que ocorrem no espaço rural, tem conduzido a muitos/as pesquisadores/as de diversas áreas de conhecimento, mas principalmente das ciências sociais a constituírem pressupostos teóricos de análise para discutir “o rural como categoria de pensamento e categoria analítica” (CARNEIRO, 2012 p.23), o examinando como “parte de uma forma de construção social da realidade” (MARTINS, 1981 p.13) que se delinea complexa.

A reestruturação do capitalismo contemporâneo representado pela hegemonia industrial e urbana na metade do século XX no Brasil, impulsionou o debate acerca das particularidades dos espaços rural e urbano, acarretando a composição de novos olhares sobre

a relação estabelecida entre estes. A constituição de novas e diferentes dinâmicas, que se configuram no campo brasileiro tem gerado controvérsias no tocante ao “fim do rural”, o que se daria com a crescente urbanização nos espaços.

O debate sobre ruralidades atualmente se configura no cenário brasileiro contemporâneo, entorno de três vertentes teóricas: a primeira é “o novo rural ou o rurano”, que parte da oposição entre rural/urbano, onde o rural está associado ao atraso, e o espaço urbano está definido como lugar de desenvolvimento. Esta perspectiva enfatiza o fim do rural por via da urbanização do campo, que influenciou as ideias de José Graziano da Silva.

A segunda tem entre suas representantes, Maria José Carneiro que contraria a ideia de extinção do rural, mas que reconhece a relação entre esses dois espaços como dialética. A autora tem o rural como uma categoria social realizada - que reconhece a permanência do rural como uma forma cultural manifestada pela existência das ruralidades através da tendência da expansão de atividades não agrícolas em áreas rurais, e outras atividades voltadas para novos meios alternativos de vida e lazer integrando o espaço rural, onde essas atividades indicam uma revalorização do rural com uma conotação bucólica do mesmo.

A terceira perspectiva de destaque é apresentada por Jose Eli da Veiga,

Essas vertentes são uma expressão das preocupações teóricas dentro do debate sobre ruralidades no contexto brasileiro, Blume (2004) versa que as proposições de novas definições conceituais e operacionais para o rural partem da observação do seguinte contexto:

Primeiro, a globalização econômica tem, ao longo das últimas duas décadas, redesenhado as relações capitalistas de mercado. As novas tecnologias (comunicação, informática, biotecnologias) estão dirimindo as fronteiras existentes entre o mundo rural e o mundo urbano. Segundo os mercados de trabalho perderem a rigidez e se flexibilizarem rompendo a dicotomia rural x urbano ou agrícola x não agrícola, sendo a pluriatividade uma característica desse processo. Terceiro, surge a emergência da legitimação da problemática ambiental como forma de relacionar os ambientes rural e urbano (BLUME,2004, p. 36).

O autor ainda enfatiza que esse “quadro de mudanças diante das novas dinâmicas que se constroem é onde se concentram as atenções dos pesquisadores brasileiros”, sendo que as três perspectivas distintas, citadas anteriormente, muito tem contribuído para as interpretações sobre as transformações ocorridas no cenário rural. As três propostas teóricas sistematizadas neste capítulo contribuem para explicar as proximidades e disparidades nas perspectivas conceituais que cada uma fundamenta para analisar o espaço rural e suas ruralidades.

Com contribuições importantes para a análise das transformações por que passa o rural brasileiro, José Graziano da Silva é um dos representantes da perspectiva teórica, que

interpreta a dinâmica do mundo rural não voltada unicamente mais para “a execução de atividades agrícolas, não podendo caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário” (GRAZIANO, 1999 p. 24), isto é, afirma que o rural ao sofrer forte influência do processo acelerado de urbanização que passa nos últimos anos tende a se transformar em um *continuum* urbano, a continuidade do espaço da cidade, com expressões e manifestações voltadas para um conjunto de atividades não-agrícolas, o comércio e a indústria - que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

Graziano pauta sua argumentação teórica em constatações feitas ao considerar uma importante mudança nas formas de trabalho, que decorrem da implementação do modelo hegemônico produtivista através do aumento das atividades industriais e não-agrícolas no campo. Essa mudança nas formas de trabalho está associada a multifuncionalidade atribuída ao rural e a agricultura, que desenvolve diversas e novas funções conduzindo a prática de outros fazeres, como o exercício emergente de distintas profissões no meio rural em decorrência tanto da industrialização como da busca de atividades alternativas rentáveis financeiramente no campo, as quais expressam o fenômeno da pluriatividade.

De acordo com o autor, o conjunto de atividades diferenciadas que surgem no meio rural, contribui para o desenvolvimento do mesmo, o qual ele passa a denominar de “novo rural brasileiro”, significando que as práticas já existentes se configuram em outros significados como na propagação de sítios, chácaras próximas aos centros urbanos; de atividades voltadas para a produção de plantas, flores, de pequenos animais (peixes, abelhas, aves dentre outros) e somadas as demais atividades direcionadas para recreação e turismo, onde estas geram renda e postos de trabalho.

Assim, para Graziano o rural pode ser explicado e alcançado pelo aspecto do *continuum* rurbano, de tal forma que as características que limitam a ligação entre os espaços rural e urbano acham-se dissolvidas por conta do avanço da urbanização, crendo que a perspectiva de “rurbanização, torna-se uma questão de tempo para a transformação total no rural”, como afirma o autor, que

[...] em poucas palavras pode se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas últimas duas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, pelo transbordamento do mundo urbano naquele espaço que era definido como rural (GRAZIANO, 1999 p. 01).

Com uma perspectiva direcionada para o rurbano, o espaço rural perde as especificidades de atividades, sociabilidades, paisagens dentre outros aspectos diante da

“inevitável” urbanização que toma lugar do tradicional, onde o urbano assume a posição do “novo”, do progresso, e o rural representa a posição do “velho”, do atraso, que precisa ser transformado em sua totalidade.

Contrapondo a ideia de *continuum* urbano, Maria José Carneiro, sustenta em sua perspectiva teórica importantes modificações para o rural a partir das novas dinâmicas que passaram a se estabelecer neste espaço, pela via da imposição do ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo que vem transformando “as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que em determinadas regiões não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente” (CARNEIRO, 1998 p. 53). A autora afirma que, tal processo não resulta propriamente numa homogeneização entre rural e urbano, direcionando a um *continuum* onde a cena urbana prevalece sobre a rural, chegando ao fim fatalístico do espaço rural em detrimento da urbanização, como abordado por José Graziano.

Contudo, Carneiro considera que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão, pois, “os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização” (CARNEIRO, 1998 p. 54), não reagem sobre as populações rurais de maneira uniforme e nem com a mesma intensidade, levando a afirmar que não se pode tratar de ruralidade em geral; pois a mesma se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos, de acordo com Carneiro (1998).

Nos estudos desta autora sobre o rural enquanto uma categoria social, duas evidências são destacadas em suas observações ponderadas das transformações ocorridas no contexto rural, que estão voltadas, em primeiro para o fenômeno da pluriatividade; e em segundo, a procura e adoção dos urbanos por formas de lazer e meios alternativos de vida no campo, expressos na afirmativa de que

Em primeiro lugar, o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola, pois é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa **ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento.** Esse fenômeno - a pluriatividade -, ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. Em segundo, refere-se à **procura crescente de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo, por pessoas vindas da cidade. Entre os seus efeitos destacam-se a ampliação das possibilidades de trabalho para a população rural, até então dedicada quase exclusivamente à agricultura, e a maior aproximação e**

**integração de sistemas culturais distintos.** Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência. (CARNEIRO, 1998 p. 56-57, grifo meu)

A frequência desses fenômenos citados em determinadas regiões do país aponta para a necessidade de proceder análises mais específicas do rural “centradas nas relações sociais que se desenvolvem a partir de processos de integração das aldeias à economia global” (CARNEIRO, 1998 p. 58), o que de fato não acabaria com as diferenças entre os espaços rural e urbano, mas possivelmente permitiria o reforço de identidades dos sujeitos locais, que absorvem as mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo de maneira irregular, dependendo de seus interesses e posição social, mas não significando uma ruptura definitiva no tempo nem no conjunto do sistema social.

Diferente da abordagem de Graziano sobre a questão rural, Carneiro (1998) considera que o fenômeno da pluriatividade adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção a se desenvolverem no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados, assim não descartando ou invalidando o fenômeno da pluriatividade no campo, mas ressalta que essas modificações ocorridas também estão associadas a uma revalorização do espaço rural, isto é, vindo a fortalecer a ligação bucólica com o campo, revitalizando particularidades do ambiente rural.

Wanderley (2000) e Kayser (1996) também dando suporte à perspectiva teórica defendida por Carneiro afirmam, respectivamente, que “a permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua de dualidade campo-cidade engendram novas ruralidades”, e que ao constatar “um movimento de revitalização social e econômica recente nas áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas” (WANDERLEY, 2000; KAYSER, 1996 apud CARNEIRO, 2012, p.25).

Carneiro não desconsidera o avanço da industrialização no campo, mas ressalta em seus estudos a importância das modificações que vem ocorrendo no rural que resultam em novas dinâmicas provenientes da imposição do modelo de produção urbano-industrial, mesmo não crendo que as mesmas sejam fatais para o fim do rural, assim contrariando as afirmações

de Graziano, porém valida que essas modificações condicionam uma maior proximidade entre os dois espaços culturais - rural e urbano.

A integração que ocorre entre esses espaços, por conta da proximidade entre eles não conduz a uma “mudança generalizada identidade local dos habitantes rurais, mas que pode ocasionar um efeito contrário, no tocante a reestruturação das identidades e fortalecimento das ruralidades” (BLUME, 2004, p. 40). De acordo com Martins (2000), é evidente que as populações rurais têm seus próprios códigos de conhecimento e sua própria concepção de destino que precisam ser reconhecidos e considerados ao se analisar o universo rural.

A autora enfatiza em suas pesquisas que não podemos entender a ruralidade no âmbito atual somente a partir da invasão dos mundo urbano-industrial no espaço rural, “mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural” (CARNEIRO, 1998 p.59). Para além da tentativa de redefinir fronteiras entre esses dois espaços – rural e urbano – ou ignorar as diferenças culturais e particularidades desses meios, é essencial compreender a partir do olhar “dos agentes sociais os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos” (CARNEIRO, 1998, p.60).

Portanto, a proposta de análise da questão rural brasileira para Maria José Carneiro aborda a possibilidade das relações sociais com base na esfera local, o rural, agregar categorias simbólicas construídas a partir de diferentes universos culturais, no qual orienta o sentido das análises para os sujeitos do processo e não focando somente a questão do espaço em si.

A abordagem sobre o rural pela perspectiva territorial, como terceira vertente teórica de análise, se destaca por ser inovadora no contexto brasileiro. José Eli da Veiga torna-se um dos seus representantes principais. Ele discute que todos/as que pesquisam sobre ruralidade são influenciados por uma das vertentes extremas “sobre seu destino - a de completa urbanização ou renascimento rural” (VEIGA, 2006, p.333).

Em vista que o rural não se acabou, e que não ocorreu o renascimento rural, de acordo com Veiga (2006), legitima-se a hipótese de discutir o rural por uma terceira vertente com a perspectiva de superar as proposições teóricas anteriores. José Eli da Veiga, propõe analisar o rural a partir de uma perspectiva territorial, contestando as vertentes anteriores, ao afirmar que a “revolução do espaço” que gera a “sociedade urbana” (ou pós-industrial) tende a revigorar a ruralidade, mas não mediante uma suposta urbanização total ou renascimento, o

que abre precedentes para visualizar uma outra perspectiva do nascimento de outra ruralidade, sendo exatamente a que ele propõe.

No seu texto “Nascimento de outra ruralidade” (2006), ele faz uma discussão sobre a importância e necessidade de olhar o rural por uma perspectiva diferenciada das propostas até então, destacando as possíveis ideias que fundamentam que as principais vertentes teóricas formuladas para analisar o espaço rural, começando por Henri Lefebvre (1901-1991), que apresenta em sua linha de análise do rural a manifestação da forte tendência a interpretar a histórica oposição entre os fenômenos urbano e rural como uma contradição de caráter antagônico ou irreduzível, onde conseqüentemente um dos espaços tende a eliminar o outro devido a industrialização e urbanização inevitáveis. Essa abordagem contribui para as ideias de José Graziano da Silva, em suas análises sobre o rural brasileiro.

O detalhamento dessas teorias é válido para compreender que cada perspectiva significativamente contribui para analisar as transformações do rural e das relações estabelecidas com o espaço urbano, sendo que cada enfoque abre caminhos teóricos para a compreensão das ruralidades e territorialidades no contexto brasileiro, esclarecendo a relação entre os espaços rural-urbano, que se configura de forma inseparável, mesmo possuindo características peculiares, sendo visível a interdependência existente entre os mesmos.

Contudo, para a finalidade desse trabalho concentro forças nos argumentos plausíveis que norteiam minha análise do contexto rural que pesquiso, na ideia do renascimento rural, visto que identifico as transformações e as novas dinâmicas que se estabelecem nesse espaço. Contudo, faço menção sobre a importância da abordagem territorial para compreender o espaço, as mutações e dinâmicas produzidas neste remetendo de maneira geral a algumas concepções sobre território, territorialidades para tratar sobre a categoria desenvolvimento.

No tocante a literatura clássica sobre a relação entre os espaços rural e urbano, Mendras (1969) alega que tantos citadinos como rurais formam em certos aspectos uma única sociedade, onde comunga da mesma cultura, partilhando das mesmas crenças e distrações; e ainda do mesmo mercado econômico, visto que as cidades são povoadas também com gente oriunda do meio rural. Mas para o autor não significa que os camponeses ao frequentarem as cidades grandes que imitem e admirem os modelos sociais citadinos em todos os seus aspectos.

Mas para Favareto (2011), ao se tratar sobre a relação rural-urbano que se estabelece ao longo do tempo, deve-se atentar para a realização de um esforço analítico em esclarecer **o que é recente e o que é propriamente permanente** nessa relação entre esses espaços. Em

seu artigo – A longa evolução da relação rural-urbano, levanta a hipótese de tripla afirmação para entender o momento que se apresenta essa relação:

1) o momento atual da ruralidade representa uma nova etapa em sua longa evolução, na qual, em vez de desaparecer ou diminuir inexoravelmente, os espaços rurais se integram por completo à dinâmica mais ampla dos processos de desenvolvimento por meio tanto da unificação de diferentes mercados (trabalho, de bens e serviços, mas também de bens simbólicos) por meio da criação de instituições formais que regulam as formas de uso social desses espaços; 2) na base da emergência dessa nova etapa, ocorre um deslizamento no conteúdo social e na qualidade de articulação de três dimensões definidoras da ruralidade – as relações rural-urbano, a proximidade com a natureza e dos laços interpessoais; 3) um dos significados maiores dessa mudança, é a erosão do paradigma agrário que sustentou as visões predominantes sobre o rural ao longo do último século. (FAVARETO, 2011, p. 158-159)

Essa afirmação de Favareto (2011), mostra que mesmo mediante ao intenso processo de urbanização do/no espaço rural deve-se considerar em evidenciar os marcos que envolvem esse processo; e os sinais de permanência do rural e de seus significados na contemporaneidade.

Partindo da premissa de que a relação rural-urbano é interdependente, percebe-se que a proposição teórica discutida por Maria José Carneiro fornece subsídios para averiguar a proposta de análise do processo constitutivo das identidades dos jovens assalariados rurais nos canaviais do município de União-PI, visto que estes vivenciam as transformações no modo de vida e de produção no núcleo familiar, quanto no assalariamento como alternativa de manutenção da vida material, mostrando que o campo em toda sua extensão tem passado variados processos de mutações que se apresentam em formatos diferenciados dependendo de cada cenário, as quais se manifestam nos aspectos socioculturais econômicos e ambientais principalmente, mantendo diálogos, trocas e vivências diferentes.

Desse modo, as populações que convivem e estabelecem relações no contexto dessas mudanças também apresentam reações diversas frente ao modelo de produção e de vida urbana/rural. Assim reconhecer os espaços rurais no tempo globalizado é relevante, sobretudo com a intensificação do modelo de desenvolvimento alicerçado nos ideais capitalista, que contribui para a persistência de um raciocínio, quanto a definição das áreas rurais no país, onde “decisivamente colabora para que sejam assimiladas ao atraso, carência de serviços e falta de cidadania” (ABRAMOVAY, 2000, p. 02).

Para Abramovay (2000), o vício conceitual de identificação do rural pela perspectiva do atraso e de um único rural, somente obstaculiza estudos e compreensão das razões que

explicam a existência de áreas rurais com dinâmicas de trabalho, modo de vida dentre outros aspectos diferenciados.

Como não há uma definição que abarque todo o meio rural, esse mesmo apresenta realidades diversas, que parto de um contexto específico de ruralidade com a presença significativa da monocultura canavieira na região norte do Piauí, como espaço rural de estudo, e também aponto como um exemplo do avanço do modelo produtivista de “desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo no campo que generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo” (IANNI, 1996, p.60 apud CARNEIRO, 1998 p.53), as quais não se apresentam inteiramente uniformes e com a mesma intensidade às diferentes categorias de sujeitos.

Atualmente, as dinâmicas que se configuram no mundo rural são também expressões dos processos socioculturais e econômicos que se constroem mediante “a notória diminuição das distâncias físicas e simbólicas entre os ditos meios rural e urbano” (SILVA, M. V., 2012. p. 01), que vão se redesenhando e colocando outras questões para análise das realidades que as constituem.

Portanto, as transformações e sínteses que se delineiam mediante as novas exigências e necessidades que vão se construindo para os indivíduos que habitam no campo, principalmente no tocante ao trabalho, são reflexos das novas dinâmicas que se desenvolvem no espaço rural. O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transformam “as noções de urbano e rural em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais, que em algumas regiões não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente” (CARNEIRO, 1998, p. 53).

É importante considerar outros processos para além da produção, relações de trabalho enfim, que geram efeitos significativos no modo de vida de camponeses/as, trabalhadores/as rurais, agricultores/as familiares dentre outros - como novos valores, símbolos e estilo de vida urbano - que possuem o campo como referência de moradia e trabalho. Embora seja importante frisar este aspecto sobre os processos e seus efeitos, é mais relevante destacar que esses mesmos processos têm suas raízes fundantes na expansão do sistema capitalista de produção, vindo a causar efeitos que redirecionam o *modus operandi* resultando no *opus operatum* de seu trabalho e de suas relações entre os sujeitos.

O urbano e rural, permanecem interferindo nas configurações de ambos os ambientes, perdendo seus contornos, porém cada espaço enfrenta questões próprias de seus contextos, como frisa M. V. da Silva (2012). Com a reconfiguração dos espaços rural e urbano, novos problemas surgem se somando a velhas questões. No caso da realidade rural

“cada vez mais processos de deslocamentos espaços-temporais e sócio-econômico-culturais são influenciados pela forte presença do agronegócio e suas dinâmicas quanto as relações de trabalho, economias locais, novas colonizações e identidades sociais” (SILVA, M. V., 2012, p.03)

A geração jovem do/no campo, é uma parcela das populações camponesas que é interpelada pelas alterações inevitáveis que vão se instalando e colaborando para o estabelecimento da polissemia do que possamos vir a entender o que seja o rural e o urbano no Brasil, segundo M. V. da Silva (2012).

Assim, as novas ruralidades que se configuram refletem o reconhecimento de um rural além do agrário, situadas em espaços rurais do tempo globalizado. Nesse aspecto, a noção de territorialidade entra no cenário da discussão por ambientar e ser reivindicada pelos diversos tipos de desenvolvimento no âmbito rural. Eis mais uma questão a dar complexidade ao campo.

## 2.2 TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E DESENVOLVIMENTO - ALGUMAS CONCEPÇÕES

A interpretação do rural na esfera das territorialidades tem ligações para além do setor agrário, do isolamento espacial e cultural, se estendendo ao alcance dos sentidos, dos modos de vida e dos processos de pertença, conforme Cavalcante (2014), indicando que as visões sobre o território também muito dizem para a análise do rural e das ruralidades que se configuram. A noção de territorialidades na discussão do rural e das relações com o espaço urbano está conectada também as concepções dos modelos de desenvolvimento.

Sabe-se que há diferentes visões e percepções sobre estas categorias –ruralidades, territorialidades e desenvolvimento sendo que cada um deles se reporta para o conceito de território e abordagem territorial. É com essa perspectiva analítica que nesse subitem se faz referência ao conceito de territórios nas ciências sociais, e das territorialidades que se configuram no espaço rural, com o intuito de compreender as mudanças de concepções e entendimentos sobre a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento, considerando a disputa dos projetos de desenvolvimento no campo brasileiro e piauiense.

Ressalvo que, o conceito de território tem sido discutido e desenvolvido por meio de diferentes abordagens onde cada autor defini sua linha de pesquisa conforme seus métodos e concepções de interpretação da realidade. Por isso, fazer uso desse conceito nesse momento é importante para tratar de uma realidade específica do setor sulcroatoleiro piauiense que se

concentra até o momento em uma dimensão territorial que foge do centro do agronegócio no Estado.

Uma das compreensões conceituais de território, segundo Saquet (2003; 2007) apresenta-se como “fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural”. O território se constitui no espaço territorializado, através de processos de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, resultantes de ações de domínio sobre o espaço para realizar funções e para produzir significados. A afirmação de Haesbaert (2005) sobre território elucidada que o mesmo se desdobra em um *continuum*, desde a dominação político-simbólica concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica, assim, tendo a noção de “espaço socialmente construído”.

Na composição do território, as várias territorialidades, são elementos de sua totalidade que implicam nas questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas dos homens e da natureza orgânica e inorgânica, necessários para a sobrevivência, se configurando no acontecer de todas as atividades no cotidiano produzindo dessa forma o território.

Porém, as relações de poder que constituí os territórios, são as mesmas que vão territorializar espaços imprimindo nestes uma determinada territorialidade conforme suas características e objetivos, devendo a análise estar centrada nos atores locais e suas relações.

A ubiquidade e amplitude são características associadas ao conceito de território nas ciências sociais, sendo possível classificar as diferentes perspectivas que utilizam o conceito de território em três paradigmas principais, como explica Schneider (2009) em seu texto: “Ciências sociais, ruralidades e territorialidades: em busca de novas referências para o desenvolvimento” o qual torna-se referência para tratar sobre o uso do conceito de território.

Dentre os principais paradigmas voltados para a definição de território, conforme o autor elucidada, o primeiro trata da interação dos humanos com o espaço, isto é, resultando nas formas de uso e de transformação do espaço, como criados, construídos e transformados; e ainda pensa o espaço de uma forma normativa e instrumental, onde o mesmo pode ser demarcado e apropriado por aqueles que podem mantê-lo e protegê-lo. As concepções do uso conceitual de território têm uma identificação próxima com as perspectivas analíticas marxistas e neo-ratzelianas, como explica Schneider (2009), pois a definição de território parte da forma como “os espaços são apropriados e gerenciados pelos processos de desenvolvimento das forças capitalistas de produção”. Esta definição remete a relação apresentada na obra marxista, como mostra

De uma maneira geral, esta forma de compreender o território remete a analogia original formulada por Marx na Ideologia Alemã, quando afirma que o processo de diferenciação do espaço (entre espaço campo-cidade, por exemplo) é uma decorrência e projeção da qual se processa a divisão social de trabalho em uma sociedade. **Para Marx, a interação homem-natureza apresenta múltiplas formas, cuja maior ou menor diversificação dependerá das condições objetivas e históricas em que esse processo transcorre e opera.** (SCHNEIDER, 2009, p. 28, grifo meu)

Seguindo essa linha de raciocínio para compreender o território, estudiosos como Santos (1994) e Harvey (1993), fazem a tentativa de demonstrar como as sociedades modernas produzem determinados meios de interação com a natureza que conformam ou produzem um modo específico de uso e apropriação do espaço, resultando em um processo de produção do espaço descrito como a expressão da territorialização.

Schneider apresenta que as perspectivas não marxistas também não ignoram a ideia do uso e da apropriação do espaço por determinadas formações sociais, isto é, com base em ideias Ratzelianas, o que implica na insistência em que o uso do “território e os processos de territorialização implicam em formas de dominação do espaço, de construção de instrumentos e mecanismos de poder que sejam capazes de assegurar seu domínio e seu poder”. (SCHNEIDER, 2009 p. 29). Dessa forma, a questão do poder e da dominação adquire uma centralidade na definição de território, sendo que de acordo com essa vertente analítica a discussão de território fica atrelada a consideração de levar em conta a relação entre poder e espaço ou poder e formas de dominação no espaço, como informa o autor.

Quanto ao segundo paradigma nas ciências sociais que faz uso do conceito de território parte do pensamento das relações imateriais, culturais e simbólicas com o espaço, vindo a refletir uma configuração social em um determinado ponto no espaço. Neste paradigma, conforme Schneider (2009), a questão central transcorre

[...] pelas relações entre humanos e territórios que passa pela construção das identidades e da criação de códigos e normas que criam elos sociais entre indivíduos que ocupam determinados espaços e comungam entre si valores e sentimentos de pertencimento a um grupo (SCHNEIDER, 2009, p. 30).

Nessa perspectiva o território deixa de ser apenas uma demarcação do espaço físico ocupado e usado, onde passa a ser e ter uma referência cultural a partir das identidades dos indivíduos que vivem e usam esse espaço (SPOSITO apud SCHNEIDER, 2009). Um aspecto a ser mencionado, é o fato de que grupos sociais com forte identidade e com sentimentos de pertencimento são socialmente coesos e capazes de reagir aos efeitos externos provocados

pela globalização. Quando ocorre o enfraquecimento dos valores e identidade de determinado grupo social no espaço, estudiosos usam o termo desterritorialização cultural resultante dessa não reação aos fatores externos.

O terceiro paradigma de referência do uso conceitual de território nas ciências sociais, segundo Schneider (2009) reporta-se ao amplo campo de estudos da economia, do planejamento e da geografia do desenvolvimento, onde o conceito de território nesta perspectiva está associado ao da região, fazendo uma associação das características naturais, como relevo, clima, solo etc., com atividades econômicas e infraestrutura.

Nesse sentido, essa concepção do uso do conceito de território atrela-se as perspectivas regionalistas introduzida ainda no final da década de 1970, vindo a ser denominado como novo regionalismo, o qual se identifica como “conjunto de narrativas e perspectivas analíticas sobre a proeminência sobre as possibilidades de desenvolvimento de regiões e territórios na fase do capitalismo pós-fordista” (SCHNEIDER, 2009 p. 32).

Esses paradigmas nas ciências sociais, servem para nortear a discussão que trata sobre desenvolvimento e sobre os projetos em disputa no campo brasileiro e piauiense, através da mudança social e econômica que ocorre nos espaços rurais por meio dos condicionantes<sup>11</sup> mais gerais do processo de reestruturação da economia e da sociedade, buscando identificar as relações e as mediações entre os processos locais e as mudanças decorrentes da reestruturação do capitalismo contemporâneo.

Deste modo, as transformações estruturais do capitalismo voltam-se para a agricultura e o mundo rural, onde os efeitos da reestruturação econômica, produtiva e institucional podem ser percebidos através de múltiplas facetas e/ou dimensões, que refletem em cinco características fundamentais apresentadas sinteticamente por Schneider (2004) que são:

- 1) abertura dos mercados, aceleração das trocas comerciais e intensificação a competitividade, tendo por base poderosas cadeias agroalimentares que monopolizam a produção e o comércio atacadista em escala global, restringindo a participação nestas relações de troca de imensas regiões produtoras, o que vale inclusive para alguns países e mesmo parcelas continentais; 2) o processo contínuo de aprofundamento do progresso tecnológico (agora via biotecnologias, engenharia

---

<sup>11</sup>Por mais breve que seja, qualquer caracterização do cenário recente não pode deixar de reconhecer que o quadro atual é profundamente marcado por um processo de ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional. Trata-se dos efeitos e dos condicionantes impostos pela globalização que, sinteticamente, pode ser caracterizada, conforme definiu Castells (1999), pela excepcional capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias. Essa interdependência se expressa através da descentralização industrial, da velocidade de contato proporcionada pelas novas telecomunicações, através da integração dos capitais financeiros, comerciais, agroindustriais, etc. (Coutinho, 1995). (VER SCHNEIDER, 2004 p. 90)

genética, etc.) assiste-se ao aparecimento de iniciativas, das mais variadas matizes, que contestam e criticam o padrão técnico dominante; 3) nas modificações nos processos de produção pós-fordistas levam à diluição das diferenças setoriais e espaciais; 4) modifica-se o papel do poder público e das instituições que atuam nos espaços rurais, o centralismo cede espaço à parceria e à participação da sociedade; e 5) a dimensão ambiental e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais passa a ser um fator de competitividade, um elemento de estímulo à ampliação do consumo [...] (SCHNEIDER, 2004 p. 92-93).

Estes são elementos essenciais que devem ser levados em consideração na discussão das perspectivas atuais do desenvolvimento rural. Pois, os mesmos possuem papéis que exercem influência no modo como se dão as articulações entre o contexto mais geral e as dinâmicas locais dos processos produtivos e a ação dos sujeitos.

Não obstante, por mais que as possíveis conceituações de território busquem definir o uso do espaço associado e subordinado a divisão social do trabalho, não se pode deixar de mencionar que “o território e os processos de territorialização implicam também em formas de dominação do espaço, de construção de instrumentos e mecanismos de poder que sejam capazes de assegurar o seu domínio e o seu controle” (SCHNEIDER, 2009 p. 29).

Esses paradigmas nas ciências sociais servem também para nortear a discussão que trata sobre desenvolvimento e sobre os projetos em disputa no campo brasileiro e piauiense. Por mais que os possíveis usos do conceito de território busquem definir o espaço, relações de poder entre indivíduos, e seus grupos, de instituições, materiais e imateriais (SAQUET, 2007), relações enraizadas no trabalho, as quais formam os territórios.

No entanto, não se pode deixar de enfatizar sobre as desigualdades que permeiam o espaço-território em si, seja ela econômica, seja social, seja cultural, que se enraízam com o modelo de desenvolvimento econômico que se adota no campo.

Prontamente, é nesse contexto que se situa a discussão da expansão da cultura canavieira no território piauiense, em especial, o Território Entre Rios, com o intuito de discutir questões relacionadas à territorialização do setor sucroalcooleiro no estado piauiense, principalmente, o considerando uma das forças hegemônicas da reorganização produtiva da região marcada pela presença da cana-de-açúcar.

A utilização do conceito de territorialização, nessa discussão remete à ideia de uma ação política, não essencialmente estatal, cujo objetivo é estabelecer normas ou institucionalidades defendidas por determinados grupos para orientar práticas sociais sobre um determinado território (FREITAS; DIAS; FREITAS, 2010). Para Saquet (2007), os principais elementos da territorialização estão presentes na desterritorialização: que se refere a perda e reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de novas relações

sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados. Desta forma, novas territorialidades (culturais, políticas e econômicas) são constituídas na reterritorialização.

No texto “As principais teorias e práticas de desenvolvimento” (2000), Carlos Renato Mota versa sobre as concepções de desenvolvimento sinteticamente destacando seus pressupostos históricos que datam a partir do século XVIII, referindo-se aos momentos de grandes transformações no âmbito econômico, político, social e cultural, a partir do Iluminismo e a Revolução Industrial, que alteraram a ideia do homem sobre a natureza e do trabalho humano passando a ditar o ritmo de produção, e geração de riquezas respectivamente. Contudo, o autor ressalta que com o “Iluminismo a ciência passa a ter no desenvolvimento de novas técnicas de produção econômica um importante campo de atuações, por meio da invenção dos processos produtivos, bem como de novos produtos” (MOTA, 2000, p. 28) significando que a divisão do trabalho, a introdução da maquinaria e a especialização da produção permitiram o aumento exponencial da produtividade do trabalho na atividade industrial, conforme Mota (2000).

Assim, projetou-se uma ideia de que evoluir significa produzir mais, ou seja, desenvolvimento como progresso, isto é, a associação da ideia de expansão e desenvolvimento provenientes do aumento da produção material. Para Bruseke (2001) o conceito de desenvolvimento está intimamente ligado com associações de um progresso visto de forma positiva, onde explica que a associação entre progresso e desenvolvimento tem sua base nas filosofias do progresso difundidas principalmente entre os séculos XVII e XIX, com o aumento extraordinário do potencial produtivo de alguns países da Europa.

Durante o século XX, alguns autores como Furtado (1996) e Dupas (2006) se voltaram para tratar sobre as disparidades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, fazendo críticas ao processo de desenvolvimento hegemônico, criticando a ideia de progresso enquanto desenvolvimento, misturando-se com a modernização tecnológica e competência produtiva o que não representa a realidade de todos os contextos, mas se expande se reformulando enquanto hegemonia nutrida de fontes obsoletas.

Portanto, após a segunda guerra mundial, a disputa entre os modelos de desenvolvimento econômico, principalmente aqueles presentes no espaço rural, se caracterizam de um lado - o modelo hegemônico (representado pelo latifúndio) que resulta em efeitos como a deterioração do meio ambiente, concentração de riquezas, pobreza, desemprego e exclusão social, tendo sua lógica fundamentada no crescimento econômico, e em seus processos produtivos. Esse modelo de desenvolvimento fracassou nas tentativas de reduzir as desigualdades socioeconômicas de acordo Froehlich (1999), que enfatiza sobre a

necessidade de ultrapassar a ideia de desenvolvimento etnocêntrico, conservador, economicista e historicista.

Em contraposição a esse modelo de desenvolvimento, encontra-se desenvolvimento rural sustentável propagando a promoção de “uma ação articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural, sendo a melhoria do bem estar das populações rurais o objetivo final” (ROCHA; FILLIPI, 2002), indicando que o desenvolvimento agrícola não implica necessariamente em desenvolvimento rural. A ênfase no desenvolvimento sustentável ganha espaço a partir do final da década de 1980, com a contribuição das organizações não governamentais ecológicas, movimentos sociais do campo, órgãos do governo etc. interessados em gerar uma alternativa para enfrentar o modelo hegemônico.

Como maior referência de propostas de desenvolvimento ocupadas apenas com crescimento econômico temos a revolução verde. Esta iniciativa impulsionou um modelo de desenvolvimento que promoveu a modernização agrícola, resultando no “desaparecimento de unidades familiares e a grande desigualdade no campo, através de graves consequências no âmbito social e ambiental para as populações rurais de baixa renda” (FREITAS et al, 2010). Os resultados promovidos pela revolução verde, ainda impulsionaram a adoção generalizada de um pacote tecnológico, o qual os efeitos maiores ficaram no âmbito da agricultura familiar.

De volta a crítica de Dupas (2006) à ideologia do progresso, ele afirma que é importante refletir sobre questões do tipo – a quem esse progresso serve, quais os riscos e custos, quem determina a direção desse progresso, dentre outras. Pois, segundo o autor a cultura neoliberal globalizada criou um padrão na cultura ocidental, que caracterizou como – indivíduos livres e instrumentalmente racionais operam em um mundo que consiste em vendedores e compradores, o que difere totalmente da lógica da agricultura familiar. E para que esse padrão se concretize, o mercado de trabalho precisa ter oferta de trabalho e mão de obra, de preferência barata, dessa forma condicionando a flexibilização do mercado de trabalho, com empregos temporários e subproletários.

Destarte, pode-se afirmar que o progresso advindo com o modelo de desenvolvimento neoliberal trouxe benefícios somente para uma pequena parcela da população que detinha e continua detendo poder econômico, como descrito

Pode-se dizer, portanto, que o progresso chegou e trouxe benefícios para uma minoria da população que detinha e passou a acumular capital em detrimento de uma maioria, que acabou sendo marginalizada do processo. Este cenário de aumento contínuo da pobreza, que por sua vez tende a ser mais acentuada no espaço rural e da

concentração de riqueza que se desenha, tem despertado a atenção do mundo empresarial, quanto agências de fomento. (ROCHA; FILLIPI, 2009, p. 129)

O credenciamento dessa realidade provocada pelo desenvolvimento hegemônico, provém da constatação do aceleração do aumento da pobreza, e principalmente para as populações rurais. É o que se verifica com a disputa dos projetos de desenvolvimento no contexto nacional e estadual, principalmente onde ocorreu um grande investimento em grande escala na monocultura granífera e canavieira, as quais serão destaque. Mas destaco que no cenário piauiense, a presença do agronegócio também representa o setor da mineração, do turismo o que além disso “contribuem para as bruscas mudanças e correspondente instalação de condições de infra estrutura, como a construção de barragens e de grande ferrovia, as quais também geram impactos consideráveis junto as populações locais” (SILVA, M. V., 2013, p. 02).

### 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR VERSUS AGRONEGÓCIO: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA

A expansão do capitalismo no campo brasileiro atinge principalmente a reprodução social da agricultura familiar, que se acentua sobretudo pela dificuldade do acesso à terra. Historicamente submetidos “a processos perversos de expropriação, exploração e violência” (BARROS, 2014 p.40), os trabalhadores rurais e/ou camponeses (posseiro, meeiro, arrendatário, assalariado, parceiro, pequeno produtor ou agricultor rural, diarista, sitiante, sem-terra e outros), sujeitos determinados pelas relações de produção com a terra, são expropriados de seus meios de produção (BARROS, 2014) e submetidos a proletarianização através da exploração capitalista de sua força de trabalho.

Para Marx e Engels (1996), à medida que o capitalismo se consolidasse nas sociedades ocidentais como modo de produção, o campesinato, compreendido por esses autores enquanto grupo social, se extinguiria, o que na realidade com o passar do tempo não aconteceu. Alguns estudiosos das ruralidades persistem na ideia da inevitável extinção do campo através da forte influência das atividades urbanas, inclusive aqueles diretamente resultantes do avanço da industrialização capitalista. Contrariando essas perspectivas para o espaço rural, esse mundo tem se mantido e se reinventado em meio ao processo modernizante de sociedade.

As investidas para a promoção do desenvolvimento do Brasil, segundo Heredia et al (2009), datam desde o século XIX, com a introdução de técnicas modernas para a produção

dos meios, com a implantação dos engenhos a vapor nas usinas de açúcar na região nordeste do país, tudo com o apoio do governo. Mas, somente na segunda metade do século XX, é que no Brasil, a modernização da agricultura imposta pelos moldes do governo militar, representou um dos símbolos de desenvolvimento e progresso da nação, objetivando que o país se desenvolvesse tanto na cidade quanto no campo, tendo na industrialização o maior investimento de precisão e retorno para a efetivação da modernização.

Nas décadas posteriores, 1960 e 1970, ocorreu um investimento em equipamentos mecânicos e produtos da indústria química para o processo produtivo e a constituição de complexos agroindustriais, o que acendeu uma nova configuração socioeconômica e espacial para o campo, promovida pelo regime militar que realizou investimentos significativos, para a superação da agricultura tradicional vigente (HEREDIA et al. 2009).

Para compreender as vias que levaram ao caminho da modernização, Delgado (2010) discorre que o governo brasileiro acatou a industrialização como a forma única de aproximar-se das economias capitalistas mundiais da época, tendo nas elites agrárias uma referência para a implementação da industrialização no campo apontando que

Desde a grande depressão de 1930, e principalmente a partir do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek na segunda metade dos anos 50, a economia brasileira foi dominada, até o final da década de 1970, pela ideia força da industrialização como instrumento fundamental para a eliminação da considerável defasagem que separava das economias capitalistas industrializadas. Essa ideia se consolidou com o principal objetivo de política econômica da burocracia estatal e dos formuladores da política pública, não importa quão diversos tenham sido os governos nesse período. O padrão da industrialização implementado desde os anos de 1950 teve algumas características bem marcantes, mas só nos interessa ressaltar duas: **a importância decisiva do Estado para sua implementação e o caráter conservador do processo, no sentido de que não representou qualquer rompimento com as elites agrárias e esteve baseado na manutenção de salários reduzidos.** (DELGADO, 2010, p. 20, grifo meu)

Essa iniciativa governamental de promover e implementar a modernização para o país amparada no modelo de industrialização dependente e excludente, acarretou em insatisfação política e social, onde partidos políticos e movimentos sindical e camponês se uniram em mobilizações e reivindicações, tendo entre suas bandeiras de luta a “derrota imediata das elites agrárias que compunham o centro da modernização e à superação do pacto de poder político que sustentou historicamente a industrialização” (DELGADO, 2010 p. 21). O golpe de 1964, desempenhou um papel fundante em meio a disseminação dos conflitos existentes na época, pois, por intermédio da repreensão aos partidos de esquerda e movimentos sociais foi recomposto o pacto político dominante, que projetou a definição de financiamentos e da retomada da acumulação industrial, conforme Delgado (2010).

Mas um aspecto importante a ser destacado nesse processo de preparação e implementação da modernização no país, afirma Delgado (2010), foi a legitimação do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968, que conduziu o cancelamento das possíveis mudanças na estrutura agrária brasileira, onde ao invés de reformar o latifúndio, foi necessário “implementar uma política de modernização da agricultura brasileira com objetivo de transformá-lo em uma grande empresa capitalista” (DELGADO, 2010 p. 22), o que posteriormente veio a fundamentar a política estatal na promoção da modernização da agricultura no país.

Na década de 1970, começou a se referir mais a uma agricultura moderna ou agricultura capitalista no Brasil, de empresas rurais que seriam as responsáveis pelo desenvolvimento do país, conforme Heredia et al (2009). Contudo, é válido frisar que ocorreu nesse momento grande crescimento do comércio internacional com melhorias dos preços agrícolas para exportação, iniciando a notável expansão da monocultura grânifera, representada pela soja na região sul e sudeste do Brasil, segundo Delgado (2010), e ainda de investimentos no setor sucroalcooleiro, com que posteriormente viria a se configurar numa política governamental.

Com a modernização da agricultura brasileira sendo financiada pelo governo militar, a agricultura tradicional era entendida nesse processo como empecilho para o desenvolvimento do país, ao contrário do que acontecia com a agricultura patronal, a qual dava passos largos. Delgado (2010) afirma que para o governo garantir essa modernização em curso, era necessário manter a estrutura agrária do país, o que para o autor trata-se de uma estratégia de cunho político-ideológico e econômico, conservando as desigualdades, mas também para promover a acumulação capitalista da produção, promovendo

[...] um violento processo de expulsão de mão de obra do campo, especialmente nas regiões onde a modernização foi mais intensa: o sudeste e o sul foram responsáveis por cerca de 60% do total das migrações líquidas do meio rural nas décadas de 1960 e 1970 (DELGADO, 2010, p.23).

É importante frisar que a base social de apoio político da modernização agrícola brasileira influenciou decisivamente quem foram os grupos sociais favorecidos e quais os penalizados,

[...] principalmente agricultores capitalistas, empresas do CAI (nacionais e multinacionais) latifundiários “tradicional e modernos, sistema financeiro, no primeiro caso, basicamente pequenos agricultores, assalariados rurais (em particular

os temporários, “boias frias”), populações rurais sem terra, no segundo. (DELGADO, 2010, p.23).

Essa eleição e condenação por parte dos governos como identificado por Nelson Delgado mostra como o processo modernizador da agricultura excluiu e excluí populações consideradas empobrecidas e sem terra para plantar e produzir, de modo à precarizar as condições de trabalho para as camadas subalternizadas. Nesse sentido, Barros (2014), explica que, à medida que o capital se apropria da terra para produzir e se reproduzir, conseqüentemente ocorre o empobrecimento dos trabalhadores que são direcionados para o assalariamento, ocasionando exploração intensiva da força de trabalho pelas grandes propriedades de monocultura e do agronegócio.

Durante as décadas de 1980 e 1990, aconteceu a substituição dos termos agricultura moderna para agroindústria, devido à preocupação de marcar a junção de agricultura e indústria pelas duas pontas, no caso – insumos e produtos, fruto da revolução verde<sup>12</sup>. Quanto ao agronegócio, esta ideia se fortalece com a integração diferenciada entre a agricultura e a indústria no sentido de que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é realçado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento como assinala Heredia et al (2009).

Ainda na década de 1990, com o processo de globalização mundial e a adoção de políticas neoliberais de abertura comercial e de concernente desindustrialização, segundo Delgado (2010), parecem ter induzido um retorno do Brasil ao projeto agroexportador defendido historicamente pelas elites agrárias, o qual redefine o papel que a agricultura deve desempenhar na economia.

M. V. da Silva (2013), destaca que nessa mesma década, com o advento da modernização, intensificou-se a produção de insumos e produtos, que principiaram ao uso de uma nova abordagem que simbolizava a perda da força denotativa do termo agricultura referindo-se as suas práticas produtivas e agrárias, a qual é explicada da seguinte forma:

A perda de espaço da dimensão agrícola e o conseqüente incremento das atividades industriais no setor dos conglomerados de produção fizeram com que associações de produtores e demais implicados passassem a utilizar o termo *agribusiness* ou agronegócio para designar a configuração que assumia a nova agricultura. Tal expressão procurava qualificar à diversidade de atividades produtivas a que se

---

<sup>12</sup> “Foi a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, sobretudo em países menos desenvolvidos, que ocorreu principalmente entre 1960 e 1970, a partir da modernização das técnicas utilizadas. Embora tenha surgido com a promessa de acabar com a fome mundial e resolvê-la, não se pode negar que essa revolução trouxe inúmeros impactos sociais e ambientais negativos.”<http://www.dicyt.com/noticia/muito-alem-da-tecnologia-os-impactos-da-revolucao-verde>

dedicavam, de natureza agrícola e industrial, com predominância da última, e também as novidades relativas ao gerenciamento que se interpunha ao processo produtivo (SILVA, M. V., 2013, p. 03).

O novo termo usado para referir-se ao momento que passava a agricultura no país, passou a representar também as novas relações comerciais observadas tanto no mercado interno quanto externo, onde com o avançar das tecnologias, da internet e facilidades de deslocamento propiciaram o ingresso da produção em grande escala na disputa tanto em âmbito nacional quanto internacional de preços e nichos de mercados.

As concepções sobre agricultura familiar e agronegócio, em voga no meio rural brasileiro nessa discussão, compreende que as relações sociais que envolvem esses modos de produção, a partir do processo de modernização da agricultura no país promovida pelo governo nacional representam distintamente universos, grupos, posições sociais e políticas em vista ao modelo econômico de desenvolvimento implementado no país.

Sérgio Sauer, no artigo “Agricultura Familiar *versus* Agronegócio” (2008), trata dos conflitos e embate entre o setor patronal e os produtores familiares, refletindo sobre a construção, apropriação e uso de noções e conceitos, que vão tomando forma no contexto de disputa política resultante da situação fundiária e agrícola entre esses dois tipos de agricultura. O autor reporta-se a adoção e uso do termo agronegócio fortalecido por parte da associação de produtores e até mesmo dos empresários envolvidos, expressando uma adesão política e capacidade explicativa dos termos econômicos que representa o este tipo de agricultura, como explica.

Uma importante observação é considerada por Sauer (2008), que aponta a popularização do termo agronegócio no país na década de 1990, cujo “sentido estava associado inicialmente a um conjunto de ações ou transações comerciais de diferentes etapas relacionados a agricultura e pecuária”, se materializando pela iniciativa de grandes empreendimentos agropecuários, frutos da modernização agropecuária implantada pelo Estado indicando eficiência e ganhos em produção e produtividade. Porém a apropriação do termo agronegócio não ocorreu no vazio político e ideológico.

Sauer (2008) esclarece que a apropriação do termo não foi resultado de uma classificação estabelecida por setores e/ou teóricos externos, como setores populares ou intelectuais orgânicos, mas iniciativa de grandes empreendimentos agropecuários que conduziram sua materialização no contexto social e político. A materialização do termo agronegócio no país, ocorreu ainda em 1993, através da fundação Associação Brasileira de

*Agribusiness*<sup>13</sup> correspondendo à expressão *agribusiness* como informa Sauer (2008) e Leite (2012).

Bruno (2009) ao verificar sobre o uso do termo agronegócio para representar parte da agricultura brasileira, atesta que, o mesmo despontou “como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e dominação” (BRUNO, 2010, p. 114); visto que, a classe do patronato rural e agroindustrial constituinte do agronegócio, possui grande preocupação com o fortalecimento da representação e a criação de espaços de institucionalização dos seus interesses.

Essa averiguação da autora, indica a hegemonia do agronegócio se fortalecendo, através do aparato de cunho ideológico e político que dissemina ideias como “expressão da modernidade e um novo modelo de desenvolvimento que atende aos interesses e necessidades de todos” (BRUNO, 2009 p. 117).

Todavia, na discussão sobre a construção política da palavra agronegócio no país, Regina Bruno identifica cinco pressupostos que fundamentam os argumentos das lideranças patronais que contribuí substancialmente para o fortalecimento do termo, que são: 1) como sinônimo de união, de sucesso e de geração de riqueza, que procura se estruturar por intermédio de cadeias e elos que uniriam processos, empresas e atores, denotando um processo produtivo sistêmico, manifestando a união entre rural e urbano; 2) como expressão da modernidade e de um novo modelo de desenvolvimento, que atende os interesses e as necessidades do conjunto da sociedade brasileira; 3) a crença na ausência de outras alternativas além do agronegócio; 4) o princípio da valorização de si e desqualificação do outro, especialmente nas considerações sobre os papéis desempenhados por trabalhadores rurais, agricultores familiares e os movimentos sociais do campo, principalmente o MST; e 5) o imperativo de uma maior institucionalidade e da construção de novos espaços de representação, organizados em sindicatos, federações, entidades tradicionais e associações. Esses pressupostos demonstram a amplitude e empenho da classe patronal com a formação e construção de um discurso legitimador de suas práticas, como é enfatizado pela autora.

Quanto ao termo agricultura familiar, é adotado no país na década de 1990, em contraposição à adoção do termo do agronegócio, como também em função dos recursos financeiros do Estado destinado para a agricultura. O uso dessa expressão visava romper com noções relacionadas a certos setores rurais como a pequena produção e produção de

---

<sup>13</sup>Atualmente é denominada de Associação Brasileira do Agronegócio, representado pela sigla ABAG.

subsistência, pois carregavam pré-noções de ineficiência e baixa produtividade. A demanda e consolidação do conceito de agricultura familiar se dá no seio do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais, através do sistema CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), conforme Sauer (2008).

Mas a força ideológica do agronegócio se ampara no processo de modernização de nossa agricultura, a qual torna-se excludente, principalmente aos mais variados personagens, e sujeitos– trabalhadores rurais, acampados, assentados, assalariados, agricultores familiares, sem-terra, atingidos por barragens dentre outros – que se encaixam no leque da agricultura familiar, termo construído para designar a agricultura de pequena produção. Schneider (2003) confirma a importância da adoção do termo agricultura familiar pelo sindicalismo rural nesse período, mesmo com os desafios internos e externos nas organizações, onde explicita

A incorporação e afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de fornecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros que não mais podiam ser identificados com as noções de pequenos produtores, ou simplesmente, de trabalhadores rurais (SCHNEIDER, 2003, p. 99 apud SAUER, 2008, p.21).

Outro elemento de força na validação do termo agricultura familiar, principalmente por parte do Estado, foi a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF<sup>14</sup>, que respondeu (pelo menos naquele momento) “as demandas e reivindicações históricas do movimento sindical rural que exigia políticas públicas diferenciadas” (SAUER, 2008 p. 22) para os trabalhadores empobrecidos e descapitalizados. O PRONAF, correspondeu a caracterização de todo um setor no meio rural.

Na busca de esclarecer a importância da representação dos termos agricultura familiar e agronegócio (BOURDIEU, 1998a apud SAUER, 2008) enquanto instrumentos importantes para compreender os processos reais e simbólicos de construção do mundo e apreensão da realidade, Sauer explica sobre tal importância

A interpretação da realidade passa pela análise dos processos sociais de interação e exteriorização dos sistemas incorporados por grupos ou classes. É fundamental incluir na realidade a sua interpretação – as representações dessa realidade, ou seja, as representações mentais (atos de percepção e apreciação, de reconhecimento) – os

---

<sup>14</sup> “A implantação do Pronaf e o conceito de agricultura familiar foram marcadas por intensos debates sobre os critérios definidores desse segmento social rural. Os embates envolveram questões ou critérios relacionados com o tamanho das propriedades – limite máximo, se é que deveria ter limite – passando pelo uso ou não de mão de obra assalariada – O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais entende que continua sendo familiar o estabelecimento que emprega até duas pessoas assalariadas – até o limite de renda bruta”. (SAUER, 2008 p. 22).

objetais (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) e os atos e estratégias que buscam, pela manipulação simbólicas determinar tais representações. Levá-las em conta significa considerar as lutas políticas em diferentes representações que buscam o monopólio de “poder fazer ver e fazer crer” [...] (BOURDIEU, 1998a apud SAUER, 2008, p.24).

E é nessa possibilidade das representações e disputas na realidade que a aceitação do termo do agronegócio se fundamenta nos contextos - social, político, econômico e cultural – se assemelhando a moderno; enquanto para agricultura familiar se constrói a representação do atraso. No entanto, essas representações são “palavras políticas que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe”, como elucida Bruno (2009) ao fazer uso da afirmativa de Martins (1981), que continua descrevendo que o nome também designa lugar social, e não apenas espaço geográfico, na estrutura da sociedade.

O agronegócio é uma das principais iniciativas do capital global, produzindo estratégias políticas no atual modelo de agricultura gestado pelos governos - em esferas nacional e local - enquanto modelo de produção para alavancar o desenvolvimento do país. Porém, esse modelo de produção além de privilegiar a monocultura, investir no largo uso da mecanização e de insumos, o agronegócio também “instala novas realidades quanto às paisagens, aos processos de trabalho, ao consumo e às sociabilidades” (SILVA, M. V., 2013 p. 02).

Com a atual etapa da internacionalização munida aos ajustes estruturais do Estado com novos patamares de exclusão social tanto no campo quanto na cidade, e mudanças nos padrões de desenvolvimento da agricultura em âmbito mundial, produzem um cenário em que os movimentos sociais e segmentos que representam os sujeitos do campo – agricultores/as familiares, camponeses/as, assalariados/as rurais e outros povos do campo reivindicam através de projetos e ações políticas dessas organizações, contestando a matriz econômica, tecnológica, político-ideológica e simbólica expressada pela agricultura capitalista.

Essa realidade de reivindicação, Stédile (2000) expressa que a luta atual dos movimentos sociais e segmentos a fins, não se configura somente “por terra para trabalhar e viver”, mas contra o modelo tecnológico e econômico da agricultura que se desenvolve, através da política externa, o monopólio de comércio das empresas transnacionais sobre os produtos agrícolas e agroprocessados.

É válido afirmar que esse modelo de agricultura está representado pela burguesia agrária, composta por ruralistas, patronato rural agroindustriais, empresários rurais, produtor rural, latifundiários, elite agrária, proprietários de terra, usineiros e pecuaristas, como descreve Barros (2014). A burguesia agrária conforme referida, é identificada como classe

dominante, detentora dos meios de produção – a terra, os recursos naturais, o capital agrário, capital agroindustrial, capital agrocomercial, capital financeiro – e se organiza através de grandes empresas capitalistas que administram a produção da monocultura e ao mesmo tempo mantêm grandes extensões de terra sem nenhuma produção e /ou uso do trabalho assalariado, segundo Barros (2014). Destarte, o setor patronal representante dessa burguesia agrária, “assume a condição de empresário, ao assumir abertamente o lucro como um dos objetivos do agronegócio, e no sentido clássico, como projeto econômico e político” (BRUNO, 2009, p. 116) de desenvolvimento para o país.

Com relação aos números comparativos destas duas agriculturas – agronegócio e agricultura familiar – é relevante apontar *a priori* o que se refere à agricultura familiar, pois os dados apresentados pelo CENSO (2006) identificaram que 4.367.902 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar representam 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Os agricultores familiares neste mesmo ano ocupavam uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares.

Os números asseguram que ainda há grande concentração de terra no país, pois os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos que equivalem 807.587 mil, ocupavam ainda 75,7% da área ocupada representando 249.690.940 milhões de hectares, de acordo com o CENSO (2006). Percebe-se desde o último censo, que os números voltados para os estabelecimentos não familiares tiveram um acréscimo, enquanto os números da agricultura familiar sofreram queda.

#### 2.4 O ESTADO DO PIAUÍ: DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A questão da modernização da agricultura no estado do Piauí, se apresenta espacialmente diferenciada não alcançando o mesma expressão e condições favoráveis em todo território, existe uma estratégia política do governo estadual direcionada para a região do cerrado piauiense, localizado na região sul e sudoeste do Estado, onde se concentra o agronegócio de grãos.

O setor sucroalcooleiro (tratado posteriormente) também representa uma parcela dos investimentos do Estado embora menor, mas é um representante do processo de internacionalização do capital através dos projetos de desenvolvimento com a Companhia

Agroindustrial do Vale do Parnaíba de Açúcar e Álcool LTDA-COMVAP, que tem recebido apoio do governo do Estado para expansão de terras e de sua produção.

Contudo, os investimentos do governo do estado, para o desenvolvimento de seu território, constam desde a década de 1970, quando decidiu iniciar suas ações pela região dos cerrados, com o objetivo de impulsionar a agricultura comercial e atrair investidores.

Reydon e Monteiro (2011), no texto “A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária”, descrevem como ocorreu a ocupação do cerrado piauiense, e como o governo estadual promoveu a política de mercado de terras nessa região em especial, tornando-se uma estratégia para a ocupação do espaço, como de investimentos agroindustrial de forma impulsionar o desenvolvimento da região.

Os autores supracitados abordam que o processo de ocupação de terras nos cerrados piauiense, recebeu incentivos do governo federal para a produção de caju, o que na realidade não procedeu nos resultados esperados, que era de uma produção efetiva, visto que, ocorreu apenas em ocupação especulativa de terras. Com a consolidação da monocultura da soja nos cerrados dos estados vizinhos, Maranhão e Bahia, ocorreu um novo direcionamento para o sudoeste do Piauí nos anos 1990, com a revalorização das propriedades ocupadas no ciclo anterior e incentivando novas ocupações de terras devolutas, o Piauí se transforma na nova fronteira da soja.

O cerrado piauiense atualmente engloba 25 municípios<sup>15</sup> sendo a região do estado que recebeu as “maiores instalações de empreendimentos do agronegócio, como as fazendas produtoras e as indústrias de processamento de grãos” (TAVARES; SILVA,2014), e passou a englobar a última fronteira agrícola do país.

Reportando aos estudos de Monteiro e Aguiar (2006), é válido ressaltar que a ação do governo do Estado quanto a ocupação do cerrado no Piauí, a qual poderia ter sido realizada de modo a corrigir “as consequências nefastas das ocupações ocorridas, antes no restante do país” mas o que aconteceu foi o oposto, como descrevem as autoras, garantindo

[...] porque o governo do Estado, com o objetivo de tornar a região um significativo pólo de agricultura comercial, incentiva o uso de mecanismos estatais de financiamento à agropecuária e institui políticas de favorecimento à obtenção de terras, uma vez que o estado detém vastas áreas de terras disponibilizadas via

---

<sup>15</sup>O cerrado do Piauí é composto por 25 municípios, segundo a Lei Estadual Nº 5.966 de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a regularização fundiária do Cerrado Piauiense, que regulamenta como parte dessa área os municípios: Alvorada do Gurguéia, Antônio Almeida, Bertolândia, Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro, Barreiras do Piauí, Currais, Corrente, Colônia do Gurguéia, Cristino Castro, Elizeu Martins, Gilbués, Marcos Parente, Monte Alegre, Manoel Emídio, 2 Porto Alegre do Piauí, Palmeira do Piauí, Pavussu, Parnaguá, Ribeiro Gonçalves, Redenção do Gurguéia, Santa Filomena, São Gonçalo do Gurguéia, Sebastião Leal, Uruçuí (INTERPI, 2014 apud TAVARES; SILVA, T.T., 2014).

Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI, a preços “simbólicos”, possibilitando a constituição e dinamização do mercado de terras (MONTEIRO; AGUIAR, 2006, p.212).

Assim, o cenário que se delineia assinala a ocupação sem medida e sem preocupação com a sustentabilidade do local ou das populações que já habitavam o espaço rural antes da chegada do agronegócio na região.

Antes da instalação dos empreendimentos de monocultura granífera na região do cerrado piauiense a produção estava centrada na agricultura familiar de abastecimento, cultivada nos baixões, e com suportes em terra sem cerca - as “terras soltas”, (MORAES, 2002; SILVA, M. V., 2011). Com a apropriação da terra por parte dos grandes latifúndios mudanças foram geradas quanto à liberdade de produzir e onde produzir, principalmente para os agricultores familiares, sendo imposta uma lógica de trabalho diferente da vivenciada pelos nativos. O modo de produção do agronegócio promoveu “uma aceleração das transformações da base técnica da agricultura e importantes transformações econômicas, sociais e ambientais nessa região, trazendo à tona a questão da sustentabilidade do desenvolvimento” (MORAES, 2002, p.02).

Também a questão da sustentabilidade não é um dos pontos de inquietação do agronegócio, que ocupa terras, as usa e explora a força de trabalho dos camponeses sem prover suporte que neutralize efeitos posteriores de sua instalação e expansão nos âmbitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, como acontece nos cerrados piauienses.

Monteiro e Aguiar (2006), no texto “Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais” apontam que a não preocupação com a sustentabilidade por parte do agronegócio também tem o auxílio da ineficácia das ações governamentais em relação aos impactos dessas atividades econômicas de produção em escala sobre o solo, os recursos hídricos e uso das tecnologias inapropriadas no contexto socioambiental, provocando danos a natureza e as populações locais. É identificado como ação presente nas monoculturas o uso abusivo de agrotóxicos para aumentar a produtividade, onde as sequelas desse uso demasiado recai ao solo, seus microrganismos, águas, vegetação nativa, os próprios trabalhadores assalariados e as populações nativas, todo um ecossistema.

A questão dos agrotóxicos, como sabido, é um fato alarmante no Brasil, desde 1997, o governo federal concedeu isenção de 60% no imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) para agrotóxicos. Resultado dessa isenção de impostos, em 2008, o país se tornou o maior consumidor de agrotóxicos no mundo, chegando a movimentar nesse mesmo ano mais de 6 bilhões de dólares em consumo de 725, 6 mil toneladas de agrotóxicos,

chagando a representar 3,7 quilos de agrotóxicos por habitantes (RIGOTO; ROSA, 2012, p.86-88 apud BARROS, 2014. p. 136).

Contudo, a lentidão na reação por parte das esferas governamentais permite cogitar conivência para com as ações degradantes mantidas pelo agronegócio em prol de certo desenvolvimento, sem pensar em danos maiores a serem produzidos por essa ausência em agir.

De modo mais abrangente, M. V. Silva (2013) discute e questiona a postura do Estado do Piauí ao adotar o agronegócio como estratégia maior do desenvolvimento piauiense, mostrando os impactos negativos gerados pela atividade produtiva e comercial deste tipo de agricultura, os quais são “enfrentados solitariamente pelos agricultores familiares da região”. As limitações verificadas no campo de pesquisa pela autora, aparecem traduzidas “pela necessidade da migração temporária, condições precárias de trabalho, dificuldades com a regularização da posse de terra, complicações ambientais e/ou persistência de escassez” (SILVA, M.V., 2013 p.01), impelidos pelo agronegócio aos nativos da região dos cerrados.

As dificuldades configuradas pelo agronegócio deixam claro que as populações de trabalhadores rurais, assalariados dentre outras são, de fato, quem custeiam o desenvolvimento e progresso do cerrado piauiense. O custeio do desenvolvimento por parte dos trabalhadores assalariados também é real em outros contextos em que o agronegócio está implementado. É o caso do setor sucroalcooleiro que tem um histórico na região norte do Piauí, precisamente no Território Entre Rios, abrangendo os municípios de Teresina, União, José de Freitas principalmente, sendo referência enquanto o maior complexo agroindustrial deste setor no Estado, embora o setor sulcrocrocroleiro e energético tem olhos para a região sudoeste. A agroindústria canavieira para os habitantes locais, e especialmente os jovens rurais do contorno territorial, é o mais importante meio de empregabilidade daqueles que são levados a deixar a agricultura familiar como atividade laboral principal.

### **3.COMPANHIA AGROINDUSTRIAL VALE DO PARNAÍBA AÇUCAR E ALCOOL LTDA – COMVAP: ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS**

O foco principal desse momento é historicizar sobre o setor canavieiro no Piauí, fazendo um recorte para o município de União, a partir da Companhia Agroindustrial Vale do Parnaíba – COMVAP, abordando as evidências históricas do cultivo e produção da cana de açúcar, e reportar aos acontecimentos ocorridos com os trabalhadores assalariados rurais na agroindústria canavieira, que marcaram a história deste setor no município em questão. Em seguida será tratado sobre a fusão da COMVAP com o grupo Olho D'água, que passa a gerenciar a agroindústria atentando para as mudanças, avanços e continuidades no setor.

#### **3.1 O NEGÓCIO DA CANA DE AÇÚCAR**

O negócio da cana de açúcar reporta-se na historiografia brasileira desde o século XVI, com a implantação da atividade açucareira, uma das mais importantes atividades econômicas para o desenvolvimento da então colônia.

Os estados de Pernambuco e Bahia foram os primeiros a receberem o sistema *plantation* da cultura da cana-de-açúcar no país resultando na expropriação das terras indígenas pelos portugueses - depois por outros povos europeus - em seguida a destruição das matas, construção de engenhos e escravização de humanos – índios e negros, com o intuito de montar uma estrutura para a exportação do produto, como descreve Andrade (1994).

O nordeste foi palco da expansão açucareira e sua consolidação desde o Brasil Colônia até a segunda metade do século XX, guiando a posição de maior produtora de açúcar para a exportação. A implantação da agroindústria canavieira na região nordeste do país sempre teve caráter mercantil, como afirma Ramos (1999) ao enfatizar que o investimento na monocultura canavieira na faixa litorânea nordestina tinha a “estratégia de reduzir tempo e riscos envolvidos nas viagens marítimas entre a região metropolitana e a região em processo de colonização”.

Para Ramos (1999) a finalidade da colonização brasileira estritamente comercial, fez com que a exploração agrícola do território fosse marcada por elementos determinantes que foram incorporados à formação econômica do Brasil, os quais constituíram o tripé que alicerçou a introdução, propagação e comercialização da cultura da cana de açúcar no país nos séculos iniciais da produção do açúcar, sendo estes: a) constituição de latifúndios, b) trabalho escravo e c) monocultura; os quais não foram extintos, vigorando em dias atuais, como

demonstram vários estudos no Piauí, dentre eles o de Masulo (2014)<sup>16</sup> e Tavares e Silva (2014)<sup>17</sup>.

No século XIX, a expansão da cultura da cana de açúcar chega em áreas de maior concentração populacional, a exemplo do estado de São Paulo que mesmo sendo um forte produtor de café, passa nesse período a investir na produção açucareira ainda de forma modesta. Mas, Andrade (1994) contextualiza o período que corresponde as últimas décadas do século XIX, explicando que a situação do açúcar tornou-se muito difícil para o Brasil em detrimento do custo da produção e da qualidade do produto, pois até então a maioria dos engenhos não haviam se modernizado para competir de igualdade com outro mercado fornecedor. Com isso, o governo imperial investe no financiamento de modernas fábricas – chamadas engenhos centrais – que deveriam produzir o açúcar branco.

Com a política de investimento do império para a modernização dos engenhos bangueses<sup>18</sup>, os quais foram reestruturados, surgindo assim fábricas de maior capacidade de produção. Vale ressaltar que, os engenhos de propriedade particular, denominavam-se usinas; e aqueles quando de empresas comerciais, geralmente estrangeiras, chamava-se engenhos centrais. Ilena Barros explica:

O que distinguia uma das outras era que as usinas, sendo de propriedade de antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam a produção da industrialização da cana e utilizavam a força de trabalho escrava, enquanto engenhos centrais, subsidiados e com garantias de juros de capital aplicado pelo governo, tinham restrições quanto a posse de terras para a cultura da cana e à utilização da mão de obra escrava. A produção da cana a ser industrializada nos engenhos centrais era feita por proprietários de terra, antigos senhores de engenho que a vendiam ao engenho central, comprometendo-se a fornecer cotas anuais. Esses proprietários de engenho que desmontavam a sua indústria eram chamados de fornecedores de cana, substituindo os bangueseiros. (BARROS, 2014 p. 152)

Andrade (1994) descreve que com o início da industrialização da produção da cana de açúcar surgiu o que ele denominou de período usineiro, em que foram montadas numerosas fábricas de pequeno e médio porte, sendo os bangueses gradativamente desmontados e anexados às usinas; vindo assim, a desaparecer os engenhos de açúcar.

<sup>16</sup>Ver: MASULO, P. M. do N. **Trabalho Escravo e Agronegócio no Piauí – uma análise da situação dos anos 1990, com base em processos judiciais**. 2014. 158 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UFPI, Teresina, 2014.

<sup>17</sup> Ver: TAVARES, Poliana da Silva. SILVA, M. Valéria da. **Aspectos Socioeconômicos-culturais do agronegócio no Piauí**. Relatório de Iniciação científica - Projeto PIBIC/CNPQ. Ano 2014.

<sup>18</sup>Andrade (1994) descreve que no período colonial foi mantido o sistema patriarcal e não houve grandes transformações tecnológicas, dominando, na agricultura, uma mesma variedade de cana, a crioula; do ponto de vista industrial, o banguê era movido a água ou tração animal – bois e éguas - produziria açúcar mascavo para exportação.

Na historiografia do autor, ele reporta a crise de 1930 no Brasil, a qual incidiu sobre a economia açucareira vindo “a enfrentar dificuldades pela expansão da monocultura da cana de açúcar em áreas antes cultivadas pelo café” (ANDRADE, 1994 p. 21). A forte luta travada entre as áreas produtoras ainda nesse período, levou o governo federal a entrar de forma mais planejada no setor, resultando de sua ação mais incisiva como, limitar a produção em termos nacionais, distribuir cotas de produção por estado e empresas, vindo a concretizar sua ação através da criação do IAA<sup>19</sup> (Instituto do Açúcar e do Alcool, 1936/1990). Com essa ação por parte do governo federal o crescimento do setor canavieiro ficou estagnado até a Segunda Guerra Mundial, o que resultou na desorganização do setor para exportação do produto – açúcar, e dificultou a circulação do produto pelo território nacional.

Reportando as palavras de Szmrecsanyi e Moreira (1991), sobre o contexto de dificuldades que passou a agroindústria canavieira brasileira no período da eclosão da II Guerra Mundial, esses autores apontam algumas dificuldades que fortemente recaíram sobre o transporte marítimo, pois, esse era o meio viável na época para o desenvolvimento das exportações quanto as importações, prejudicando seus volumes. Essa situação abriu espaço para reorganização do espaço e dos centros de produção e comercialização da cana de açúcar no Brasil, como elucidam que

Uma boa parte do comércio interno de mercadorias entre o norte e o sul do país ainda era feita por seu intermédio, e um dos produtos mais afetados pela guerra submarina foi precisamente o açúcar, cujo abastecimento interno dependia fundamentalmente da produção nordestina, enquanto que os seus principais centros consumidores se achavam localizados no Centro-Sul, mais particularmente nas cidades dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Um dos primeiros e principais efeitos do conflito foi o de ter cortado o país em duas partes, com uma vendo-se repentinamente à frente de uma grande superprodução de açúcar, e a outra passando a sofrer uma crescente escassez do mesmo produto. (SZMRECSANYI E MOREIRA, 1991 p. 58-59)

Esse contexto de insatisfação entre os principais centros consumidores criou as condições necessárias para a expansão da produção de açúcar em regiões que anteriormente o importavam de outras, como do Nordeste. De acordo com Szmrecsanyi e Moreira (1991), foi essa expansão no período da Segunda Guerra que originou a definitiva transferência do eixo

---

<sup>19</sup>“O Instituto do Açúcar e Alcool foi criado em 1933 e tinha como principal objetivo regular as relações do setor canavieiro; definia preços e normatizava as relações entre fornecedores e usineiros. Com o Proálcool tornou-se um órgão facilitador da “modernização do setor” que incluiu fusões e incorporações de usinas e destilarias, bem como a construção de destilarias anexas para a produção de álcool; facilitou sobremaneira a monopolização do setor viabilizando a concentração técnica e econômica dos usineiros e a incorporação dos pequenos fornecedores pelos grandes e depois das cotas de produção pelas próprias usinas.” (SANT’ANA, 2012 p. 27)

da produção canavieira e açucareira para os Estados do sudeste do Brasil, uma transferência que só chegou a se completar de fato na década de 1950.

Alves (2007) explica ainda mais, que esse cenário econômico e político, fez o governo ser mais liberal quanto a instalação de novas usinas e destilarias, ocasionando na alteração do status do nordeste de maior produtor de açúcar do Brasil, e implicando no aumento da capacidade produtiva de açúcar da região Sudeste, especificamente em São Paulo que passou a ser a principal produtora. Novaes (2009), identifica os fatores que conduziram a região Nordeste a perda da hegemonia na produção de açúcar para São Paulo, que são: a expansão do mercado interno, a valorização do produto no mercado internacional, o redirecionamento dos investimentos da cafeicultura para a implantação de usinas açucareiras e a aquisição de terra para o plantio da cana.

Essas dificuldades, citadas anteriormente impulsionaram o IAA a incentivar a produção de açúcar no Centro-Sul, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, restringindo ao mesmo tempo o potencial da produção de álcool dos mesmos, visto que, esses estados intensificaram as tentativas para eliminar a intervenção estatal na agroindústria na sua região realizada através do Instituto de Açúcar e Álcool, que desde a sua criação ainda na década de 1930 manteve a política de proteção e amparo a agroindústria canavieira nordestina.

As tentativas de fechar o IAA pela agroindústria canavieira da região Centro Sul, não foram bem sucedidas nesse período. Segundo, Szmrecsanyi e Moreira (1991) a manutenção do Instituto do Açúcar e Álcool, se deu nessa época pós-1930, se deu

[...] devido à oposição, e à força política, dos produtores de açúcar do Nordeste e do Estado do Rio, desejosos de manterem a sua lucrativa participação no abastecimento do crescente, e cada vez mais próspero, mercado consumidor paulista. Em decorrência da atuação daqueles grupos empresariais, a intervenção do Estado no setor e o próprio Instituto puderam ser mantidos (SZMRECSANYI e MOREIRA, 1991, p. 60).

Os autores supracitados, realçam que a manutenção do Instituto, se tornou possível em decorrência ao aumento significativo que o mesmo havia promovido nas cotas de produção de açúcar que beneficiou diretamente os usineiros de São Paulo que tiveram participação direta no mercado nacional, onde os números apresentados na época apontaram de 17,6 para 22,2 por cento do total (nível nacional), enquanto que os de Pernambuco viam diminuída a sua de 37,7 para 28,9 por cento. Essa ação se constituiu em um reconhecimento formal da transferência gradual do centro produtor da cana de açúcar antes

predominantemente na região nordeste, que passa a ter referência na região Centro-Sul, o que veio acarretar uma superprodução que perdurou por várias décadas chegando até os dias atuais.

Ainda, entre as décadas de 1950 até o final de 1960, na agroindústria canavieira brasileira transcorreu sob o símbolo de uma forte expansão da indústria açucareira que foi parcialmente induzida pela crescente demanda do mercado interno, cujas dimensões estavam sendo gradativamente ampliadas por um rápido e intenso processo de urbanização e de industrialização, o que levou a produção e consumo de açúcar interno a exceder-se, fato que levou o país ao retorno das exportações o fazendo voltar a se estabelecer no grupo dos maiores exportadores do produto, como ocorria anteriormente, de acordo com Szmrecsanyi e Moreira (1991).

Esses autores afirmam que na busca da concentração e modernização do setor, entre o final da década de 1960 até segunda metade da década de 1970, o governo brasileiro, comandado pelos militares, voltou parte de suas ações para o desenvolvimento do país através da promoção de exportações dos produtos da agroindústria canavieira quanto estratégia para tal fim. Nesse mesmo período houve um aumento na produção e no volume de exportações no país acarretando na necessidade de auxílio para sustentar a expansão da agroindústria canavieira, através do apoio do governo que se manifestou através da implementação de programas.

Destarte, Andrade (1994) elucida sobre a ação do governo brasileiro ao intensificar o processo de modernização desse setor, sem atentar para as mudanças sociais e ambientais, que resultou no desenvolvimento de programas como: Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar – PLANASÚCAR<sup>20</sup>, e no Programa Nacional do Álcool - PROÁLCOOL<sup>21</sup>, que ocorreu de 1975 a 1990 - destinado para o incentivo da produção do álcool através da expansão da oferta de matéria prima: cana de açúcar, mandioca ou outro insumo.

---

<sup>20</sup>Szmrecsanyi e Moreira (1991) explicam que o principal objetivo do Planasúcar, era o desenvolvimento em larga escala do país, e de acordo com condições e necessidades brasileiras, de novas variedades de cana por meio da experimentação e manipulação genética. Outros programas importantes cedidos pelo governo federal de investimentos e de incentivos públicos: o *Programa de Racionalização da Indústria Açucareira*; e o *Programa de Apoio à Indústria, Açucareira*. O primeiro foi instituído em 1971 juntamente com o Planasúcar, e o segundo dois anos mais tarde, como substituto do primeiro.

<sup>21</sup> “A primeira etapa do Programa Nacional do Álcool – ocorreu em 1975, sob decreto nº 76.593 de 14/11/1975, com um total de 136 projetos aprovados para destilarias anexas e 73 para destilarias autônomas. A segunda etapa ocorreu em 1979 com o decreto nº 83.700/1979, especialmente para a produção de álcool hidratado como combustível direto, retirando a ênfase do álcool anidro. Novamente o governo socorre a agroindústria canavieira com juros de mercado em condições favoráveis para os proprietários de usinas e cria um mercado consumidor do carro a álcool”. (SANT’ANNA, 2012 p. 21)

No período que vigorou o PROÁLCOOL, chama a atenção os fortes incentivos fornecidos pelo Estado diretamente ao setor, através de uma poderosa linha de crédito específica para a compra de terras, para a montagem de destilarias anexas e autônomas e para a modernização da produção em geral. Estes créditos foram fornecidos a juros reais abaixo da inflação com três anos de carência e 16 anos para o pagamento do principal.

Esses programas foram implementados com a perspectiva de “tornar a produção nacional competitiva no mercado internacional e desenvolver uma alternativa biológica para fazer baixar a importação do petróleo” (ANDRADE, 1994, p. 21), gerando novos impactos, como cita o autor,

Estes programas estimularam a expansão dos canaviais por terras ainda não aproveitadas, como Estado de inexpressiva relevância como produtores de cana de açúcar – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Maranhão etc. – passaram a ser grandes plantadores, enquanto outros passaram a ter produção mais significativa. Entre os produtores tradicionais como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, a expansão canavieira foi feita de forma muito expressiva (ANDRADE, 1994, p.21-22).

Assim, a expansão do setor canavieiro pelo Brasil, é apresentada por Manuel Correia Andrade, que explica ser nesse mesmo período, na década de 1970, que se intensifica o processo da modernização da agricultura, e a cadeia produtiva da cana de açúcar passa por transformações para atender as exigências das exportações, onde aumentou a demanda por mais terra e conseqüentemente da força de trabalho.

Crescendo a busca pela força de trabalho para os canaviais, Alves (2007) analisa que o processo de expansão da cadeia produtiva da cana de açúcar nessa época gerou a expulsão de trabalhadores da agricultura familiar, os quais terminaram disponibilizando sua força de trabalho para o complexo agroindustrial canavieiro, o qual não necessitou disputar trabalhadores com o setor urbano e nem aumentar salários ou garantias de direitos trabalhistas ao proletariado que se constituía.

A primeira crise do petróleo, ainda na década de 70, foi uma das razões que justificaram os investimentos na cadeia produtiva da cana de açúcar por parte do governo brasileiro para a produção de álcool combustível, incentivada pelos programas governamentais, principalmente pelo PROÁLCOOL - que agrupava a matriz energética brasileira, o qual “por meio de articulação com a indústria automobilística permitiu a produção de automóveis movidos a etanol, resultando na criação de um mercado consumidor interno do carro a álcool” (MENDONÇA; XAVIER, 2012, p. 12).

É válido elucidar que o favorecimento econômico para a cadeia produtiva da cana de açúcar, através do PROÁLCOOL, foi a retomada de um compromisso histórico com o setor por parte do governo federal, que utilizou-se do discurso da procura de uma alternativa energética para o Brasil diante da crise petrolífera nos anos de 1974 e 1975, (SANT'ANA, 2012) para revitalizar iniciativas de financiamento dos segmentos rurais empoderados.

Pery Francisco Assis Shikida, no texto “Evolução e as fases do Proálcool: 1975-2000”, esclarece como se desenvolveu as cinco fases correspondente ao PROÁLCOOL, desde sua criação, apogeu e a fase de crise e rearranjo. O texto faz menção ao período de implantação de programas governamentais que surgiram com a intencionalidade de solucionar a crise energética que passava o país, onde relata que

Com o desequilíbrio das contas externas brasileiras, causado, em parte, pela crise do petróleo, as autoridades governamentais e fração do empresariado nacional manifestaram interesse em encontrar fontes alternativas para a substituição de alguns derivados do petróleo. Foram propostos alguns Programas com esse caráter, dentre os quais: o PROÓLEO (objetivando substituir o óleo diesel), o PROCARVÃO (objetivando substituir o óleo combustível) e o PROÁLCOOL (objetivando substituir a gasolina), sendo o último o que teve maior apoio e resultados (SHIKIDA, 2013, p. 228-229).

Seguindo as argumentações de Shikida (2013), as mesmas esclarecem que a primeira crise do petróleo, juntamente com a crise da agroindústria canavieira, contribuiu para viabilizar a implantação do PROÁLCOOL, instalando sua primeira etapa, o que resultou na criação de um favorável ambiente para o surgimento de várias opções, como citadas anteriormente, voltadas para o uso do álcool, do carvão e do óleo vegetal. Ressalva feita pelo próprio autor, é a de que a crise agroindústria canavieira acabou favorecendo a “orquestração” de interesses que levou o país a optar pelo PROÁLCOOL, com incentivo dos empresários das usinas e destilarias, do Estado, do setor de máquinas e equipamentos e da indústria automobilística.

Cada setor desse tinha um interesse próprio com o PROÁLCOOL, o que Shikida (2013) relata é que, no caso dos usineiros, tratava-se de diversificar a produção de criar um novo mercado diante das frequentes crises da economia açucareira; para o Estado os interesses nesse Programa resumiam-se nos objetivos nele contidos, sendo estes: economia de divisas; diminuição das desigualdades regionais de renda; crescimento da renda interna; geração de empregos; e expansão da produção de bens de capital.

O governo brasileiro, com o segundo choque do petróleo entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980, por mais uma vez investiu recursos públicos para financiar o

capital privado das usinas e destilarias de açúcar e álcool, visto que nesse mesmo período e safra foi estabelecida a meta de produção pelo PROÁLCOOL, nessa primeira etapa correspondendo a “três bilhões de litros de álcool na safra 1979/1980, que foi cumprida em 113,2%, sendo a produção de álcool dessa fase baseada sobremaneira em destilarias anexas e com expressiva produção de álcool anidro” (SHIKIDA, 2013, p. 232). Com essa produção, veio resultar na segunda etapa do PROÁLCOOL, que em 1979 sob o decreto de lei nº 83.700/1979, de fato concretizou um redirecionamento da produção para o álcool hidratado como carburante direto, onde “o governo criou um mercado interno consumidor de carros a álcool viabilizando a atividade produtiva do setor” (SANT’ANA, 2012, p.21).

Para o referido estudioso, durante o PROÁLCOOL, ainda na sua primeira fase, a agroindústria canavieira em concordância com os interesses do Estado e de outras instituições privadas conseguiram viabilizar uma prática corporativa para a gestão de uma ampla política pública, que foi a de tornar o álcool combustível em uma alternativa energética, como mencionado anteriormente por Sant’Ana (2012).

Pesquisadores (MELO; PELIN, 1984; LOPES, 1996; GOLDIN; REZENDE, 1993) citados por Shikida, apontam que esse intento de tornar o álcool como uma alternativa energética para combustível, significou pagar um preço alto, visto que o álcool ainda não era (não foi) competitivo em frente a gasolina.

A segunda fase do PROÁLCOOL caracterizou-se pela sua expansão e a aceleração da implementação do uso do álcool hidratado como combustível único. Nessa etapa, segundo Shikida (2013), o programa objetivou alcançar a produção de 10,7 bilhões de litros em 1985, ou seja, mais do que triplicar a produção em aproximadamente sete anos, além de fortalecer seus propósitos iniciais (economia de divisas, geração de empregos, etc.). Três movimentos foram verificados durante a segunda etapa do PROÁLCOOL, como explica pelo autor, ao enfatizar que esses movimentos contribuíram para o alavanque do programa, sendo que, o primeiro movimento compete a esfera da agroindústria canavieira o que acarretou na **intensificação da produção de álcool hidratado**<sup>22</sup> com a expansão das destilarias autônomas.

Os outros movimentos, que correspondem ao segundo e terceiro, respectivamente estão voltados para o âmbito do Estado – que através da Petrobrás foi responsável pela comercialização do álcool, onde foram tomadas **medidas inovadoras de estímulo ao uso do**

---

<sup>22</sup>Shikida (2013), afirma que durante a primeira fase do PROÁLCOOL, a produção de álcool anidro aumentou quase doze vezes, enquanto a produção de álcool hidratado duplicou. Ao revés, durante a segunda fase a produção de álcool anidro não chegou nem a duplicar, enquanto a produção de álcool hidratado aumentou quase treze vezes.

**veículo movido exclusivamente a álcool**<sup>23</sup> - quanto ao terceiro ocorreu nos âmbitos da indústria de máquinas e equipamentos direcionados para a agroindústria canavieira e para indústria automobilística, em que foram estimuladas suas produções diante da possibilidade de expansão de mercados para seus produtos

O sucesso do PROÁLCOOL em suas duas etapas, decorre dos fatores resultantes com a modernização da agricultura no país, entre as décadas de 1960 a 1970, que ocasionaram mudanças na base agrícola, as quais acarretaram a **luta pela terra**, devido a expropriação de agricultores familiares nos arredores das terras das usinas e destilarias **intensificando o êxodo rural** e disponibilizando **oferta da força de trabalho**, segundo Barros (2014).

No entanto, Mendonça e Xavier (2012), abordam que a industrialização da agricultura brasileira foi impulsionada por capitais industriais e financeiros em busca de valorização através da apropriação da renda da terra. Os autores dão continuidade à discussão quando afirmam que “para manter um patamar de produtividade compatível com o mercado internacional, o agronegócio brasileiro arcou com enormes dívidas, vindo a gerar a crise econômica na década de 1980” (MEDONÇA; XAVIER, 2012 p. 12).

Ainda nos anos de 1980, o cenário internacional do mercado petrolífero<sup>24</sup> foi alterado, acarretando graves consequências para os programas de estímulo aos energéticos alternativos, vindo a resultar num sensível decréscimo no volume de investimentos nos projetos de produção interna de energia, no caso promovida pelo Proálcool, o qual teve sua viabilidade questionada.

Com a estagnação do setor sucroalcooleiro em 1990, Mendonça e Xavier (2012) explicitam que, ocorreu uma queda significativa do mercado de vendas de carros movidos a álcool, e o preço do açúcar vinha se mantendo em baixa, “condicionado pelas flutuações no mercado internacional de commodities”, onde o setor só voltou a reerguer-se em 2004, com a obtenção de incentivos significativos por parte do governo. Neste mesmo período, o Estado,

---

<sup>23</sup>As medidas estabelecidas pelo segundo movimento no âmbito do Estado estiveram voltadas para: a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e da Taxa Rodoviária Única (atual Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores) para veículos privados dessa natureza, isenção do IPI para táxis a álcool, e o estabelecimento de um limite do preço ao consumidor de álcool hidratado de 65% em e nos âmbitos da indústria de máquinas e equipamentos para a agroindústria canavieira e na indústria automobilística (SHIKIDA, 2013 p. 233-234)

<sup>24</sup>A queda nos preços do barril de petróleo caiu significativamente de um patamar de US\$ 30 a 40 para um nível de US\$ 12 a 20, o que ocasionou em uma demanda maior que a oferta de álcool combustível no país, pois com as vendas de carro a álcool no decorrer da década de 1980 se tornou inviável a manutenção do mercado. Com esse cenário de crise do abastecimento de álcool no país, consequentemente a credibilidade do Proálcool sofre queda, o que, juntamente com a redução de estímulos ao seu uso, provocou, nos anos seguintes, um significativo decréscimo da demanda e, consequentemente, das vendas de automóveis movidos por esse combustível. Fonte: <http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool/programa-etanol.htm> < acessado em 13/11/2015 as 12:09 h

por “sua incapacidade de manter uma política de crédito por causa da crise fiscal, e também da mudança de paradigma da política econômica atrelada aos pressupostos do Consenso de Washington<sup>25</sup>” (ALVES, 2007 p. 27) promoveu a desregulamentação dos complexos agroindustriais canavieiros, bem como de outros setores da economia brasileira, além da abertura comercial. O referido autor afirma que

[...] os direcionamentos – abertura comercial e desregulamentação do estado, operados ao mesmo tempo e combinados com a queda da demanda interna de álcool, levaram a uma crise sem precedentes do complexo, que se prolongou por toda década de 1990, e só apresentou mudança, já no início da presente década, após 2002 (ALVES, 2007, p. 27).

Nos anos 2000, o setor sucroalcooleiro passou a investir significativamente na produção de agrocombustíveis, como fonte de energia “limpa e renovável”, no objetivo de substituir o petróleo e atender o aumento da demanda global por etanol, o que ocasionou a partir de 2002, no rompimento com a estagnação acometida na década anterior, o que levou a desenvolver-se influenciado pelos seguintes fatores, como descreve Barros (2014):

[...] crescimento da demanda interna do álcool em decorrência da tecnologia dos motores *flex fuel*, movidos tanto a gasolina, álcool ou uma mistura dos dois combustíveis, que circulam no país desde 2003, e os efeitos decorrentes do Protocolo de Kyoto<sup>26</sup> que impõe a redução de CO<sup>2</sup>; a incapacidade dos EUA de atender o crescimento do mercado interno e externo; baixo custo de produção de açúcar e álcool; crescimento da produtividade do trabalho agrícola e industrial na região Sudeste do país (BARROS, 2014, p. 155).

---

<sup>25</sup>“Consenso de Washington em novembro de 1989, foi realizada uma série de reuniões e seminários para a avaliação dos efeitos do ajustes econômicos na América Latina. Esses encontros contaram com a participação de técnicos das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), de representantes dos Estados Unidos e dos países latino-americanos, além de acadêmicos de diferentes países. O esforço culminou na celebração de um acordo entre Banco Mundial, o FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o governo dos Estados Unidos, no qual aparecem descritas as políticas de ajuste estrutural recomendadas para a região. Entre essas regras que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização de estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual. Como consenso, as IFMs e o governo estadunidense fizeram pacto de expandir essas medidas ainda mais, introduzindo-as como condicionalidades para o crédito em todos os acordos de colaboração assinados a partir daquele momento”. (BARROS, 2014, p. 113).

<sup>26</sup> “O protocolo de Kyoto, assinado por mais de 170 países, foi um dos mais importantes no que se refere a questão ambiental, pois ele vai desencadear uma série de debates e ações envolvendo a questão energética. Os países que assinaram esse acordo comprometeram-se, até no período de entre 2008 e 2012, a diminuir 5,2% de emissão de gases tóxicos (CO<sup>2</sup>) na atmosfera (tendo como referência os níveis de 1990), o que fez com que houvesse uma corrida atrás de matrizes energéticas menos poluentes, em especial a substituição do MTBE (éter metil terciário-butílico), componente que é acionado à gasolina e que é altamente poluente e cancerígeno; em seu lugar o álcool anidro pode ser usado com menor toxicidade”. (SANT’ANA, 2012, p. 38)

O setor sucroalcooleiro, entre os anos de 2002 a 2008, volta ao seu processo de expansão retomando a dinâmica de crescimento comparada aos tempos áureos do Proálcool. A tabela abaixo apresenta os números referentes as safras nesse período da retomada de expansão do setor:

TABELA 01 – Produção do setor Sucroalcooleiro – Brasil/2004-2009.

Ano/Safra	Área de produção de cana (ha)	Cana Produzida (Toneladas)	Produção de Açúcar (Toneladas)	Produção total de etanol (Mil litros)
2004/05	5.625.300	415.694.500	26.621.221	15.416.668
2005/06	5.840.300	431.413.400	26.713.539	16.997.433
2006/07	6.163.200	474.800.400	30.223.600	17.471.138
2007/08	6.963.600	495.723.279	31.279.800	22.526.824
2008/09	7.057.800	571.434.300	31.049.206	27.512.962

Fonte: CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Informações extraídas junto a documentos de acompanhamento de safra – CONAB. Org. XAVIER, C. V.

Os números acima atestam o crescimento do setor sucroalcooleiro, como uma nova expansão, a qual não perdurou por muito tempo, pois em 2008 com a crise do capital, que ficou caracterizada pela inadimplência de dívidas imobiliária, principalmente nos Estados Unidos, limitando a capacidade de financiamento das empresas, atingiu fortemente a agroindústria canavieira no Brasil, como atesta Mendonça e Xavier (2012).

Os autores expõem que os impactos decorrentes dessa crise de 2008/2009, ocasionou as empresas a passarem a contar com créditos privados e principalmente, com empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Mas, logo ocorreu a diminuição do acesso ao crédito, culminando na falência de muitas empresas do setor, o que aprofundou e acelerou o processo de fusões com empresas multinacionais” (MENDONÇA; XAVIER, 2012, p.20).

Os reflexos da crise atingiram a produção da cana de açúcar nas safras posteriores, de 2011/2012 ocorrendo uma queda, levando o país a importar etanol dos Estados Unidos. Para Mendonça e Xavier (2012), esse acontecimento provocou bem mais além do que uma imagem internacional abalada, pois abriu precedentes para as usinas justificarem sobre a queda da produtividade, a incapacidade de investirem na renovação dos canaviais em adubação e tratamentos culturais. Com isso, o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES continuou a financiar as agroindústrias canavieiras, mesmo com as falências e inadimplências. Em 2012, o referido banco disponibilizou uma linha de crédito específica para subsidiar a renovação dos canaviais.

A descrição dos fatos históricos, econômicos e políticos abordados nesta seção, evidenciam os avanços e retrocessos ocorridos com o agronegócio canavieiro no país, e o compromisso por parte do Estado em fornecer condições para sua expansão contínua, no caso sendo necessário:

[...] volumosas massas de crédito e subsidio estatal, como forma de custear etapas do seu processo de desenvolvimento, que vão desde a implantação de unidades processadoras, desenvolvimento da lavoura, chegando até o emplacamento de projetos de reestruturação do setor (...), esse processo tem causado um crescente endividamento que, por sua vez, incentiva a expansão territorial, expressa na contínua incorporação de novas áreas para o monocultivo (MENDONÇA; XAVIER, 2012, p. 24).

É no cenário de “crise e expansão” conforme os autores supra citados, que o agronegócio canavieiro impulsiona o seu desenvolvimento, já que o mesmo se mantém diante de uma situação de extensividade da atividade, munida de acúmulo de dívidas, que ironicamente aparecem como suposta solução para a crise de remuneração do setor, isto é, as empresas se endividam para expandir o negócio, mas a maioria se torna inadimplente, visto que precisa dos custeios por parte do governo.

De acordo com Mendonça e Xavier (2012) o desdobramento desse processo de crise e expansão se evidencia inclusive na redução recente do ritmo de crescimento da produtividade da lavoura canavieira, justificada por aspectos conjunturais ligados a fatores climáticos como, excesso de chuva e/ou estiagem prolongada. Porém, esse argumento não se torna suficiente, segundo os autores, pois é preciso fazer uma análise detalhada do contexto econômico para entender esse movimento de expansão-crise.

No que se refere ao desempenho da produção nas safras mais recentes que se tem registro, a CONAB (2014) fornece dados que apontam na safra de 2013/2014, uma produção total de cana de açúcar correspondendo a um acréscimo de 11,9% em relação à safra anterior, 2012/2013, equivalente a 588,9 milhões de toneladas.

Já na safra de 2014/2015, a produção do país totalizou 634,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, acarretando uma queda percentual de 3,7% menor em relação a produção da safra 2013/2014 que foi de 658,8 milhões de toneladas, mesmo com o acréscimo na área plantada de 2,2% (CONAB, 2015).

A estimativa quanto a produção de cana destinada à indústria na safra 2015/2016, segundo a CONAB (2015), é de 654,6 milhões de toneladas, com acréscimo de 3,1% (19,8 milhões de toneladas) em relação à safra 2014/15, que foi de 634,8 milhões de toneladas. A tabela 02, resume os números atingidos e estimados durante as safras de 2012 a 2016.

TABELA 02 –Produção e área cultivada d cana-de-açúcar no Brasil – anos 2012-2016.

<b>SAFRAS</b>	<b>TOTAL – milhões de toneladas</b>	<b>AREA CULTIVADA (mil ha)</b>
2012-2013	588,9	8.485,000
2013-2014	658,8	8.799,15
2014-2015	634,8	9.004,5
2015-2016	654,6	9.070,4

Fonte: Tabela construída pela autora com base na CONAB (2013; 2014;2015).

A tabela 02 indica o acréscimo na produção de cana de açúcar no território nacional, embora com uma leve queda no percentual, mas nada que abale o seu crescimento, visto que a cada safra a expansão do cultivo da monocultura da canavieira se estenda por todo país.

O negócio da cana de açúcar revela novas dinâmicas e metamorfoses do “capital a cada fase mostrando como o mesmo se reestrutura para garantir sua reprodução dominando o processo de trabalho, os meios de produção e a força vital que faz gerar riqueza” (BARROS, 2014 p.156), através dos avanços tecnológicos e científicos que simbolizam o desenvolvimento, ainda munidos pelos incentivos fiscais que priorizam o agronegócio enquanto agricultura prioritária.

Essa realidade apontada, serve de pano de fundo para identificar e analisar o cenário do setor canavieiro no estado do Piauí, o qual não é um dos mais produtivos do Nordeste, mas possui importância no cenário econômico, político e cultural do Piauí com peculiaridades que marcam sua história e expansão.

### 3.2 A PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR NO ESTADO DO PIAUÍ

A monocultura canavieira muito influenciou o processo de ocupação do território brasileiro, principalmente pela via da região nordeste, onde todos os estados tiveram seu processo de ocupação determinado do litoral para o interior, o que contrariamente ocorreu no Piauí. De acordo com Brandão (1998, p. 17), D. Pedro II, através de Carta Régia de 1701, determinou que “os criadores retirassem seus rebanhos no prazo de um mês, para o interior observada a distância de dez léguas”.

Nunes e Abreu (1998) apontam que os termos expostos pela carta régia, favoreceram a retirada do gado para o sertão de dentro<sup>27</sup> dando início à fase de penetração do interior nordestino, onde consideram que dentre os fatores conjunturais que determinaram o povoamento e a exploração econômica do sertão piauiense, destacam-se a expansão dos engenhos no Nordeste e a apropriação de novas áreas para instalação de currais.

<sup>27</sup> Expressão atribuída a Capistrano de Abreu.

Com isso, não ocorreu um incentivo para o cultivo da cana de açúcar no Piauí, ficando a província responsável pecuária, assim justificando sua colonização realizada de forma inversa – do interior para o litoral. Identifica-se que são escassos os registros e informações relacionados ao cultivo e produção da cana de açúcar na história do Estado antes do século XX.

Dentre os dados que se tem registro do cultivo e produção de açúcar e álcool no Piauí, tem-se o da usina Santana S/A<sup>28</sup> localizada no entorno da cidade de Teresina, que perdurou até os anos 1960 funcionando ativamente. Com o encerramento de suas atividades, os funcionários foram pagos com terra onde se plantava a cana de açúcar.

Andrade (1994) ao abordar sobre os espaços canavieiros no Brasil faz breve menção ao cultivo e produção da cana de açúcar no Piauí, ao tratar sobre a pequena e velha usina Santana, instalada no Vale do Poti, na primeira década do século XX, que funcionava com um maquinário importado, mas possuía pouca terra apropriada para o cultivo da cana em uma época que desconhecia-se correção dos solos e que se tinha uma limitação dos transportes para a escoamento da produção.

Outros empreendimentos de menor porte e investimentos econômicos para a produção dos derivados da cana de açúcar se espalham pelo estado do Piauí, como os engenhos e destilarias, onde muitos se resumem **em uma fabricação caseira e voltada para o mercado interno**. O empreendimento de porte industrial direcionado para a produção do açúcar e álcool no estado que se destaca é a COMVAP- Companhia Agroindustrial do Vale do Parnaíba, a primeira agroindústria canavieira do Piauí, que iniciou o processo de implantação do setor canavieiro no estado, o que passa a evidenciar não sem antes apresentar o município de União, local de instalação da empresa e parte do projeto de expansão da monocultura canavieira no Estado.

---

<sup>28</sup>“A Usina Santana foi fundada pelo industrial Gil Martins e começou a funcionar em 1906, vindo a fechar em 1982. Cerca de 300 pessoas trabalhavam na Usina. Primeiro, fabricava açúcar e cachaça que abastecia Teresina e região. A gestão do Dr. Gil Martins durou até 1956, quando foi vendida para um grupo de Pernambuco. A partir daí, deixou de fabricar açúcar para ficar com cachaça e álcool. O declínio, se deu por má gestão dos pernambucanos, até chegar a falência da usina em 1982. Falida, a empresa demitiu os trabalhadores e os pagou com terra, justamente, a terra onde eles plantavam a cana. Daí surgiu o bairro em Teresina com o nome Usina Santana.

Mas, no meio da mata, de longe se vê o que restou da Usina Santana. O prédio velho em ruínas, com a chaminé de 52 metros chamam atenção de quem passa pelo local a 20km do centro de Teresina. Memória viva da Teresina de ontem”. Fonte: <http://180graus.com/pedro-alcantara/fatos-marcantes-da-historia-de-teresina-que-completa-163-anos>> acessado 27.11.2015 as 9:17h.

### 3.2.1 Formação Sócio histórica do Município de União-PI

Tratando da expansão da colonização portuguesa no Nordeste, Alves (2003) aponta que com a crescente ocupação das terras da Zona da Mata nordestina pela monocultura canavieira, praticamente monopolizando-as para a fabricação de açúcar, criou-se a necessidade de se buscar outras áreas para o desenvolvimento daquelas atividades que seriam auxiliares ao funcionamento dos engenhos: gêneros agrícolas alimentares, carne, lenha, couro, animal de tração e de transporte, etc.

Esse acontecimento muito contribuiu para o processo de ocupação do território piauiense ocorrido ainda durante o século XVII, que foi marcado pelo adentramento da pecuária extensiva que “buscava grandes extensões de terras disponíveis fora da faixa litorânea com excelentes pastagens para o seu desenvolvimento” (ALVES, 2003 p. 56).

Herdeiro desse processo de ocupação e formação histórica do Piauí, o município de União, tem suas bases formativas firmadas, a princípio, na criação de gado, através da fazenda Estanhado, que foi fundada no início do século XIX, orientada pela criação e comércio do gado na região. Com a instalação da fazenda, em seguida foi construída uma capela, o que propiciou a formação de um núcleo populacional em seus arredores com crescente progresso e desenvolvimento, decorrente da fertilidade das terras da região.

Em 1826, foi realizada a primeira tentativa de criação de uma freguesia na povoação do Estanhado e sua elevação à categoria de Vila, pelo Presidente da Província a qual não foi aprovada, permanecendo como povoado do distrito da vila de Campo Maior. O processo de elevação do povoado Estanhado (referência da Fazenda) para freguesia, é descrito nas informações disponibilizadas pelo IBGE, que

[...] identifica em 1826 a proposta, pelo então presidente da Província, a criação de uma freguesia no povoado do Estanhado e sua elevação de categoria. No entanto, a proposta foi ignorada, continuando a ser povoado do Estanhado, distrito subordinado à vila de Campo Maior. Só algum tempo depois, em 27 de agosto de 1.853 na administração de Luís Carlos Paiva Teixeira, vice-presidente interino da província, foi criada uma paróquia no povoado sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios (IBGE, 2010).

As informações sobre a elevação do povoado Estanhado a categoria de Vila somente, conforme o IBGE (2010) aponta que ocorreu em 17 de setembro do mesmo ano, com a denominação de União, pela resolução provincial nº 362, de 16-09-1853, ou de 17-09-1853, desmembrando de Campo Maior. Uma doação de extensas áreas de terras margeando o Rio

Parnaíba foram feitas pelo Barão de Gurgueia para formalização da cidade. Somente em 15 de novembro de 1890, a cidade de União foi instalada oficialmente<sup>29</sup>.

De acordo com o Plano Diretor do Município<sup>30</sup>, durante muito tempo a pecuária manteve sua importância econômica para União e mesmo após seu declínio, o município vendia gado bovino em pequena escala para Teresina e Fortaleza. O extrativismo contribuiu para a economia do município, embora em pequena escala. Os principais produtos agrícolas: a mandioca, arroz, milho, feijão, algodão e a cana de açúcar cujos excedentes da produção, até meados de 1950, eram vendidos para Parnaíba, Teresina e Fortaleza.

Ainda na década de 1960, a indústria GECOSA, foi instalada no município o beneficiamento de babaçu e, durante muito tempo, foi umas das principais fontes de arrecadação do município. No final da década de 1970, o cultivo da cadeia produtiva da cana de açúcar estabeleceu-se com força através da instalação da usina de álcool - COMVAP que, juntamente com o comércio e serviços, mantém a economia da cidade, conforme as informações do Plano Diretor do Município(2006).

### **3.2.2 União-PI: Características fisiográficas, socioculturais, políticas e econômicas**

União, é a denominação atual do município, que está localizado a 56 km da capital Teresina, com uma área territorial de 1.173,44 (km<sup>2</sup>), que, à margem direita do Rio Parnaíba, pertence à zona fisiográfica do médio Parnaíba. Seus limites estendem-se: ao leste, com os municípios de José de Freitas e Lagoa Alegre; ao sul, com Teresina; ao norte, com Miguel Alves; e ao oeste, com Estado do Maranhão. Também está localizado na mesorregião Centro-Norte Piauiense, como informa IBGE (2008).

É o município que mais fornece mão de obra para o trabalho nos canaviais no Território Entre Rios, que estão concentrados na Agroindústria COMVAP, do grupo Olho D'água, e para as COMVAPINHAS<sup>31</sup>, empresas terceirizadas que cultivam e fornecem cana de açúcar para a COMVAP. A área de expansão para o cultivo dos canaviais, somente da Usina corresponde a mais de 6% da área agricultável do município.

---

<sup>29</sup>Informações sobre a formação sócio-histórica do município de União-PI, obtidas pelo site: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=221110>>acesso 05. Jun. 2016 às 16:22h.

<sup>30</sup>Ver informações sobre o Plano diretor do município de União - Disponível em <http://www.uniao.pi.gov.br/pages/plano-diretor>> acessado em 05.jun.2016 às 13:27h.

<sup>31</sup>São as fazendas que terceirizam serviços para a COMVAP, desde o produto da matéria prima, quanto outros. As fazendas que representam esse trabalho reestruturado, estão a Califórnia, São Felipe I, São Felipe II, Xixá, Soares, Paulo Ramos I e II.

Caracterizado pelo bioma cerrado–caatinga com predominância de babaçuais em sua vegetação, União encontra-se numa faixa de contato das formações vegetais dos tipos floresta subcaducifólia e cerrado. O município pertence ao aglomerado sete (AG 07) do Território Entre Rios<sup>32</sup> (ANEXO A) (Programa Território da Cidadania/2008), juntamente com os municípios de Miguel Alves, Lagoa Alegre, José de Freitas, Teresina, Altos, Coivaras e Alto Longá.

Devido à localização e características do relevo, da vegetação, e, principalmente, dos riachos e lagoas/açudes, o município de União apresenta o clima, que está classificado quente e seco, caracterizado por um período chuvoso, de janeiro a junho, e um período de estiagem, durante o restante do ano.

Como registra o Plano Diretor do Município (2006) sobre o solo e o relevo, estes apresentam características de cobertura sedimentar, datada do período paleozoico, com presença de Latossolo Amarelo e Podzólico Vermelho-Amarelo. Na região de babaçuais, os solos são podzólicos vermelho-amarelos, presentes em associações diversas com predominância de areias quartzosas hidromórficas. Nas áreas mais baixas, alagáveis, ocorre o podzólico cinzento. A topografia do município se apresenta relativamente plana, com ondulações leves, cortadas por vales nas proximidades dos cursos d'água.

Quanto a população Unionense, a estimativa até 2015 era de 43.606 habitantes, de acordo com o IBGE (2015), apontando que ocorrera um aumento de 1,2% na população total comparado com o ano de 2010 que correspondia a 42.654 habitantes, indicando a uma densidade populacional de 36,35 hab/km<sup>2</sup>, todavia mais de 50% da população do município tinha o campo como referência de moradia, contabilizando 21.689 pessoas, conforme dados do IBGE (2010). O Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013)<sup>33</sup>, demonstra os números referentes aos indicadores sociais no município de União, correspondendo aos períodos de 1991, 2000 e 2010 o que mostra o desempenho do município através das três

---

<sup>32</sup>“O Território Entre Rios – PI, legitimado através do Decreto do dia 25/02/ 2008, que instituiu o Programa Territórios da Cidadania a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.”([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm))

“A área total do Território Entre Rios, é de 19.952,00 Km<sup>2</sup> sendo composto por 30 municípios, que são - Agricolândia, Água Branca, Alto Longa, Altos, Amarante, Angical do Piauí, Barro Duro, Beneditinos, Coivaras, Currálinhos, Demerval Lobão, Hugo Napoleão, Jardim do Mulato, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Lagoinha do Piauí, Miguel Alves, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Olho D'água do Piauí, Palmeirais, Passagem Franca do Piauí, Pau Darco do Piauí, Regeneração, Santo Antônio dos Milagres, São Gonçalo do Piauí, São Pedro do Piauí, Teresina e União”. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

<sup>33</sup>O atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil tem referência de seus números com base nos Censos nos anos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em <http://pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>> acessado em 09/04/2016 às 16:32h

dimensões básicas do desenvolvimento – Educação (acesso ao conhecimento), Longevidade (direito a uma vida longa e saudável), e Renda (direito a um padrão de vida digno), como seguiu:

QUADRO 1 – Índice de Desenvolvimento Humano – União-Piauí/ anos 1991-2010

ANO	1991	2000	2010
IDMH	0,529	0,601	0,577
Educação	0,554	0,669	0,453
Longevidade	0,594	0,666	0,781
Renda	0,440	0,469	0,542

Fonte: Atlas Brasil, 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

De acordo com o quadro, entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu uma queda significativa da média do indicador correspondente a educação, sugerindo que o acesso ao conhecimento tornou-se mais restrito ou menos acessível no município de União, visto que, com as dimensões longevidade e renda acréscimos ocorreram, apontando que o desenvolvimento municipal não condicionou o equilíbrio entre os indicadores sociais de tal forma a ampliara garantia de direitos da população.

No que se refere, as condições naturais favoráveis para o cultivo da monocultura canavieira, o processo de expansão da mesma, no município de União conflita com o desenvolvimento da produção da agricultura familiar. Dados do IBGE (2014) apontam que até 2013, a área voltada para o cultivo de outras culturas como arroz (*Oryza sativa l.*) 2.050 ha, feijão (*Vigna Unguiculata*) 900 ha, mandioca (*Manihot esculenta Crantz*) 250 ha, milho (*Zea Mays*) 1.780 ha e melancia (*Citrullus lanatus*) 50 ha que somados são menos do que a área de cultivo e produção da cana de açúcar no município, que representava mais de 5 mil ha.

TABELA03 –Lavoura Temporária 2013 – União.

	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Melancia	Cana de Açúcar	Total
<b>ÁREA PLANTADA(ha)</b>	2.050	900	250	1.780	50	5.213	10.243
<b>ÁREA COLHIDA (ha)</b>	2.050	900	250	1.780	50	5.213	10.243
<b>QUANTIDADE PRODUZIDA (t)</b>	746	168	1.500	597	1000	276.357	280.368
<b>RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)</b>	364	187	06 mil	335	20 mil	53.013	+ 70.000
<b>VALOR DE PRODUÇÃO (R\$ X 1.000)</b>	597	499	390	478	450	20.5809	+208.000

Fonte: Tabela construída pela autora, com base em IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2013.

O encontrado no município permite afirmar que a área de cultivo da monocultura canavieira tende a aumentar, pois o frágil apoio à agricultura familiar tem levado algumas famílias a preferirem arrendar suas terras para o cultivo da cana em detrimento de outras lavouras, como acontece com pequenos proprietários de terra, e assentamentos rurais, no caso do Campestre Norte<sup>34</sup>, localizado no município de Teresina, que fornece matéria prima para a COMVAP.

Essa realidade de arrendamento e terceirização da terra, e da força de trabalho são características do agronegócio que, Araújo (2014), relembra que o agronegócio no país estabilizou-se como símbolo de modernidade e progresso, produtividade e competitividade, para aumentar a oferta de alimentos e desenvolver os territórios; portanto, como solução para o desenvolvimento do país. A autora, continua essa discussão assegurando que “o avanço do agronegócio demonstra o protagonismo da persistência do conflito e da contradição na expansão do capital no campo, modificando a configuração dos territórios rurais” (ARAÚJO, 2014 p. 68).

Destarte, as diferenças que marcam o agronegócio em relação à agricultura familiar conforme M. V. da Silva (2013), aponta que são “as relações comerciais verificadas tanto no mercado interno, quanto no mercado externo, articulada também entre ambos. A autora expõe que

A facilidade de interação estabelecida pela internet, demais possibilidades digitais e as facilidades de deslocamento colocam em contato cotidiano um sem número de produtores e consumidores, estabelecendo uma dinâmica feroz de disputa nacional e internacional de preços e nichos de mercado. A necessidade de redução dos preços para manter a competitividade e a diversidade de alternativas de negociação com fornecedores de todos os pontos do globo tem levado as empresas, também do agronegócio a novos rearranjos produtivos e comerciais com vistas à permanência no mercado, bem como a ampliação de participação dos mesmos. É nesse ambiente que surge as **trades** do agronegócio, articulando uma cadeia de atividades implicadas no processo de produção e comercialização das safras (SILVA, M. V., 2013, p. 03).

A presença das *trades* imprimem outra característica como elucidada M. V. Silva (2013), ao agronegócio, que é a participação direta e cotidiana dos produtores articulados – independentemente do tamanho, localização no país e expressão de sua produção, na dinâmica internacional do setor. Essa realidade ocorre na cadeia produtiva da cana de açúcar, principalmente com as agroindústrias canavieiras e empresas multinacionais como o grupo

---

<sup>34</sup>Ver ARAÚJO, C. F. S. **Assentamento Rural Campestre Norte - Frente à expansão do agronegócio sucroenergético no estado do Piauí**. [2014]. 178f. Dissertação – PRODEMA/TROPEN (Universidade Federal do Piauí), Teresina-PI: 2014.

Cosan<sup>35</sup>, Cargill, Bunge são exemplos de tradings do agronegócio que atuam no setor sucroenergético, e que vem expandindo suas atividades através da constituição de *joint venture*<sup>36</sup> com petrolíferas para a realização de fusão com empresas para a composição de outras empresas subsidiárias no mesmo setor, como delinea Mendonça (2012).

No Piauí, as *trades* tem grande representatividade na região sudoeste com o agronegócio da soja através da instalação de três grandes empresas – ADM, a Cargill e a BUNGE, e na região norte do estado temos a expansão do setor canavieiro através da empresa COMVAP/Olho D'água. No entanto, a presença do agronegócio força a proletarização com a consequente compra da força de trabalho dos agricultores familiares, desencadeando novos processos sociais e culturais. O segmento dos trabalhadores safristas, principalmente da cadeia produtiva da cana de açúcar, composto em sua maioria por jovens rurais são os mais afetados com as novas demandas e dinâmicas imputadas pelo agronegócio.

A oferta de assalariamento através da cadeia produtiva da cana de açúcar, é atrativa para as populações rurais, por conta do retorno monetário pelo trabalho realizado nas lavouras de cana da usina COMVAP/Olho D'água e nas empresas terceirizadas, aspecto pouco viável no âmbito da agricultura familiar, conforme encontrada localmente. Para compreender esse fenômeno, descrevo a seguir o processo de implantação da usina no município de União, e os adventos provocados pela mesma.

### 3.3 NEGÓCIO CANAVIEIRO NO PIAUÍ: A CHEGADA DA COMVAP EM TERRAS UNIONENSE

A agroindústria canavieira COMVAP<sup>37</sup>, registrada como Companhia Agroindustrial do Vale do Parnaíba Açúcar e Álcool Ltda, com sede no município de União-PI, tem sua fundação datada de 1979. Historicamente a agroindústria COMVAP, tem sua trajetória marcada por ocupações ilegais de terras e expulsão de moradores e de suas famílias; bem como pela exploração da mão de obra de homens, mulheres e crianças, em condições de trabalho degradantes que já resultaram até em mortes, como mostra o documento, Dossiê

---

<sup>35</sup> Atualmente é a maior empresa do setor e, “desde meados dos anos 2000, efetiva sua entrada junto ao mercado de ações da Bovespa”. (MENDONÇA, 2012 p. 07)

<sup>36</sup> *Joint venture* é uma expressão de origem inglesa, que significa a união de duas ou mais empresas já existentes com o objetivo de iniciar ou realizar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro.

<sup>37</sup> Usarei a sigla COMVAP nessa seção sem a sigla do grupo Olho D'água para contar o período de sua implantação até a sua compra total pelo grupo pernambucano ano de 2002.

“COMVAP – uma história de suor e sangue” (1991)<sup>38</sup>, construído por entidades representativas da classe trabalhadora rural. O dossiê descreve essa história inicial da agroindústria de 1979 até 1991, apontando também que sob apoio do Governo Federal e Estadual, através do Programa Proálcool<sup>39</sup>, a empresa se tornou um dos grandes projetos de certo desenvolvimento para o Piauí.

A agroindústria instala-se em uma região estratégica que abrangia inicialmente as áreas das comunidades rurais das Melancias e Centro do Sítio (município de União), São Domingos (município de Teresina) e Meruoca (município de José de Freitas) no Estado do Piauí. Segundo Almeida e Gonçalves (1991) muitos acontecimentos marcaram para sempre a vida dos moradores e suas famílias, expulsos dessas terras, migrando para outros locais ou se subordinando as regras impostas pela empresa.

Antes da implantação da COMVAP, os moradores dessas áreas viviam do cultivo de alguns produtos agrícolas (como mandioca, arroz, feijão, milho), criação de aves, caprinos, etc., da caça e da pesca, uma vez que a região também é ribeirinha. Os impasses iniciais com a chegada da agroindústria para essas populações surgiram pela exigência de subordinação às regras impostas pela empresa, através de seu diretor-presidente, José Arimatéia Martins Magalhães (ex-Secretário de Fazenda no governo estadual Lucídio Portela – 1979 a 1983), as quais introduziam a exploração da mão de obra assalariada, inserção de novos valores socioculturais, a expulsão gradual de agricultores e famílias de suas terras, conforme delineiam Almeida e Gonçalves (1991).

Outras áreas nos municípios de União, Teresina e José de Freitas foram subtraídas dos agricultores e suas famílias que foram expulsos por tratores e capangas armados. Exemplo dessa ação, foi o que ocorreu nas áreas de Havre de Graça e Três Irmãos em 1982 a 1983, onde 296 famílias foram expulsas de suas moradias, de acordo com o que descrevem Almeida e Gonçalves (1991).

No município de União, nas localidades de Centro do Sítio e Melancias, nesse mesmo período, foram expulsas 600 famílias que não tiveram indenização ou quaisquer

---

<sup>38</sup>Este documento foi elaborado no início da década de 1990 com o apoio de entidades representativas dos movimentos sociais urbanos e rurais no Piauí como - CNBB, CPT, Pastoral do Menor, Comissão Meninos e Meninas de Rua, FETAG-PI, Sindicatos filiados à CUT, Movimento dos Sem Terra, e Organizações Não Governamentais - CERMO, CEPAC, CEPES dentre outras - com o intuito de denunciar o processo de exploração imposto pela COMVAP a homens, mulheres e crianças no plantio, cultivo e corte da cana de açúcar, resultando inclusive em morte de grande número de trabalhadores/as.

<sup>39</sup>O **Proálcool** (Programa Nacional do Álcool) consistiu em uma iniciativa do governo brasileiro de intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina. Essa atitude teve como fator determinante a crise mundial do petróleo, durante a década de 1970, pois o preço do produto estava muito elevado e passou a ter grande peso nas importações do país. (<http://www.brasilecola.com/brasil/proalcool.htm>)

outros direitos garantidos. A Comissão Pastoral da Terra-CPT/PI em 1983, elaborou um relatório<sup>40</sup> sobre a situação das famílias que residiam especificamente na região das Melancias, área que possuía 2.937 ha, composta pelas localidades Melancias, Lagoa do Governo, Macambira, Meio do Mato, Vazante, Maliçal, Solidão e Morros; com o intuito de buscar solução para o que acontecia.

O Dossiê “COMVAP – uma história de suor e sangue” (1991) expõe sobre os problemas imediatos levantados pelos trabalhadores e suas famílias expulsas, os quais estavam na urgência da garantia de seus direitos minimamente, através do pagamento das indenizações e o prazo da mudança dos moradores para outro local.

Os trabalhadores e trabalhadoras que viveram esse momento entrevistados/as nesta pesquisa, narram o que aconteceu, como a senhora **R.C.** a que morou entre as localidades de Lagoa do Governo e Melancias no período referido:

Tenho 63 anos. Na época que fomos expulsos não estou mais a par do tempo, mas eu já era casada e tinha meus dois filhos mais velhos, o Manoel e o Zé. A nossa casinha ficava entre as terras das Melancias e a Lagoa do Governo. Nesse terreno éramos muita gente, éramos 2.476 moradores. Da Melancia tem muita gente que na data de hoje que foi expulsa tá espalhada, já morreu e nem lembro mais. Minha mãe arranhou um local que é esse (na localidade Zundão dos Binha). Uma pessoa da COMVAP foi avisar pra gente sair da terra, por que a dona, a Maria de Nazaré tinha vendido a terra pra seu Ary. Eu disse que não dava trabalho pra desocupar terra de ninguém, eu não tinha terra. Mas teve gente que queria brigar. Minha casa foi derrubada, tirada madeira. Perdi parte das minhas criação, meus bichos...até que um amigo de lá comprou uma parte e ainda arranhou o carro pra mim vir pra cá. A COMVAP nem carro, nem carroça deu pra carregar as coisas. (M.C., ex- moradora da Lagoa do Governo).

Muita gente que foi expulsa nessa época, foi pra cidade de União, outras foram pra região da Santa Maria da Codipi, na cidade de Teresina, ou foram para outras localidades nas imediações do município de União para continuarem na condição de agregados<sup>41</sup>. Dona **M.A.**, filha de um dos moradores expulsos da região das Melancias, relata sobre os parentes que foram expulsos:

Eu não fui expulsa, porque em 1969 me casei e me mudei pra cá (Zundão dos Binha), mas meu pai (Dino Ayres de Sousa) ficou morando lá até que foi expulso. Ele ainda recebeu um dinheiro pelas benfeitorias que ele tinha feito, mas muita gente não recebeu nada. Antes da COMVAP ser instalada muita gente foi desagregada da terra. Meus primos Maria Pinto e Chico Pinto continuaram no interior, mas outros foram pra cidade de Teresina morar na região da Santa Maria da Codipi. Aqueles

<sup>40</sup> Este relatório consta nos anexos do Dossiê COMVAP – Uma história de suor e sangue (1991), ver anexo nº 09.

<sup>41</sup> Trabalhadores que vivem e trabalham em terras de terceiros. Os trabalhadores e suas famílias expulsos das áreas adquiridas pela COMVAP continuaram nessa condição morando em outras terras no município de União ou em outros no entorno, como José de Freitas, Teresina, Miguel Alves, Lagoa Alegre.

que não foram embora para longe, a empresa empregou até eles se aposentaram (M.A, filha de ex-agregado nas Melancias).

Com a expulsão das famílias das terras referidas, o que resultou foi na proletarização coagida desses sujeitos e de suas famílias para a constituição da força de trabalho que viria a ser explorada nos canaviais da empresa.

No ano de 1991, registrava cerca de três mil (3.000) pessoas trabalhando para a COMVAP, de acordo com os registros contidos no Dossiê “COMVAP – uma história de suor e sangue” (1991), mas dentre estes números de trabalhadores somente 645 possuíam carteira de trabalho assinada. As condições de trabalho ofertadas pela empresa eram degradantes, a exemplo estava a carga horária que variava entre 11 a 12 horas de trabalho por dia, onde homens, mulheres e crianças trabalhavam sob as mesmas condições.

Na história da COMVAP constam algumas tragédias envolvendo os/as trabalhadores/as. Dentre elas, somente duas tem registro como é o caso do jovem Raimundo Nonato de Sousa Amorim, 16 anos, que trabalhava no corte da cana, que foi esmagado por um trator, no ano de 1986 (JORNAL O ESTADO, 24/07/1991). A outra tragédia de repercussão foi a ocorrida no dia 19 de julho de 1991, onde cerca de 70 trabalhadores entre homens, mulheres e crianças sofreram acidente a caminho dos canaviais da COMVAP, quando o caminhão “gaiolão”<sup>42</sup> que os transportavam colidiu com outro caminhão que também transportava pessoas.

O Padre José Carvalho, vigário do município de União-PI no Dossiê *COMVAP Suor e Sangue (1991)* relata a ausência de registro dos acidentes ocorridos na empresa quando expõe “esta é a quarta tragédia, porém os outros não tiveram a mesma repercussão pelo modo que circunda os moradores da região da COMVAP e pelo fato nas outras vezes, não haver envolvimento de tantas pessoas.” (ALMEIDA e GONÇALVES, 1991 p. 07)

Através de pesquisa e leitura dos jornais escritos que fizeram reportagens sobre os acidentes ocorridos na COMVAP, ou que a empresa foi algoz, averiguou-se que a imprensa teresinense (Jornal O ESTADO; DIÁRIO DO POVO, JORNAL DA MANHÃ e o Jornal o DIA) noticiaram no dia 20 de julho de 1991, de maneira volumosa na época o acidente na Meruoca com o choque de dois caminhões gaiolões da empresa COMVAP.

Por mais de uma semana, matérias e reportagens foram escritas sobre o acidente informando e descrevendo o ocorrido em geral, apontando que 09 (nove) pessoas morreram em decorrência do acontecimento, 12 (doze) trabalhadores tiveram membros amputados,

---

<sup>42</sup>Caminhão de carga, especialmente de cana-de-açúcar. Os gaiolões eram usados no transporte dos cortadores de cana. (Dicionário Galaico-Português, p. 661)

sendo a maioria das vítimas jovens entre 17 e 22 anos e crianças entre 09 e 12 anos de idade, mas noticiando casos particulares dos trabalhadores acidentados.

Dias após o acidente os números de vítimas do acidente aumentaram, subindo para 10 mortos, 15 pessoas mutiladas e 46 feridos. Entre as marcas que ficaram do acidente, está a ausência da empresa em prestar socorro às vítimas e ocultar corpos nos canaviais. Algumas manchetes nesses jornais são marcantes, como informa a reportagem do jornal o ESTADO, datado de 20/07/1991, que descreve – “Jovem preferia morrer a ter que ficar sem as pernas”; no jornal o DIA, na reportagem do dia 21/07/1991, nas entrelinhas da matéria identificamos detalhes do acidente como segue -“alguns corpos foram escondidos pela administração da COMVAP e outros foram sepultados antes mesmo da realização do exame cadavérico”. Essas manchetes vão além do que simplesmente contabilizar, vítimas de denunciar as ações da empresa contra os trabalhadores.

Outras matérias impulsionadas pelo acidente e entrevistas com sobreviventes abriram precedentes para tratar sobre o trabalho na COMVAP, a exploração sofrida e o não cumprimento da legislação trabalhista passando a ser o foco da mídia nesse período.

Após a repercussão da tragédia ocorrida nesse período algumas entidades sindicais, movimentos sociais, Ministério do Trabalho (MTE) iniciaram um trabalho de acompanhamento e fiscalização efetivando denúncias sobre as condições e relações de trabalho estabelecidas na empresa COMVAP, de acordo com Almeida e Gonçalves (1991).

Anos mais tarde, o Ministério Público do Trabalho, em 1994, entrou com uma ação civil pública com pedido de liminar, contra a COMVAP, ao receber denúncias de que a mesma em suas fazendas cometia inúmeras irregularidades que afrontavam os direitos dos trabalhadores assegurados constitucionalmente, que ao serem apuradas tais denúncias foram instauradas para a efetivação de tal ação. No inquérito civil público construído pelo Ministério Público do Trabalho, constatou que a empresa ré – Companhia Agroindustrial Vale do Parnaíba – COMVAP “desatende direitos elementares do ser humano trabalhador, praticando atos que reduzem os obreiros a condição análoga à de escravo” (AÇÃO CIVIL PÚBLICA-PETIÇÃO INICIAL-MPT, I-3, 1994 p. 02).

Dentre as irregularidades apontadas pelo inquérito, eis as principais evidenciadas como consta nos autos:

- a) Exigência de excessiva jornada diária de trabalho conforme detectado pela fiscalização do Ministério do Trabalho, e informado nos depoimentos que em média o trabalho é imposto no período de cinco horas às dezoito horas,

- aumentando conforme a necessidade do serviço, com intervalo para almoço com duração que varia de meia a uma hora, e sem pagamento das horas extras;
- b) Exigência excessiva de produtividade – a COMVAP exige de cada cortador de cana, sob a pena de nada ser pago pelo dia de serviço, o corte de pelo menos cinco toneladas de cana de açúcar, garantindo-se somente nesse caso o pagamento do salário-mínimo legal;
  - c) Desobediência ao salário mínimo legal – a empresa denunciada não paga, de fato pelo menos um salário mínimo legal ao obreiro que não produzir o mínimo exigido. Isto porque, além dos descontos salariais legítimos, o obreiro perde a remuneração pelo dia trabalhado em que não cumpriu a produção mínima;
  - d) Descontos salariais indevidos – detectou o indevido desconto salarial, dos dias em que a produção mínima não é alcançada pelo trabalhador a título de falta ao serviço, e respectivo descanso semanal remunerado bem como de ferramenta para o trabalho (facão), e desconto da alimentação;
  - e) Transporte inadequado de trabalhadores – quando fornece transporte aos obreiros a empresa denunciada utiliza veículos impróprios para a condução de seres humanos, consistentes de caminhões tipo “gaiolão”, o mesmo destinado ao transporte de cana<sup>43</sup>;
  - f) Alimentação – a qual os obreiros levavam de casa ou fazia adquirindo gêneros alimentícios junto as pessoas que atuam na área de prestação de serviços. O desconto pela alimentação fornecida na empresa chegava a 40% da renda salarial do ano de 1993, que equivalia o salário semanal bruto de CR\$ 2.000,00;
  - g) Agua impropria para consumo humano – agua fornecida pela empresa aos trabalhadores nos canaviais era diretamente do rio Parnaíba, servida em recipientes (tambores de plásticos de cinco litros – insuficientes para as necessidades do dia inteiro) sem qualquer tratamento adequado;
  - h) Alojamentos – a empresa alugava galpões em terrenos vizinhos sem estrutura mínima para a acolhida e conforto dos obreiros. Os galpões possuíam apenas cobertura de palha, sem paredes e nem piso;

---

<sup>43</sup>“Essa prática de transportar os trabalhadores deu causa ao acidente de graves proporções ocorrido em julho de 1991, com 10 vítimas fatais, e outras 14 mutiladas. Em setembro de 1993, outro acidente aconteceu devido ao uso indevido desse tipo de transporte, onde resultou em cinco feridos que não receberam qualquer prestação de socorro ou auxílio das vítimas por parte da empresa COMVAP”. (AÇÃO CIVIL PUBLICA-PETIÇÃO INICIAL-MPT,1994 p. 3-4)

- i) Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – a fiscalização do Ministério do Trabalho constatou que 1.200 empregados trabalham sem equipamento próprio, onde testemunhas afirmaram que tais equipamentos nunca haviam sido fornecidos pelo empregador;
- j) Constrangimentos e agressões – Coação constante para assinatura de documentos (sob atuação de capatazes e polícia militar armada na fazenda) e privação da liberdade de locomoção, bem como o uso de capatazes e soldados armados tinham o papel de constranger e intimidar obreiro para que não reclamem do trabalho quando insatisfeitos, e ainda em ocasião dos pagamentos semanais e rescisões contratuais;
- k) Títulos salariais sonegados - representados pelas horas extras decorrentes da ultrapassagem da jornada normal diária de labor. O aviso prévio e consectários em favor do empregado, eis que os pedidos de demissão e os abandonos de emprego apresentavam-se como artifícios para afastar o verdadeiro motivo das dispensas (arbitrariedade);
- l) Arregimentação e dispensa de empregados – uma das formas de angariar mão de obra pela empresa denunciada dá-se através dos aliciadores ou gatos, e empregados da empresa que atuam em municípios distantes da sede da fazenda, como Cocal, Jaicós-PI e outros municípios do estado do Ceará. Trabalhadores do município de Jaicós-PI deixaram a empresa denunciada por não suportarem as condições de trabalho;
- m) Falta de primeiros socorros – a empresa denunciada não dispõe de primeiros socorros mesmo sendo sitiada na zona rural, agravando o caso de acidentes.
- n) Desatenção à liberdade de sindicalização – a empresa COMVAP faz restrições à atividade sindical nos seus domínios, não permitindo escolha de delegado sindical, e demitia os prováveis candidatos antes das providencias de eleição.

A denúncia ao Ministério Público do Trabalho, trouxe algumas mudanças na empresa e supostamente nas relações de trabalho, que iniciaram um período de garantias de direitos aos trabalhadores, como a carteira assinada, e retirada de crianças dos canaviais. No tocante aos acidentes, além da importância das perdas e mutilações humanas, muitas famílias perderam para sempre parte da força de trabalho que as provinham de suas necessidades materiais.

Em entrevistas realizadas com ex-trabalhadores/as na COMVAP, que trabalharam na empresa no período de 1979 a 2002, essas irregularidades são evidentes, como mostro no terceiro capítulo desta dissertação.

No entanto, é relevante mencionar que a COMVAP contou com a colaboração por parte do governo estadual que, liderado pelo Sr. Hugo Napoleão, realizou ações para a implantação da usina COMVAP, em consonância com a política do Proálcool, fornecendo todo apoio ao projeto da agroindústria e sua expansão, através da construção de estradas vicinais, que custaram para os cofres públicos o valor de 83 milhões de cruzeiros, e a ampliação da rede elétrica feita pela CEPISA (atualmente ELETROBRÁS), correspondendo ao custos de 70 milhões de cruzeiros, segundo o relatório realizado pela CPT/PI (1983) sobre os investimentos do governo para o estabelecimento da empresa.

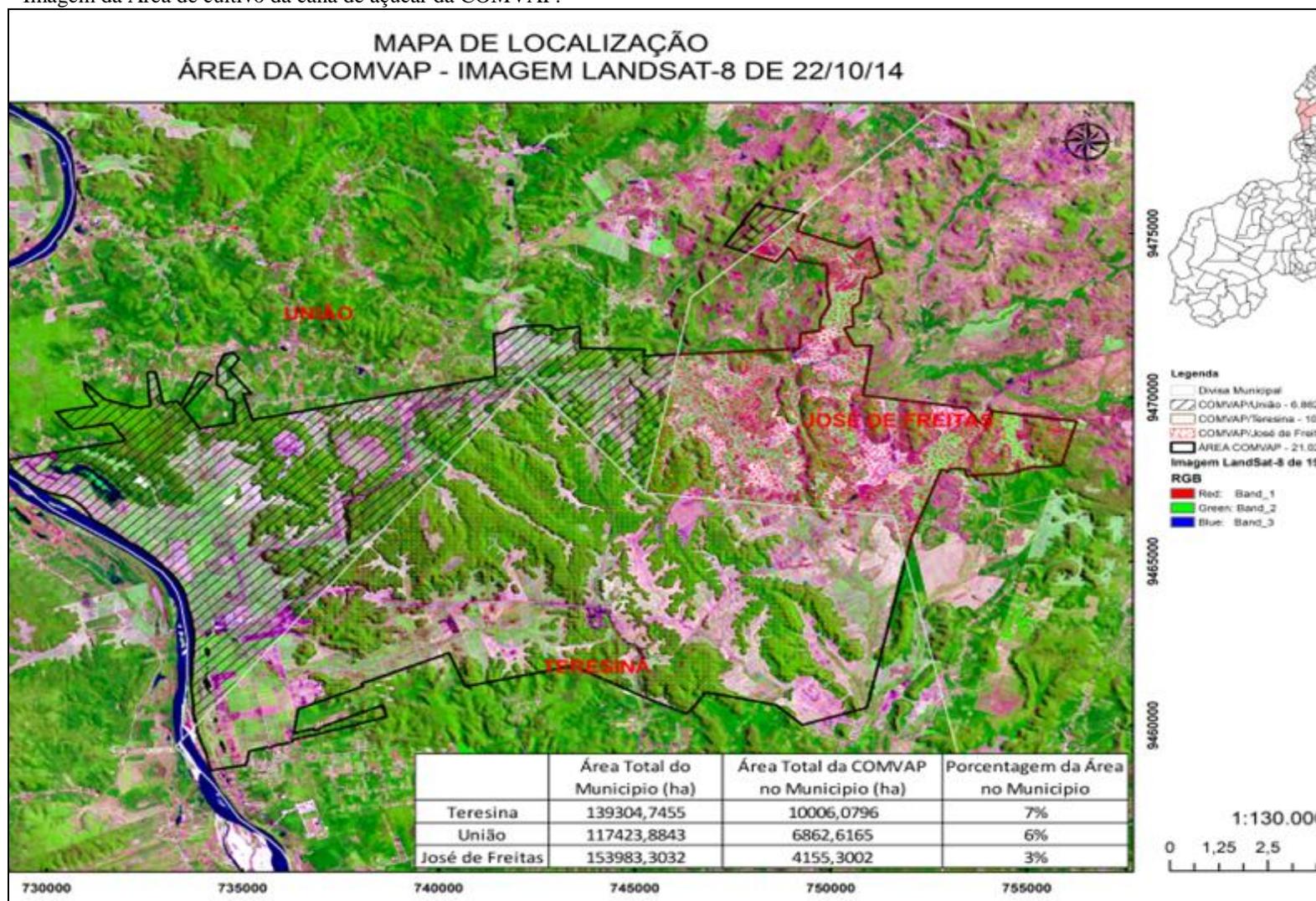
Há registros no Dossiê COMVAP: suor e sangue (1991), de ofícios e petições por parte das organizações sociais e representativas dos trabalhadores rurais exigindo uma ação por parte do governo que atendesse aos moradores expulsos de suas moradias, bem como atendesse as denúncias sobre a grilagem de terras.

Como se pode concluir a política de expansão da monocultura da cana de açúcar encabeçada pela COMVAP, nos anos 1980 e 1990 provocou resultados que foram irreparáveis para os/as agricultores/as familiares, trabalhadores no corte da cana e suas famílias. No caso da expulsão das famílias que habitavam a terra, resultando num reordenamento do espaço, exploração da mão de obra dos trabalhadores que ficaram sem terra para plantar e trabalhar, bem como redução na produção de alimentos, como consta no “Dossiê COMVAP: Suor e Sangue” (1991).

### **3.3.1 Ocupação das terras pela COMVAP**

O processo de aquisição de terras no município de União e adjacências, pela empresa COMVAP no período de sua implantação foi realizado sob força e expulsão de trabalhadores/as de seus locais de moradia. Atualmente a expansão de terras para garantir a monocultura da cana de açúcar no espaço que condiz aos municípios de União, Teresina, e José de Freitas no estado do Piauí, sinaliza as condições em extensões de territoriais e geográficas, as quais sinalizam as condições do agronegócio, como mostra a figura 01 abaixo.

FIGURA 01 – Imagem da Área de cultivo da cana de açúcar da COMVAP.



Fonte: SEMAR-IMAGEM LANDSAT, 2014

A figura aponta a dimensão territorial e geográfica que a empresa vem alcançando com sua plantação de cana de açúcar. O contorno preto na imagem refere-se à área total que é propriedade da empresa, abrangendo os limites entre três municípios piauienses, o de União (esquerda sublinhado), Teresina (abaixo) e José de Freitas (direita), perfazendo 21.023,984 do total de área agricultável. Os números apresentados, quando comparados aos existentes quando da implantação da COMVAP, que totalizavam 17.800.00 ha, mas somente um pouco mais de 6.500,00 ha eram de área agricultável, de acordo com dados do Dossiê “COMVAP: Suor e Sangue” (1991).

As fronteiras geográficas e territoriais se expandiram para além do Rio Parnaíba, se delimitam no estado do Maranhão junto as localidades ribeirinhas. Dados fornecidos pelo STTAR-União, identificam as fazendas que compõem a área de terras da COMVAP na região, apontando sua área de plantio, as quais totalizam 12 fazendas, percorrendo uma área de 3.856,23 há que vem a somar a extensão de terras de cultivo da monocultura canavieira.

Existe uma lacuna temporal, na história da COMVAP de uma década (1991 a 2001) quanto ao registro das ações, áreas adquiridas, produção, mercado da empresa; e da relação dos donos das terras que foram adquiridas pela empresa. Esses elementos e circunstâncias podem fornecer maiores subsídios para a constituição da história da mesma, porém durante a pesquisa essa lacuna não foi priorizada. De 1979 a 2002, a empresa foi administrada pelo senhor Ary Magalhães (fundador da COMVAP), que ainda no ano de 2002 vendeu a empresa para o grupo pernambucano Olho D´água.

### 3.4 DE COMVAP A OLHO D´ÁGUA: AS TRANSFORMAÇÕES NO NEGÓCIO CANAVIEIRO PIAUIENSE

A expansão da atividade sucroalcooleira, embalada pela fase favorável da economia para o açúcar e o álcool no país e no exterior, no início dos anos 2000, levou grupos como Olho D´água a investirem em agroindústrias de pequeno a médio porte, como é o caso da COMVAP, que tinha uma moagem de apenas 200.000 toneladas de cana por safra. Geralmente essas empresas de menor porte não produziam em uma escala significativa a destacar-se no mercado interno e externo do setor sucroalcooleiro.

No caso da empresa COMVAP, sua produção de cana de açúcar e moagem até o período de sua compra se revela pequena, referente a empresas com maior tradição no mercado, no caso a Olho D´água. Na tabela 03 demonstra os números reais quanto a

produção da cana de açúcar e moagem realizadas na agroindústria COMVAP no ano de 2002, no período da venda da empresa para o Grupo Olho D'água.

TABELA 04 – Situação da moagem da cana na COMVAP. Ano-2002.

<b>PRODUTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Cana Moída Total:	284.180 t
Cana Própria:	275.926 t
Cana Fornecedor:	8.254 t
Álcool Produzido:	22.832 L

Fonte: Grupo Olho D'água, 2002

O projeto do Grupo Olho D'água buscava subsídios do governo estadual para realizar sua fusão com a usina COMVAP, para a ampliação da destilaria e implantação da usina de açúcar em 2003, o que foi motivada pela promessa do aumento da produção da usina comparado aos números obtidos em safras anteriores a chegada do grupo.

O incentivo fiscal para o grupo, foi oficializado por meio dos decretos de nº 11.063 de 20 de junho de 2003 e de nº 11.156 de 29 de setembro de 2003, sob a meta de em 05 anos atingir a moagem de 1 milhão de toneladas (t). A empresa motivou a política de fornecimento de 20% da matéria prima (cana de açúcar) pelos pequenos produtores e assentados da região para cumprirem o acordo firmado com o governo do estado, o que não foi cumprindo dentro do prazo estabelecido.

A empresa justificou o não cumprimento da meta instituída, devido a enchente no ano de 2004 na região, que inundou mais de 400 ha de cana, sendo atingida a meta somente na 6ª safra em 2009, segundo o Grupo Olho D'água. Abaixo a tabela demonstra os números alcançados:

TABELA 05 – Números da produção na Safra 2009 – COMVAP/Olho D'água

<b>PRODUTOS</b>	<b>TOTAL</b>
Cana Moída Total:	1.014.076,83 t
Cana Própria:	808.225,86 t
Cana Fornecedor:	205.850,97 t
Álcool Produzido Total:	40.952.768 L
Açúcar Produzido Total:	1.077.685 sc

Fonte: Grupo Olho D'Água, 2009

O Grupo Olho D'água com experiência no setor sucroalcooleiro em nível regional (NE) e nacional, com uma moagem consolidada em 1.700.000 toneladas de cana de açúcar por safra, tem sua produção voltada para o mercado interno e externo. Com a chegada do grupo Olho D'água a agroindústria COMVAP aumenta significativamente sua produção e moagem passando para 807.000 toneladas de cana-própria e mais 206.000 toneladas de

fornecedores de cana na safra de 2012, e inicia uma nova fase de investimentos na produção de energia “limpa e renovável”, onde uma porcentagem da matéria prima e bagaço da cana destina-se para a produção do álcool anídrico e hídrico, componentes do combustível etanol. Dados obtidos pela empresa COMVAP, através do comparativo da safra 2015 aponta o direcionamento da produção nos últimos anos. A Tabela 05 acima sintetiza os números referentes aos produtos derivados da cana de açúcar fabricados na empresa COMVAP/Olho D’Água.

TABELA 06 -Comparativo da produção por safras COMVAP/Olho D’água – anos 2003-2015.

SAFRAS	ANO	PRODUTOS					
		AÇUCAR CRISTAL (sc)	ALCOOL HIDRATADO (m3)	ALCOOL ANIDRO (m3)	ALCOOL TOTAL (m3)	MEL FINAL (t)	ENERGIA GERADA (MWH)
	2003	-	4.346,740	18.026,974	22.373,714	-	-
	2004	68.620	4.327,889	15.126,905	19.454,794	4.447,111	-
	2005	-	8.486,165	26.597,014	35.083,179	-	RR-
	2006	-	11.299,324	39.202,022	50.501,346	-	-
	2007	445.620	9.525,377	26.643,736	36.169,113	19.917,221	-
	2008	775.930	11.416,988	33.136,009	44.552,997	35.524,271	493,327
	2009	917.991	5.146,090	35.606,878	40.952,768	56.684,639	3.182,730
	2010	1.077.683	2.388,467	33.108,368	35.497,835	51.922,827	3.018,370
	2011	1.201.378	1.891,645	35.588,083	37.479,728	53.820,943	5.777,142
	2012	1.072.564	1.474,087	31.107,345	32.581,432	41.670,881	4.580,138
	2013	1.042.102	1.076,240	30.851,333	31.927,573	45.905,373	5.260,896
	2014	1.214.493	530,337	31.976,589	32.506,926	56.968,329	10.814,644
	2015	1.338.292	3.340,530	29.338,987	32.679,517	63.367,555	10.727,644

Fonte: Tabela adaptada pela autora com base no comparativo anual das safras da empresa COMVAP/Olho D’água, 2015.

Os números da Tabela 06 revelam que desde a fusão da COMVAP com o grupo pernambucano Olho D’água em 2002, apresenta-se um acréscimo na produção dos derivados da cana de açúcar, com pequena oscilação entre os anos de 2003 a 2007, justamente no período de “ajustes” da nova administração da empresa para cumprir a meta junto ao governo do estado, através dos incentivos fiscais.

Até o momento a agroindústria COMVAP/Olho D’água continua sendo a maior empregadora de mão de obra no setor, o que emprega em período temporário ou permanente, uma gama da mão de obra masculina (agricultores familiares, em sua maioria) com a média

de 3000 contratados por safra<sup>44</sup>, abrangendo o município Unionense e municípios vizinhos— José de Freitas, Lagoa Alegre, Teresina e Miguel Alves, no estado do Piauí, os trabalhadores contratados são organizados em turmas de 45 pessoas para executar as atividades do plantio, adubação, aplicação de herbicida, corte e queima da cana e produção de açúcar e combustível.

Embora esses resultados de produção sejam marcantes, é essencial mencionar os impactos provenientes desse avanço da monocultura canavieira, como as modificações do modo de vida dessas pessoas, suas relações, espaços de trabalho e de sociabilidades, tendo importância particular para as gerações posteriores (jovens), aquelas que vivenciaram as atrocidades da implantação da agroindústria quando crianças.

Ao longo dos anos, as estratégias de expansão da monocultura continuaram, adotando com outras formas, dentre estas o arrendamento de terras e da produção de cana em minifúndios, gerando empreendimentos denominados de Comvapinhas<sup>45</sup>.

Para os agricultores familiares e trabalhadores rurais da região de implantação da agroindústria e dos canaviais, a viabilidade econômica, através da agricultura de provisão, tornou-se frágil para os que continuaram nos arredores e proximidades das terras da agroindústria. Pois, as áreas de cultivo para a produção da agricultura familiar, sofrem redução significativa, à medida que se expande as áreas de plantio da cana de açúcar. Diante da expansão sem medida dos canaviais no município de União, ainda há famílias que permanecem em suas terras cultivando suas roças, mesmo estando cercadas pelo mar de cana.

O Censo Agropecuário (2006) aponta essa possível limitação de área para plantio na zona rural de União, quando identifica dados sobre o número de estabelecimentos, uso da terra e valorização do produto direcionados para lavouras permanentes e lavouras temporárias. No que tange as lavouras permanentes, a área utilizada até o referido ano do Censo Agropecuário, era de 1.299 hectares distribuídas em 623 unidades; enquanto a lavoura temporária representada em grande parte pela cana de açúcar utilizava 8.872 hectares atestando que a maior parte das terras agricultáveis do município de União estão direcionadas para a manutenção da lavoura temporária, principalmente da cana de açúcar.

---

<sup>44</sup>Dados do STTAR-União apontam que na safra de 2015, houve uma queda na contratação de trabalhadores, devido a introdução de máquinas para a colheita da cana de açúcar. Duas turmas de trabalhadores no município de União não foram contratados, representando 90 trabalhadores.

<sup>45</sup>Denominação usada pelo sindicato que representa a categoria assalariada rural para descrever as propriedades que arrendam terras e contratam mão de obra o plantio e cultivo da cana de açúcar a ser vendida para a COMVAP.

Pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas – IPEA, com fontes do IBGE (2010) descrevem alguns aspectos econômicos referentes à produção, cultivo e plantação da cana-de-açúcar no município de União, onde o percentual da área territorial com plantação no ano de 1999 era de 6,19% e em 2010 atingiu 7,35% de um território que totaliza 1.173,447 km<sup>2</sup>. É um número significativo, mostrando que a extensão territorial utilizada pela monocultura tem aumentado. Quanto aos números referentes a área colhida são de 8,620 ha e área plantada são 6,971 ha, correspondente ao ano de 2010.

Portanto, limitar a agricultura familiar e sua produção é também inviabilizar o modo de vida vinculada a ela diretamente, que conseqüentemente as pessoas buscarão outras alternativas de sobrevivência, dentre elas o assalariamento rural, o que ocorreu com muitas famílias que foram expropriadas de suas terras, as quais começaram a vender sua força de trabalho para a própria agroindústria. Moraes (2002) afirma que as contribuições da agricultura para o núcleo familiar e a comunidade estão associadas à sobrevivência, manutenção da família, como fonte de trabalho e garantia de emprego, na produção de alimentos para pessoas e animais, na ocupação dos mais jovens e manutenção da vida.

A cultura da cana de açúcar se estende no Território Entre Rios desde a zona rural do município de Teresina, limitando com o município de União, se estendendo para os municípios de José de Freitas e Miguel Alves, empregando uma massa trabalhadora de mão de obra barata, que vem acarretar as condições de exploração do trabalho. Outro aspecto relevante, é o aluguel de propriedades nos municípios para o plantio da cana, que provoca uma expulsão “(in)voluntária” das famílias de suas unidades de produção.

Atualmente existem sete fazendas que cultivam cana de açúcar para fornecimento da COMVAP/ Olho D’água. Não há um controle rígido de limites geográficos espaciais da extensão de terra para o plantio. As autoridades municipais permitem atrocidades com a terra e o povo com o argumento de que agroindústria e as demais fornecedoras de matéria prima para a empresa geram renda, emprego, e impostos para o município de União e adjacências.

Assim, o cenário presente da cadeia produtiva da cana de açúcar na região norte do estado do Piauí se configura em um agente potencial que altera as paisagens rurais, urbanas, sociais, culturais e econômicas, não diferente do que ocorre em outras cadeias produtivas, visto que, as “ações resultantes da realidade imposta pelo agronegócio engendram novas concepções de tempo-espço, rotinas laborais e uma grande perda de autonomia ante o processo produtivo deixando os trabalhadores rurais a mercê do assalariamento, como se fosse a única alternativa de renda”(SILVA, M. V, 2011).

#### 4. JUVENTUDES, TRABALHO ASSALARIADO E IDENTIDADES

“Nosso dia vai chegar, teremos nossa vez  
 Não é pedir demais, quero justiça  
 Quero trabalhar em paz  
 Não é muito o que lhe peço  
 Eu quero um trabalho honesto  
 Em vez de escravidão...Deve haver algum lugar  
 Onde o mais forte, não consegue escravizar  
 Quem não tem chance.  
 De onde vem a (in) diferença, temperada a ferro e fogo?”  
 (Fabrica – Renato Russo, 1986)

Nessa etapa, faz-se a análise sociocultural das categorias juventudes, trabalho assalariado e identidades, as quais são discutidas com objetivo de mostrar a conceituação da categoria juventudes pois a mesma não se apresenta como um grupo homogêneo, mas é cada vez percebida como uma realidade múltipla (WEISHEMER, 2005), e dentre essas realidades a juventude rural também se diferencia dependendo do cenário em que se encontra.

É entre os mais diversos contextos que vivenciam as juventudes, que destaco o universo dos canaviais, para tratar sobre o processo de transição dos jovens no trabalho na agricultura familiar para o trabalho assalariado nos canaviais, explanando sobre as razões que os direcionam a venderem sua força de trabalho para o setor canavieiro, mostrando as condições e relações de trabalho impostas para os trabalhadores assalariados da agroindústria COMVAP/Olho D'água.

Para contribuir com o entendimento desse universo canavieiro, trago também as vozes dos ex-trabalhadores/as assalariados/as rurais da referida agroindústria com a intenção de mostrar que o passado e o presente exercem um importante papel nesse processo de análise, visto que, as condições e relações de trabalho estabelecidas desde a implementação da monocultura canavieira no município de União-PI, ainda no início da década de 1980, marcaram a identidade e imagem dos/as trabalhadores/as assalariados na cadeia produtiva da cana de açúcar até a atualidade, bem como, aponto suas reações a dominação imposta nos campos de trabalho.

Muitos significados são atribuídos ao trabalho, na história da humanidade, seja na perspectiva materialista ou cultural, onde continua como uma das formas elementares de ação na vida das pessoas, principalmente nas sociedades capitalistas e industrializadas, de tal forma a reproduzir sentidos, subjetividades e identidades, elementos esses que são percebidos na vida do trabalhador, em nosso caso, os jovens assalariados rurais no contexto dos canaviais.

Portanto, neste capítulo a categoria identidade torna-se um fio para juntar-se a tessitura teórica que fundamenta a análise dos significados construídos pelos jovens

pesquisados, visto que, parto de uma abordagem teórico-conceitual na expectativa de elucidar e compreender a situação subalterna das condições de vida material e simbólica que vivenciam esses jovens, vindo a destacar os aspectos sociais e culturais que norteiam a constituição identitária dos mesmos.

Ao teorizar sobre as identidades menciono sobre a influência que a cultura tem sobre a produção identitária, mas, a mesma não é soberana. Reconheço que a pesquisa considera a questão sócioestrutural, mas me atrelo também as questões culturais das identidades, sendo que no campo de pesquisa identifiquei que essas duas perspectivas se aproximam durante a realidade processual da constituição identitária dos jovens assalariados rurais na cadeia produtiva da cana de açúcar. É importante mencionar que os indivíduos vivenciam realidades diferenciadas, as quais possibilitam o acionamento de outras identidades para a interação e manutenção das relações socioculturais e econômicas.

#### 4.1 CONCEITUANDO JUVENTUDES E JOVENS RURAIS

Ao tratar sobre juventudes, é essencial mencionar que os avanços no debate sobre a categoria têm apresentado complexidades e controvérsias que percorrem a construção de seu conceito, não podendo esse ser único. Apesar do desafio de “desubstancializar essas categorias e procurar compreendê-las em seus múltiplos significados” (CASTRO, 2009) é relevante realizar esse processo reconhecendo a abrangência de indivíduos em contextos diversos de tempos e espaços, de experiências de vida, classes sociais e um recorte etário.

A ideia de juventude, como é utilizada na modernidade, conforme Paulo (2010), se construiu nos parâmetros social, político e academicamente em torno das mesmas transformações que possibilitaram o debate sobre a questão da identidade.

Segundo Novaes e Vannuchi (2004), são despóticos culturais as regras socialmente construídas que determinam em que momento e por meio de quais rituais de passagem se muda de fase da vida para outra. Esse processo de instituição das regras sociais para determinar fases da vida, de acordo com os autores supracitados, ocorre desde as sociedades clássicas greco-romana onde a questão do ser jovem está associada a uma idade estabelecida.

Com os adventos da modernidade e evolução das ciências sociais os olhares e estudos sobre os indivíduos jovens tomam outros patamares, sendo que, nas sociedades modernas este segmento passa a ser analisado sobre aspectos e parâmetros que vão para além de um recorte etário, apontando que embora a condição geracional instigue a construção identitária desse segmento social, a mesma não pode ser visualizada de forma homogênea.

Paulo (2010) ao citar a concordância que há entre os pensamentos de Castro (2005) e Abramo (2005) sobre a juventude, mostra que esta é uma categoria em disputa no mundo social e acadêmico devendo ser social e culturalmente construída, o que remete a perceber que enquanto categoria não possui uma identidade única, mas identidades que se constroem e reconstroem em condições adversas de aspectos históricos, econômicos sociais e culturais. Dessa forma, nos leva a tratar sobre juventudes no plural, já que há um leque de realidades e contextos em que os jovens vivenciam sejam estes no campo ou na cidade.

Weisheimer (2005), adota como definição do termo juventudes um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido, onde se estabelece o seu início e término de acordo com critérios estabelecidos para determinar se as pessoas são jovens. Esse autor elucida que a transição juvenil se caracteriza como o processo de socialização e atribuição de papéis sociais definidos, onde a mesma pode ser percebida de diversas maneiras, insinuando mudanças da família de orientação para a procriação; do aprendizado para a produtividade; da crescente ascensão da autonomia, entre outras.

Instituições de pesquisa de vários países determinam juventude, a partir da abordagem cronológica de idade, o que torna-se insatisfatório enquanto parâmetro de recorte etário único para definir juventudes. As classificações etárias utilizadas por organismos como, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ou ainda por órgãos governamentais, terminam por homogeneizar as juventudes a partir de limites mínimos de idade para a entrada no mundo do trabalho reconhecidos internacionalmente, ou através dos limites máximos para o indicativo do término da escolarização formal, os ensinos básico e médio.<sup>46</sup>

No Brasil, o padrão de análise para determinar juventude se ampara no Estatuto da Criança e Adolescente, e o da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), a qual considera jovens, as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 29 anos, visto que, acredita-se que o parâmetro da faixa etária, enquanto categoria classificadora e transitória, de acordo com Mansan (2009), pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração.

É conquista recente a consensualidade em torno do conceito de juventude em determinada sociedade. Segundo Brumer (2007), os percalços operacionais para delimitar o início e o fim da temporalidade de juventude precisam levar em conta os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. Dentre as contribuições relevantes para a definição do status

---

<sup>46</sup>Ver Mansan (2009)

de ser jovem, está a de que as juventudes não são algo a ser encontrado num certo padrão, “mas algo a ser delineado numa existência concreta, no diálogo com as materialidades e as referências simbólicas que as cercam, sem abandonar o cuidado com as particularidades sobejamente colocadas entre os diversos segmentos juvenis” (SILVA, M. V., 2012 p.03), apontando a multiplicidade das juventudes nos mais variados cenários sociais contemporâneos.

As inquietações que circundam a categoria juventudes “sofrem influências de uma sociologia voltada para o modo de pensar eurocêntrico e de modelos urbanos” (CAVALCANTE, 2014, p. 134) o que recai na visualização do segmento juvenil rural, em que este vive numa “certa condição de isolamento compartilhando certas tradições e construindo suas relações com o mundo a partir do trabalho enquanto centralidade da vida” (CASTRO, 2010 apud SILVA, M.V., 2012, p. 04).

Até a década de 1990, a juventude rural não era pensada como um ator específico no universo camponês, onde sua visibilidade e percepção estavam associada, segundo Wanderley (1996), somente como parte de uma coletividade familiar que possui como objetivo principal, a manutenção da sua propriedade e a reprodução do seu modo de vida.

A definição de juventude rural conforme Durston (1998) se descreve como:

Uma etapa de vida que começa com a puberdade e termina com o momento de assumir plenamente as responsabilidades e autoridade de adulto, isto é, as que correspondem aos chefes masculinos e femininos de uma unidade familiar economicamente independente (DURSTON, 1998 apud PAULO, 2010, p. 346).

A descrição de juventude rural abordada por Durston (1998), reforça valores como a responsabilidade sendo primordial para a busca da autonomia financeira principalmente. Contudo, a ideia de juventudes rurais não foge a relação da proximidade com a natureza, vínculo e manejo da terra, sedimentação familiar e comunitária, o que “implica na tarefa de situá-las nos contextos novos das ruralidades, onde o que é urbano e o que é rural escorregam entre os cenários, desenhando várias possibilidades de configuração de ruralidades e urbanidades” (SILVA, M.V., 2012, p. 04). Cabe aqui descrever a juventude assalariada rural, que encaixa-se na ideia de M. V. Silva (2012).

Os jovens nesta pesquisa têm rosto definido, pertencem a uma fração das juventudes que compõem o campo piauiense e são caracterizados pelo trabalho assalariado rural na cadeia produtiva da cana de açúcar. Respondem a idade cronológica entre 18 a 29 anos. São jovens que trazem uma conexão com o campo, onde vivem e trabalham no roçado, como forma de prover suas necessidades e sobrevivência, ou moram na cidade, mas continuam

mantendo uma relação com o campo através do trabalho e de familiares que o habitam. Uma parte significativa desses jovens não são proprietários de terra, e muito menos herdeiro dela, já que os pais também não a possuem.

A educação formal, é um aspecto que para uma parcela dessa juventude fica em segundo plano, sendo que apenas 10% concluíram ou estão em processo de conclusão do ensino médio. Os demais, ficam entre a conclusão do ensino fundamental maior, e a não conclusão do ensino fundamental menor. Quanto ao estado civil, 80% destes são casados ou vivem maritalmente, possuindo a média de 02 a 04 filhos.

A moradia, para muitos é parte do projeto de conquista, de autonomia, visto que, esses jovens se dividem em morar na cidade, na periferia do município de União-PI, em bairros como: Vila da Conquista, São Pedro, São João, Cruzeiro, São Francisco dentre outros locais. Os jovens que residem na zona rural, se concentram em localidades como: Divinópolis, Bela Fonte, Juá, Alto dos Quirinos, Assentamento Santa Clara, Assentamento Santiago e David Caldas etc.

Mesmo em espaços de disparidades múltiplas como o meio rural e urbano para residirem, percebe-se que as juventudes incidem em diálogos culturais, os quais facilitados pelo maior trânsito entre esses espaços, que se “dão como realidades interdependentes, complementares e em construção contínua, distantes de uma essencialidade que as caracterize exaustiva e separadamente” (SILVA, M. V., 2012 p. 03).

Destarte, reconhecendo a “heterogeneidade multifacetária e multimendisonal do mundo rural” (PAULO, 2010), mostra-se necessária entendê-la em suas singularidades, de tal forma, voltar a percepção para as realidades vivenciadas pelos jovens que o habitam. Portanto, a complexidade em definir a juventude rural, é emergente no debate que avança nas pesquisas sobre juventudes no Brasil, sendo que uma parcela destes estudos volta-se para analisar e compreender as especificidades dos jovens no meio rural.

Estudiosos das questões juvenis no campo (WEISHEIMER, 2005; BRUMER, 2007) destacam em suas análises sobre os jovens rurais dois aspectos, os quais chamam atenção: a participação nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social dessa juventude que tem se tornado fenômenos constantes.

Mansan et al (2009), destaca que os esforços empreendidos nesses estudos foram realizados no sentido de analisar aspectos relacionados à questão da herança, da sucessão na propriedade familiar, dos projetos de vida dos jovens e das construções identitárias desses. Mesclado aos aspectos citados anteriormente sobre os estudos direcionados aos jovens rurais está a justificativa de que os jovens constroem uma visão relativamente negativa da atividade

agrícola e dos benefícios que ela propicia, o que os leva a voltar seus olhares para a vida na cidade, com a possibilidade de um trabalho remunerado e a vivência do modo de vida urbano como afirma Brumer (2007).

Ferreira (2009), ao tratar sobre a realidade piauiense dos jovens na relação com o trabalho, explica que os jovens têm como via para o reconhecimento do indivíduo, enquanto ser social produtivo e criativo, o trabalho, mas que mediante as circunstâncias atuais esse reconhecimento tem sido velado seja na cidade ou no campo. A construção social do trabalho apresenta-se em nossa sociedade para além da produção e reprodução dos meios de subsistência, “mas como valor para que tanto homens e mulheres sejam reconhecidos em seu meio social” (FERREIRA, 2009, p. 41).

Para além das razões operacionais de desestímulo para continuar na agricultura familiar exercendo o trabalho do plantio e colheita ou outros que finque os pés na “terra”, existem as razões de ordem subjetivas imbricadas pelo sustento das materialidades, que conduzem os jovens a “olharem pra fora” na perspectiva de estabelecer relações com o mundo aderindo as novas formas de consumo, de pensar a produção agrícola e de projetar o futuro.

Dados do IBGE (2010) mostram que pouco mais da metade dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos que vivem no campo brasileiro, é formada por homens (53%) e que cerca de quatro milhões ou 50% do total dessa população está na região Nordeste. Segundo Paulo (2010) os números do CadÚnico, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, mostram que mais de 58% dos 8 milhões de jovens que vivem no campo estão em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, o que vem a implicar na escolha para saírem do campo ou permanecer nele na busca do assalariamento para susterm-se materialmente.

Os jovens rurais apresentam-se como consumidores potenciais ao mercado e à proletarização em meio ao contexto de pobreza, tendo no assalariamento, seja na cidade ou no campo uma via possível para seu sustento, o que contribui para ficar ou sair do seu habitat. Porém, outros fatores também de relevância nessa análise devem ser considerados quando se refere a permanência dos jovens rurais no campo, que é a constante transformação do espaço rural e a produção de necessidades geradas pela ausência de serviços básicos – educação, saúde, geração de renda, lazer dentre outros - o que os impulsionam a buscar esses serviços que são geralmente encontrados com maior eficiência no núcleo urbano próximo ou nos destinos migratórios.

Retomando questões como a permanência no campo, ou a migração para outras regiões ou territórios em busca de trabalho, se faz a ressalva de que esse impasse de ficar ou

sair, é relevante, pois a presença da juventude na agricultura familiar caracteriza-se pela sua inserção no trabalho familiar na unidade de produção agrícola vinculada a suas famílias.

A organização familiar herdada pelos jovens que vivem ou viveram na/da agricultura familiar, baseada na combinação entre propriedade, trabalho e família, conforme Wanderley (1996), ou permanece ou é abandonada por esses quando se voltam para viver na cidade na busca de trabalho remunerado. Nos processos migratórios sazonais sejam trabalhadores jovens ou não, uma parcela significativa mantém vínculo com a terra, o que reflete a herança da organização do trabalho na agricultura familiar em seus estabelecimentos agrícolas.

Menezes (2002, 2010) aponta um aspecto importante sobre as trajetórias sociais dos trabalhadores dos canaviais, o qual contribui para refletir sobre a inserção e aceitação da força de trabalho jovem na cadeia produtiva da cana de açúcar. A autora expõe que os trabalhadores desde cedo foram socializados no trabalho da terra no seio familiar, manuseando ferramentas necessárias no cotidiano da lida no roçado, seja sob sol escaldante, ou sob chuva. Com essa experiência de trabalho na agricultura familiar, os trabalhadores preenchem os requisitos do trabalho nos canaviais ou em outras culturas como, exigem as empresas empregadoras.

Masan et al (2009) ao abordar sobre a problemática das migrações sazonais de longa distância de jovens paraibanos para o corte da cana no Estado de São Paulo, enfatiza sobre as duas correntes que se dividem os estudos a respeito das migrações, sendo válido destacar, pois, as mesmas fazem interpretações diferenciadas que explicam as razões para a ida de trabalhadores para o trabalho sazonal. A primeira está voltada para uma interpretação macroestrutural que enfatiza os fatores econômicos e estruturais que impulsiona o indivíduo a sair de seu espaço e buscar melhores condições para o provimento de suas necessidades em outras regiões mais desenvolvidas. Enquanto a segunda corrente apresenta um ponto de vista que se opõe a visão macroestrutural indo além das questões econômicas e estruturais, onde a migração é vista como uma estratégia de reprodução do modo camponês (WOORTMANN, 1990; GARCIA, 2003; MENEZES, 2002; SILVA; MENEZES, 1999 apud MASAN, 2009 p. 225).

O partir desses trabalhadores, de acordo com essa segunda corrente teórica, não significa romper necessariamente com o espaço rural, ou quebrar os vínculos que ligam os sujeitos ao seu local de origem, e menos ainda ao abandono total das práticas rurais e não intencionais de retorno ao campo. Autores como Menezes (2002), Garcia (2003) e Silva e Menezes (1999) **conduzem suas análises sobre processos migratórios partindo do pressuposto marxista de que os homens fazem a história sob condições determinadas, o**

### **que impulsiona trabalhadores rurais na busca de condições objetivas para a manutenção de sobrevivência.**

Com a instabilidade na agricultura familiar que ameaça a autonomia das unidades produtivas familiares variando de região para região, “o trabalho externo se torna na maioria dos casos uma necessidade estrutural, isto é, a renda obtida neste tipo de trabalho vem a ser indispensável para a reprodução, não só da família, mas do próprio estabelecimento familiar” (WANDERLEY, 1996 p. 13), implicando na venda da força de trabalho dos agricultores familiares jovens ou não, para setores agroindustriais, ou industriais propriamente dito.

Portanto, a possibilidade de exercer uma atividade profissional remunerada é um forte fator de atração para o jovem rural como explica Lima (2013), pois segundo a autora, para o jovem permanecer no meio rural, deve haver no ambiente em que vive oferta de oportunidades para profissionalização, seja na atividade agrícola na própria terra onde o jovem vive, ou em atividades próximas ao seu local de residência. Não existindo essa oferta, o jovem busca outras alternativas de trabalho sejam no campo ou na cidade propriamente dito.

#### **4.1.1 Jovens e o trabalho sazonal na cadeia produtiva da cana de açúcar**

A realidade laboral de trabalhadores rurais consiste para muitos em determinado período do ano aderir à oferta sazonal de empregos na agricultura, migrando para outras regiões ou permanecendo em sua própria região, no caso do município de União-PI, especificamente na agroindústria COMVAP/Olho D’água ou nas Comvapinhas (minifúndios que produzem matéria prima para a COMVAP/Olho D’água).

O trabalho sazonal torna-se uma alternativa para a manutenção da subsistência das famílias desses trabalhadores (no caso os assentados, pequenos proprietários de terra, arrendatários e dentre outros), ou na busca de concretizar projeto de autonomia, visto que, os resultados as vezes insuficientes da produção familiar precisam ser complementados com a renda proveniente do assalariamento, ou em alguns casos passa a ser a renda maior da família.

O município de União, continua sendo o lugar de maior concentração e demanda da força de trabalho (até o presente momento) canaviais, desempenhando funções no corte da cana, plantio, adubo dentre outras tarefas executadas nos canaviais. Os jovens rurais que se insere nesse mercado de trabalho, são marcados pela condição penosa do trabalho agrícola, veem no trabalho nos canaviais uma saída para garantirem uma “remuneração boa”, de tal forma a se submeterem as condições precárias e subumanas impostas pela agroindústria canavieira, a exemplo, ritmo intenso de trabalho, na produção diária de cana cortada que para

muitos trabalhadores ultrapassam dez toneladas diárias, no plantio que exige força e agilidade para realiza-lo, na aplicação de herbicidas onde o trabalhador sofre riscos com o contato do veneno, na rotina de deslocamento para os canaviais, turnos de trabalho de oito horas diárias, as altas temperaturas etc.

A realidade do trabalho nos canaviais é contundente para uma parcela significativa dos jovens Unionenses e de municípios do entorno. Pois, informações sobre a geração de emprego e renda indicam que para a safra 2014/2015 na cadeia produtiva local da cana de açúcar, foram contratados quase 3 mil trabalhadores entre os municípios de União, Teresina, Jose de Freitas, Miguel Alves e Lagoa Alegre, conforme o STTAR da região.

A empresa COMVAP/Olho D'água, contrata 40% dos seus trabalhadores jovens entre 18 a 29 anos, visto que, esses possuem a vitalidade própria da idade. O último censo demográfico (IBGE, 2010) realizado, apontou os seguintes números referente a população jovem do município de União no ano de 2009/2010:

TABELA 07 -População jovem residente em União-PI/ Ano de 2009/2010.

FAIXA ETÁRIA	RURAL		URBANA	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
15 a 19 anos	1.089	1.279	1.078	913
20 a 24 anos	1.021	1.197	968	911
25 a 29 anos	826	895	954	944
<b>TOTAL</b>	<b>2.936</b>	<b>3.371</b>	<b>3.000</b>	<b>2.768</b>
<b>GERAL</b>	<b>6.307</b>		<b>5.768</b>	

Fonte: Tabela construída pela autora, com base nos dados do Censo demográfico, 2010.

Os números acima na tabela apontam que a juventude rural do município é uma expressiva e significativa força de trabalho que pode estar sendo direcionada para o assalariamento rural possivelmente em razão da ausência de estímulos para o desenvolvimento da agricultura familiar local ou na busca de atender as novas demandas de consumo ou concretizar projetos de vida. Em meio a essa situação, a juventude é um dos segmentos mais prejudicados nesse contexto de modernização da agricultura, vindo a ocupar postos de trabalho em condições desfavoráveis, e com baixa remuneração, sem possibilidades para a continuação dos estudos, da qualificação profissional, principalmente, do trabalho na agricultura familiar.

Muitos jovens assalariados rurais da cadeia produtiva da cana de açúcar, já não residem no meio rural, em vista da rotina de trabalho imposta pela agroindústria e

fornecedoras de matéria prima, que é exigido esforço não somente para a ceifa da cana, mas também cumprimento de horários e de produção diária que os mantenha empregados. Os jovens entrevistados relatam sobre suas idas e vindas aos canaviais diariamente:

Acordo todos os dias as 3:30 da manhã. Arrumo minhas coisas e vou esperar o ônibus da empresa na localidade mundo novo e deixo a moto lá, uns 3km daqui de casa. Tenho que está lá até as 4:10 da manhã, por que de lá o ônibus vai pra outros lugares pegar mais trabalhadores. Sei que é sacrificado mais todo dia durmo em casa. (M. Forte, 25 anos, cortador de cana)

Os jovens narram que o deslocamento para os canaviais é sofrido, devido ao horário e distância. Contudo, eles tratam sobre o caso de trabalhadores que moram nas comunidades próximas ao rio Parnaíba, no lado do estado do Maranhão, os quais saem de suas casas de bicicleta até determinado ponto, pegam canoas pra fazerem a travessia do rio para o município de União, esperar o ônibus que os levará para mais uma rotina de trabalho.

Em meio aos deslocamentos entre o rural e o urbano para o cumprimento da rotina laboral, é salutar compreender como os jovens vêm se projetando sócio culturalmente, pois o trabalho nos canaviais é visto como duro e árduo, mas que rende financeiramente possibilidades de aquisição de bens de consumo. Ferreira (2009), explica que para os jovens, é através do trabalho que esperam ser reconhecidos socialmente, demonstrarem autonomia e encontrar a liberdade tão ansiada, onde a renda adquirida proporciona a satisfação de desejos, e de concretização dos projetos de vida.

Dentre os incentivos para a busca do trabalho nos canaviais, está a manutenção da vida material, que vai desde as necessidades básicas – alimentação, saúde, educação, vestuário - e os mais presentes como o uso de tecnologias, transporte e lazer, onde o retorno financeiro para essa sustentação se torna possível de ser obtido através das atividades na roça e os modos de vida por ela engendrada. Ao reportar sobre a complexidade que caracteriza o agronegócio, a explicação de M. V. Silva (2011) colabora para visualizar as mudanças resultantes da inserção nesse mercado de trabalho,

[...] os jovens que partilham de processos sociais desencadeados pela monocultura, que resultam em mudanças verificadas nos territórios que vivenciam tanto no que se refere às suas materialidades imediatas de vida, quanto às referências simbólicas partilhadas, vêm engendrando novas realidades, contingências e identidades sociais (SILVA, M.V., 2011, p. 01).

O dinamismo imposto pela agroindústria canvieira alterou a forma de trabalho, rotina diária exigida da jornada de trabalho nos canaviais, contribui para intensificar o fluxo

migratório de trabalhadores do campo para a cidade, mesmo que a maioria desses tenham contratos temporários, isto é, somente durante as safras. Mas há outros que resistem a migração para outros Estados e regiões do país, e continuam a residir em suas localidades e assentamentos, onde no período da entressafra da cana de açúcar trabalham em suas terras, ou de seus pais.

Não se descarta também a informação dada pelos jovens entrevistados, de que muitos jovens já migraram para trabalharem em outros canaviais fora do Piauí, se direcionando para o interior de São Paulo, Zona da Mata de Pernambuco, Alagoas e até Maranhão, onde acumularam alguma experiência de trabalho. Os jovens contam que ocorreu grande redução do trabalho, devido a implantação de tecnologias na cadeia produtiva da cana, como as colhedeiras para usadas para aumentar e acelerar a produção.

A pesquisadora Rosemeire Aparecida Scopinho, no artigo “Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas” (2000), explicita em suas palavras sobre o que ocorreu com o advento da tecnologia nos canaviais, ao afirmar que:

A introdução da colhedeira mecânica no corte da cana de açúcar não diminui as cargas de trabalho do tipo físico, químico e mecânico existentes no ambiente de trabalho e ainda acentua a presença de elementos que configuram as cargas tipo fisiológico e psíquico, por que intensificam o ritmo de trabalho (SCOPINHO, 2000, p. 97).

A afirmação de Scopinho, é uma descrição do que a mecanização acarreta no cotidiano do trabalhador manual nos canaviais, visto que essa realidade se projeta nos canaviais da empresa COMVAP/ Olho D’água com a implantação das colhedeiras mecânicas no corte da cana que se restringe ao número de duas. É relevante destacar, que em meio as tecnologias nos campos de cana, o ritmo de trabalho a que esses trabalhadores estão submetidos acelerou ainda mais, pois sendo a forma de pagamento destes por produção, eles precisam acelerar para irem antes ou bem próximo das colhedeiras (quando essas existem) para garantir ou aumentar sua produção individual.

#### 4.2 METAMORFOSES NO MUNDO DO TRABALHO: REFLEXOS NO SETOR SUCROALCOOLEIRO

No processo de desenvolvimento das sociedades humanas, desde o mais remoto período aos dias de hoje, o trabalho sempre existiu como intercessão entre seres humanos e natureza, para suprir necessidades básica através dos meios de subsistência dando

continuidade a espécie humana, como descreve Masulo (2014). O ato de trabalhar sempre esteve intrínseco aos seres humanos para sua sobrevivência ou realização, embora deva se considerar que o trabalho em si e seus significados e sentidos se transformam nos processos histórico-sócio-culturais e econômicos das sociedades humanas.

O trabalho seja nos espaços urbano ou rural é carregado de singularidades, mas é no campo que o imaginário social volta-se para sua realidade, associando-o a força física, disposição e sofrimento, o que se assemelha a descrição do significado do trabalho abordado por Albornoz (2000), que elucida sobre a origem da palavra trabalho afirmando que a mesma é derivada do latim *tripalium*<sup>47</sup>, tendo seu significado relacionado ao “instrumento de tortura” sendo que há muito tempo tem sido encarada como uma atividade penosa e torturante.

Por meio da ótica religiosa, Catani (2012) descreve que o trabalho na tradição calvinista<sup>48</sup> denota dor, sacrifício e punição, onde por meio do exercício do mesmo o homem cria condições que o dignifique estabelecendo uma valorização positiva da geração de riqueza através do trabalho; o qual realizado honestamente conduzirá o homem a salvação.

Em contraposição as ideias iniciais sobre trabalho, a concepção sobre o mesmo se volta para a manutenção da vida material e também subjetiva, partindo de uma caracterização através da interação do homem com o mundo natural onde os produtos como resultados da ação do trabalho sofrem mudanças para um determinado fim, sendo que a utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O processo de transformação da natureza, de acordo com Marx (2014) deve à ação humana a geração de produtos, que consequentemente resultará em uma reação, como descrito no processo de trabalho:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2014, p.255)

<sup>47</sup> *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho para rasgá-los e esfiapá-los.

<sup>48</sup> Movimento que rompeu a unidade do Cristianismo centrado pela Igreja de Roma. Esse movimento é parte das grandes transformações econômicas, sociais, culturais e políticas ocorridas na Europa nos séculos XV e XVI, que enfraqueceram a Igreja permitindo o surgimento de novas doutrinas religiosas. A Igreja estava em crise, a burguesia crescia em importância, o nacionalismo desenvolvia-se nos Estados modernos e o Renascimento Cultural despertava a liberdade de Crítica. Disponível: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=918>.

As reflexões de Marx sobre trabalho formulam uma concepção de que o mesmo é um elemento fundante do ser social e sua condição de existência, sendo o trabalho algo tipicamente humano, onde o trabalhador antes de tudo, reproduz sua própria vida, ao produzir os meios de produção. Com isso, o processo do trabalho descreve não somente a transformação da natureza sob a ação humana, através do desenvolvimento das potencialidades e habilidades, mas mostra a própria transformação humana. Arendt (2012) acrescenta a discussão sobre o trabalho e sua condição humana que é a própria vida, ao considerar que o conceito de trabalho funda-se no humano e refere-se a algo a serviço da própria vida da espécie.

No sentido ontológico, o trabalho na perspectiva marxista, é o modo pelo qual seres humanos produzem a sua humanidade, ou seja, produzem e reproduzem a sua existência, sendo este o elemento mediador da relação metabólica entre ser humano e natureza, independentemente de qualquer forma social determinada. É com a ação do ser humano consciente sobre a natureza com a finalidade de transformá-la que diferenciam os seres humanos dos demais animais, como ocorre no exemplo do arquiteto e da abelha, no capítulo 05, da obra *O Capital*, que descreve o processo de trabalho e o processo de valorização, o qual aponta a distinção entre homem e animal através da genialidade humana em idealizar o resultado de sua ação. Assim, os indivíduos produzem história e coletivamente a sua existência material.

Ao fazer uso das palavras de Lukács (1980), Antunes (2009) acrescenta sobre a perspectiva ontológica do trabalho

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto a natureza inorgânica (...) quanto a orgânica, inter-relação (...) que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social (...). Todas as determinações que, conforme veremos, estão presentes na essência do que é novo ao ser social estão contidas *in nuce* no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário como modelo, protoforma do ser social (LUKÁCS, 1980, p.IV-V apud ANTUNES, 2009, p. 136).

O trabalho conforme Antunes (2009), constitui-se como categoria intermediária que “possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social, onde ele está no centro do processo de humanização do homem”, do avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo.

Há dois sentidos do trabalho segundo Marx que devem ser analisados – o concreto e o abstrato, visto que, “o trabalho concreto relaciona-se à valoração pré-existente pela simples aptidão, na sua corporeidade viva, como produtor de valor de uso, e trabalho abstrato ocorre quando se coloca a serviço da produção capitalista” (MASULO, 2014), o qual adquire status de mercadoria que será produzida como valor de troca, que refletirá o processo de compra e venda da força de trabalho.

M. S. da Silva (2012) ao expor sobre as formas concreta e abstrata de trabalho, explica que o trabalho na sua forma concreta, **cria valores de uso**, isto é, “coisas, produtos que satisfazem nossas necessidades, sejam estas do corpo ou do espírito” (SILVA, M. S., 2012, p. 108). Quanto à forma abstrata de trabalho, **cria-se valor de troca**, valor de uma mercadoria, significando trabalho humano.

Contudo, mediante aos resultados provenientes desse processo, o trabalho, torna-se alienado para uma gama considerável de trabalhadores, principalmente referente ao produto e ao processo de produção, onde o trabalho passa a ser uma imposição, tornando-se um meio para se obter o sustento material.

Ao reportar o argumento para o trabalho nas atividades agrícolas em seu nascedouro, sua finalidade para o indivíduo era apenas de assegurar sua subsistência através da produção de bens com valor de uso. Com o “desenvolvimento do valor de troca, transformado em dinheiro e, posteriormente, em capital, tudo passa a ser regido e subordinado ao regime do capital, com fim único de acumulação e valorização” (SILVA; GUERRA, 2010 p. 02) o que obriga o agricultor a transformar-se, então, em trabalhador assalariado, tanto no campo como na cidade.

No tocante as relações de trabalho assalariadas que se estabelecem no campo brasileiro, Barros (2014) afirma que se propagam secularmente pela exploração intensiva da força de trabalho enraizadas na formação histórica do país assumindo novos formatos em tempo e espaços diferenciados.

Na transição do século XIX para o século XX, com o fim do trabalho escravo oficial no Brasil e abertura para a proletarização outras formas de exploração foram legitimadas, outras classes subalternas foram se constituindo, como “os escravos libertos, imigrantes europeus e os trabalhadores rurais livres que passam a configurar a força de trabalho prioritária dos grandes latifúndios de monocultura” (BARROS, 2014 p. 94), todavia uma nova estrutura do trabalho livre se estabelece no país pautada na relação autoritária, exploradora, de repreensão e sujeição da força de trabalho aos velhos pilares das oligarquias escravocratas brasileiras.

Martins (2004) explana sobre as bases do trabalho escravo e do trabalho livre mostrando o que os diferencia. Em suas palavras

Enquanto o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que basear-se na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois se o primeiro assumia previamente a forma de força de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha e contraposta ao capital (MARTINS, 2004, p. 18).

Como consequências dessas razões expostas por Jose de Souza Martins, explica-se que a questão abolicionista foi conduzida em termos da substituição do trabalhador escravo, pelo trabalhador livre, resultando não apenas na transformação do trabalho, mas, também a substituição do trabalhador, vindo a ocasionar uma análise do processo de constituição da força de trabalho e das relações de produção que definiu com a crise do escravismo no final do século XIX, identificando que a crise promoveu um regime de trabalho particular, que ficou conhecido como colonato<sup>49</sup>, abrangendo tanto a cultura de café, quanto a cana de açúcar.

Esse importante aspecto do colonato remete afirmar que o trabalhador vinculado a esse regime tinha o uso da sua força de trabalho submetido a um sistema de dominação e exploração por parte dos proprietários da terra em que trabalhavam como trabalhadores livres. As antigas relações de trabalho desse período foram “reconstituídas em outras bases através das categorias de morador, parceiro e agregado” (SILVA, M. S da. , 2012 p. 201).

Na década de 1950, intensificou-se o trabalho assalariado no Brasil, com o início do advento da modernização da agricultura e consequente aumento da disponibilização da força de trabalho para as áreas em que a cana de açúcar estava em ascensão, como a região Sudeste. Para Barros (2014) dois elementos devem ser considerados no processo de expansão do capitalismo, que são:

O primeiro é que há uma massa de trabalhadores rurais expropriados da terra que só dependem de sua força de trabalho e de sua família. O segundo diz respeito ao contingente de camponeses expulsos dos seus territórios, agora transformados em proletários rurais (BARROS, 2014, p. 96).

A expansão do capitalismo através da modernização da agricultura gerou graves impactos para os trabalhadores sem-terra, como a expropriação da terra, condicionando-os

---

<sup>49</sup>O autor continua sua discussão sobre o regime de colonato ao afirmar que o mesmo não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, pois o mesmo se caracterizou pela combinação de três elementos: “um pagamento fixo pelo trato da lavoura, um pagamento proporcional pela quantidade de matéria prima colhida e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedente comercializáveis pelo próprio trabalhador” (MARTINS, 2004 p. 19); o que não caracteriza o regime assalariado, pois no processo capitalista de produção, o salário em dinheiro é a única forma de remuneração da força de trabalho.

apenas a venda de sua força de trabalho. Mediante as contingências, os trabalhadores não conseguem mais viver somente do cultivo da terra, pois além de serem expropriados da terra, os rendimentos financeiros tornam-se limitados na agricultura familiar e também pela ausência de incentivos para a produção; passando a necessitar do assalariamento para sobreviver. Tal situação permaneceu ocorrendo com agricultores familiares, assentados, posseiros dentre outros, levando-os a constituírem outras relações de trabalho dentro e fora do contexto familiar.

Em contraposição as descrições do trabalho assalariado, o trabalho na agricultura familiar proporciona autonomia e controle da jornada de trabalho, mas também luta contra a instabilidade econômica que não vem garantindo para muitas famílias a manutenção da sobrevivência, ou da propriedade. Os pais são os mentores dos filhos na iniciação precoce “nas rotinas laborais e comunitárias na roça, proporcionando um aprendizado consolidado no dia a dia de convivência intergeracional” (SILVA, M. V., 2011 p.07). A roça faz parte do núcleo produtivo da família, onde gera o sustento juntamente com as outras atividades do núcleo familiar como criação de pequenos animais, produção de óleos, azeites, doces e artesanatos podendo produzir algum excedente, direcionando-o para o mercado local.

Essa lógica de trabalho mantida pela agricultura familiar passa por mudanças imediatas no âmbito da produção e reprodução, onde segundo M. V. Silva (2011), a possibilidade de emprego remunerado numa realidade que o mesmo não existia, imprime outras dinâmicas nas relações até então existentes. Alguns condicionantes citados anteriormente empurram os trabalhadores rurais para o trabalho nas monoculturas, forçando-os a vender sua força de trabalho para exploração em troca de um salário, onde o trabalho torna-se meio para satisfazer necessidades externas, alienando-se às demandas das subjetividades.

Ao mencionar a relação de troca no capitalismo – trabalho x salario - a parte de cada um no processo – trabalhador x proprietário – Barros (2014) analisa como se dá esse processo de troca:

Dessa forma, a força de trabalho se transforma em mercadoria, que é a única na produção capitalista que pode criar mais valor. Só o trabalho produz riqueza e o salário é medida do tempo socialmente necessário para produzir mercadoria. O valor da força de trabalho é calculado pela parte do valor produzido pelo trabalhador, que se transforma em seu salário, para contribuir na sua reprodução social e retornar a produção capitalista como trabalhador do capital. É um processo que combina liberdade e sujeição.” (BARROS, 2014, p.97).

“Liberdade e sujeição” realidades antagônicas que se estabelecem na relação de troca entre trabalhador e proprietário na realidade desigual, onde de um lado o trabalhador é livre para negociar seu único bem de valor (força de trabalho) mas de outro está privado das condições e relações de trabalho estabelecidas pelo proprietário, ficando atado a tal situação. O trabalhador se submete a uma relação alienante, onde se torna desatento aos resultados econômicos gerados pela sua força de trabalho. Vejamos como é descrito esse processo de alienação:

Essa relação desigual, é uma relação de exploração, injusta. É também alienadora, pois o trabalhador vende a força de trabalho, sua capacidade criadora de mercadorias, que se converte em capital e se transforma estranha ao trabalhador, alienada a ele. Como ele não tem outra opção senão a venda de seu único bem ao capital vende aquilo que ele mesmo produziu e se defronta com um império que lhe é estranho, que não lhe pertence e que subjuga toda sua capacidade de trabalho. Quando o trabalhador se depara com o império que ele mesmo construiu, ele não entende que é seu trabalho que gera a riqueza, mas como uma aparência, esse trabalhador percebe que ele depende do capital e não o contrário. Ele se aliena e se entrega ao capital, **e toda mercadoria produzida pelo seu trabalho ganha forma fetichizada**. Ele não aparece como o grande arquiteto desse capital, mas como parte dele. A realidade e as relações sociais no capitalismo aparecem de forma contrária ao que realmente são. Elas são encobertas, são mascaradas. (BARROS, 2014 p. 97 grifo meu)

Como o trabalho tem grande importância para o desenvolvimento físico, intelectual, material e simbólica dos sujeitos, percebe-se que na medida em que a natureza é transformada pela ação do trabalho humano, o sujeito também sofre mudanças com esse processo de interação entre natureza e trabalho. Assim, nesse processo de transformação – trabalho x natureza – “o trabalho alienado tem a prerrogativa de impedir esse desenvolvimento, pois à medida que o trabalhador não se identifica com o produto do seu trabalho e com seu próprio trabalho” (LUZ, 2008 p.10) está sendo impedido de desenvolver as suas potencialidades, deixando-o em condição de opressão. O processo de alienação do trabalho é visualizado em todas as etapas no assalariamento rural praticado pelo agronegócio.

A alienação do trabalho contribui para que os sujeitos sejam menos importantes no processo produtivo, “onde as mercadorias produzidas pelo trabalho mediam as relações sociais no capitalismo” (BARROS, 2014 p.98). Ao tratar da condição do trabalhador no processo alienante, Luz (2008) “o equipara a uma máquina, que deve integrar-se perfeitamente no processo produtivo, e que pode ser descartada tão logo não atenda as exigências desse processo” (LUZ, 2008 p. 36). A mercadoria, fruto da força de trabalho dos assalariados ganha forma fetichizada, onde vai focar na satisfação e valor de interesse do capital.

Marx explana que a mercadoria se encarrega de mascarar a realidade social estabelecida nas relações produtivas da seguinte forma:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (MARX, 1996, p.81 apud BARROS, 2014, p. 98).

A mercadoria<sup>50</sup> oculta o caráter social da divisão do trabalho não revela o tempo e energia dispendida na produção da mesma pelo trabalhador, tornando-a um objeto de adoração, o qual volta para o trabalhador de forma fetichizada.

No campo, a sistemática de produção capitalista também está fundamentada na exploração do trabalho. À medida que as relações se reproduzem e ampliam, geram um número maior de trabalhadores expropriados de terra, dispostos a vender sua força de trabalho e se submeter as condições de migração/deslocamento do campo para a cidade ou cidade para o campo, onde produzirão mais riquezas para o agronegócio, sob o assujeitamento as condições do trabalho na monocultura da cana de açúcar marcadas por formas extremas de brutalização e desumanização do trabalhador.

Nesse contexto a agroindústria canavieira brasileira ao longo de seu desenvolvimento tem passado por vários processos de reestruturação que atingiram, principalmente as formas de gerir e as plantas industriais e os equipamentos. Após o fim do Instituto do Açúcar e Álcool - IAA na década de 1990, expandiu a reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro ocasionando mudanças na base técnica agrícola e industrial chegando a atingir o âmbito administrativo das empresas, principalmente a gestão do trabalho.

O Estado brasileiro muito contribuiu para esse novo renascer do setor sucroalcooleiro propiciando a reestruturação produtiva que foi subsidiada por meio de créditos ofertados aos empresários do setor que por ocasião tiveram suas dívidas renegociadas; e nesse período os maiores beneficiários dessa ação estatal foram os usineiros e produtores tanto do Estado de São Paulo, como da região Nordeste nesse período.

Ao mencionar sobre a reestruturação produtiva ocorrida na agroindústria sucroalcooleira no Brasil, é válido ressaltar e situar a mesma no interior desse processo mais geral de flexibilização, o qual atingiu amplamente o mundo do trabalho no final do século

---

<sup>50</sup>A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago (materialidades) ou da imaginação (simbólicas) – não altera em nada a questão. (MARX, 2013 p.113)

XX. As reflexões do pesquisador Ricardo Antunes muito contribuem para a compreensão desse processo de reestruturação produtiva e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Conforme o pesquisador, as novas transformações ocorridas nas sociedades capitalistas, em destaque as desencadeadas na década de 1970, ocasionadas pela crise do petróleo que projetou consequências em escala mundial, como - queda da produção industrial, um aumento generalizado dos preços dos produtos, elevação na taxa de desemprego, dentre outras; ocasionaram mudanças nos sistemas políticos e econômicos dos países atingidos pela crise, como a implantação do neoliberalismo, a privatização do Estado e reestruturação intensa no processo produtivo e da produção em série e de massa.

Como resposta a tal crise, deu-se início a um processo de reorganização do capital, ao qual se seguiu um processo intenso de reestruturação da produção e do trabalho, tudo isso acarretando sérias consequências para o mundo do trabalho e para a classe trabalhadora. Inúmeras transformações ocorreram no processo produtivo nesse período de reorganização do capital, através da constituição de formas de acumulação flexível que se “fundamenta em um padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho” (ANTUNES, 2009 p. 54) e dos modelos alternativos ao Taylorismo/Fordismo, como o Toyotismo.

Em substituição a produção em série e de massa característica do fordismo que já não correspondia as necessidades de mercado, a acumulação flexível (Toyotismo) assume a posição de novo modo de produção, o qual como explica Harvey (2014) tem a definição e função na medida em que esta alternativa seja uma forma própria do capitalismo,

A acumulação flexível, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas criando, por exemplo um vasto movimento no emprego chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 2014, p.140).

Harvey (2014) continua essa abordagem da acumulação flexível ao apontar as possíveis consequências e repercussões dessa processualidade quando remetida ao mundo do trabalho, ao delinear a ocorrência de altos níveis de desemprego estrutural e retrocesso da ação sindical. Mediante ao presente contexto de mudanças, esses fatores principalmente o retrocesso da ação sindical e sua vinculação a hierarquia das empresas, caracterizado como

um sindicalismo manipulado e cooptado - resultantes da acumulação flexível, contribuíram para a implantação e expansão das bases do modelo de produção Toyotista, que possui seus traços constitutivos na produção conduzida diretamente pela demanda, as exigências mais individualizadas de mercado, e principalmente na “desespecialização e polivalência dos trabalhadores”, tornando esses em multifuncionais.

“O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos de 1970”, como sintetizado por Gounet *apud* Antunes (2007), pois supõe uma intensificação na exploração do trabalho, tornando-se mediante a crise atual do capitalismo como alternativa para uma nova forma de organização do trabalho, que, no entanto recai na questão do desemprego atingindo o mundo em escala global, embora a lógica Toyotista que adota somente uma concepção de mercado, da produtividade das empresas, e que esta mesma lógica não abrange um contingente maior de trabalhadores, mas simplesmente reduz a força de trabalho.

Antunes (2007), afirma que o universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo revela-se uma múltipla processualidade nos países de capitalismo avançado onde se destaca: **a) uma desproletarização do trabalho industrial, fabril**, isto é, uma diminuição da classe operária industrial tradicional, efetivando-se uma expansão expressiva do trabalho assalariado, a partir da ampliação do assalariamento no setor de serviços. Essa realidade remete à constatação da heterogeneização do trabalho, representado através do crescimento da incorporação das mulheres no mundo operário; **b) intensa subproletarização**, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, marcando a organização societal no capitalismo avançado.

Essas metamorfoses no mundo do trabalho como descrita por Antunes (2007), é resultante das inovações no modelo de produção implementada como soluções para o enfrentamento da atual crise do capital, onde seu efeito mais brutal, citado anteriormente, dessas transformações é a expansão do desemprego na era moderna assim havendo uma processualidade contraditória como afirma

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego desestrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta a subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007, p.49-50).

Ao contrapor a afirmação de Antunes (2007) quanto a exclusão de jovens no assalariamento, M. V. Silva (2011), no artigo “Rabicheiros e Bazuqueiros: trânsitos identitários de jovens rurais na diáspora do agronegócio”<sup>51</sup>, identifica que principalmente no setor de serviços no agronegócio, há uma preferência de compra da força de trabalho dos jovens rurais pelas grandes fazendas de soja no cerrado piauiense, onde estas tornam-se as grandes empregadoras da juventude rural da região. A autora afirma:

As várias empresas da região têm contratado, no geral, homens jovens, fazendo com que a soja se coloque no cenário de Roça Nova como fenômeno pertencente ao universo masculino juvenil, não havendo registro de moças da localidade empregadas nos campos da monocultura. (SILVA, M. V., 2012, p. 08).

Tanto na soja, conforme a autora, quanto na cana de açúcar a força de trabalho dos jovens rurais recebe maior aceitação por parte das agroindústrias, principalmente pelo vigor e saúde apresentado por esses jovens, que permite o trabalho incessante na busca de melhores rendimentos. No que se refere as moças, as mulheres jovens ao empregar-se no agronegócio sucroalcooleiro é um grande desafio, mas ocorre que uma quantidade pequena de mulheres conseguem inserirem-se nesse setor.

Contudo, esse incremento da força de trabalho composta por jovens e uma pequena parcela de mulheres na cadeia produtiva da cana de açúcar reflete o traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora assalariada rural, embora se confirme que os postos de trabalho nos canaviais são direcionados a força de trabalho masculina. No entanto, essa força de trabalho que entra facilmente é também demitida sem custos, exemplo do que ocorre com os assalariados safristas que trabalham nas monoculturas e nas Comvapinhas<sup>52</sup> do município de União-PI, as quais contratam trabalhadores em sua maioria jovens para trabalhar em seus canaviais terceirizados para a Usina COMVAP/Olho D’água.

O cenário de trabalho nas Comvapinhas volta-se para as condições de trabalho, pois, faltam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), transporte para o deslocamento de ida e

---

<sup>51</sup>Artigo apresentado na **III Reunião Equatorial de Antropologia/XII Encontro de Antropólogos do Norte/Nordeste do Brasil. Boa Vista-RR: agosto/2011**, originário da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica –PROCAD-CAPEs, celebrado entre o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia e Sociedade –CPDA/UFRRJ. O texto trata sobre a complexidade que caracteriza o agronegócio e a realidade no sudoeste piauiense (exatamente na localidade Roça Nova, no município de Sebastião Leal) última fronteira agrícola do Brasil, tomando como parte da referida complexidade os jovens, sujeitos tomados para a pesquisa, partilhando processos sociais desencadeados pela monocultura granífera.

<sup>52</sup>Nesses empreendimentos que somam seis fazendas – Califórnia, Xixá, Cacique, Soares, São Felipe I e II, todas legalizadas para a execução da prestação de serviço, os trabalhadores contratados por essas fazendas nem sempre tem suas carteiras assinadas. Somente no período da safra durante o corte da cana é que todos os contratados têm suas carteiras assinadas, para não terem maiores implicações com a fiscalização.

volta para o trabalho, o salário base é inferior ao da COMVAP/Olho D'água. No entanto, os jovens entrevistados que já trabalharam nas Comvapinhas, relatam que as mesmas só tem uma “vantagem” que é o horário de encerramento das atividades laborais que é mais cedo que o horário da Usina COMVAP.

Diferente do que ocorre em outros setores industriais, no agronegócio, em especial o sucroalcooleiro piauiense no que se refere ao trabalho manual nos canaviais, a presença feminina no corte, no plantio, aplicação de herbicida e carpina, é inexistente. Dentre as razões da ausência de mulheres desempenhando essas funções é devido que as mesmas produzem pouco, e são mais frágeis para esse trabalho, mas podem desempenhar outras funções como a de tratorista, na safra de 2014, a COMVAP/ Olho D'água contratou seis mulheres para essa função.

De acordo com dados da PNAD/IBGE (2009) cerca de 15,7 milhões de pessoas ocupa o Brasil rural, onde 17% representa toda a força de trabalho ocupada no país, sendo que 4,8 milhões são assalariados rurais desse total, e apenas 1, 6 milhões possuem carteira assinada.

Pesquisas e estudos desenvolvidos pelo DIEESE (2014), sobre o assalariamento rural no Brasil, apresenta dados que possibilitam visualizar essa classe trabalhadora no cenário vigente. Em 2013, entre os 4,0 milhões de ocupados empregados (ou assalariados), a maioria (59,4% ou 2,4 milhões) encontrava-se como empregado sem carteira de trabalho assinada, e 40,6% (1,6 milhão) como empregados com carteira de trabalho assinada. Em outras palavras, a maior parte dos trabalhadores assalariados rurais no Brasil está em situação de trabalho ilegal (ou informal), ou seja, sem nenhuma das proteções garantidas pelo vínculo formal. Esta taxa de ilegalidade ou informalidade está bem acima da taxa geral do país, em torno dos 50,0%.

Quanto à distribuição geográfica, os assalariados rurais estavam concentrados nas regiões Nordeste, 34,8% (1,41 milhão), e Sudeste, 34,4% (1,4 milhão). Entretanto, em algumas unidades da Federação (UF), como Acre, Ceará e Sergipe, essas taxas de informalidade/ilegalidade ultrapassam os 90%, bem superiores à média nacional rural de 59,4%. Quanto à faixa etária, a maioria (58,0%) dos trabalhadores tem até 39 anos de idade. Essa concentração evidencia um fenômeno que vários especialistas têm observado: os postos de trabalho rurais são ocupados cada vez mais por trabalhadores mais jovens.

A afirmação de Ilena Barros (2014) complementa essa discussão ao abordar como o assalariamento rural, enquanto modalidade de trabalho no campo atende o modo de produção capitalista:

O desenvolvimento das relações sociais capitalistas de produção no campo consolida-se pela expansão do agronegócio da agricultura capitalista, que se mantém sob a concentração fundiária, dominação dos recursos naturais, substituição do trabalho com base no arrendamento e parceira pelo trabalho assalariado (volante, sazonal, temporário). Esta modalidade de trabalho atende satisfatoriamente a necessidades do capital. Conseqüentemente ocorre a diminuição da agricultura camponesa e familiar e acirramento de conflitos agrários, comprometidos as formas de sobrevivência dos trabalhadores rurais (BARROS, 2014, p. 101).

Percebe-se então, que as condições geradas pelo sistema capitalista produzem impactos sobre as subjetividades de trabalhadores assalariados rurais, os quais se sujeitam a venda de sua força de trabalho nos campos do agronegócio como consequência do que lhes é imposto. Desse modo, entendo que implica também no modo de vida e na constituição de identidades dos sujeitos envolvidos.

#### 4.3 NO EITO DA CANA: CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO NOS CANAVIAIS

Limpei a cinza que caiu do céu  
 Cinza que eu mesmo criei  
 Queimando um eito de cana  
 Guardei no caso as botas e luvas  
 Que durante por muitas horas usei  
 No meio de um eito de cana  
 Eito de cana, eito de cana  
 Botei na mesa a marmita e o foião  
 Que durante o dia eu usei  
 No meio de um eito de cana  
 Limpei a poeira da terra vermelha  
 Que em minha roupa encontrei  
 Que trouxe de um eito de cana  
 Eito de cana, eito de cana  
 E lá na roça dona Elza e seu Zé  
 me contam causos e histórias de assombração  
 No meio de um eito de cana  
 Vi dona Vera e dona Ana  
 amamentarem seus moleques de chapéu bota e foião  
 No meio de um eito de cana  
 Eito de cana, eito de cana  
 Vi seu Wilson enfrentar a cascavel que dava bote sem parar  
 No meio de um eito de cana  
 Tia Damares fez uns versos que a criançada aprendeu a cantar  
 No meio de um eito de cana  
 Eito de cana, eito de cana (...)<sup>53</sup>

<sup>53</sup>Música da banda de Rock roll Porão 365 intitulada o eito da cana do Álbum Vai se lembrar de mim (2008) <http://www.letras.com.br/#!/biografia/porao-365>> acesso 22.fev.2016 às 17:56 h.

Parte dos versos da canção da banda paulista Porão 365 originária do município de Porto Feliz - localizada na região metropolitana de Sorocaba<sup>54</sup> -, traz uma leitura sobre o cotidiano de trabalhadores nos canaviais paulistas mencionando a queima da cana para o corte, como também das breves narrativas de acontecimentos vivenciados pelos/as cortadores/as de cana no eito. A palavra eito, de acordo com o dicionário de língua portuguesa Aurélio<sup>55</sup> (2010) revela sua origem etimológica da palavra latim *ictu*, tendo sua definição associada a dois aspectos – 1) roça onde trabalhavam escravos; e 2) trabalho intenso. O significado da palavra eito representa de fato o que ocorre no cotidiano dos trabalhadores nos canaviais – o trabalho precarizado, subumano e intenso. Alves (2007) descreve eito da seguinte maneira:

Esse pequeno retângulo, contido no retângulo maior, que é o talhão, é chamado de eito pelos trabalhadores. O comprimento do eito varia, pois depende do ritmo de trabalho e da resistência física de trabalhador. Portanto trata-se de um retângulo de cana com área variável, porque o comprimento é verificado, ao final do dia, quando o trabalho é concluído. É o comprimento do eito que será o indicador do ganho diário de cada trabalhador. Portanto, o que receberá pelo dia do trabalho é o comprimento do eito, medido em metros lineares multiplicado pelo valor do metro (ALVES, 2007 apud ALVES, 2006, p. 30).

O autor afirma que a descrição do eito revela que o trabalho no corte da cana não se resume a decepar o caule, mas que envolve outras atividades que complementam esse processo, como – a limpeza da cana, o transporte da cana até a linha central do eito (3ª linha); e a arrumação da cana em feixes. As imagens fotográficas a seguir ilustram o corte da cana no eito da COMVAP e a contagem da quantidade de matéria prima cortada pelo trabalhador.

IMAGEM FOTOGRÁFICA 01 –Fiscal contando a quantidade de cana de açúcar por rua. Rachel Rodrigues. Canavial da empresa COMVAP/Olho D'água. Setembro/2015

<sup>54c</sup>A região de Sorocaba é uma das maiores produtoras de cana de açúcar do Estado de São Paulo. O aumento da área cultivada, renovação dos canaviais e técnicas agrícolas mais modernas contribuíram para que, no ano de 2013, fossem colhidas 2,26 milhões de toneladas na região do Escritório de Desenvolvimento Rural de Sorocaba, que abrange 19 municípios. A marca é pouco menor que em 1994, ano da produção recorde, quando foram colhidas 2,48 milhões de toneladas. Em 2006, a produção havia caído para 855 mil toneladas. O número está no Instituto de Economia Agrícola (IEA). A região de Sorocaba fica atrás de regiões tradicionais de cultivo de cana, como Piracicaba e Ribeirão Preto. Na de Piracicaba, a produção foi de 13 milhões de toneladas em 2012 e, na de Ribeirão, 27 milhões de toneladas. A cana vai para as usinas e se transforma em etanol e açúcar". <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/519257/regiao-retoma-plantio-de-cana-de-acucar>>acesso 22.fev.2016 às 17:31h.

<sup>55</sup>Ver Dicionário Ferreira (2010)



IMAGEM FOTOGRÁFICA 02 –Corte da cana de açúcar nas linhas ou ruas sendo arrumada. Rachel Rodrigues, Canavial da empresa COMVAP/Olho D´Água. Setembro 2015.



Para cada trabalhador é definido um eito para dar início ao processo de corte, que envolve técnicas que ajudam a desenvolver o corte da cana com precisão, sendo

O trabalhador abraça o feixe da cana (contendo entre cinco a dez canas), curva-se e flexiona as pernas para cortar a base da cana. O corte da base tem de ser feito bem rente ao solo, porque é no pé da cana que se concentra a sacarose. O corte rente ao chão não pode atingir a raiz para não prejudicar a rebrota. Depois de cortadas todas as canas do feixe na base, o trabalhador corta a ponta, o pendão, ou seja, a parte superior da cana, onde estão as folhas verdes, que são jogadas no solo. Em algumas usinas os trabalhadores têm de cortar o pendão no ar; em outras, é permitido que ele os corte no chão, na fileira do meio, onde os feixes de cana são amontoados. Nesse caso, ao cortar o pendão no chão, na fileira central, os trabalhadores têm de realizar um movimento para separá-los, com distância de  $\frac{1}{2}$  metro das canas amontoadas na linha central. Tal movimento de separação das ponteiros das canas é feito com as mãos, com o podão ou com os pés, com o objetivo de facilitar o carregamento dos caminhões apenas com cana, sem pontas e palhas (ALVES, 2007, p. 31).

Francisco Alves ao descrever minuciosamente o processo do corte da cana, contribui para a visualização do que ocorre no eito durante a efetivação do trabalho e da compreensão do esforço sobre-humano de homens e de algumas mulheres a que são submetidos. Contudo, não se pode deixar de mencionar que esse processo de corte é realizado sob as exigências impostas pelas empresas que requerem uma meta de produtividade por dia para cada trabalhador, o que é preciso habilidades e resistência física para a realização do trabalho em meio a “céu aberto, na presença de sol, poeira, fumaça, fuligem, calor e roupas e instrumentos de trabalho pesados” (ALVES,2007) que são agravantes para a execução da tarefa.

Nos canaviais da COMVAP/Olho D’água a realidade não difere muito da descrita por Alves, mas pode-se agravar a produção do trabalhador com o calor intenso devido as altas temperaturas entre os meses de setembro a dezembro<sup>56</sup>, o que ocasiona com maior facilidade a desidratação e as câimbras devido ao esforço para produzir.

Quanto as exigências referentes ao padrão de corte exigido pela empresa é o mesmo que acontece em outras usinas, exigindo que fique “arrumada” em filas, sem as folhas preservando o colmo para não ter prejuízo e facilitar o trabalho das colhedeiras. Alguns fiscais não exigem uma arrumação das canas de cem por cento, por acharem que é demais, depois de tanto esforço para o corte.

FIGURA 02– Padrão de corte exigido pelas usinas.

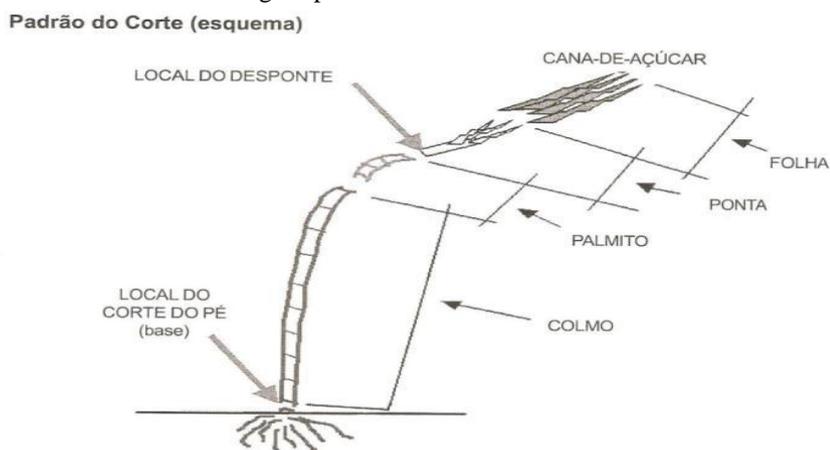


Figura 50: Ilustração utilizada no folder "Só cana pura". Fonte: COSAN S/A - Dumas, 2003.

Fonte: SILVA, M. S., 2012, p. 212

É importante lembrar que as condições climáticas no estado traz um diferencial para a realização do trabalho, pois no período da safra durante o clímax da colheita da cana as

<sup>56</sup> Período conhecido no estado do Piauí de B-R-O BRÓ, correspondendo aos meses mais quentes do ano - setembro, outubro, novembro e dezembro, onde as temperaturas chegam facilmente aos 42 graus.

temperaturas atingem entre 42° a 44° graus Celsius. Para a execução do labor, os trabalhadores precisam estar protegidos da cabeça aos pés, pois a cana que cortam é queimada para facilitar a colheita. Literalmente, “é um inferno”, o ar é quente, o sol escaldante, a areia ferve. Esses trabalhadores correm riscos reais, os quais estão a mercê no trabalho, e ainda existe um desgaste físico tremendo devido ao esforço repetitivo (não somente no corte da cana, mas no plantio, capina e aplicação de herbicidas).

Mediante ao calor intenso do clima, somado ao calor produzido pela queima da cana de açúcar para a colheita, os trabalhadores do corte da cana recebem diariamente pacotes de repositores energéticos<sup>57</sup>. As imagens fotográficas abaixo, revelam o uso constante de repositores energéticos feito pelos trabalhadores no corte da cana durante a safra, mas outros trabalhadores que lidam com o adubo, capina e herbicida também fazem uso, mas não com a mesma constância dos que cortam cana na COMVAP/Olho D’água.

Durante as visitas de campo, observei trabalhadores sentados por alguns minutos em cima de seus garrafões de água, visivelmente cansados e enfraquecidos, mas com um copo na mão, e um “pacote” de cor prata com letras azul. Em uma das conversas, com os trabalhadores nesse momento de recuperação das forças, perguntei o que era que tomavam, e eles responderam que era o soro para hidratar, por que eles “perdiam muita energia botando força”.

IMAGEM FOTOGRAFIA 03 – Repositor energético, Rachel Rodrigues, Setembro/2015.



---

<sup>57</sup> “A distribuição de bebidas isotônicas (os também conhecidos como “sorinho” ou “suquinho”) pelas usinas aos trabalhadores é uma questão muito polêmica. Dentre as causas para isso, está o desconhecimento das substâncias que compõem este repositores e dos possíveis danos que pode trazer ao organismo dos cortadores de cana. Alguns estudos começaram a ser feitos (em especial pelas vigilâncias sanitárias), e descobriu-se que a bebida não é um mero repositores energético como alegam as usinas, mas sim uma espécie de estimulante, fato que, por si só merece ser investigado mais a fundo. (GUANAIS, 2014 p. 278) Disponível em:

IMAGEM FOTOGRÁFICA 04 – Repositor energético dissolvido copo do trabalhador. Rachel Rodrigues, Setembro, 2015.



Mesmo com a intensificação da mecanização e dos avanços de novas tecnologias, como a robótica no processo produtivo, acarretando um acréscimo no trabalho morto, e uma diminuição do trabalho vivo, o trabalho manual realizado pelos trabalhadores assalariados rurais é necessário para a cadeia produtiva da cana de açúcar, seja no corte, no adubo, aplicação de herbicidas e carpina, não significando a total eliminação do trabalho manual nesse processo. O estágio atual do capitalismo exige um tipo de trabalho que se enquadre na terceirização e precarização, pois a estabilidade não é rentável. Exemplo disso, está quando não se alcança a média<sup>58</sup> de produtividade estabelecida pela empresa, os trabalhadores são dispensados independente em que momento da safra se esteja.

Maria Aparecida de Moraes Silva, no texto “O trabalho oculto nos canaviais paulistas” (2011), defende a tese de que o aumento da produção e produtividade da cana caminham lado a lado da exploração da força de trabalho, onde a degradação das condições de trabalho produz além do sofrimento físico, o sofrimento moral e psíquico.

A questão abordada pela autora ainda menciona o quanto a ideia de mecanização mascara a dominação e exploração dos trabalhadores assalariados rurais nos canaviais, os quais ficam submetidos a ideia de que precisam produzir mais e mais para não perderem seus postos de trabalho para as máquinas. O ideal de empresa na era da acumulação flexível, é a de “empresa enxuta, onde se dispõem de menor contingente de força de trabalho e que apesar disso tem maiores índices de produtividade” (ANTUNES, 2009, p. 55) o que reforça o ideário

---

<sup>58</sup>Média de uma produtividade diária mínima estabelecida em toneladas a ser atingida por todos os cortadores de cana. No caso da Usina COMVAP/Olho D’água, a média são de 05 toneladas, para garantir a diária. Contudo, os trabalhadores de outras turmas, como do adubo, carpina, aplicação de herbicida e plantio também trabalham com uma média na Usina.

que manipula trabalhadores na exploração cotidiana em seus “eitos” de trabalho por receio do desemprego.

Na usina COMVAP/Olho D’água, os trabalhadores persistem em produzir para além da diária de 05 toneladas, pois o acréscimo é que lhes garantirá um rendimento monetário maior no final da quinzena. São poucos os trabalhadores que ficam somente com as 05 toneladas ao dia, geralmente são os iniciantes jovens mais cautelosos, que ouviram conselhos dos mais experientes, mas tem os novatos que se afobam em cortar cana. A média de toneladas entre os jovens entrevistados é de 10 toneladas, pois alguns já trazem o ritmo de trabalho de outros canaviais durante o período que migraram. Mas reclamam que as máquinas estão chegando na COMVAP/Olho D’água, o que temem as mesmas tirarem seus postos de trabalho. O que já ocorreu com alguns, no caso de **A.A** (25 anos, morador da zona rural, ex-migrante, casado) que migrava para o estado do Mato Grosso, até que não deu mais para ir, porque o contingente de máquinas aumentou.

Algumas repercussões consequentes das mutações no processo produtivo apresentam resultados imediatos no mundo do trabalho, como descrito:

Desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo, onde há produção industrial e serviços – aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conservação de um sindicalismo dócil de parceria, ou mesmo em um sindicalismo de empresa (KELLY, 1998 p. 95-98 apud ANTUNES, 2009, p. 55).

Esses resultados imediatos provenientes das transformações que ocorrem no mundo do trabalho estão presentes na realidade do trabalho assalariado rural que se adequa as exigências estabelecidas pelo capitalismo, visto que há uma coexistência de relações de trabalho que revelam uma convivência do moderno com o arcaico. Contudo, no que se refere “ao setor canavieiro, as condições de trabalho sempre foram e continuam marcadas por formas extremas de brutalização e desumanização do trabalhador” (SILVA, M. A. M., 2011, p.200).

Nos canaviais piauienses, principalmente no município de União, o *locus* da pesquisa, as condições e relações de trabalho se configuram como descrita anteriormente por M. V. Silva (2012), e reafirmada na narrativa de ex trabalhadores na agroindústria COMVAP. O senhor **E. L.** (63 anos, ex-trabalhador na COMVAP), que trabalhou no corte da cana nesta empresa por mais de 20 anos relata:

**E. L:** Quando eu trabalhava na COMVAP assim quando começou seu Ari, a gente saía com chuva, e voltava com chuva, naquele tempo o inverno era bom. A gente ia no gaiolão

**Rachel:** que horas vocês saíam?

**E. L:** a gente saía as 4:30 h todo santo dia. Agora pra vir não tinha hora não. O horário mesmo pra trabalhar era até 5 h da tarde, agora pra ir pra casa, olha lá...por que as vezes o carro ia pegar uma turma em outro lugar e quando voltava pegava nós. As vezes eles mudavam a turma quando era 1h da tarde, mandando pra outro lugar. Uma vez eles pegaram nós das melancias e levaram para o campestre. Lá deu uma chuva grande, o carro foi buscar nós na hora certa nas melancias, ele não achou nós, ficamos tudo tombando, quando o carro achou a gente era umas 10 horas da noite, a gente tudo deitada no chão e chuva caindo...Ai uns viventes lá pegaram umas cana e tiraram, descascaram e comeram...quando foi bem cedo aquele véi que prendia a gente lá viu as casca lá e...

**Rachel:** quem era esse véi? Era fiscal?

**E. L:** Expedito Leite...era um chefe lá... nós chegamos bem cedo de novo pra trabalhar lá e ele perguntou quem tinha comido aquelas canas... e nós dissemos que tinha sido nós, por que tava lá até 10 horas sem comer e chupamos as canas. Ele disse: rapaz pois essas canas bem ai podia cortar o dia de vocês. Ai o “Severo” falou por nós...dizendo que se cortasse nosso dia podia cortar o dele também. Ninguém tinha obrigação de trabalhar até 5h da tarde e ficar esperando o carro até 10:30 da noite e o carro não vir. O Carlos Leite não tinha culpa não...O culpado era eles lá que não avisava. Nesse dia ele não cortou nosso dia não. Mas lá era assim se você trabalhava até meio dia nesse lugar e se mudar pra outro, você não ia pela estrada não...você tinha que cortar o beco cortando por dentro do mato...

A narrativa do ex-cortador de cana descreve em episódios o que acontecia no dia-a-dia do trabalho no eito da cana retratando a dominação, exploração a precarização do trabalho nos canaviais, que decorrem desde o deslocamento, as relações estabelecidas no ambiente da execução do labor, e as condições de trabalho do agronegócio canavieiro.

As mulheres que durante os anos 1980 até meados dos anos 2000, constituíram a força de trabalho da agroindústria COMVAP/Olho D’água, as quais eram submetidas as mesmas condições de trabalho e de exploração. Contudo, as mulheres tinham um agravante a mais, pois além do trabalho nos canaviais, ainda desempenhavam as tarefas do trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. A fala de **Dona E.** (59 anos, ex trabalhadora na COMVAP, aposentada.) descreve essa realidade.

**Rachel:** Fale um pouco sobre o trabalho que a senhora fazia. Diga como era o trabalho na época do Seu Ari.

**Dona E.:** Fui trabalhar na COMVAP, **por que não tinha serviço pra trabalhar né, o serviço que tinha era lá. Só que a gente trabalhava lá não era de carteira assinada.** Trabalhei uns tempo...só que disseram que depois que assinava a carteira. Depois é que assinaram a carteira. E depois davam baixa. Passava um mês ou dois sem trabalhar. Depois voltava. **Lá era pouco o ganho, mas era lá que tinha.** Todo dia a gente ia. **Lá exigia a produção, muitas vezes a gente sabia, outras não sabia por que se a gente procurava eles levavam mal. Eu trabalhei um bocadinho de tempo lá. Tinha necessidade, tinha os filhos pra criar, não tinha ajuda e me obriguei trabalhar lá pra ganhar pouco ou muito. A produção era igual dos homens.**

**Rachel:** Tinha muitas mulheres lá dona E. na sua época?

**Dona E:** **Começaram um bocado de mulher mas não aguentaram trabalhar.** Diziam que não produzia o tanto que eles exigiam lá né, pra gente produzir. Elas não aguentaram e foram saindo. Eu fiquei sozinha produzindo. Fiquei trabalhando lá até no dia que eu pude

**Rachel:** na sua turma só tinha a senhora de mulher? Tinha notícias de outras mulheres nas outras turmas?

**Dona E.:** No meu tempo foi. Fiquei sozinha. **Cortei cana sapecada, cana crua, trabalhei no plantio, fazia os retoques, por que tinha os retoques pra fazer. Eu roçava também. Todo serviço que tinha pra enfrentar eu enfrentei. Só não trabalhei no adubo por que tinha uma turma só pra o adubo. Mas a capina, o roço tudo eu fiz...**

**Rachel:** qual foi o **trabalho mais difícil que a senhora achou?**

**Dona E.:** o mais pesado que achei **foi o plantio...mas deu pra levar. A gente tinha que levantar o feixe de cana. Tinha sulco de 150 braças pra espalhar a cana. Chegou um tempo que o Senhor Ari disse que era pra gente pegar o feixe de cana ficar no ombro e espalhar a cana no sulco. A terra é fofa, arada a gente pisava e o pé afundava, e ficava até no joelho a lama e tinha que ficar com o feixe de cana no ombro. Não é brincadeira não. Me submeti a isso tinha 3 filhos pra criar, os pais nunca quiseram ajudar, isso não é fácil não. Eu tinha a obrigação de cuidar.**

A narrativa de **Dona E.**, percebe-se que o mundo do trabalho e o mundo doméstico se imbricam significativamente, pois a ex-trabalhadora exercia uma jornada de trabalho cotidianamente que excedia para além dos canaviais, mostrando ação produtiva e reprodutiva desempenhada pela mulher configurada na casa e na rua. **Dona E.** colhe sequelas do esforço físico despendido nos canaviais por tantos anos. Mãe solteira de 05 filhos, sendo duas gravidezes gemelar, traz entre suas histórias, a dor de cuidar sozinha do sustento material dos filhos, e lamenta não poder ter cuidado afetivamente deles como deveria. Uma das filhas gêmeas teve que ser doada, e sonha em poder se explicar pra essa filha a sua ausência.

Na rotina de trabalho dessa mulher, além dos canaviais, ainda teve que executar a rotina dos trabalhos domésticos, os quais eram executados após a chegada da lida com a cana. Por conta de tanto esforço nos canaviais, Dona E. teve sérios problemas ginecológicos e urinários por conta do trabalho que executava. Em 2003 deixa a COMVAP/Olho D'água, no período de transição da gestão Ari Magalhães para o grupo Olho D'água e retoma as atividades na agricultura familiar, plantando numa vazante próximo do rio Parnaíba localizado na periferia da cidade, até chegar o momento de se aposentar como agricultora familiar. Pergunto a ela se tem descansado de todo o labor dos anos anteriores, a qual responde “continuo a plantar num pedacinho de chão e criar um bichinho aqui outro ali.” (Dona E.)

Outra trabalhadora **Dona G.**, atualmente com 63 anos trabalhou na COMVAP/Olho D'água quando estava grávida de sua segunda filha, enfrentando o ritmo imposto pela agroindústria na busca da produtividade em condições precárias de trabalho, sem equipamentos de proteção individual e ferramentas apropriadas para desenvolver o mesmo. A

narrativa de Dona G., traz que ela considera de razões para se submeter ao trabalho nos canaviais

**Rachel:** Informe quando foi e por que começou a trabalhar na COMVAP?

**Dona G.:** **Fui trabalhar na COMVAP por que tava precisando. Não tinha serviço.** O que eu fazia era quebrar coco, lavar roupa para os outros. Eu tinha minhas filhas e tinha que sustentar. Já tinha a mais velha e tava buxuda da outra.

**Rachel:** Como era rotina do trabalho?

**Dona G.:** Saia as 4:00 h da manhã. Quando chegava no campo era 6h da manhã. Na hora que chegava só pulava no chão e já ia pegando o facão e cortando. Parava as 11h pra comer e voltava 1h da tarde e terminava as 5h da tarde. **A carteira ainda não era assinada.**

**Rachel:** O que a Senhora costumava fazer nos canaviais?

**Dona G.:** **era cortar cana, roçar, plantar, adubar... o mais ruim de fazer é o adubar cana. Por que carregar o saco de adubo grávida não era bom.**

**Rachel:** a senhora lembra quanto de cana a senhora cortava?

**Dona G.:** **eu não lembro não. Mas os meninos me ensinaram lá, e ai comecei a acertar.**

**Rachel:** Quando a senhora trabalhou lá o serviço das mulheres era igual ao dos homens?

**Dona G.:** teve uma vez que um menino tava lá dizendo que nós tava ganhando as custas dos homens. E ai o fiscal tirou numa quinzena uma área só pra nós mulher. E ai quando deu sexta feira nos demos por encerrada e eles os homens ficaram bobando.

As mulheres que trabalhavam nos canaviais ocupavam-se tanto com as atividades de reprodução (ambiente doméstico) quanto da produção para garantir o sustento de seus filhos. Chama atenção, é que mesmo com todas as condições de exploração e dominação impostas ao trabalhador ou trabalhadora, os/as mesmos/as afirmam que a COMVAP/ Olho D'água é uma alternativa viável de empregabilidade em um local onde o mercado de trabalho fica restrito a poucos.

Com a evolução do capitalismo no campo, a proletarização da força de trabalho de homens e mulheres aumenta, principalmente a masculina. Contudo, ao analisar nas narrativas das “Donas” E. e G. percebe-se que a participação feminina efetiva na economia familiar, independente se possuíam companheiros, maridos ou não, sempre foi essencial.

O **senhor J. G.**, conhecido como **Mocó** (66 anos, ex-trabalhador na COMVAP/Olho D'água, assalariado rural aposentado) aborda em sua fala as condições de trabalho na época que antecedeu a chegada do grupo Olho D'água na COMVAP e também após a chegada do grupo, e reconhece que as mudanças impostas mediante a esse novo perfil de trabalhador polivalente e produtivo continuam mascarando a exploração, condições precárias e brutalização do proletário rural.

**Rachel:** Descreva como era o trabalho na COMVAP.

**Mocó:** Tenho 66 anos. E comecei trabalhar na COMVAP em 1988. O trabalho na COMVAP era o seguinte: primeiro de cortar cana e terminava de cortar voltava pra capina. **Entrava as 7h da manhã, largava 11h e voltava as 1h da tarde depois terminava as 5h da tarde. Era coisa certa de todo dia, mas tinha vezes a gente passava no horário, quando passava o bode, era a cana que passava, o feitor dizia vamos cortar, fica tantos quilos de cana pra cada um... a turma se reunia e aí todo mundo ia e a gente passava do horário. Os horários na época do Seu Ari a gente entrava somente as 7h da manhã e com a Olho D'água a gente tava na lida antes das 7 h e meio dia já tava no sol quente pra trabalhar.**

**Rachel:** O senhor acha que o ritmo imposto pela Olho D'água é mais pesado?

**Mocó:** é sim. Todo mundo acha que é bom, mas na verdade exige mais do cabra.

**Rachel:** o senhor lembra quanto era sua produtividade na época de seu Ari?

**Mocó:** **Eu não tô bem a par das toneladas, por que não explicavam pra gente. Era tanto na braça quanto na tonelada. A gente não sabia por certo quanto era.** No fim da semana é que a gente tinha noção. Todo sábado era o pagamento, mesmo que a gente tivesse um conto de reis.

**Rache I:** vocês trabalhavam no domingo?

**Mocó:** **não trabalhava não no domingo, era até sábado meio dia. Mas com o grupo Olho Dá água é de domingo a domingo, com uma folga na semana que mal dar pra descansar da lida na cana.** E o pagamento é quinzenal. (...)

**Rachel:** O senhor trabalhou na época do seu Ari e alcançou o período em que a Olho D'água chegou. Quais as mudanças que aconteceram?

**Mocó:** Algumas coisas melhoraram. **A gente já não bebia água de tambor suja e quente.** Deram garrafa térmica pra levar água gelada de casa. Os preços da cana melhoraram. Só que o cabra trabalha mais. **“Vamos trabalhar até morrer, mas vamos ganhar dinheiro” esse era o lema.**

**Rachel:** Quem dizia isso?

**Mocó:** era o rapaz do teatro da praça que dizia isso representando os trabalhadores.

**Rachel:** **O senhor reconhece alguns benefícios com a chegada da Olho D'água, mas acha que o trabalho ficou mais intenso, exigindo mais do trabalhador?**

**Mocó:** **sim. Se o cabra não fizesse a tarefa já era jogado pra fora. E na época do vei Ari isso não acontecia. Não tinha obrigação de cortar cana até morrer. O jeito que a gente era tratado era ruim, o ganho era pouco.**

As palavras do **senhor J. G.** reporta ao processo de transição na forma de gestão, racionalidade produtiva e mudanças no controle e organização do trabalho implantadas pela a agroindústria canavieira COMVAP/Olho D'água, que exige maior produtividade e maior disciplina por parte do trabalhador manual, com uma camuflagem da exploração mais intensa, mencionadas nas palavras “Vamos trabalhar até morrer, mas vamos ganhar dinheiro”. Nas entrelinhas de sua fala, revela o desconhecimento da produtividade do trabalhador, que desconhece a produção diária realizada no corte da cana, mostrando como o processo de alienação da atividade produtiva, se manifesta em vários aspectos inclusive no não reconhecimento dos seus direitos enquanto trabalhador e ser humano.

No processo de recrutamento e contratação dos trabalhadores para os canaviais Unionense vem aumentando o número de jovens que ingressam nas fileiras do proletariado rural, visto que, a partir dos dezoitos anos esses iniciam o processo laboral nos canaviais com a perspectiva de satisfazer suas necessidades de consumo e de suas famílias através do que julgam ser a única alternativa de trabalho remunerado para eles.

A inexistência de terra, investimentos na agricultura familiar, capacitações por parte do Estado, dificultam uma nova percepção do trabalho na unidade produtiva familiar. Assim, a desmotivação por parte dos jovens para o trabalho no roçado, se apresenta cada vez maior, o que encoraja a busca do trabalho formalizado através dos canaviais.

#### **4.3.1. Jovens no eito da cana: “olho de liga” ser ou não ser? eis a questão.**

O cotidiano nos eitos de cana de açúcar é difícil, penoso e árduo, mas semeia esperanças de alguns que sonham melhorar suas condições de vida material. É o caso dos jovens que são contratados para a safra da cana de açúcar entre os meses de abril e maio, iniciando o trabalho nos campos entre os meses de maio e junho, findando entre os meses de novembro e dezembro. Durante as entrevistas, constatei que a carteira de trabalho destes, é assinada como Trabalhador Braçal, correspondendo geralmente ao período da safra, salvo alguns trabalhadores que são dispensados antes do término ou daqueles que continuam durante a entressafra.

A possibilidade de ganhos financeiros “certos” é uma das motivações para que tantos jovens sem perspectiva de trabalho nesses moldes, e sendo conhecedores do tipo de trabalho e condições deste, se alistam para fazer parte do contingente de trabalhadores assalariados rurais nos canaviais local.

Os jovens entrevistados que trabalharam na safra de 2015 na empresa COMVAP/Olho D’água, quando questionados sobre as condições de trabalho nos canaviais, explanam a dureza e dificuldade, mas veem esse tipo de trabalho como a única saída para a manutenção da vida. O jovem **K. M.**, (25 anos, solteiro, cortador de cana e morador da periferia do município de União) quando questionado sobre a exploração do trabalho no eito da cana descreve: “Não me sinto explorado. Faço somente aquilo que meu corpo dá. **Não sou “olho de liga”**. Na minha turma tem peão que tá morrendo mais corta cana. **Eu sou solteiro e só faço o básico**. Geralmente quem corta mais é quem já é casado e tem família pra sustentar”.

A narrativa de **K.M**, aponta para alienação da atividade produtiva que desempenha, onde não exerce um trabalho voluntário, mas, um meio para satisfazer suas necessidades básicas, mesmo mediante as metas estabelecidas e o dispêndio de força e energia para a execução do labor. O fato desse jovem não se tornar um “olho de liga”, é que considera a sua responsabilidade com núcleo familiar menor, por ainda não ter constituído sua própria família, não se sente na obrigação de cortar muita cana, pois apenas ajuda em casa e não a

sustenta propriamente dito. O status de jovem capitalizado, leva-o a “desfrutar de maior autonomia, uma vez que já pode se sustentar” (SILVA, M. V., 2011, p. 15).

Outro aspecto a ser destacado no diálogo mantido com o jovem **K. M** durante as entrevistas, é se este gosta de trabalhar nos canaviais, o que descreve: “**o cara vai por que é o jeito, na cidade não tem emprego. Aqui ou é trabalhar na rua ou nas COMVAPs. É o jeito, é a melhor opção. Mesmo sabendo que é pesado o trabalho. Ou se trabalha nas Comvapinhas ou na COMVAP grande.**” A afirmação de K.M, sobre a cidade não ter emprego, entra em contradição, pois a justificativa de muitos jovens é que no campo não tem emprego, o que os leva a cidade. No entanto, o trabalho que desempenham é tipicamente rural, mostrando o trânsito constante que vivenciam entre o espaço rural e urbano, vindo a refletir na afirmação de seus processos identitários.

É importante ressaltar que o trabalho para os jovens sobrevém a ter o significado da autonomia financeira, onde incidem a concretizar alguns anseios de consumo, usufruem da liberdade para investirem seus recursos em benefício próprio como um projeto individual e/ou de suas famílias, são identificados como peões, boias frias e ou comvapeiros (no caso da cadeia produtiva da cana de açúcar da COMVAP/Olho D’água), pelo fato de estarem inseridos no trabalho remunerado e reconhecidos por tal feito. Esse contexto do trabalho assalariado rural configurado pelas relações examinadas em torno da cadeia produtiva da cana de açúcar “traduz-se em *locus* de produção simbólica interferindo nos processos identitários desses jovens” (SILVA, M. V., 2011, p.17).

#### 4.4 RESISTÊNCIA COTIDIANA: “ARMA DOS POBRES”

As narrativas dos ex-trabalhadores da COMVAP/Olho D’água e nas entrelinhas das falas dos jovens trabalhadores assalariados rurais, despertam um tema pouco presente no cotidiano do trabalho nos canaviais – o da resistência.

Quando se pensa em resistência, associa-se a ação contrária a algo ou alguém, ao outro, as condições impostas a que os sujeitos são submetidos. Essa ação contrária no contexto do trabalho geralmente se concretiza com a realização de paralisações, greves, motins, piquetes, denúncias dentre outras, mas que nesse caso do trabalhador nos canaviais mediante toda exploração e condições sub-humanas a que homens e mulheres foram assujeitados, as formas de resistência podem ser outras.

Marcelo Saturnino da Silva, na sua tese de doutoramento, intitulada “Trabalhadores Migrantes nos canaviais paulista: sociabilidades, condições de trabalho e formas de

resistência!” (2012), precisamente no capítulo um, denominado – sobre inferno, dominação e resistência, descreve sobre a comparação do trabalho nos canaviais pelos próprios trabalhadores ao inferno, onde conduz uma reflexão sobre a questão da dominação, portanto, do poder, e ao mesmo tempo da resistência, o que considera o autor estarem mutuamente implicados. Com isso, mostra que o tema dominação/exploração na literatura que trata do contexto dos trabalhadores nos canaviais tem presença constante, embora o da resistência ainda seja pouco discutido.

Para tratar sobre resistência, é necessário reconhecer os mecanismos de submissão utilizados pelas empresas do setor canavieiro, como explica Alves (2007), quando elenca que o pagamento por produção favorece a submissão por parte dos trabalhadores, às condições e ritmo de trabalho imposto pelas empresas e usinas.

Novaes (2007) também realça sobre o controle dos trabalhadores, especialmente os migrantes, como explica em seu texto - “Idas e Vindas: disparidades e conexões regionais”, onde explica que as usinas têm usado várias estratégias que vão desde o momento da contratação (selecionando trabalhadores que atendam ao perfil de exigências da empresa) até o momento da utilização da força de trabalho de tal forma a garantir o cumprimento das metas de produtividade estabelecidas. Essa “super produção” a que se assujeitam os trabalhadores, tem a ver com as necessidades geradas pela ausência de renda para garantir sua própria subsistência e de suas famílias, o que os leva a serem explorados como empregados temporários.

M. S. da Silva (2012), também aborda sobre essa submissão de grande parte dos trabalhadores canavieiros a constante exploração, ao relatar que os mesmos têm medo das sanções por parte das empresas que os contrata, visando possível dificuldade de serem contratados para a próxima safra ou permanecerem contratados durante a entressafra; e ainda os trabalhadores assalariados na cadeia produtiva da cana de açúcar, culturalmente são aptos a realizarem o trabalho pesado e duro sem reclamar.

No entanto, nem sempre os trabalhadores se comportam dentro dos padrões da empresa, enfatiza Novaes (2007), o que vem a surgir reações de indignação quanto as relações de trabalho e garantia dos direitos trabalhistas, o que pode vir acarretar em atos de resistência. Mas de fato, o que se pode considerar como resistência? Ou como defini-la para reconhecê-la no contexto dos trabalhadores nos canaviais piauienses?

Exemplo de atos de resistência estão as de cunho coletivo, ou as individuais que apresentam de maneira mais sutil. As greves, as paralisações, denúncias, manifestações de insatisfação por parte dos trabalhadores, representam formas de resistência coletiva, como o

que aconteceu na COMVAP/Olho D'água, no ano de 2003, na área do canavial da região da Meruoca, como narra em entrevista o **senhor. A. S.** sindicalista, mas que na época era cortador de cana na usina:

**Rachel:** Você lembra quando aconteceu e quem organizou a greve na Meruoca?

**A.S.:** foi em 2003 se eu não tiver enganado. Rapaz, começou por que os trabalhadores tavam revoltado com o pagamento, né. O desconto era alto.

O pagamento foi na sexta feira ou foi sábado. **E na segunda um bocado tava ressecado, e aí a cana ruim, pois tava a 3 dias queimada longe do chão e a cana vai acumulando açúcar ela vai perdendo peso mas ela vira ferro quando o facão bate chega estrala.** Nós tava na entrada depois do cemitério cabeça branca, lembro que eu era auxiliar do seu Milton, e aí comecei a conversar com o seu Milton, e perguntei se ele tinha coragem de parar - eu, Galvão, Antônio Carlos e Antônio Salustiano tinha outros companheiros também. Certo que eu abandonei o caderno e a braça e saí caminhando pra estrada gritando as outras turmas e nossa turma começou a caminhar. E aí o fiscal se escondeu. **A primeira coisa que os fiscais diziam era pra fazer a nossa parte, e não citar nome deles que assim todo mundo preservava o emprego, eles não tem mais coragem de ir para o cabo do facão.** Aí o nosso grupo que era o último saiu caminhando pela estrada de lá pra cá e aí o resto da peãozada ia vê. Certo que era uma reta grande ela tinha assim uma curva. Quando a gente chegou no cemitério, o véi Amaro já vinha chegando, foi quando a galera já tava cercado.

Sei que tinha mais ou menos de 06 a 07 turmas concentrada nesse setor cada turma tem 45 trabalhadores. Quando nós chegamos os outros turma queria saber que tava parado naquela gritaria parado mas não sabia o sentido do negócio. Quando ele apareceu no carro, cercaram o carro e sacolejaram o carro com ele dentro.

**Rachel:** Essa ação não teve envolvimento do sindicato?

**A.S.:** Não, na época foram somente os trabalhadores por causa do pagamento. O desconto alto demais e pagaram somente uma mixaria de 90 reais.

**Rachel:** Quanto tempo durou essa ação de vocês?

**A.S.:** foi um dia todo. Começou as 9h da manhã. Quando foi por volta de meio dia tava aquele enxame de gente na estrada. O sindicato soube disso e chegou lá por volta das 2h da tarde e aí tomou a frente pra conversar com ela pra ela se manifestar quando ia regularizar isso, pra saber quando ela ia repassar alguma coisa pra nós ainda. Só que o sindicato chegou ao acordo com ela pra voltar a trabalhar no outro dia. Os que estavam encabeçando o movimento queriam voltar a trabalhar somente quando ela regularizasse tudo. Só que muitos deles não queriam perder o emprego concordaram em voltar trabalhar no outro dia. Certo os que estavam envolvidos mais ou menos não tavam de acordo em retornar antes de terminar o movimento, podendo ficar em casa três dias que não pegaria falta. Foi feita uma relação de nomes de quem podia ficar em casa que não pegava falta e só voltar quando ela regularizasse tudo. Aí concordamos. Dos que ficariam em casa sem pegar falta, quanto daqueles que queriam ir trabalhar. No outro dia certo eu vi os carros passando...pensei: os meninos não vão. O grupo era de 06 pessoas, o Painha, Galvão, Antônio Carlos, outros dois e eu. Desses 06, **somente eu não fui trabalhar todos foram trabalhar, furaram o acordo. Fiquei três dias em casa, foram três dias. Fui atrás dos meninos em casa e todos foram trabalhar. Depois disso eles ficaram ligados.** (A. S, 42 anos, ex-cortador de cana na COMVAP, sindicalista)

Vasculhando na memória sobre ações coletivas de resistência, **A.S.**, descreve uma iniciativa por parte dos trabalhadores para resolver uma situação de injustiça e exploração no trabalho. Mas também chama atenção, que os apoiadores iniciais dessa ação, buscaram em sua maioria permanecerem no anonimato para que evitassem possíveis represálias.

Após essa ação de resistência coletiva dos trabalhadores assalariados rurais na COMVAP/Olho D'água nesse período, outra iniciativa de resistência foi organizada no ano de 2013, com auxílio dos Sindicatos dos municípios de União, José de Freitas e Teresina, que os representavam na época para uma ação conjunta, uma greve na empresa, com o objetivo de serem atendidos nas exigências durante o acordo coletivo anual por parte dos sindicatos que representavam os trabalhadores, que era pelo cumprimento da hora “*in tinere*”, do fornecimento de água gelada no campo, aumento do piso salarial mais uma cesta básica mensal.

Contudo, esse possível ato coletivo de resistência não foi bem sucedido quanto o anterior, pois ocorreu um “esvaziamento” por parte dos trabalhadores no que se refere participarem do momento de manifestação dentro dos canaviais para reivindicar. Alguns trabalhadores durante conversas nos canaviais nos intervalos, falaram sobre a greve de 2013, afirmando que muitos motoristas de ônibus fizeram desvios por entre os canaviais para não passarem no local onde os representantes dos sindicatos de União, Jose de Freitas e Teresina, juntamente com a FETAG-PI esperavam os trabalhadores para a reunião, a qual tratariam sobre os avanços obtidos na mesa de negociação coletiva anterior, e explicariam sobre a pauta de negociação para a mesa daquele ano.

Poucos foram os trabalhadores que compareceram, assim prejudicando um possível indicativo de greve na agroindústria. Dentre os jovens entrevistados, **D. R.** (29 anos, casado, cortador de cana na COMVAP/Olho D'água menciona sobre o período do indicativo de greve em 2013, e o porquê de não ter acontecido: “eu tava no dia, e a greve não aconteceu por que esconderam as outras turmas. Tem fiscal medroso demais. Eu tava lá no meio esperando.”

Essas expressões de resistências, em que o entrevistado anteriormente explana, aponta que muitos trabalhadores têm desejo de expressar sua indignação e insatisfação com as condições e relações de trabalho ocorridas durante a execução do labor diário nos canaviais. Porém, os trabalhadores precisam em muitas ocasiões sentirem-se motivados a realizarem tal feito.

Quanto as micro resistências, pode-se identificar algumas como a fofoca, a difamação de pessoas, faltas, corpo mole dentre outras práticas que refletem a indignação por parte dos trabalhadores ao jogo de exploração do capitalista. Mas é válido ressaltar que há uma visão de que somente as práticas coletivas de resistência de fato são constituidoras de práticas efetivamente transformadoras do sistema dominante, como afirma Menezes (2002), que esclarece a importância de reconhecer outras formas de resistência cotidiana camponesa

como as micro, enquanto contribuição original para se pensar a política dos grupos subordinados.

Como expressões de resistência cotidiana, Menezes (2002) elucida formas que caracterizam essa oposição através de ações do tipo – fazer corpo mole, dissimulação, condescendência, furto, surrupio, fuga, simulação, fantasia, maledicência, difamação e incêndio culposos, as quais de acordo com Scott (2002) demonstram

Formas brechtianas de luta de classes têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de auto ajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas da elite. Entender essas como a requisição de pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de autoajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com autoridade ou com as normas de uma elite. Entender essas formas comuns de luta é entender o que muitos dos camponeses fazem nos períodos entre as revoltas para melhor defender seus interesses (SCOTT, 2002, p. 12).

A afirmação de Scott, aponta que os modos de resistência vão para além dos cunhos coletivos e de muita visibilidade na história da luta de classe, o que implica apresentar outras formas que se encontram nas entre linhas da história de resistência de trabalhadores e camponeses, através de ações individuais que possuem seu significado, intenção e resultados.

James Scott (2002) no texto – “Formas cotidianas da resistência camponesa” – traduzido por Marilda Menezes e Lemuel Guerra, revela um amplo leque de formas cotidianas, fragmentadas e difusas de resistência por parte dos trabalhadores na luta vital pela jornada de trabalho, pelo salário, pelos direitos, pela autonomia e por respeito.

Partindo da abordagem de Scott (2002), sobre resistência, sigo a reflexão sobre o tema feita por M. S. da Silva (2012), quando evidencia o aspecto micro da resistência, suas formas sutis, as quais também busco identificar as mesmas na ação cotidiana dos jovens trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da empresa COMVAP.

Ao fazer uso das palavras de Certeau (2014), “não podemos tomar os outros por idiotas”, M. S. da Silva (2012) elucida que nesse sentido é importante questionar se o conjunto de práticas que se tende enxergar apontam enquanto

[...] sinais de submissão e do assujeitamento do trabalhador aos processos de trabalhos que buscam docilizá-los para melhor explorá-los, não poderia ser visto de forma invertida, isto é, lido ao contrário, como sinal de astúcia por parte desses mesmos sujeitos visando fazer o jogo do outro, buscando, no entanto, tirar proveito próprio. (SILVA, M.S, 2012, p. 81)

Como os trabalhadores assalariados rurais podem tirar proveito próprio ao fazer o jogo do outro, do explorador? Astúcia, essa é a resposta. De acordo com M. S. da Silva (2012), essa habilidade ao ser usada pelo trabalhador torna-se uma arma, que esses dispõem para conseguir o que quer. Identificar as estratégias, as táticas que se utilizam os trabalhadores exigem uma atenção redobrada, pois, para enfrentar o cotidiano de submissão no/ao trabalho, na maioria das vezes é necessário evitar o confronto direto num contexto tal que poderia gerar resultados indesejados, como “a sua anulação moral, mas também física” (SILVA, M. S., 2012, p.81).

Algumas narrativas de ex-cortadores de cana na COMVAP/Olho D’água, quanto dos atuais, percebe-se uma interlocução intergeracional, quando estes reportam a identificação de micro ações aparentemente sem resultados concretos, mas que implicam em respostas, enquanto a insatisfação e exploração submetida. O senhor. **E.L.**, narra o momento em que o enfrentamento com a fala, a resposta foi uma forma de resistir,

**Rachel:** Seu **E. L.** o senhor deixou de trabalhar em alguma safra depois de 1992?

**E. L.:** Não perdi uma...mais de 20 anos. Pode mandar a usina procurar 5 faltas que não acha não. Mesmo assim recebi nome de sem vergonha na COMVAP daquele doutor. Ele não respeita ninguém, essa raiva eu tenho da COMVAP, na época do seu Amaro. Tinha combinado de ir no outro dia trabalhar com seu Amaro, mas eu comi uma comida que me fez mal e fiquei indo para o mato direto. Seu Amaro chegou e perguntou se eu tava ruim...eu disse que tava e ele me levou para a usina consultar com o doutor.

Eu cheguei e me sentei ruim, já tinha quatro pessoas de um lado e outros do outro lado. Quando o doutor chegou deu bom dia e disse: tenho tanta raiva quando eu chego assim e vejo um bando de vagabundo que não quer trabalhar. Fiquei assim...ninguém falou nada... o colega lá disse: não diz nada não, tu vai pegar mais um dia de gancho. Eu disse: mesmo assim, vou falar, ai eu fui e falei: doutor, uma pessoa como senhor que tem estudo, que é um doutor em muito lugar tira plantão, você entrar no meio do povo e chamar um bando de vagabundo pra mim você tá errado. A primeira coisa que o senhor tem que fazer é puxar a ficha do peão pra saber se ele é vagabundo se for vagabundo você pode chamar mas senão ser você tem que respeitar. Doutor disse: pois isso é coisa mais fácil do mundo. Irmã!! Puxa a ficha desse **E.L.** ai. A dona disse: vou puxar e disse: ele tem 3 anos e 6 meses e não tem nem uma falta não. O homem aqui não é vagabundo não. Eu ainda tive coragem de estirar a mão pra ele. Ele pediu desculpa. Seu **E. L.** vai me desculpando, eu errei mesmo. Os meninos disseram: **E.L.** eu não tinha estirado a mão pra ele. Pois eu ainda estirei a mão para o homem e desculpei. **Tudo com medo de perder a função. Se você desse uma tossida lá já botava pra fora. Você tinha que conversar e não tinha que tossir, e se dissesse olha pra mim tinha que olhar.**

A expressão de resistência por parte do **senhor E.L.** aos maus tratos e desrespeito com sua condição de trabalhador na relação de poder entre médico e trabalhador, mostra que a intenção real nessa situação e expressar sua indignação pessoal, e de outros presentes que não se manifestaram. Então, “as intenções dos indivíduos estão inscritas nos próprios atos”

(SCOTT, 2002 p. 29), essa afirmação justifica a razão e intencionalidade de Dona G. (ex-cortadora de cana).

Uma vez trabalhei a quinzena cheia e quando fui receber só tinha dois cruzeiros. Chorei... e ai sai carregando o dinheiro na ponta dos dedos, eu ia rasgar. Um homem lá disse pra mim não fazer aquilo, disse que se eu fizesse era mesmo que tá matando um ali. Perguntou quem era o fiscal da minha turma eu disse que era o Severino. E ai me chamaram lá dentro com os meus documentos e ai procuraram e acharam minha quinzena cheia. E ai me deram meu dinheiro. Nesse dia eu ia rasgar mesmo (D. G., 63 anos, aposentada, ex-cortadora de cana).

Aparentemente, a ação de **Dona G.** parece imatura, mas no clímax de sua indignação, rasgar o dinheiro era uma forma de mostrar sua insatisfação e o sentimento de injustiça, e exploração a que se submeteu. Outra narrativa que chama atenção é a realizada pelo **jovem M. Magro** (18 anos, solteiro, cortador de cana pela primeira vez), concernente a estratégia de exploração e dominação a que são submetidos por parte dos fiscais:

**Rachel:** Durante o trabalho vocês percebem que são explorados?

**M. Magro:** Demais, explorados demais mesmo. Tem uns que corta pouca cana e ai bota mais cana, os que corta mais cana tira da produção pros outros. **O fiscal tira de uns e bota nos outros. Se a pessoa é amiga do fiscal ele ajeita. Ali ninguém vai pra frente nunca,** só se arranjar outra coisa por fora, mas como?

A afirmação do jovem cortador de cana **M. Magro**, refere-se as formas elaboradas e utilizadas pelas empresas para a manutenção do controle e dominação dos trabalhadores, que são: a média, listas negras e ganchos<sup>59</sup>, e os fiscais de turma, segundo Guanais (2014). Essas formas, expressam bem os mecanismos e as estratégias que as agroindústrias produzem para obter total controle dos corpos e mentes dos trabalhadores na cadeia produtiva da cana de açúcar.

Os fiscais, são um ponto em que os jovens trabalhadores pouco mencionam, pois identifiquei que muitos deles conseguem serviço nos canaviais através dos fiscais, que os engajem em suas turmas. Assim, indicando uma certa dívida pela oportunidade de trabalho.

---

<sup>59</sup> “Já os *ganchos* são os mecanismos criados e utilizados para suspender por um tempo aquele cortador de cana que não tenha executado bem sua tarefa ou que tenha desobedecido ao fiscal. Tal suspensão é aplicada pelo fiscal responsável por aquele trabalhador, ficando a seu critério decidir qual a duração da punição. Não é difícil perceber que os *ganchos* representam uma redução no salário mensal dos cortadores de cana, já que, ao serem suspensos, estes são impedidos de trabalhar por um tempo determinado, deixando, portanto, de receber pelos dias em que não cortaram cana. Além disso, os *ganchos* funcionam como um mecanismo de pressão, ou seja, como uma forma utilizada pelos fiscais de turma para controlar e disciplinar ainda mais os cortadores de cana, fazendo com que estes cumpram de maneira exemplar todas as tarefas que compõem o seu trabalho.” (GUANAIS, 2014, p. 276)

Alguns trabalhadores repassam financeiramente para alguns fiscais garantir-lhes certos privilégios, como aumento na produtividade do dia, desconto de faltas, evitar ganchos dentre outros. Em meio a essa realidade identifiquei através das falas dos jovens e de ex-trabalhadores/as da COMVAP /Olho D'água indicativos de resistência as condições que lhes são impostas, como uma forma de aliviar o assujeitamento a que são submetidos. São conscientes do tipo de trabalho que exercem, e como são explorados, mas em situações e falas eles apontam estratégias que usam para driblar essa dominação

Portanto, o reconhecimento do jovem de que os fiscais também fazem parte desse processo de exploração, faz-nos refletir também sobre as ações dos trabalhadores de serem agraciados com benefícios que não são frutos de seu trabalho, como o acréscimo na produção diária, dentre outros. M. S. da Silva (2012) descreve sobre essa situação ao relatar sobre o que percebeu durante seu campo de pesquisa, referente a atitude dos trabalhadores em relação aos fiscais, quando afirma:

Muitos trabalhadores relatam **darem presentes ao fiscal**, são, geralmente, produtos de suas regiões de origem: bebidas, doces, queijos, **numa clara tentativa de conquistar um aliado e, dessa forma, serem alvos de um tratamento diferenciado no cotidiano do trabalho**, reproduzindo, dessa forma, as relações personalizadas e clientelistas que ainda prevalecem em seus lugares de origem (SILVA, M. S., 2012, p. 222).

Durante conversas com trabalhadores, ex-trabalhadores, sindicalistas, todos afirmaram que essa prática de fornecer alguma benesse para o fiscal é antiga dentro da agroindústria, o que eles asseguram ser “desonesto” e “injusto”. O ex-trabalhador, o senhor **E.L** relata que sempre “agraciou” os fiscais, mantendo essa relação de troca (proteção x apoio) até como uma forma de manutenção do trabalho, e para evitar os ganchos. Quanto aos jovens, eles relatam que muitos começam a trabalhar na COMVAP/Olho D'água, devido a ajuda de um fiscal, o qual a cada safra é responsável por montar sua turma de trabalho, escolhendo trabalhadores para fazerem parte, visto que, de alguma forma eles ficam devendo favor para o fiscal.

No entanto, detectar as táticas de resistência que se produz cotidianamente pelos trabalhadores na cadeia produtiva da cana de açúcar, especificamente na COMVAP/Olho D'água, é fazer menção as palavras de M. S. da Silva (2012) quando elucida que

Captar as formas de resistência cotidianas nas quais os trabalhadores migrantes cortadores de cana de açúcar se envolvem significa reconduzi-los do lugar de passividade, imobilismo e vítima no qual geralmente são colocados para o lugar de sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir de suas possibilidades concretas e objetivas. O que implica afirmar que eles não são simplesmente vítimas, que eles também

atuam com as armas de que se dispõem e com outras possíveis de serem fabricadas com o material mesmo de seu cotidiano, muito embora, seja preciso, igualmente questionar, os limites dessas formas de resistência cotidiana (SILVA, M. S., 2012, p. 252).

O pensamento de Menezes (2002), levanta a necessidade de perceber que há uma certa ambiguidade nas formas de resistência cotidiana com base na crítica de Monsma<sup>60</sup>, quando afirma ser inegável ao analisar as práticas cotidianas de resistência que as mesmas abrem perspectivas de compreensão da política de grupos subalternos para a além da noção de hegemonia, conformismo e passividade, mas aponta também que muitas vezes essas

Apenas amenizam a indignação a que indivíduos e grupos são submetidos, não alterando substancialmente as relações de dominação. Assim há o perigo de romantizar a resistência cotidiana, esquecendo-se de que ela também contribui para a reprodução das relações de dominação (MENEZES, 2002, p. 12).

Destarte, a percepção e visualização das práticas cotidianas de resistência dos trabalhadores nos canaviais Unionense precisam ser melhor averiguados para identificar e compreender as estratégias de dominação e exploração formuladas pela empresa para a manutenção do controle dos trabalhadores, como as táticas por parte dos trabalhadores que expressão indignação, insubordinação de controle e submissão a exploração do trabalho.

#### 4.5 “JOVEM RURAL E COMVAPEIRO”: CONSTRUINDO IDENTIDADES A PARTIR DO TRABALHO ASSALARIADO RURAL NOS CANAVIAIS DA COMVAP/OLHO D’ÁGUA

Tratar sobre identidades, é lembrar que as mesmas não são integradas, como afirma Hall (2002), e que “é uma fantasia a ideia de uma identidade unificada, completa, segura e coerente”, o que vem acarretar posteriormente num colapso da identidade, enquanto essência e permanente. Cuche reforça essa ideia de Hall, quando descreve que “não se pode afirmar que há identidade em si, nem mesmo unicamente para si, existe sempre uma relação a uma outra; ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética” (CUCHE,

---

<sup>60</sup>O eixo central da crítica de Monsma a Scott, se pauta pela influência significativa do interacionismo simbólico sobre a teoria da ação social de Scott, que é um modelo, algo ingênuo e voluntarista da ação humana pois exagera o elemento planejado e estratégico da interação (MONSMA, 1998 p. 18 apud MENEZES, 2002 p.42). Outras três críticas de Monsma a Scott, merecem destaques de acordo com Menezes (2002), onde a primeira destaca que – Scott trata a estrutura de dominação como algo exterior aos atores humanos, principalmente cos subalternos, por isso, desconsidera a participação destes na reprodução da dominação, romantizando a resistência (2000, p.104); a segunda crítica consiste de que as práticas cotidianas podem se desviar dos segmentos das classes dominantes que estejam mais distantes; e a terceira crítica, volta-se para são as divisões entre os subalternos que não é abordada de maneira sistemática.

2002, p. 183). Dessa forma, ao tratar sobre a concepção relacional e situacional da identidade, Cuche (2002) remete a explicar que a construção da mesma

[...] se faz no interior dos contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas (...) além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo **efeitos sociais reais** (CUCHE, 2002, p. 182).

Destarte, na atualidade a discussão sobre identidade (s) perpassa pela questão da existência de uma crise ou crises da mesma, em meio a um contexto de transformações globais, onde a ideia de uma identidade integral, originária e unificada que por tanto tempo consolidou o mundo social sofre uma completa desconstrução das perspectivas identitárias nos tempos da modernidade de acordo com Hall (2014).

Essa realidade sobre a instabilidade identitária faz surgir novas identidades individuais e coletivas como consequência de um processo mais amplo de mudança “que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando o quadro de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2002, p.07), o que reflete na configuração e reconfiguração das identidades na condição de relacionais e negociáveis sendo acionadas mediante a realidade que estão inseridas.

Os efeitos mencionados anteriormente sobre o aspecto relacional e situacional das identidade por Cuche (2002), são também resultantes dos aspectos que influenciam na questão identitária estando relacionado, “ao caráter da mudança na modernidade tardia, ao processo de mudança conhecido como globalização” (HALL, 2002, p. 14) e seus impactos sobre a identidade, causando mudanças nos padrões de produção e consumo, onde verifico seus efeitos nos processos constitutivos das novas identidades que emergem da relação roça-indústria, principalmente no segmento juvenil rural que tem maior abertura para a volatilidade do mundo contemporâneo.

Para tanto, constato que a reestruturação do capitalismo e com as mudanças constantes e aceleradas no âmbito econômico, social e cultural impostas pelo movimento da globalização nas sociedades modernas e seus efeitos atuam articuladamente na modificação dos contextos locais, sobretudo no espaço rural, o que vem a repercutir seriamente na diferenciação das identidades individuais e coletivas em um mundo sem fronteiras. A promoção da homogeneidade cultural através da mercantilização global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente local e sua cultura. Outro fator que deve ser mencionado como resultante das mudanças do movimento global do capital é acentuada desigualdades entre

classes, grupos, países, territórios e indivíduos, no caso desta pesquisa em relação ao contexto do trabalho.

Assim, algumas questões norteiam a reflexão e discussão sobre o processo constitutivo das identidades de jovens assalariados rurais da cadeia produtiva da cana de açúcar na agroindústria COMVAP/Olho D'água no município de União-PI e das novas configurações que interferem em ambos os ambientes rural e urbano, visto que, por um lado as populações urbanas enfrentam a miséria provocada pela concentração de renda quanto pelo “profundo imbricamento da subjetivação humana com a noção de consumo” (SILVA, M. V., 2012, p.02).

Quanto ao universo rural, onde se continua a encarar velhas questões, como a dificuldade ao acesso à terra, à água, ao crédito, assistência técnica, problemas esses associados hoje aos processos de deslocamentos espaços-temporais e outras questões de natureza sócio-econômico-cultural, como a presença do agronegócio global e de suas dinâmicas que agravam ainda mais a realidade dos sujeitos do campo.

As realidades nesses dois universos, materializam questões, que interferem no contexto da produção identitária de jovens assalariados rurais, que tratam também das relações construídas e mantidas entre os espaços rural e urbano, que de acordo com Queiroz (1973), ocorre a partir do princípio de complementariedade independente<sup>61</sup>, que só é possível a medida que existe a persistência da cultura desses espaços, numa relação que se completa, mas não significando a homogeneização desses lugares. Assim, o rural e o urbano se dão “como realidades interdependentes, complementares e em construção contínua, distante de uma essencialidade que as caracterize exaustiva e separadamente” (SILVA, M. V., 2012, p. 03).

Ao serem questionados durante a entrevista grupal sobre o que é a cidade, e o que é o interior, os jovens trabalhadores assalariados rurais na COMVAP/Olho D'água, respondem relacionando a cidade a oferta de trabalho e melhor acesso aos serviços básicos, e existência de uma relação de dependência do rural ao urbano, descrevem da seguinte maneira:

A cidade é lugar que tem serviço, é onde a gente mora. É o lugar que sempre tem serviço. (R. Regueiro, 27 anos)

---

<sup>61</sup>De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, no texto: *Bairros Rurais Paulistas. Dinâmicas das relações Bairro rural-cidade (1973)*, a autora trata sobre a heterogeneidade das relações entre bairro rurais e cidades, em diferentes situações, explicando que o desenvolvimento de um município não é forçosamente homogêneo, mas parte de um princípio de complementariedade independente, onde mesmo cada espaço sendo no tocante a parte “substancial da subsistência eles se mostram complementares” (PAULO, 2010 p. 76).

Na cidade é que a gente acha serviço. Aprendi trabalhar com meu pai, eu tinha 08 anos na roça. (C. S, 28 anos)

Tem muita coisa diferente da cidade do interior, que a gente só resolve na cidade (M. Tímido, 22 anos)

As narrativas dos jovens reportam a cidade como o local de trabalho, mas eles esquecem que o trabalho que exercem está no campo, nas lavouras de cana. A ideia da cidade ser o espaço de solução dos problemas de emergência material, provoca uma contradição no que realmente se vê sobre os jovens, os quais vivenciam constantemente uma mobilidade identitária seja pelo lugar que habitam ou do modo de vida e valores que escolhem processar.

Quanto a descrição do espaço rural, de imediato os jovens têm a concepção do rural como interior, onde suas respostas apontam suas concepções sobre esse espaço como expressão de segurança, qualidade de vida, ideal para o lazer, de tranquilidade para viver e liberdade para cuidar de seus bens, como mostra:

O interior é bom na semana santa; a gente sai da cidade para se divertir nos interiores, a gente conhece muita gente nova e boa, se diverte muito. (C. S, 28 anos)

O interior é melhor que na cidade pra mim. No interior o cara vive melhor. No interior a gente pode andar tranquilo, pode até dormir na varanda e ninguém nem mexe com cara. (M. Tímido, 22 anos)

Acho que a vantagem do interior, é poder criar nossos animais soltos. Na cidade cria, mas é tudo preso e isso não é bom. (M. Forte, 25 anos)

Quanto a diferença que existe entre esses dois espaços, os jovens afirmam não haver nenhuma, pois a medida que alguns serviços (energia elétrica, água encanada, escola, posto de saúde dentre outros) vão sendo disponibilizados e as distancias espaço-tempo diminuídas, essas diferenças tornam-se quase inexistentes. Contudo, no discurso desses jovens, o rural ainda é reportado como “ausência ou carência” de algo, alguma coisa, no tocante a cidade, a solução de problemas e “serviço”.

No entanto, essa relação entre o rural e urbano não exclui um sentimento de diferença e pertencimento que colabora para a produção das identidades juvenis específicas. A identidade não é o oposto da diferença, mas dependente desta. Para Woodward (2014), a diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições. Mas, deve-se considerar que nas relações sociais, essas formas de diferença – simbólica e social – são estabelecidas, em parte, através de sistemas classificatórios, que organizam e dão ordem as coisas produzindo sentido ao mundo social e constrói significado.

É pertinente, considerar que a relação dos espaços rural e urbano existam peculiaridades que influenciam no processo constante da produção de identidades, que envolvem a vida cotidiana desses jovens trabalhadores assalariados rurais, principalmente em um contexto de mudanças constantes sofridas tanto no espaço rural, quanto no espaço urbano. Tais contextos acarretam em escolhas assumidas sobre trabalho, família, relacionamentos, moradia, educação e outra série de aspectos, bem como produzir e assumir posições sociais e simbólicas que regem a vida cotidiana.

Os jovens trabalhadores assalariados rurais da cadeia produtiva da cana de açúcar, principalmente da COMVAP/Olho D'água, moradores da cidade ou do campo, no município de União-PI trazem consigo marcas de seu trabalho, de suas origens e de valores, os quais negociados nos ambientes em que transitam, sendo elementos contribuintes para acionar as identidades construídas por estes, em contextos socioculturais.

Reconheço que os jovens entrevistados na pesquisa muito cedo inserem-se no mundo do trabalho, seja na unidade produtiva familiar, sob a orientação dos pais, ou no assalariamento urbano ou rural, o que passa a ser um fator importante para tratar sobre a constituição das identidades destes em meio a atividade produtiva que exercem.

Mas para tratar de identidades nesta seção, reporto-me a afirmação de que as mesmas se “constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação” (CASTELLS, 2000, p. 23), onde a matéria prima que as compõe é fornecida pela história sociocultural, política econômica e pessoal de cada sujeito.

Destarte, verifica-se que as mudanças globais, dão suporte para compreender como as identidades são relacionais, transitórias e negociáveis, e que a formação das mesmas ocorre também sob a influência dos acontecimentos na esfera local e pessoal, de tal forma a abrir possibilidades para analisar o contexto sociocultural e econômico que os jovens assalariados rurais na cadeia produtiva da cana de açúcar, especialmente na Usina COMVAP/Olho D'água no município de União - PI vivenciam para o processo de constituição de suas identidades a partir do espaço do trabalho, onde acionam a identidade de jovem rural e comvapeiro. Logo, a construção das identidades, conforme Castells (2000), sempre ocorrem em um contexto marcado por relações de poder, sendo que o autor propõe uma distinção entre três formas e origens de constituição identitária, que são:

*Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

*Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação construindo, assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade;

*Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 2000, p. 24)

A dinâmica das identidades, mostra que sob a ótica social nenhuma identidade pode constituir-se em essência, mas essas podem gerar benefícios para os sujeitos que acionam “conduzindo a um resultado distinto referente a constituição da sociedade” (CASTELLS, 2000). Os jovens em questão, mediante as condições/posições desvalorizadas e estigmatizadas vivenciadas pelo trabalho que executam, caracterizam a forma de *constituição identitária de resistência*, como denomina Castells (2000), como uma maneira de reverter as manifestações de exclusão e julgamento de valores que passam por acionarem e negociarem a identidade de comvapeiro, bem como resultando em marcas físicas e simbólicas.

#### **4.5.1 Cultura, Identidade e Trabalho: projetando Comvapeiros**

Nesse momento busco apresentar a inter-relação entre os conceitos de cultura, identidade e trabalho numa perspectiva de estabelecer delineamentos iniciais que propõem uma base conceitual para a análise do processo de construção das identidades dos jovens assalariados rurais na Usina COMVAP/Olho D’água, na procura de identificar aproximações com as dimensões objetivas e subjetivas nesse processo de produção. Contudo, além dessa aproximação desses conceitos, discorro sobre constituição das identidades.

Netto et al (2000) ao estudar sobre identidades profissionais, elucidaram como a inter-relação entre os conceitos de cultura, identidade e trabalho se encontram para compreender a produção identitária, apontando que a

[...] cultura vem afirmar a relação dialética homem/homem/mundo em sua realidade subjetiva/objetiva e busca trazer o aspecto conflitivo das relações dos homens e o seu potencial transformador; identidade é o conceito articulador necessário; e trabalho é o lócus de produção do homem e onde se dão as suas escolhas (NETTO et al, 2000, p. 213).

Assim, a aproximação desses conceitos, auxiliam em mostrar que as identidades se produzem pelas interações do organismo, da consciência individual e da estrutura social, das quais emergem as identidades individuais e social, conforme Netto et al (2000). No entanto, ao ser considerada um fenômeno social, a identidade, deve ter sua teorização sensível ao

universo sociocultural em que os sujeitos estão envolvidos reconhecendo a situação social e as definições da realidade admitidas como verdadeiras.

As muitas teorias de identidade se fundamentam na cultura (HALL, 2002; WOODWARD, 2014; SILVA, T. T., 2014), onde estão sobrepostas ganhando sentido no contexto das relações sociais, e ambos esses conceitos estão relacionados. A cultura no campo da análise é entendida como dinâmica, não estática e sempre mutável, o que também a remete para além de um produto da vivência dos homens, mas se caracterizando como um processo dessa produção.

Quanto a identidade, esta tem uma relação de haver **com onde** o sujeito está situado, contribuindo para sua definição, o que mostra a sua constituição estar associada as suas condições de existência. E o trabalho no atual estágio do capitalismo contemporâneo, mediante a todas as mutações sofridas, como a temporalidade, flexibilidade, precariedade e informalidade produz alterações que reflete no **modo de ser** dos trabalhadores sejam no campo ou na cidade, o que abre veredas para a constituição dos processos identitários dos sujeitos, indicando sua negociação e transitoriedade.

Então, em meio a essas conceituações, como se pode explicar a identidade na perspectiva socioantropológica? Netto et al (2000), explanam que existe uma variedade de conceitos sobre cultura, provido de divergências “em relação ao primado do mundo natural (habitat) ou social, material ou simbólico na formulação de ideias sobre as culturas humanas”.

Portanto ao considerar a complexidade da conceituação de cultura, pode-se levantar aspectos importantes na construção desse conceito em relação ao referencial de identidade, especificando o que deve ser analisado no conceito de cultura

[...]·a distinção entre os mundos - da natureza, homem e sociedade, tratamos da cultura como conceito que **implica uma relação dialética entre esses mundos**; que o homem é um **ser de transformação** e não em adaptação; tratamos dos **fatores culturais, reportados aos valores e comportamentos sociais, enquanto produtos de contextos sociais e históricos**; ser (a cultura) **processo de produção do homem** e **sistema conceitual** - aquele que permite aos homens a compreensão da realidade social. (NETTO et al, 2000 p.214, grifo meu)

A perspectiva Geertziana (1992), complementa o ideário exposto anteriormente ao descrever que cultura é essencialmente semiótica, abre caminhos para refletir e interpretar os significados e símbolos que compõem a teia em que os indivíduos tecem e negociam no interior de um sistema social, para interagir entre si e com outros universos, vindo a implicar na compreensão das relações socioculturais mantidas, resultando em processos constitutivos das identidades em questão.

Por isso, o homem sendo um ser tanto natural como social, indica a coexistência da relação dialética que existe nos indivíduos, onde no processo de interação homem/mundo interessa a dialética que produz identidade. Segundo Berger e Luckmann (1973), a identidade

[...] é um fenômeno que se cristaliza/cristalizável, importante da realidade subjetiva: e está em relação dialética com a sociedade; relação dialética por ser formada por processos sociais determinados pela estrutura social e que, ao cristalizar-se, é mantida ou modelada pelas relações sociais; sendo que, tais identidades reagem sobre a estrutura social podendo modelá-la (BERGER; LUCKMANN, 1973 apud NETTO et al, 2000, p. 214-215).

Netto et al (2000) ainda enfatiza que no estudo sobre identidade, deve ser necessário considerar ainda que o homem se produz através da história, nas *práticas* que são o *focus* de emergência de suas formas. E aqui, pode-se focalizar, especialmente, sobre o *trabalho*, como espaço de produção, objetivação e expressão humana; portanto, o trabalho é *lócus* importante de emergência das formas de identidade individual e tipificada, a qual tem sentido quando socialmente reconhecida, pois para tal feito, os sujeitos precisam incorporar a identidade ou através de um grupo de referência ou durante sua trajetória pessoal e social. A afirmação citada, mostra o que acontece com os jovens comvapeiros, que através do apelido proveniente do fato de trabalharem na agroindústria COMVAP/Olho D'água, já são associados automaticamente ao trabalho que fazem. Wautier (2012) baseando-se em Dubar (1991) explica

A identidade é resultado de dois processos opostos: um processo de atribuição e um processo de incorporação. No primeiro, a atribuição de identidade, que ocorre nos sistemas de ação, implica relações de força entre indivíduos e sistemas. É o que o autor chama de identidade virtual. No segundo processo, a incorporação de identidade pelos indivíduos acontece nos grupos de referência ou durante sua trajetória pessoal e social, e é chamada por Dubar de identidade real. Para reduzir a oposição ou a distância entre estes dois processos, os próprios indivíduos vão criar estratégias de negociação, de construção conjunta de sua identidade: entre, de um lado, uma transação objetiva, relacional entre o indivíduo e os outros (indivíduos ou sistemas) para ajustar uma **identidade para si** (auto-atribuída ou almejada) a uma **identidade para os outros** (atribuída ou exigida nos sistemas de ação) e, por outro lado, uma transação subjetiva, biográfica, entre identidade herdada dos grupos de referência e identidade pretendida (projetos pessoais) para assimilar a **identidade para os outros à identidade para si** (WAUTIER, 2012, p. 160, grifo do autor).

Com isso, percebe que as identidades de jovem, rural e comvapeiro perpassa por todo um processo que remete desde as raízes familiares e campesinas dos jovens, que trazem consigo a herança rural e familiar do seu modo de vida, e adesão de valores éticos de trabalho, e ainda atribuir a identidade construída para si, como para os outros, no caso a identidade de comvapeiro.

Contudo, verifica-se que ao analisar a formação identitária deve-se extrapolar as matrizes culturais e outros aspectos para uma compreensão mais ampla dos processos envolvidos, como o caso da escolha dos jovens de se inserirem correntemente no trabalho assalariado rural nos canaviais, como afirmação da garantia do sustento material pessoal e de suas famílias, possibilidades de satisfação das necessidades de consumo, e uma estratégia para a concretização de seus projetos de autonomia pessoal e/ou familiar.

#### **4.5.2 Ser Jovem, rural e assalariado na cadeia produtiva da cana de açúcar**

Com base na perspectiva Woodwardiana, das identidades serem forjadas a partir da diferença, e destas serem produzidas e nomeadas conforme T. T. Silva (2014), trato sobre os sentidos que os jovens pesquisados possuem sobre o **que é ser jovem**, como **reconhecer o jovem rural** e tornar-se **assalariado na cadeia produtiva da cana de açúcar**.

Durante as entrevistas com os jovens, não priorizei buscar o significado do que é ser jovem urbano, mas atentei para identificação do que diferenciava o jovem urbano do jovem rural, pois identifica-se que existem diferenças entre os segmentos juvenis que habitam nas cidades, quanto no campo, mas, “na atualidade os jovens rurais também se relacionam intensamente com a cosmovisão urbana” (SILVA, M. V., 2012, p.05), e possuem demandas relacionadas as questões da educação, o emprego, cultura e lazer, dentre outras. Todos os entrevistados, se declararam como jovens rurais, mesmo alguns residindo na cidade.

No artigo “Diálogos Juvenis no Sudoeste Piauiense: as juventudes, o rural e a cidade” (2012), a autora Valéria Silva, faz uma análise do entendimento de que o lugar do sujeito juvenil pode ser posto ativo de acionamento de novas referências para a reflexão acerca de realidades postas aos jovens, o que dá um indicativo na busca de averiguar os sentidos construídos sobre a condição juvenil para os jovens trabalhadores assalariados rurais na cadeia produtiva da cana de açúcar de um determinado lugar, evidenciando que mesmo os jovens pesquisados não residam no campo, a herança rural que trazem consigo influencia na posição que assumem na constituição das identidades.

Dentre as falas construídas nas entrevistas individuais e coletiva, o questionamento o que é ser jovem, para os entrevistados foi o ponto inicial para a busca da compreensão dos sentidos produzidos pelo segmento pesquisado. As vozes dos entrevistados emitiram respostas que fogem dos critérios cronológicos ou etários, geralmente utilizados como padrão para determinar a condição juvenil, mas que validam a construção sociocultural dessa fase da vida. As respostas a questão do que é ser jovem, foram associadas a um período da vida que

representa diversão, lazer e das oportunidades de estudo, e também relacionando a valores e estado de espírito, como - “Rapaz... ser jovem é poder estudar, brincar, sair com os amigos”(M. Forte, 25 anos, cortador de cana, morador do assentamento Santiago I). Ser jovem, “é a melhor fase da vida” dizia M. Magro (18 anos, cortador de cana pela primeira vez, ensino médio completo, morador da localidade Divinópolis, nas terras do Sr. Paulo Ramos), e M. Viúvo, (21 anos, casado, morador da periferia do município de União) afirma que ser jovem é “poder brincar, estudar”.

Outros entrevistados responderam o sentido de ser jovem, com base no estado de espírito associando a diversão, ao lazer, fazendo menções ao prazer (aproveitar a vida) não havendo uma associação direta com o valor responsabilidade, pois esses desde cedo são inseridos na labuta diária no seio familiar. As falas remetem a definição de ser jovem:

Me acho jovem, faço 27 e mesmo chegando aos 60 anos ou me sentir jovem. Vou ser um coroa, mas sempre jovem. (R. Regueiro, 27 anos)

Tanto me acho jovem e como sou um jovem. Mas naquela coisa, que nós vamos para o serviço dos mais velhos por que não consegue oportunidade que os outros jovens tem, no caso nosso estudo é pouco e ai gente pega o serviço dos mais avançado como no caso eu fiz. Sou jovem era pra mim tá estudando, mas a dificuldade é maior. (M. Forte, 25 anos)

Ser jovem é se divertir, andar na alegria direto, brincando. (A. F, 25 anos)

Ser jovem e a maior alegria, por que tenho oportunidade de conhecer novos amigos. Principalmente tenho amizades com os meninos do serviço e com os mais velhos. Eu com 24 anos mostro disposição pra minha família, caráter e saí do mundo das drogas. (R. 24 anos)

Um dos aspectos centrais sobre a definição de ser jovem, detectada nas vozes dos 13 entrevistados, é a importância dos estudos, onde dentre estes 10 abandonaram os estudos pela necessidade de trabalhar, os outros 03 jovens ou terminaram o ensino médio, ou estão cursando. Esses números, demonstram uma certa dificuldade por parte dos jovens em continuarem os estudos quando estão empregados na COMVAP/Olho D’água, pois a jornada e trabalho é extenuante, juntamente com o deslocamento de muitos trabalhadores que ainda se direcionam para suas residências na zona rural do município

O único jovem que possui o ensino médio completo, é M. Magro que fala sobre o anseio de trabalhar em outra função ou “coisa”, para dar continuidade aos estudos. Os jovens casados são maioria, e expressam o desejo que os filhos sigam outro caminho, através dos estudos para não trabalharem nos canaviais, pois o abandono dos estudos implicará em dificuldades quanto a busca de outro tipo de trabalho, o que acontece com eles. Mas veem na

cadeia produtiva da cana de açúcar uma chance para realizar alguns projetos pessoais que os leve a um outro trabalho.

#### **4.5.3 Projetos de Autonomia de jovens “comvapeiros”**

O trabalho consome a maior parte da energia vital e tempo dos jovens trabalhadores assalariados rurais, os quais vivem em um contexto marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção no núcleo familiar. Dessa maneira, compreendo que as juventudes rurais, especialmente, os jovens trabalhadores assalariados rurais da cadeia produtiva da cana, vivenciam um contexto de maiores dificuldades, sejam elas, educacionais, inserção cedo ao mundo do trabalho, constituição de matrimônio, o que remete a destituição destes de uma dívida social por parte do Estado, visto que a elaboração e implementação de políticas públicas possibilitariam condições melhores e acessíveis de vida no campo.

Contudo, é por meio do trabalho que se apresenta uma estratégia de concretização dos projetos de autonomia para o segmento juvenil pesquisado, mas que aponta determinadas dificuldades para materializar seus sonhos. Alguns jovens participantes da pesquisa já tiveram a experiência da migração para outras regiões do país na busca de trabalho nos canaviais, outras lavouras ou construção civil, na busca de uma renda que financiassem seus desejos de melhoria de vida para seus entes queridos, ou de suas próprias famílias.

Dentre os anseios dos jovens quando questionados sobre os seus projetos para o futuro, falam sobre os estudos ou o retorno a escola, onde para a maioria é uma possibilidade remota, pois enfatizam que a necessidade de trabalhar para manter o sustento da família “fala mais alto”, mesmo reconhecendo que retomar os estudos lhes possibilitariam melhores condições de acesso a postos de trabalho com melhor remuneração, e condições de trabalho, entendem que as circunstâncias os impedem desta escolha.

Os jovens entrevistados, narram que são poucas as escolas no campo, e que se tivessem a chance voltariam aos estudos. Durante minhas visitas de campo, com o diário de anotações em mãos registrando aspectos importantes das conversas informais com os jovens e demais trabalhadores, algumas vezes fui procurada por trabalhadores para saber se eu estava fazendo matrícula pra quem queria voltar a estudar, principalmente pelos trabalhadores mais experientes em tempo de serviço e idade.

Tigrão, (29 anos, casado, cortador de cana a muitos anos e agricultor, morador na localidade Divinópolis) expressa que “se tiver a chance de voltar pra escola eu volto”. Tempo

não se recupera depois de gasto, mas percebe-se um certo sentimento de positividade por parte dos jovens entrevistados quando se trata dos estudos.

Para M. Magro (18 anos, solteiro, cortador de cana em sua 1ª safra), que possui ensino médio completo, trabalhar nas lavouras de cana da agroindústria COMVAP/Olho D'água é uma opção contra o desemprego, visto que, trabalho tá difícil. Mas a inserção tão cedo de M. Magro na empresa se deve a influência que o pai e o tio possuem por trabalharem a muitas safras na COMVAP/Olho D'água. A narrativa do jovem M. Magro retrata bem sobre estudos, trabalho, motivações e dificuldades no dia a dia no eito da cana:

**Rachel:** Antes de cortar cana, você já tinha botado roça?

**M. Magro:** todo ano meu pai bota, e eu ajudo. Só que eu ficava na parte da manhã e ia pra escola.

**Rachel:** você faz tudo que é atividade dentro da roça como capina, plantio e colheita?

**M. Magro:** sim, faço tudo.

**Rachel:** Qual a razão maior que te levou pra ir cortar cana na COMVAP?

**M. Magro:** foi a necessidade de ter dinheiro, porque andar sem dinheiro é ruim e ficar pedindo dinheiro para os pais, não gosto.

**Rachel:** Você terminou o ensino médio, isso é bom. Já pensou trabalhar em outra coisa?

**M. Magro:** sim, penso. Trabalhei cortando cana pra ter uma grana, pra ter uma experiência.

**Rachel:** como é o trabalho no corte da cana?

**M. Magro:** é pesado. Se entrar mesmo, tem que ter sangue no olho como o pessoal fala por que é pesado.

**Rachel:** Quais os dias mais difíceis nesse trabalho?

**M. Magro:** o primeiro dia é o mais difícil, se a pessoa não aguentar mesmo, no outro dia a pessoa não quer ir mais não. A pessoa pensa em desistir demais.

**Rachel:** O que te motivou a não desistir?

**M. Magro:** fiquei mais por causa do meu pai também. Foi ele quem arrumou lá pra mim, se eu desistisse ia ficar feio pra ele e pra mim. Depois de uma semana ficou normal, não tava sentindo mais, o couro já tava encaixado.

Ademais, conciliar educação e trabalho é um desafio a mais para esses jovens que vivenciam uma jornada de trabalho extenuante, tornando quase inviável manter-se ativos na escola. O calendário da safra e entressafra da cadeia produtiva da cana de açúcar no município de União mostra o tempo direcionado especificamente para o trabalho, como segue:

TABELA 08 – Fases da cultura da cana de açúcar

PERIODO	PREPARO DO SOLO (Destoca e tombação)	PLANTIO (Corte das mudas, abertura dos sulcos, jogar a muda, picar a muda e organizar nas valas, fechar as valas e retampar)	TRATOS CULTURAIS (adubação e capinação)	COLHEITA (Corte, carregamento e adubação)
Janeiro				

<b>Fevereiro</b>				
<b>Março</b>				
<b>Abril</b>				
<b>Mai</b> o (início da contratação de trabalhadores para os canaviais da COMVAP/Olho D'água)				
<b>Junho</b>				
<b>Julho</b>				
<b>Agosto</b> (início do corte da cana em União-PI)				
<b>Setembro</b>				
<b>Outubro</b>				
<b>Novembro</b>				
<b>Dezembro</b>				

Fonte: pesquisa direta.

O calendário acima representa os períodos do ano em que é realizado cada etapa do manejo da cana de açúcar. Os jovens buscam ficar durante toda a safra, principalmente o que corresponde aos seis ou sete meses referentes a colheita, e após ela lutam para permanecerem na entressafra realizando outras funções no plantio e tratos culturais (aplicação de herbicida e capinação), mas é um anseio em vão, pois os jovens acreditam que podem sair da condição de trabalhadores temporários e passar a trabalhadores permanentes, o que demonstra a precarização e sub proletarização do trabalhador.

Com essa realidade, o retorno aos estudos ou continuidade destes pelos jovens sempre ficam para o segundo plano, mesmo os estudos sendo um aspecto importante quando se fala de futuro para os jovens e na concretização de alguns projetos pessoais.

Esse segmento juvenil, também vivenciam a proximidade com a natureza e o manejo da terra, a ancoragem familiar e comunitária, para além do contato diário com os canaviais, o que também estimula a pensar nos projetos de autonomia voltados para o contexto rural em sua maioria. Os jovens quando questionados sobre seus projetos pessoais, falam em investir:

Quando sair da COMVAP no final do ano quero montar um negocinho lá no interior, o que tá dando por lá é bar, então vou colocar um bar. (A.A., 27 anos, cortador de cana, ex-migrante, morador da zona rural)

Meu projeto, é conseguir pagar minha casa no valor de 55 mil reais pela caixa econômica (C.S. 28 anos, cortador de cana, ex-migrante, morador da zona urbana)

Eu quero só juntar dinheiro pra comprar um terreno pra mim, pois onde moro a terra não é nossa, mas o dono da terra não pode mais botar pra fora. (M. Tímido 25 anos, cortador de cana, morador da zona rural)

Mas há jovens que não tem um projeto pessoal que os direcione para a autonomia financeira, pois acreditam que sempre irão conseguir se “fichar” na COMVAP/Olho D’água. Porém, a realidade dos jovens que não possuem um núcleo familiar com terra suficiente e de pertencas, é concreta, e também torna-se um agravante incentivador para os jovens migrarem em busca de trabalho, isto está concretizado geralmente para os jovens que optam morar na periferia da cidade. Dentre os jovens entrevistados, somente um afirmou que mora na terra dos pais, os demais moram como agregados com suas famílias, nas terras que seus pais vivem a muitos anos, ou moram na periferia do município, onde explicam que a ida destes para a cidade foi a distância espacial para trabalhar na cana, e que quando estavam na zona rural não tinham terra. Somente um dos jovens mora com sua família em assentamento, mas no lote do sogro.

Cavalcante (2014), contribui para entender que essa realidade de não possuírem terra, a qual é marcada pela construção das primeiras experiências no meio rural através da expropriação da terra, juntamente com condições de relações subordinadas de patronagem, o que inviabiliza qualquer sucessão patrimonial. Então, como herdar terra, se esta não foi disponibilizada? Ou como adquiri-la se não foram favorecidas condições de acesso à terra?

Tratar sobre terra, é pertinente nesse momento, visto que, a mesma é um condicionante para a permanência dos jovens em seus lugares de origem, mas uma permanência que possibilite condições de manejar e viver através dela. Mas, sabe-se que outros fatores condicionam a partida dos jovens para outros territórios em busca de trabalho. Aqueles que permanecem, tem na agroindústria COMVAP/Olho D’água uma alternativa de trabalhar com carteira assinada com ganhos acima da média de salários ofertadas no município.

Em meio a esse contexto, como pensar em efetivar projetos futuros? Por isso, a migração para alguns jovens em determinado momento de suas vidas acionou o sentimento de possibilidades de ganho real, que contribuisse para a realização dos projetos pessoais. Atualmente, quando perguntam aos jovens se querem sair em busca de emprego, a maioria dos entrevistados, 11 jovens afirmaram que não querem, e somente 02 demonstraram interesse de sair, caso surgisse uma oportunidade melhor de trabalho do que as que possuem. M. Magro (18 anos) evidencia essa possibilidade de sair para trabalhar em grandes centros urbanos ou não, desde que tenha uma oportunidade melhor de trabalho – “quero arrumar um

emprego melhor. Podia ser em Teresina, mas se não, pode ser em outros lugares, mesmo que seja pra cortar cana.”

Outros projetos de autonomia dos jovens assalariados rurais, estão voltados para a melhoria das condições de vida dos pais, ou de suas próprias famílias, como compra de terras, de animais, de transporte, construção ou aquisição da casa própria. Outras alternativas de investimento por parte dos jovens também são cogitadas, como um comércio, um bar, dentre outros investimentos, os quais apontam a pluriatividade no meio rural, sem deixarem o local onde moram.

Os jovens que já vivenciaram a experiência da migração, não querem mais repeti-la, pois veem o trabalho na COMVAP/Olho D'água uma chance de ter um ganho melhor e ficar em casa perto da família, e ainda tem a possibilidade de continuar trabalhando na entressafra. Portanto, esses jovens também relatam que os postos de trabalho em outros canaviais fora do Estado estão cada vez mais escassos devido a chegada das máquinas, e de exigências cada vez maiores para produzir.

#### 4.5.4 Sociabilidades: espaços de afirmação da identidade Comvapeiro

Os espaços de sociabilidades e lazer que os jovens pesquisados frequentam, apontam como as identidades juvenis assalariadas rurais são acionadas e se posicionam mediante os contextos que estes transitam. As festas, os jogos e torneios promovidos pelo sindicato que os representa e pela empresa COMVAP/Olho D'água, são os espaços mais enfatizados pelos jovens durante as entrevistas.

Quando questionados sobre os lugares que frequentam para se divertirem, falam sobre as festas (que são poucas para os jovens solteiros, e menos ainda para os casados), os jogos de futebol (momento de integração total com os companheiros de turma e com outros trabalhadores), e ou alguma reunião com amigos no bar. Contudo, sempre ressaltam que não saem muito por conta das despesas familiares, visto que, dentre os entrevistados, somente 03 destes são solteiros, os demais são casados ou vivem maritalmente. As responsabilidades com a família, é um fator refreador para que muitos desses jovens não invistam em determinadas atividades de lazer.

Ao transitarem nos espaços que frequentam como canaviais, sindicato, campeonatos de futebol e sua comunidade, são nesses momentos em que as identidades são acionadas, principalmente a identidade de trabalhadores comvapeiros, mas os jovens ressaltam que continuam sendo rurais, pois continuam realizando uma atividade laboral de cunho rural.

Os jovens assalariados rurais que moram na periferia da cidade, falam que o diferente de se divertir na cidade é que tem possibilidades de frequentarem mais festas, bares entre outros, mas também “vivenciam um cotidiano situado numa esfera maior de violência, segregação espacial urbana, nos usos, tecnologias, novos estilos de música e moda, enfim, um novo mundo” (CAVALCANTE, 2014, p. 170).

Os laços de amizade que se constroem no decorrer do cotidiano do labor nos canaviais são mencionados constantemente por eles, quando tratam do que há de bom no trabalho na COMVAP/Olho D’água:

O que tem de bom é que quando a gente tá lá, todo mundo trabalhando. No meu caso eu fiquei um ano fora, e os meninos trabalhando no inverno, foi ruim. E aí quando se reúne na safra, é aquele conjunto de família que se reúne lá, brincadeira tem aquelas coisas toda tem, sabe. No meu caso o que eu acho bom é até quando eu não vou sinto falta. É que a gente brinca entre nós. E aí pra mim o que eu acho bom é isso aí. E pra onde a gente sair pra reunir todo mundo é mais difícil, e lá nos estamos juntos (M. Forte, 25 anos, morador do assentamento Santiago I).

A integração entre os jovens trabalhadores assalariados rurais no ambiente de trabalho mostra o quanto torna-se um suporte afetivo e social entre eles, o qual se expande para outros espaços.

Os torneios de futebol promovidos anualmente sempre entre os meses de setembro a dezembro pelo Sindicato dos Trabalhadores/as Assalariados/as Rurais da região – STTAR, são realizados aos domingos e nos dias de folga das turmas que disputam os jogos.

A frequência dos trabalhadores é significativa, e eles sempre se reportam a estes como um momento de lazer e estar com os colegas de trabalho, e esfriar a cabeça, tomar uma cerveja com os amigos. As famílias também participam pra torcerem pelos seus. Os times são identificados geralmente pelo número das turmas que eles são cadastrados para o trabalho, poucos são os times que adotam um nome. Nos torneios participam tanto times de trabalhadores da COMVAP/Olho D’água, quanto das Comvapinhas. Os jovens afirmam que sua maior diversão e espaço que frequentam, além dos canaviais para o trabalho, são jogos de futebol sejam promovidos pelo sindicato, empresa ou em suas comunidades.

IMAGEM FOTOGRÁFICA 03 – Banco de reserva de times no torneio dos assalariados 2015. STTAR, Setembro 2015,



IMAGEM FOTOGRÁFICA 05 – Entrega do troféu ao time campeão do torneio dos assalariados 2015. STTAR, dezembro, 2015.



Outros momentos de sociabilidade entre os jovens estão no ônibus de deslocamento para o trabalho, e o momento dos intervalos para o almoço, em que os jovens podem também prostrar e descansar por alguns minutos os corpos marcados pela lida diária nos campos de cana, onde falam de si, brincam, cantam e até dançam. Esse momento é também de integração com os trabalhadores mais experientes no canavial, onde conversam entre si sobre a produção no eito, chegando a combinar formas de produzir mais em parceria, trocam o cardápio do almoço uns com os outros. Os locais que destinam para almoçarem geralmente são nos canaviais improvisando uma cobertura com a própria cana de açúcar ou algumas palhas, ou então aproveitam uma cobertura externa do ônibus que os transporta.

IMAGEM FOTOGRÁFICA 07 – Momento do Almoço em barracas improvisadas. STAR, Outubro, 2015.



IMAGEM FOTOGRÁFICA 08 – Momento do retorno para casa STTAR, Outubro, 2015.



Um dos fatores que dificulta uma maior sociabilidade entre os jovens, é o calendário de folgas, a cada dia cinco dias trabalhados, tem uma folga. O que implica que os colegas de outras turmas dificilmente se encontrem, pois os trabalhadores geralmente ficam atrelados a turma que estão cadastrados

#### **4.5.5 As marcas físicas e simbólicas de ser Jovem rural e Comvapeiro**

No que se refere ao **sentido de ser jovem rural** e reconhecer-se como tal, foi um outro momento em que as falas dos entrevistados, se voltaram para definir o jovem rural enquanto “uma condição única, diferenciada não somente pelo lugar de vida, o lugar onde moram, mas no qual e do qual se constroem sentidos e significados que norteiam as identidades sociais dos atores que nele habitam (WANDERLEY, 2009 apud PAULO, 2010 p.

112). A iniciação precoce de muitos jovens no trabalho rural seja na roça ou nos canaviais, como destaque contribuem para essa produção de sentidos e símbolos que constituem e acionam as identidades.

Conforme, relata M. V. Silva (2012), ao diferenciar o jovem rural, a primeira demarcação que aponta está voltada para a territorialidade e o trabalho agrícola, o que podemos identificar em parte essa afirmativa na fala dos jovens trabalhadores assalariados rurais, pois ao responderem o questionamento sobre como reconhecer um jovem rural, os mesmos voltam-se para descrever as características físicas e comportamental do jovem, como:

Pelo jeito de falar, pelas mãos calejadas, você vê que o cara trabalha, agora se for umas mãos limpinha sem calo, ele não trabalha.” (M. Magro, 18 anos)

A primeira coisa que gente vê um menino na rua, são as mãos, tem calo, se é queimado de sol.” (Tigrão, 29 anos).

A descrição feita pelos entrevistados para reconhecer um jovem rural, se reporta a distinguir que o trabalho na vida do jovem rural é uma constante, isto é, que o modo de vida desenvolvido no seu processo socializador no núcleo familiar tem o trabalho como valor na/para vida. Os pais são os que iniciam os filhos nas atividades produtivas na família, ou fora dela, mesmo essas sendo encaradas como pesadas e penosas, elas são um aprendizado, o que os jovens consideram importante para enfrentar as adversidades da vida e contribui para a formação ética, ressaltando valores como honestidade e responsabilidade.

As marcas que carregam esses jovens estão tanto no corpo físico, quanto no corpo social que transitam, pois ao acionarem outras identidades as usam como escudo para proteger do imaginário social construído sobre o campo e o trabalho nos canaviais da COMVAP/Olho D'água.

É importante destacar que os jovens assalariados rurais trazem uma experiência de aproximação com o trabalho no campo, dividindo o tempo entre trabalho, estudos, lazer dentre outros, onde essa experiência laboral atende aos critérios para o assalariamento nos canaviais. Contudo, é pertinente tratar a relação entre tempo e trabalho no contexto das famílias agricultoras, e no assalariamento nos canaviais, que remete as lógicas do trabalho em sua perspectiva contemporânea, ora orientada no tempo de *Kairós*, quando se permite a expressão subjetiva, ora tomado por *Kronos*, quando o sujeito é destituído de sua possibilidade criativa.

A lógica que diferencia esses tempos, de acordo com Martins et al (2012), remete-se há duas categorias de tempo<sup>62</sup>: a primeira *Kronos*, uma lógica, contabilizável, quantificável, comum e previsível, que pode ser mensurada e dividida em anos, meses, dias, horas minutos e segundos, um tempo universal e que serve de norteador para vários processos sociais. A segunda categoria, *Kairós*, é um tempo não racional, qualificável, pessoal, imprevisível e mutável, que não pode ser compartilhado com o outro, que, mesmo sendo enunciado, só pode ser entendido plenamente por aquele que o vive.

O tempo *Kronos*, norteia a lógica de trabalho vivenciada pelos jovens trabalhadores assalariados da cadeia produtiva da cana de açúcar, representando tanto o período da safra (correspondendo de seis a oito meses), como o momento relacionado com o trabalho diário nos canaviais executando o corte, o plantio, a aplicação de herbicida mostrando que, o homem é dissociado dos frutos de seu trabalho e passa a ser mero instrumento de produção. A lógica de tempo, representada pelo *Kairós*, está associada a produção do núcleo familiar, voltando-se para a representação do tempo subjetivo, sentido como presente e integrado na memória como momento certo para a realização de algo.

Entretanto, a introdução dos jovens nas atividades laborais é regida pelas lógicas de trabalho citadas anteriormente, seja no núcleo produtor familiar, onde brocam, plantam e colhem na roça, realizam cuidados dos animais, existe também outra iniciação para alguns jovens, que se volta para o trabalho nos canaviais, tornando-se assalariados.

Para compreender o que Woodward se refere a marcação da diferença no processo de fabricação das identidades - principalmente ao tocante de como ocorre a marcação através de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social - uma delas é a aquisição de bens de consumo como roupas, transporte, frequentar lugares, é uma forma de suprir necessidades, mas sentir-se fazer parte. As transcrições das falas dos jovens relatam sobre o que consomem com maior frequência:

---

<sup>62</sup>De acordo com Martins et al (2012), na diversidade da mitologia grega, encontramos duas possibilidades de compreensão do tempo que podem ser convocadas para as representações do tempo de trabalho. Essa apropriação é válida pela possibilidade de aproximação que se apresenta contemporaneamente: o tempo de *Kronos* (em grego, κρόνος, isto é, a duração controlada) e o tempo de *Kairós* (em grego, καιρός, o momento certo ou oportuno). Ao cunharem duas palavras para qualificarem o tempo vivido, cada uma das possibilidades (*Kronos/Kairós*) designava não apenas uma qualidade de tempo, mas também indicava uma representação divina vinculada à possibilidade. É da palavra grega *kronos* que derivam *cronômetro*, *cronológico*, *cronograma* etc.; todas revelam o aspecto de um tempo que é controlado e que se finda. Por outro lado, *Kairós* simboliza um tempo que, ao contrário de *Kronos*, é irredutível e transcorre de uma forma relativa à presentificação de cada um que o percebe e o vivencia (Ribeiro, 1962). Na realidade, é a representação do tempo subjetivo, que pode ser a eternização do momento pela presentificação em sua elaboração. Significa também o momento oportuno, a oportunidade agarrada.

[...]gasto parte do dinheiro comprando coisa pra minha filha, e compro outras coisinhas” (M. Viúvo, 21 anos, morador do bairro rodoviária, cortador de cana, viúvo)

[...]é com alimentação, coisas de casa...roupa. A moto anda não comprei, sou medroso, já v muita coisa feia. (Tigrão, 29 anos, cortador de cana, casado, morador da localidade Divinópolis)

[...] comprar coisas de casa, pra mãe. Comprei uma moto, compro roupa, sapato...as coisas. A moto comprei quando tava ainda na comvapinha. (K. M, 25 anos, solteiro, morador do bairro cruzeiro, cortador de cana)

[...]gasto com roupa, quando saio compro cerveja, outras coisas. (M. Magro, 18 anos, primeira vez no corte da cana, solteiro, morador da localidade Divinópolis)

Mesmo adquirindo alguns bens comuns entre os jovens urbanos e rurais, a fala de M. M. Magro, quando questionado se em algum momento se sentiu discriminado por ser jovem rural, ele afirmou que: “eles não dizem diretamente, mas pensam, pois a forma que olham diz tudo”.

Essa questão relevante concernente ao sentido de que ser jovem parece ser um ideal, já que esses jovens não vivem plenamente essa condição devido a determinadas circunstâncias materiais e/ou simbólicas, o que os conduz a uma condição de exclusão social efetivamente pelo que fazem e pelo que não fazem, sendo reconhecidos pelo trabalho, onde trabalham e onde vivem.

Uma das falas durante a entrevista coletiva realizada com os jovens aponta uma expressão que remete a afirmação da autora supra citada, quando os entrevistados usam a palavra “comvapeiros” para se auto definirem, no que se refere ao trabalho que exercem e o local onde trabalham. Estar na condição de comvapeiro, é apresentar socialmente que trabalha para sobreviver dos canaviais, é símbolo de força física, e também sujeira fuligem da cana queimada. Explicam os jovens que o fato de trabalharem na COMVAP/Olho D’água, lhes imprime um estigma, uma marca de conotação negativa, pois são associados a sujeira, dureza, sem instrução. Mas, também traz-lhe uma certa positividade no que se refere ao fator econômico e responsabilidade.

O questionamento feito ao grupo no momento da entrevista foi sobreo **que tem de bom no trabalho que fazem na COMVAP/Olho D’água?** Nas entrelinhas das respostas, a fala de **R. Regueiro** (27 anos) ecoou com indignação, quando disse: “tem gente que discrimina a gente por ser COMVAPEIROS. Nós somos trabalhador rural também. Tem gente que fala lá vai um “comvapeiro”, mas a gente ganha melhor do que muita gente”. As demais falas também apontam para a discriminação: “eles chamam a gente também de boia

fria” (A.Q, 23 anos, cortador de cana, morador da localidade Alto dos Quirinos), “essas pessoas discriminam o trabalhador que é comvapeiro, e esquece que adoça o café com o açúcar que nós cortamos a cana.” (C.S., 29 anos, trabalha na capina, ex-migrante, morador do bairro São Pedro).

A posição que assumem enquanto comvapeiros, remete também o evocar a identidade de jovem rural, mas no sentido de que não vivem na escassez de recursos materiais, mesmo trabalhando na cadeia produtiva da cana de açúcar, que os deixam “sujos de fuligem, carvão e a pele queimada do sol”. Contudo, as demais respostas dos jovens quanto a essa pergunta, estiveram voltadas para o benefício de ter uma remuneração certa no final de cada quinzena, onde os mesmos podem mostrar os saldos de seu trabalho nos canaviais através do poder de compra e consumo no comércio local.

A afirmação da identidade de comvapeiro, aponta uma estratégia de superação das marcas negativas que as identidades tanto de jovem rural, quanto de trabalhador assalariado na cana emitem no contexto social, pois ser comvapeiro positivamente está associado ao suporte material financeiro. No entanto, a atribuição desses jovens trabalhadores assalariados rurais em se identificarem enquanto trabalhadores rurais e comvapeiro, remete a união das franjas positivas dessas duas identidades, no sentido de reconstituírem-se no seu meio a partir de algo que as refere socialmente, o que fica expresso na busca de superar o que há negativo nas duas identidades, no caso de trabalhador rural é a sua não capitalização, e a de comvapeiro é a pecha social que os imprime.

A identidade de comvapeiro, indica o quão é difícil a sua situação no âmbito social, na busca de legitimá-la, pois ao acioná-la, os jovens acionam também a identidade de trabalhador rural consegue socorrê-la, mesmo sendo tão desvalorizada.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao argumentar no início da dissertação sobre as motivações para a realização da pesquisa, sobre as questões e reflexões que se desencadearam à medida que fui adentrando no universo canavieiro, através da literatura, das idas e vindas do campo de pesquisa, aproximação com os sujeitos, considero que esse momento de concluir sobre os achados e implicações durante a pesquisa, é uma forma de arrematar, mas também de retomar o trajeto feito até aqui.

Quando me reporto ao trajeto não me refiro somente aos percalços que foram alguns consideráveis, mas, aos acertos, e principalmente ao processo de construção enquanto pesquisadora sobre o objeto em questão. Não posso desconsiderar as escolhas empíricas, teóricas, políticas, e os modelos que abracei e usei para ajudar no tecer das análises e interpretações das falas dos sujeitos, carregadas de subjetividades, de forma a compreender suas argumentações.

No entanto, não considero esta pesquisa findada, mas como a primeira etapa concluída, pois há muito ainda para ver, analisar e descrever sobre o universo canavieiro piauiense. Assim, faço uso das palavras de M. S. da Silva, quando descreve que “o trabalho científico, qualquer que seja o seu nível, representa sempre uma pausa na caminhada, afinal, não há conhecimento acabado, pronto feito de uma vez por todas, ao contrário o conhecimento é sempre provisório e de lacunas compostas” (SILVA, M. S., 2012, p. 299).

É com essa perspectiva que abri veredas sobre o agronegócio canavieiro no estado do Piauí, com uma visão sociocultural das realidades construídas e impostas aos sujeitos, principalmente jovens, que vivenciam o trabalho no cenário da monocultura da cana de açúcar, visto que, constituem e reconstituem suas identidades a partir do trabalho. Esta pesquisa, é uma produção teórica que contribuí para a área das ciências sociais, no sentido de apresentar uma análise sócio cultural das categorias - Agronegócio, Trabalho, Juventudes e Identidades, expondo a complexidade de analisa-las, e ao mesmo tempo identificando as linhas tênues que ligam ou separam as mesmas.

O formato do trabalho é uma expressão do meu entendimento ao analisar *a priori* a construção social das ruralidades, que refletem os efeitos da modernização da agricultura no Brasil e no Piauí, impulsionadas pelo modo de produção e gestão capitalista que conduz os seus efeitos no modelo de desenvolvimento das agriculturas privilegiando e investindo massivamente no agronegócio, este eleito como tabua de salvação para a economia do país. Essa ideia difundida no imaginário social sobre o agronegócio ser a solução para o país, é que leva a efeitos negativos sobre o investir na agricultura familiar, e/ou continuar a trabalhar com ela. Sabe-se que o desestímulo de continuar o trabalho na agricultura familiar é grande principalmente pelos jovens, que a vê como um investimento sem retorno certo.

O agronegócio sucroalcooleiro, representa uma alternativa de ganhos monetários certo principalmente para a classe proletária rural formada por trabalhadores rurais, arrendatários, assentados, sem-terra, agregados dentre outros, principalmente os homens jovens, maduros e velhos, que saem em busca dessa certeza em determinado período do ano para trabalharem nos canaviais fora de seu estado ou no próprio estado, como é o caso dos

sujeitos da pesquisa. As transformações no trabalho em nível mundial, refletem também no espaço local, o que demanda a perda da autonomia do processo de vida e trabalho devido as mudanças que são engendradas.

No Piauí, muitos trabalhadores rurais fizeram e ainda fazem esse trajeto pelo Brasil a fora para o trabalho nos canaviais na região sudeste e nordeste, mas, também aventuram em outras monoculturas, como a soja, ou em outras áreas, como a construção civil. O público alvo dessas andanças são jovens de origem rural.

Considera-se que a pesquisa abre trajetos para se refletir mais sobre juventudes e o trabalho no agronegócio, visto que o segmento juvenil rural tem sido alvo constante da exploração e dominação nas lavouras de monocultura no Brasil e Piauí, constituindo um exército de homens e mulheres que vendem sua força de trabalho para o agronegócio sob condições de exploração que lhes são impostas.

Entre as idas e vindas para o trabalho sazonal, há os jovens que não foram, e os que não querem voltar mais para os canaviais longe de casa. É o caso de muitos jovens que moram nos limites geográficos do município de União-PI que se inserem no trabalho temporal nas lavouras de cana de açúcar, como uma forma de unir o útil (trabalho remunerado) ao agradável (perto da família) e assim, pensar em construir ou concretizar projetos de autonomia financeira e pessoal.

Submetidos ao um contexto de desigualdades que os excluem social, cultural e economicamente, os jovens buscam alternativas em meio a reestruturação do capitalismo a continuarem delineando sonhos e concretizando desejos, mesmo quando o esforço precisa ser sobre-humano. E em meio a essa busca de manter-se vivo física, econômico, social e culturalmente, é que abro os olhos para enxergar a juventude assalariada rural na cadeia produtiva da cana de açúcar no município de União-PI, principalmente aqueles inseridos na usina COMVAP/Olho D'água, que traz em si um serie de insígnias desde a sua implantação no território, e que de alguma forma perpetua no eco das vozes dos que vivenciaram o período Ary Magalhães, quanto os que vivenciam a era Olho D'água.

Na busca em meio ao cenário da monocultura da cana de açúcar no município de União-PI, propus a análise da constituição processual das identidades de jovens assalariados rurais que trabalham na cadeia produtiva da cana de açúcar na Usina COMVAP/Olho D'água no município de União-PI, onde construí a hipótese a qual, direciona a investigação entorno da questão proposta, baseando-se que os jovens assalariados rurais ao se inserirem no mercado de trabalho na cadeia produtiva da cana de açúcar Unionense, acionam a identidade rural, reconhecendo que o aprendizado ocasionado anteriormente no seio familiar muito

contribui para o seu desempenho. Assim, os jovens que moram na periferia da cidade (ponta de rua), e tanto os que moram na zona rural se reconhecem enquanto jovens trabalhadores rurais e comvapeiros.

Partindo dessa suposição, delineei os objetivos específicos como fios para tecer a teia em que estão envolvidos os jovens pesquisados, de modo a conhecer a história da usina que os emprega sazonalmente, identificar a evolução e mudanças imputadas na cadeia produtiva da cana de açúcar piauiense, através das mutações no mundo do trabalho, examinando os projetos pessoais de autonomia dos jovens a partir do trabalho assalariado, de tal forma a constatar como suas identidades são constituídas, acionadas e negociadas nos espaços de sociabilidade que transitam.

Alguns achados durante a pesquisa foram confirmados, outros foram apontados, o que leva a refletir sobre outras possíveis questões que envolve o universo canavieiro no Piauí. Durante a pesquisa, produzir a historiografia da Usina COMVAP/Olho D'água foi um desafio, pois até então não há registros escritos precisos que contém o seu início meio e fim. O “Dossiê – Suor e Sangue” (1991), produzido por entidades e movimentos sociais na década de 1990, com o objetivo de denunciar as atrocidades realizadas com moradores/as da região em que foi implantada a usina, e com trabalhadores e trabalhadoras nos canaviais, muito contribuiu para a reflexão dessa história permeada de acontecimentos e tragédias. As vozes dos ex-trabalhadores/as, sindicalistas que narraram sobre os acontecimentos da/na Usina muito contaram para essa produção.

Portanto, ressalvo que há uma interrupção temporal, correspondendo a uma década em que não foi possível nesse primeiro momento identificar os acontecidos durante os anos de 1992 a 2002, que marcam o pós-acidente na região da Meruoca e a chegada do Grupo Olho D'água.

Outro ponto identificado é que a Usina COMVAP/Olho D'água, é mais uma representante do agronegócio sucroalcooleiro/sucroenergetico, mas em patamares menores do que é imprimido em outras agroindústrias espalhada pelo país a fora. Apesar de ser a única no estado tem números significativos por safra, onde identifiquei com a chegada do Grupo Olho D'água outra lógica de gerenciamento voltado para o aumento da produção, pautadas nos moldes da reestruturação produtiva como solução para o enfrentamento da crise do capital no século XXI, visto que, aumentou a produção e diversificou a fabricação de produtos, contudo mantem o mesmo padrão de exploração e dominação dos trabalhadores inseridos nesse mercado de trabalho, refletidos na desproletarização e subproletarização do trabalho.

As condições, as relações de trabalho, foram outro aspecto constatado durante a pesquisa, pois, ouvir falar, ler nos livros, artigos e revistas, não é a mesma coisa que ver e vivenciar de perto a realidade no eito da cana que estão expostos esses trabalhadores. É uma realidade de trabalho com semelhanças em outros contextos da cadeia produtiva da cana de açúcar, mas que possui suas singularidades, como a ausência de alojamento para dormir, ou de acomodações adequadas para a realização das refeições, o não abastecimento de água gelada, atraso ou não entrega de novos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), o período sazonal nos canaviais no PiauÍ do ciclo da cana é de 06 a 07 meses no máximo, o qual desperta o interesse dos trabalhadores permanecerem trabalhando na entressafra, principalmente com a aplicação de herbicidas, plantio e capina.

Na descrição do processo de constituir as identidades dos jovens, as entrevistas e conversas informais muito contribuíram para perceber que o trabalho que exercem, os projetos de autonomia que nutrem e os espaços que transitam, são fatores que afirmam essas identidades. A percepção por parte dos jovens de si mesmos enquanto jovens rurais e trabalhadores que desempenham um trabalho rural, mas mantendo-se dependentes de uma estrutura, como a COMVAP/Olho D'água imprimi-lhes a identidade de Comvapeiro, o que também produz estigmas, no ambiente social que frequentam como o comércio local, lojas, banco, escolas e festas. O fator monetário, é uma arma de resistir às insígnias, estigmas que lhes são impostos, pois, é através do dinheiro, que mostram o seu poder de consumo, mudança nas vestimentas, aquisição de transporte, da casa própria ou reforma da casa, e ainda o consumo de celulares, bebidas alcoólicas, e outros desejos que tiverem. A fuligem que marca seus corpos físicos e sujam suas unhas, mãos e rostos, é projetada no âmbito social como negativa, onde vivenciam um sentimento dúbio de exclusão, devido ao trabalho que exercem, e inclusão quanto ao fator monetário.

O desafio de pesquisar, e construir esse objeto de estudo, perpassa também pelos desafios metodológicos, os quais encarei como limites durante a pesquisa, pois, querer perceber a dureza e a leveza ao mesmo tempo do fenômeno representou toda sua complexidade embebida de reflexões e a busca de um direcionamento preciso para concretizar a pesquisa. O tempo para a pesquisa também colaborou para sua limitação, o que ocasionou na promoção de algumas lacunas, pois mesmo fazendo um recorte do universo canavieiro, os tempos *Kairós* e *Cronos* distintamente complicaram a efetivação do cronograma de execução.

Contudo, tenho a pesquisa como um passo avante nas pesquisas sobre juventudes, trabalho assalariado rural e identidades, principalmente no estado, que vem intensificando estudos e pesquisas acadêmicas sobre essas categorias, e também agronegócio, ruralidades

dentre outras que englobam o mundo rural. Mas vejo que as lacunas que ficam nessa pesquisa abre espaço para a investigação de outras questões que envolvem desenvolvimento territorial, visto que a cadeia produtiva da cana de açúcar está situada no Território Entre Rios, os processos sociais e políticos que são imputados a este. Há ainda as vozes dos ex-trabalhadores/as da COMVAP/Olho D'água que traz uma riqueza em suas histórias pessoais de vida sobre o trabalho, sofrimento e resistência. E também buscar compreender como as entidades sindicais que estão situadas no Território Entre Rios se articulam, promovem ações pontuais em prol da categoria assalariada rural, e em que o Estado apresenta enquanto política pública para os trabalhadores assalariados rurais nos canaviais, como em outras monoculturas do Piauí a promover a garantia de direitos como o acesso à terra que continua sendo negado as populações rurais e camponesas.

Concluo esta pesquisa afirmando que é o trabalho que traz os jovens ao mundo, visto que, acionam o mesmo como lugar de constituição das identidades, onde os demais atributos identitários passam a valer menos. Por isso, a situação de ser comvapeiro, denota aspectos negativos de tal forma que a identidade de trabalhador rural vem em socorro a identidade de comvapeiro para diminuir os resquícios negativos que a compõe. Assim os jovens tecem fios que constroem entorno dessas identidades para socorrê-los no processo de reconhecimento social.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão nº 702. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão & IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA- **Petição inicial de liminar em face da empresa COMVAP- Companhia Agroindustrial Vale do Parnaíba**. Ministério Público do Trabalho - Justiça do Trabalho/ distribuição nº 122/94, em 11. Fev.1994.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000. - (Coleção primeiros passos; 171) 4ª reimpressão da 6ª edição de 1986.

ALVES, Francisco. Migração de Trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte da cana em São Paulo. **In. Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (heróis do agronegócio brasileiro)** / [organizado por] José Roberto Novaes e Francisco Alves. ---- São Carlos: EDUFSCar, 2007, p 21-54.

ANDRADE, Manuel Correia de, **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social** / Manuel Correia de Andrade. – São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ANTUNES, Ricardo L. C (Ricardo Luis Coltro), 1953- **O continente do Labor**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011. (Mundo do Trabalho)

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**/Ricardo L. Antunes. -12. Ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho** / Ricardo Antunes. – [2.ed., 10.reimp. rev. e ampl.]. – São Paulo, SP: Boitempo, 2009. – (Mundo do Trabalho)

APPOLINÁRIO, F. Introdução à análise qualitativa dos dados. In: **Metodologia da Ciência. Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson Learning, 2006, pp. 159-169.

APPOLINÁRIO, Perez Andreia; MELO, Beatriz M. de; e SILVA, Aparecida de M. Vidas em trânsito, mulheres dos cocais maranhenses nas periferias das cidades canavieiras paulistas. In: **Gênero e geração em contextos rurais**/organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. – Ilhas de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 313-344.

ARAUJO, C. F. S. **Assentamento Rural Campestre Norte - Frente à expansão do agronegócio sucroenergético no estado do Piauí**. [2014]. 178f. Dissertação – PRODEMA/TROPEN (Universidade Federal do Piauí), Teresina-PI: 2014

ARAUJO, Rosemberg Batista de; MAGALHAES, S. B. **Abordagem territorial e participação: o caso do Território Entre Rios**. In: XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais Pré-ALAS Brasil, 2012, Teresina. XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais

ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. 11. Ed ver. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

BARBOSA, Eriosvaldo Lima. **Valeu boi! (O negócio da vaquejada)**. Teresina: EDUFPI, 2006. 139 p.

BARROS, Ilena Felipe. **Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco** / Ilena Felipe Barros. - Recife: O Autor, 2014. 324 folhas.

BARBOSA, Eriosvaldo Lima. **Valeu boi! (O negócio da vaquejada)**. Teresina: EDUFPI, 2006. 139 p.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. [2004].179 f. Dissertação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) Porto Alegre: 2004. p. 53-87.

BRANDÃO. C.R. **Diário de Campo. – a antropologia como alegoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRANDÃO, Wilson. Formação Social. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Teresina – PI: Editora FUNDAPI, 1998.

BRANDEBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno e FROEHLICH, José Marcos. Múltiplas funções do rural: cenários naturais e atividades agropecuárias como terapias. In. Anais do **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural-SOBER**. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/9/500.pdf> Acesso em 12.dez.2012.

BRUMER, Anita. et al. A problemática de jovens rurais na pós modernidade. In: CARNEIRO, M. J. (org.), CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em perspectiva** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 35-51.

BRUNO. Regina. Agronegócio: palavra política. In. BRUNO, Regina. (Org.) **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p 113-130.

CARAGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm. Florianópolis, 2006 Out-Dez. p 679-684.

CARDOSO, R. (org.) A aventura antropológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 95-105.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, nº 11, outubro de 1998. P. 53-75.

\_\_\_\_\_. et al. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J. (org.), CASTRO, Elisa Guaraná. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 50-63.

\_\_\_\_\_. Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In \_\_\_\_\_ (Coord) **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2012, p. 23-50.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo/** Afrânio M. Catani{com colaboração de Adilson Marques Gennari e Sávio Cavalcante}- - São Paulo : Brasiliense, 2012. (Coleção primeiros passos; 4)

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. V.01 – artes de fazer. 14ª edição. Tradução Efraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

CUCHE, D. Cultura e Identidade. In: **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru. EDUSC, 2002, cap. 06, pp. 175-202.

DA MATTA, R. O ofício do antropólogo, ou como ter *anthropological blues*. In: Nunes, E. (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, 23-35.

DUPAS, G. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006

FAVARETO, Arilson da Silva. **A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural**. In. RURIS. Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP. Vol I, n 1. Março/2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa/** Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: coordenação de edição Marina Baird Ferreira – 8 ed. – Curitiba: Positivo, 2010. 960 p.

FERREIRA, Maria Dalva. A realidade brasileira e piauiense dos jovens na relação com o trabalho. In: **Trabalho e desigualdades/** Solimar Oliveira Lima, Francisco de Oliveira Barros Junior, Valdenia Pinto de Sampaio Araújo/ organizadores. – Rio de Janeiro: Booklink, 2009. p 38-55.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R. e VANUCCHI, P; organizadores – **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.180-216.

FROEHLICH, José Marcos. O ‘local’ na atribuição de sentido ao Desenvolvimento. Artigo publicado em **Textos CPDA**. Rio do Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 7, 1999; e na **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, n.94, 1999.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Diagnóstico socioeconômico-Município União-PI-Característica físicas e geográficas** disponível em [http://www.cepro.pi.gov.br/download/201106/CEPRO21\\_2af7222e47.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201106/CEPRO21_2af7222e47.pdf)> acessado em 24.nov.2015 as 20:43h

FURTADO, M. B; SUCUPIRA, R. L & ALVES, C. B. (2014) Cultura, identidade e subjetividade: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), p. 106-115. Disponível em:

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GONÇALVES, Francisco W.de A. S.; ALMEIDA, Amália Rodrigues. **Dossiê – COMVAP: Uma história de suor e sangue**, Teresina-PI, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Publicado na Revista Nova economia, Belo Horizonte, 7 (1), págs. 43-81, maio/1997. Disponível em: [www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/.../GRAZIANO\\_O\\_novo\\_rural\\_brasileiro.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/.../GRAZIANO_O_novo_rural_brasileiro.pdf)> acessado em 20.mai.2016 às 19:16h.

HAGUETTE, T. M. F, **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4ª edição, Ed. Vozes Petrópolis, 1987.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 25ª. Ed. São Paulo: Loyola, nov/2014.

HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sergio; PALMEIRA, Moacir. Sociedade e Economia do Agronegócio no Brasil. (2009-outubro). XXXIII. Encontro Anual da ANPOCS – Caxambu, SP. **GT 41 – Transformações Sociais e Projetos Políticos em Concorrência: Reflexões a partir do rural**.

LIMA, Suzana M. V. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: Recomendações para Políticas de Desenvolvimento para o Jovem Rural** / Suzana Maria Valle Lima ... [et al.]. -- Brasília: MDA, 2013. 184p.; 19,6 x 16,7 cm. – (NEAD Estudos; 25).

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 137-155.

LUZ, Ricardo dos Santos da. **O trabalho alienado em Marx: a base do capitalismo**. Ano 2008. p 98 fls - PUC-RS.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, vol. 1: o processo de produção do capital/ Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels)

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**/ José de Souza Martins – 8 ed. – São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, J. C. de Oliveira; AQUINO, C. A. Braz de; SABÓIA, I. B. de; PINHEIRO, A. de A. Gomes. **De Kairós a Kronos: metamorfoses do trabalho na linha do tempo**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2012, vol. 15, n. 2, p. 219-228.

MANSAN, Paulo Rogério Adamatti. **Juventudes Rurais e Migrações Sazonais do Sertão Paraibano: tempos de vida e tempos de morte – a dura realidade nos canaviais de São Paulo**. In: Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe. / organizadora, Vânia Reis, - Teresina: NUPEC/EDUFPI; Brasília: FLACSO, 2009. 480 p. (Coleção Jóvenes en el Saber; v 3)

\_\_\_\_\_. **Introdução crítica à sociologia rural**/José de Souza Martins [organizador]. – São Paulo: HUCITEC, 1981.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos na trilha dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa: EDUFP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Processos de expropriação, migração temporária e reprodução da família**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RURALIDADES, TRABALHO E MEIO AMBIENTE, I., 2011, São Carlos. Anais...São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011.

MENEZES, Marilda Aparecida de; SILVA, Marcelo Saturnino da. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes sazonais do Município de Tavares-PB. In: **Gênero e geração em contextos rurais**/organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. – Ilhas de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 281-311.

\_\_\_\_\_. **O Cotidiano Camponês e a sua importância enquanto resistência À dominação: a contribuição de James C. Scott** In: Raízes, Vol. 21, no. 01, jan a jun de 2002. (p.32-44). Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_87.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_87.pdf)  
Acessado em 14/04/2016 às 18:14 h.

MONTEIRO, Maria do Socorro Lira; AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves. Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Orgs.) **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócio espaciais**. Fortaleza: BNB, 2006. P 173-209.

MORAES, M. D. C. O. O novo nordeste dos cerrados nas novas dinâmicas territoriais no nordeste do Brasil. SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (E.S) **Plantification du development territorial au Brésil. Acts du Seminaire**, 20-30/set/1999. Campina Grande Brésil. Montpellier: CIRAD, 2002, p.25-40.

MORAIS, R. A realidade da cultura. In: **Estudos da filosofia da cultura**, São Paulo: Loyola, 1992, pp. 19-34

MOTA, C. R. As Principais Teorias e Práticas de Desenvolvimento. In: Marcel Bursztyn. (Org.). **A Difícil Sustentabilidade**. 1ed.Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2001, v. 1, p. 7-259.

NUNES, Célis Portella e ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e Cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). **Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas**. Teresina – PI: Editora FUNDAPI, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 2000. V. 39, nº 1.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **A construção das identidades de jovens rurais em relação com o meio urbano em um pequeno município**. /Maria de Assunção Lima de Paulo. –Recife: O Autor. 2010. 259 p.

\_\_\_\_\_. Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para a pensar a identidade. In: **Gênero e geração em contextos rurais**/ organizadores Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes. – Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010 p. 345-368.

PRÉ-ALAS Brasil Desenvolvimento, meio ambiente e paisagem humana no norte/nordeste: desafios e perspectivas, 2012. Disponível em <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-39.pdf>. Acesso 12/04/2016 às 16:13 h.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros Rurais Paulistas**. Dinâmicas das relações Bairro rural-cidade. Editora Livraria Duas Cidades: São Paulo, 1973.

RAMBO, Analise Graciele; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re) pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, vol. 5, n. 1, p. 121-148, jan-abr/2009, Taubaté, SP, Brasil.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. /Pedro Ramos. – São Paulo: Hucitec,1999. 245 p.; 21 cm. – (Economia e Planejamento; 36. Série “Teses e Pesquisas”; 21)

REYDON, Bastian Philip e MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. **A ocupação do cerrado piauiense: um processo de valorização fundiária**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/05O265.pdf>. Acesso em 09.out.2015.

ROCHA, M. R. T. da; FILIPPI, E. E. **Política para o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil: propostas e fundamentos**. 2008. Apresentação de Trabalho no VI Seminário Internacional de Desarrollo Rural: Configuraciones de Los Territorios Rurales em el Siglo XXI, 2007, Bogotá - Anais). Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/eduardo-ernesto-filippi/teixeira-da-rocha-maria-r-filippi-e-e-politica-para-o-desenvolvimento-dos-territorios-rurais-no-brasil-propostas-e-fundamentos-in-vi-seminario-internacional-de-desarrollo-rural-configuraciones-de-los-territorios-rurales-en-el-siglo-xxi-2007-bogota-anales>

SANT´ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e serviço social**/ Raquel Santos Sant´Ana – São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução à uma ciência pós-moderna. Capítulo II. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER. Sérgio. **Agricultura Familiar versus Agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Sergio Sauer - Brasília-DF/ Embrapa Informação Tecnológica 2008. 73p.

SCHNEIDER, Sérgio. **Ciências Sociais, Ruralidades e Territórios: em busca de novas referências para se pensar o desenvolvimento**. Revista de geografia agrária campo-território, v. 4, n. 7 /fev-2009, págs. 24-62. Disponível:

\_\_\_\_\_. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.** Dossiê Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível:

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Qualidade total, saúde e trabalho: uma análise em empresas sucroalcooleiras paulistas. In: RAC, v 4, n. 1, Jan/Abr. 2000: 93-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v4n1a06.pdf>

SHIKIDA, P. F. A; Evolução e Fases do Proálcool: 1975-2000. In: **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão** [livro eletrônico] / Oswaldo Calzavara, Rodne de Oliveira Lima (organizadores). – Londrina: Eduel, 2013.

SILVA, Franciclécia de S. B. e GUERRA, Eliana Costa. **Trabalho e Renda no meio rural: desafios em contexto de crise capitalista.** In Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e Desigualdade. Natal-RN, 10-12/nov/2010. UFRN. 16 páginas. Disponível: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/anais.html>> Acesso em 20.fev.2016.

SILVA, Marcelo Saturnino da. **Trabalhadores-Migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidades, condições de trabalho e formas de resistência.** [2012]. 321f. (Universidade Federal de Campina Grande). Campina Grande: 2012.

SILVA, M. A. M. **O trabalho oculto nos canaviais paulistas.** Revista Perspectivas, São Paulo, v. 39, p. 11-46, jan/jun 2011.

SILVA, Marlúcia Valéria. **Agronegócio e desenvolvimento em Sebastião Leal-PI: atores, processos e impactos socioculturais-ambientais.** Trabalho apresentado no *GT 05 – Desenvolvimento rural, globalização e crise.* Anais do XXIX, 2013.

\_\_\_\_\_. **Diálogos Juvenis no Sudoeste Piauiense: as Juventudes, o rural e a cidade.** Trabalho apresentado no GT 19 – Juventudes, territorialidades e identidades, no XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas Brasil, em 04 a 07/09/2012 – Teresina-PI.

\_\_\_\_\_. **Rabicheiros e Bazuqueiros: trânsitos identitários juvenis rurais na diáspora do agronegócio.** Trabalho apresentado na *III Reunião Equatorial de antropologia/XII Encontro de antropólogos do Norte e Nordeste do Brasil.* Boa Vista/RR, agosto/2011.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 14 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes 2014. Pags.73-102.

SZMRECSÁNYI, T; MOREIRA, E. P. **O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial.** *Estudos avançados* [online]. 1991, vol.5, n.11, pp.57-79. ISSN 1806-9592. Disponível em - <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100006>. Acessado em abril/2016

TAVARES, Poliana da Silva. SILVA, M. Valéria da. **Aspectos Socioeconômicos-culturais do agronegócio no Piauí.** Projeto PIBIC/CNPQ. Ano 2014.

VEIGA. José Eli da. **Nascimento de outra ruralidade.** In Estudos Avançados, vol. 20 nº57. 2006. p 333-53. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10164>. Acesso em 10.out.2015

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato no brasileiro**. Trabalho apresentado no XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17.Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro,1996

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76p.

WHITAKER, D. et al. A questão do registro e da memória do pesquisador. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia rural: questões metodológicas emergentes**. São Paulo: Letras à margem, 2002, pp. 121-168.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 14 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes 2014. págs. 07- 72.

## **APÉNDICES**

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do projeto: AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E JUVENTUDE:** *Análise sócio antropológica das identidades de jovens trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da Usina COMVAP/Olho D'água no município de União-PI.*

**Pesquisadora responsável:** Theresa Rachel Mendes da Silva Rodrigues

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal do Piauí – UFPI/Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS /**Telefone para contato (inclusive a cobrar):** (86) 3218 6551 ou (86) 99527 8370

Nome do voluntário: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ R.G. \_\_\_\_\_ fone: \_\_\_\_\_

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E JUVENTUDE:** *Análise sócio antropológica das identidades de trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da Usina COMVAP/Olho D'água do município de União-PI*, parte da dissertação de mestrado na responsabilidade da pesquisadora Theresa Rachel Mendes da Silva Rodrigues.

Esta pesquisa tem a intenção de analisar a forma como acontece o processo de constituição identitária dos jovens trabalhadores assalariados rurais no setor canavieiro do município de União-Piauí, considerando o modo como vivem e os espaços que frequentam. Deseja-se compreender e interpretar a complexidade que envolve as relações sociais nos meios rural/urbano que se concretiza com a diminuição das distâncias físicas e simbólicas entre esses espaços, provocadas pelo modelo de desenvolvimento focado na lógica capitalista de produção material e imaterial, podendo vir acarretar em mudanças dos marcadores identitários no contexto rural dos jovens trabalhadores assalariados por influência da implantação e ampliação do agronegócio canavieiro no espaço rural. Pretende-se para fins da pesquisa visitar os canaviais, identificar e entrevistar os jovens trabalhadores assalariados que foram contratados para a safra de 2015 (Junho-Dezembro), com o intuito de obter informações importantes para a reflexão e produção dos resultados da pesquisa. As entrevistas serão gravadas, e em seguida transcritas na íntegra, para que seja garantida a autenticidade da fala do/a entrevistado/a. A pesquisa não envolve nenhum tipo de risco físico para os seus participantes, no entanto, no decorrer da entrevista o (a) senhor (a) pode sentir algum desconforto para responder alguma pergunta, caso isso ocorra, não é necessário que responda. Por isso, procuraremos elaborar questões que não lhe tragam nenhum desconforto.

Esperamos que através dessa pesquisa a sociedade possa compreender como ocorre os processos de trabalho nos canaviais implantados pela lógica do agronegócio, a relação dos jovens assalariados com a agricultura familiar, e produção de outras dinâmicas de vida e de relações passando por mudanças, diálogos e conflitos intensos a partir da convivência de proximidade entre esses espaços rural/urbano. Espera-se com a pesquisa contribuir para os estudos sobre os jovens rurais assalariados rurais inseridos no agronegócio canavieiro, de tal forma a estimular pesquisas que deem continuidade a busca de compreensão dos efeitos da monocultura para agricultura familiar e as populações locais.

Os resultados da pesquisa estarão à disposição dos entrevistados e entrevistadas, suas famílias, sindicato que os representa, e também da comunidade científica tanto no âmbito local como nacional, já que desejamos comunica-los através de seminários, congressos, conferências ou outros eventos científicos. A participação nessa pesquisa é voluntária, caso, em qualquer momento, não deseje mais ser informante da mesma, você pode retirar o seu consentimento. Garantimos a confiabilidade das informações geradas e sua privacidade como informante da pesquisa. Se o (a) senhor(a) tiver alguma dúvida sobre a pesquisa podemos conversar agora ou em outro momento através do nosso telefone ou e-mail informados acima.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa acima descrito.

\_\_\_\_\_ – Piauí, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do entrevistado

\_\_\_\_\_  
Testemunha 1

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Testemunha 2

**APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM JOVENS ASSALARIADOS  
RURAIS NOS CANAVIAIS – SAFRA 2015-2016 – INDIVIDUAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI – UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA-PPGS

**PESQUISA: AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E JUVENTUDE:** *Análise sócio antropológica das identidades de trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da Usina COMVAP/Olho D'água do município de União-PI.*

**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS com Jovens assalariados rurais nos canaviais – safra 2015-2016 – INDIVIDUAL**

- A) IDENTIFICAÇÃO (Codinome, idade, instrução, profissão, outras atividades de trabalho, local de moradia)
- B) Cidade versus Campo
- C) Ser jovem na atualidade
- D) Percepção de diferenças entre jovem rural e jovem urbano.
- E) A vida no campo
- F) O trabalho na agricultura familiar, na roça
- G) Razões do trabalho nos canaviais da COMVAP/Olho D'água.
- H) Condições de trabalho na COMVAP
- I) Aspectos positivo e negativo no trabalho na COMVAP
- J) Descrição da rotina diária do trabalho na COMVAP
- K) Acompanha as ações do sindicato que representa a categoria.
- L) Pretensão de continuar na agricultura familiar.
- M) Trabalhar em outras regiões.
- N) Projetos de autonomia/futuro
- O) Poder de consumo
- P) Acesso as tecnologias e redes sociais.
- Q) Diversão/ Entretenimento
- R) Amizades
- S) Espaços de sociabilidade.

**APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM JOVENS ASSALARIADOS  
RURAI NOS CANAVIAIS – SAFRA 2015-2016 –GRUPAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI – UFPI  
CENTRO DE CIENCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA-PPGS

**PESQUISA: AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E JUVENTUDE:** *Análise sócio antropológica das identidades de trabalhadores assalariados rurais nos canaviais da Usina COMVAP/Olho D'água do município de União-PI.*

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS com Jovens assalariados rurais nos canaviais – safra 2015-2016 –GRUPAL

PARTICIPAÇÃO DE 07 JOVENS – que estão trabalhando na entressafra 2015-2016

APRESENTAÇÃO  
DA PESQUISADORA/AUXILIAR  
PROCEIMENTOS DA ENTREVISTA  
IDENTIFICAÇÃO DOS JOVENS (Codinome, idade, escolaridade, moradia, onde trabalha, função que exercem, quanto tempo trabalham na COMVAP)

**TÓPICO 01 – RURAL/URBANO**

- 1) O que é o rural? (interior)
- 2) E a cidade como você descreve? Como você vê?
- 3) Quais as diferenças em morar na cidade ou no interior?

**TÓPICO 02 - JUVENTUDES**

- 1) O que é ser jovem?
- 2) Como é a vida do jovem no interior?
- 3) E a vida do jovem na cidade?
- 4) Diferenças entre jovem do interior e da cidade?
- 5) Vocês se consideram jovens urbanos ou jovens rurais?

**TÓPICO 03 – TRABALHO E EDUCAÇÃO**

- 1) Vocês trabalham ou já trabalharam com agricultura familiar- agricultura de provisionamento- roça de toco?
- 2) Como é esse trabalho?
- 3) Quais as vantagens e desvantagens de trabalhar na roça?
- 4) Vocês acham que trabalhando somente na roça podem se sustentarem?
- 5) Que tipo de trabalho fazem hoje pra sobreviver?
- 6) Por que escolheram esse trabalho?
- 7) Quais os benefícios que vocês veem nesse trabalho?
- 8) E quais os malefícios nesse trabalho?
- 9) Descrevam o trabalho na COMVAP/Olho D'água.

- 10) Quem está estudando? Se parou, até onde estudou?
- 11) Pretende voltar pra escola?

#### TÓPICO 04 – IDENTIDADE

- 1) Vocês se reconhecem como jovens?
- 2) Mas jovens urbanos ou jovens rurais?
- 3) E assalariados rurais, vocês sabem o que significa?
- 4) Vocês assumem que são trabalhadores na COMVAP/Olho D'água?
- 5) Trabalhar na COMVAP traz algum constrangimento, incomodo pra vocês?
- 6) O que mostra que vocês são trabalhadores da COMVAP?
- 7) Vocês acham que o fato de trabalharem na COMVAP deixa alguma marca física ou social?
- 8) O salário que ganham na COMVAP ajuda vocês a serem melhor visto pelas demais pessoas?
- 9) Por quanto tempo pretendem trabalhar na COMVAP?

#### TÓPICO 05 – FAMILIA E PROJETOS DE AUTONOMIA

- 1) E a família, quem são casados? E os solteiros? Ainda moram com os pais? Na terra própria ou arrendada?
- 2) O que vocês esperam para o futuro?
- 3) Vocês têm algum projeto de melhorar na vida pra daqui alguns anos, ou pra agora?
- 4) Como pensam em concretizar esses projetos?
- 5) O que dificulta a realização desses projetos?

#### TÓPICO 06 – CONSUMO E MIDIA

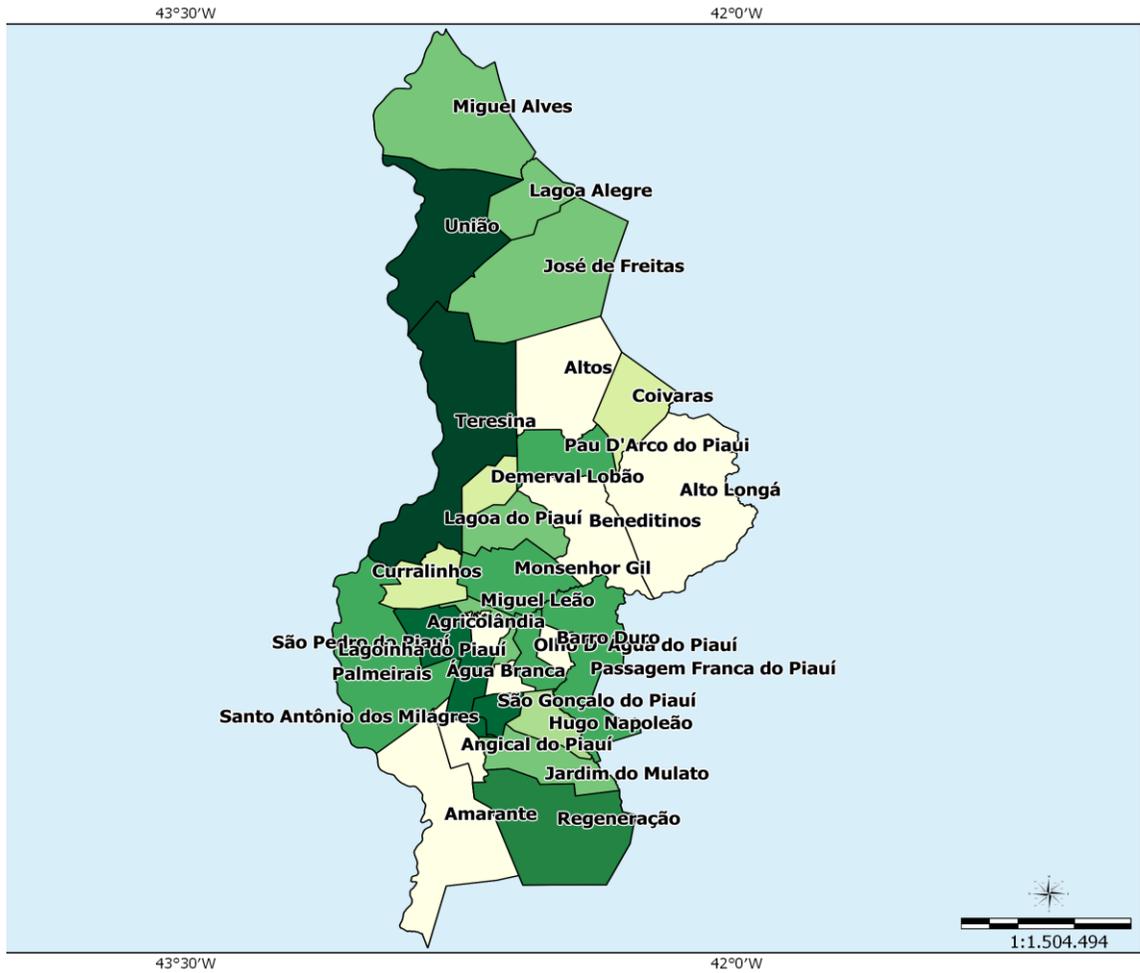
- 1) O que vocês costumam comprar com que ganham?
- 2) Vocês têm acesso à tecnologia digital, celular, internet, e-mail, facebook, instagram?
- 3) Com qual frequência acessam?
- 4) Por que acessam essas tecnologias?

#### TÓPICO 07 – SOCIABILIDADES

- 1) Como se divertem?
- 2) Quais lugares costumam frequentar para divertirem-se ou interagir com outras pessoas?
- 3) Com qual frequência?
- 4) Que tipo de diversão gostam?
- 5) O trabalho atrapalha vocês a divertirem-se? A terem mais diversão?

## **ANEXOS**

### ANEXO A – MAPA DO TERRITÓRIO ENTRE RIOS



Sistema de Coord. Geográficas  
DATUM SAD 69.

Fonte:  
Base Cartográfica: IBGE, 2006;  
Base Territorial: DETER/SDT/MDA;  
Elaboração: CGMA/SDT/MDA, março/2015.

Fonte:[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_045\\_Entre%20Rios%20-%20PI.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_045_Entre%20Rios%20-%20PI.pdf)